# PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS DA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ORGANIZADORES
Adriano da Costa Valadão
Francisco Salau Brasil
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Manuela Salau Brasil
Peterson Alexandre Marino
Reidy Rolim de Moura

série referência
editora estúdiotexto

# PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS DA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ORGANIZADORES
Adriano da Costa Valadão
Francisco Salau Brasil
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Manuela Salau Brasil
Peterson Alexandre Marino
Reidy Rolim de Moura

série referência
editora
estúdiotexto

**EDITORA ESTÚDIO TEXTO**

Editora-chefe
Ana Caroline Machado

Coordenadora de projetos
Josiane Blonski

**Conselho Editorial**
Dra. Anelize Manuela Bahniuk Rumbelsperger (UFPR)
Dr. Antonio José dos Santos (IST/SOCIESC)
Esp. Carlos Mendes Fontes Neto (UEPG)
Dr. Cezar Augusto Carneiro Benevides (UFMS)
Dr. Edson Armando Silva (UEPG)
Dr. Erivan Cassiano Karvat (UEPG)
Dra. Jussara Ayres Bourguignon (UEPG)
Dra. Lucia Helena Barros do Valle (UEPG)
Dra. Luísa Cristina dos Santos Fontes (UEPG)
Dr. Marcelo Chemin (UFPR)
Dr. Marcelo Engel Bronosky (UEPG)
Dra. Marcia Regina Carletto (UTFPR)
Dra. Maria Antonia de Souza (UTP/UEPG)
Dra. Marilisa do Rocio Oliveira (UEPG)
Ms. Rodrigo Labiak (UNICAMP)

Aos trabalhadores e trabalhadoras
da economia solidária que sonham
e lutam por um mundo melhor.

Ao querido e saudoso Lilo.

© 2018 Adriano da Costa Valadão, Francisco Salau Brasil, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Manuela Salau Brasil, Peterson Alexandre Marino, Reidy Rolim de Moura e autores

**Coordenação editorial**
Editora Estúdio Texto

**Revisão**
Marlene Valsko Portes

**Capa, projeto gráfico e diagramação**
Ana Caroline Machado

**Supervisão editorial**
Josiane Blonski

P429 Percursos e experiências da Incubadora de Empreendimentos Solidários/ Adriano da Costa Valadão et al. (Org.). Ponta Grossa: UEPG; Estúdio Texto, 2018.
264p., il. (Série Referência)

ISBN: 978-85-5472-020-9

1. Economia solidária. 2. Empreendimento solidário 3. IESol. I. Valadão, Adriano da Costa et al. (Org.). II. T.

CDD: 334.68

Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos – CRB9/986

Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade de seus autores.

Financiamento

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

editora estúdiotexto

Rua XV de Setembro, 931 - Uvaranas - Ponta Grossa – Paraná – 84020-050
Tel. +55 (42) 3027-3021
www.estudiotexto.com.br

# APRESENTAÇÃO

A economia solidária no Brasil tem uma trajetória histórica que envolve o adensamento da pobreza e exclusão social da população, o aumento do número de desempregados, trabalhos precários e baixos salários, dentre outros problemas que poderiam ser citados. Nesse cenário, vamos encontrar trabalhadores com potencial de reação, que conhecem ou se encantam com princípios como solidariedade, cooperação, respeito às diferenças, autonomia e autogestão, não só no âmbito do trabalho, mas da própria concepção da vida, tornando realidade o que conhecemos por Economia Solidária – Ecosol.

Não se trata apenas da dimensão econômica, mas de um projeto de transformação social que muitos chamam de ilusão, ou utopia. Ilusão, utopia ou não, os empreendimentos econômicos solidários, vêm ganhando[1] a cena nacional e mundial. Conhecidos a partir de três dimensões, os empreendimentos econômicos solidários estão se destacando em: – trabalhadores em cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias ou grupos informais; – estruturas governamentais em âmbito municipal, estadual e federal que estimulam a Ecosol através das políticas públicas; e – segmentos compostos por entidades apoiadoras como ONGs, sindicatos, seções da Igreja e universidades.

Nesta última dimensão, quando se trata das universidades, é o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. As incubadoras dentro das universidades têm como diferencial a função de impactar na formação e transformação da realidade social de determinada

[1] Dados da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária comprovam estas informações. Disponível em: <http://mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.

região, com suas metodologias de incubação e incentivo à tecnologia social.

A IESol é um programa permanente de extensão, cujo objetivo principal é contribuir com a formação, constituição e consolidação de empreendimentos econômicos solidários, capacitando para geração de trabalho e renda com base nos princípios da economia solidária. Desenvolve um trabalho interdisciplinar, promovendo troca de saberes entre seus participantes, desenvolvendo pesquisa, extensão, metodologias de incubação, estratégias de inovação com uso de tecnologias sociais, participando de espaços de controle social e de lutas que abrangem a defesa e consolidação da economia solidária, bem como de seus princípios norteadores.

Sendo desenvolvido desde 2005 na região dos Campos Gerais, ao longo destes anos percebeu-se a necessidade de registrar um pouco do que se faz e já se fez através desse Programa com trabalhadores do ramo do artesanato, alimentos, reciclagem, agricultura camponesa, redes de apoio a movimentos sociais, incubação de territórios e acompanhamento de novas incubadoras. O objetivo é contribuir para com o conhecimento sobre a trajetória, ação e efetivação da Ecosol.

Nesta coletânea, apresentamos trabalhos que retratam um pouco das experiências, pensamentos, impactos na formação e na vida dos envolvidos com a economia solidária a partir do contato e/ou vivência com a IESol. A viabilização desta publicação cumpre uma das metas do projeto "Fomento à pesquisa e inovação em empreendimentos econômicos solidários através de tecnologias sociais", formalizado a partir do apoio de emenda parlamentar à IESol, cumprindo o objetivo de aliar conhecimentos científicos e populares em direção ao desenvolvimento de soluções inovadoras para a geração de trabalho e renda nos empreendimentos econômicos solidários.

Os capítulos desta coletânea foram organizados sem hierarquia entre relevância ou origem histórica. As escolhas teóricas partem dos autores, não havendo uma diretriz comum, fato que permite que sejam contemplados diferentes olhares sobre a temática tratada. Para se ter uma primeira ideia, apresenta-se aqui, resumidamente, cada artigo integrante desta obra.

O primeiro capítulo: "Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG: Trajetória e Futuro" apresenta o resgate de

elementos importantes da trajetória da IESol, tais como a sua gênese, metodologia básica de incubação, seus resultados e os desafios que se colocam frente ao comprometimento que o Programa tem com transformações propostas a partir de suas ações.

No segundo capítulo: "Sustentabilidade, Desenvolvimento Local e Economia Solidária: a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol na região de Ponta Grossa – Paraná" encontra-se a discussão da dinâmica e emprego dos conceitos sustentabilidade, econômica solidária e desenvolvimento local. Essas importantes concepções são disseminadas no debate não só acadêmico, mas incorporadas socialmente e em determinadas matrizes ideológicas que estão presentes na contínua atuação da IESol na região de Ponta Grossa/PR.

Na sequência, o capítulo "Sobre a Cultura Solidária: Reflexões a partir das experiências na Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol-UEPG)", apresenta dados de uma pesquisa sobre a cultura solidária, presente no debate da economia solidária, realizada com integrantes da equipe da própria IESol, destacando elementos que ajudam no fortalecimento e reflexão da temática proposta e debate dos participantes do Programa e a relação com os incubados.

Na mesma proposta, no capítulo intitulado "Espaços Formativos na IESol: avaliação sobre as formações internas", é possível encontrar uma elucidação referente às formações internas, seus objetivos e como estas acontecem na IESol. Além disso, o capítulo apresenta uma pesquisa de avaliação respondida pelos participantes dessas formações, a fim de perceber os resultados dessa modalidade de trabalho interno que é adotado como uma estratégia de apropriação de conhecimentos capazes de orientar e desenvolver o trabalho de incubação.

Na continuidade, o capítulo "O Centro de Atenção Psicossocial como espaço para a Economia Solidária: Limites e Potencialidades do Trabalho da IESol junto à Saúde Mental de Castro/Pr" traz um relato de experiência a partir do trabalho da IESol junto um grupo de saúde mental, cujo trabalho com os participantes perpassa a contribuição com a inserção e autonomia dos usuários do CAPs na sociedade e a visibilidade ao trabalho artesanal.

O capítulo seguinte, "O Trabalho como Construção de Si", apresenta resultados de uma pesquisa vinculada ao trabalho e à saúde

mental que utilizou como metodologia a História Oral, buscando resgatar a singularidade dos discursos dos participantes do estudo, que são incubados pela IESol.

Na sequência, o capítulo "A História Oral na Prática da Economia Solidária: experiências dos trabalhadores da ARPA" elucida narrativas orais com os(as) trabalhadores(as) de uma associação de reciclagem, apresentando reflexões sobre a capacidade de se constituir enquanto grupo, a experiência da participação e potencialidade organizativa.

Outro capítulo que apresenta dados da realidade de incubação com grupos de reciclagem é o intitulado "Perspectivas e desafios da Incubação de uma associação de recicladores: a IESol e o trabalho com a ARREP – Associação de Recicladores Rei do Pet", que oferece aos leitores(as) dados sobre o trabalho de incubação que vem sendo realizado pela IESol, dando visibilidade e voz para os(as) trabalhadores(as) dessa associação.

Ainda sobre a temática da reciclagem, o capítulo "Oficinas de Educação Ambiental: a importância da valorização do trabalho dos Catadores/as de Materiais Recicláveis" apresenta diferentes aspectos de uma atividade extensionista em Ponta Grossa/PR, com a participação de professores e acadêmicos de diferentes cursos da UEPG que preveem a realização de oficinas de educação ambiental em escolas, visando promover o debate sobre a valorização do trabalho do(a) catador(a) de material reciclável.

O capítulo seguinte tem o título "Serviço Social e Economia Solidária: uma discussão acerca do trabalho do/a Assistente Social na Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) do município de Ponta Grossa/Pr". Buscando sanar um déficit de produção de conhecimento sobre a atuação do Serviço Social em Incubadoras Populares Solidárias, o artigo propõe analisar o trabalho do(a) assistente social na IESol, trazendo resultados de uma pesquisa com profissionais que são ou foram ligados à Incubadora, visando a compreensão dos processos de trabalho desenvolvidos em consonância com o Projeto Ético-político Profissional e os pressupostos da Ecosol.

Ainda na perspectiva de contribuição ao debate da formação profissional de uma das áreas vinculadas ao trabalho da IESol, tem-

se o capítulo “A Vivência na Economia Solidária e o despertar para novos olhares de atuação profissional: Serviço Social e a Educação Popular como um diálogo possível”, no qual destaca-se o potencial da Educação Popular percebida a partir da prática extensionista na economia solidária e a viabilidade de incorporar essa discussão no cotidiano profissional do assistente social.

Por fim, o último capítulo: “A IESol em imagens” apresenta fotos que permitem perceber a peculiaridade dos trabalhos realizados pela IESol junto aos grupos e território incubados.

Dessa forma, espero que a leitura desta obra vá além de dados, números e conceitos apresentados em cada capítulo, que traga a oportunidade de se conhecer um pouco dos trabalhos desenvolvidos pela Incubadora de Empreendimentos Solidários e a percepção da importância do investimento na economia solidária, pois percebemos no nosso trabalho cotidiano, tanto com a comunidade acadêmica, como com os trabalhadores e todos que passam pela IESol, que é possível outra economia, como já dizia nosso Paul Singer... Que são possíveis outros valores, mais humanos, outras formas de atuação e de sociabilidade que se pautam no trabalho coletivo, na solidariedade, nas relações mais democráticas, respeito às diferenças e autogestão.

Aos leitores desejo o melhor proveito da leitura e informações aqui presentes. Desejo também entusiasmo para acompanhar o surgimento de novas obras e que possam se inspirar e desfrutar tudo de bom que está escrito nas páginas adiante.

*Reidy Rolim de Moura*

Professora Dra. do Departamento de Serviço Social
e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas na UEPG.
Coordenadora da IESol nos períodos 2013-2015; 2016-2018.

# Sumário

Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG: trajetória e futuro.....13
*Adriano da Costa Valadão, Francisco Salau Brasil, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Manuela Salau Brasil e Reidy Rolim de Moura*

Sustentabilidade, desenvolvimento local e economia solidária: a atuação da incubadora de empreendimentos solidários (IESol) na região de Ponta Grossa – Paraná.....33
*Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e Drielli Peyerl*

Sobre a cultura solidária: reflexões a partir das experiências na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG....47
*Marcia Alves Soares da Silva, Jessica Gislaine das Neves e Everton Miranda*

Espaços formativos na IESol: avaliação sobre as formações internas .....71
*Adriano da Costa Valadão, Francisco Salau Brasil, Gabriele Petroski Machado, Manuela Salau Brasil e Tifanny Soares Fragoso*

O trabalho como construção de SI.....91
*Fernanda Pimentel Santos e Lorena Fiuza Ferreira*

A vivência na economia solidária e o despertar para novos olhares de atuação profissional: Serviço Social e a educação popular como um diálogo possível .....115
*Jéssica Cavalheiro de Souza Scherer e Reidy Rolim de Moura*

Perspectivas e desafios da incubação de uma associação de recicladores: a IESol e o trabalho com a ARREP – Associação de Recicladores Rei do Pet .....143
*Reidy Rolim de Moura e Karoline Dutra Szul*

Oficinas de educação ambiental: a importância da valorização do trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis .....167
*Gilson Campos Ferreira da Cruz, Camila Sopko e Mariana Fernandes Siqueira*

Serviço Social e Economia Solidária: uma discussão acerca do trabalho do(a) assistente social na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol do município de Ponta Grossa/PR.....183
*Peterson Alexandre Marino, Ana Carolyne Carneiro e Ana Paula Machado*

O Centro de Atenção Psicossocial como espaço para a economia solidária: limites e potencialidades do trabalho da IESol junto à saúde mental de Castro, PR.....209
*Allan Motta de Lima, Ana Carolyne Carneiro, Francisco Salau Brasil e Peterson Alexandre Marino*

A história oral na prática da economia solidária: as experiências dos trabalhadores da ARPA .....223
*Alessandra Izabel de Carvalho, Lillian Cristina Cruvinel Torres, Mariana Fernandes Siqueira e Robson Laverdi*

Sobre os autores .....243

A IESol em imagens.....249
*Adriano da Costa Valadão, Angelo Eduardo Rocha, Manuela Salau Brasil, Reidy Rolim de Moura e Renato Miranda Valenga (Organizadores)*

# Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG: trajetória e futuro

*Adriano da Costa Valadão*
*Francisco Salau Brasil*
*Luiz Alexandre Gonçalves Cunha*
*Manuela Salau Brasil*
*Reidy Rolim de Moura*

Na década de 1980 o Brasil dava seus primeiros passos rumo à redemocratização, após o longo período que sucedeu o Golpe de Estado de 1964, quando as liberdades foram suprimidas, lideranças perseguidas, iniciativas populares proibidas, que terminou apresentando um alto índice de desemprego, a chamada carestia, um quadro crescente de inflação e diversas mazelas sociais. A população, com pouco apoio por parte do Estado, buscava diversas estratégias de sobrevivência, fosse a migração ou a informalidade, além de lutar pela redemocratização através da luta sindical, da luta pela terra e mesmo por meio da luta política que culminou com a Constituição de 1988, a chamada "constituição cidadã".

Nesse contexto, diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras buscavam, através de iniciativas coletivas, desenvolver atividades produtivas, organizavam-se em associações, cooperativas, grupos informais e outras formas para desenvolverem atividades produtivas, principalmente com o objetivo de geração de renda. Era o embrião do que veio a ser o (re)nascimento da economia solidária. (Re)nascimento porque esses movimentos tinham também como fonte inspiradora o movimento cooperativista do século XIX, inspirado pelas propostas de socialistas utópicos como Robert Owen (SINGER, 2002).

Na década de 1990, membros da comunidade acadêmica passaram a questionar o papel das instituições de ensino superior. Para eles, as universidades e faculdades, principalmente as públicas, deveriam se importar e trabalhar em benefício de grupos mais vulneráveis e não se fechar dentro de seus muros sendo um fim em si mesma. A crítica incluía grupos de pesquisadores que tinham uma estreita relação com a iniciativa privada, canalizando a produção acadêmica e os recursos públicos apenas como instrumento para ampliar a lucratividade dessas empresas.

Ainda nessa década, aumentava o desemprego e também a precarização do trabalho, não existindo perspectivas de crescimento no número de empregos. Ao contrário, políticas neoliberais aplicadas na época previam privatizações e a busca pelo lucro fazia com que as empresas reorganizassem seus quadros de funcionários, eliminando postos de serviço em detrimento ao uso de novas técnicas gerenciais e de tecnologia e até transferindo totalmente suas plantas industriais para regiões com menor custo de produção. Diziam buscar competitividade global, mas geraram um desemprego que poderia ser qualificado como estrutural.

Dessa forma, sob o signo do desemprego, foi fundada a primeira incubadora de cooperativa popular como um programa de extensão do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, no ano de 1996. Esse programa tinha a intenção de atuar junto às cooperativas populares e se constituiu na primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, que serviu de inspiração para que outras experiências de apoio à economia solidária se multiplicassem nas universidades do Brasil.

Em pouco tempo experiências semelhantes se multiplicaram e, em 1999, seis incubadoras fundaram a Rede de Incubadoras Tecnológicas Populares – Rede ITCps. No decorrer dos anos, novas incubadoras foram se constituindo. Em 2005 foi fundada a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol como um Programa[1] de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa

[1] A UEPG divide seus projetos de extensão em Programas e Projetos. Os Programas têm a característica básica de serem de longo prazo, ou permanentes, e articulam diversos subprojetos. Já os Projetos se caracterizam pelo menor prazo de execução.

– UEPG, no estado do Paraná. A IESol logo se integra à rede de ITCPs. O Programa foi institucionalizado a partir da Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão nº 105, de 27 de setembro de 2005. Assim, a IESol nasce na esteira do movimento presente nas universidade que questionavam seu papel na resolução de problemas sociais ou de grupos que buscam alternativas de geração de trabalho e renda de forma crítica do sistema capitalista. Em geral, esses grupos apresentam uma perspectiva transformadora, apontando que a simples venda de sua força de trabalho não é suficiente para resolver os problemas das populações mais vulneráveis.

Em 2018 já são mais de 100 incubadoras universitárias espalhadas por todo o País. Elas se articulam em duas redes: a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP, desenvolvendo ações de apoio à economia solidária, principalmente assessorando empreendimentos econômicos solidários, articulando políticas públicas e produzindo conhecimento sobre a economia solidária.

Nesse contexto, busca-se neste capítulo resgatar elementos centrais da trajetória da IESol, que serão abordados a partir de quatro períodos, percorrendo sua gênese, consolidação, expansão e momento atual. Para concluir, serão apresentados os aprendizados obtidos nesses 13 anos de atuação e os principais desafios para o futuro.

## A gênese da IESol – 2004 a 2006

A IESol foi sonhada no início do século XX, quando surgiram as primeiras notícias sobre a existência de espaços nas universidades que reuniam pessoas que se dedicavam a pensar e realizar projetos de economia solidária. Em 2005 o sonho virou realidade, graças a uma confluência de fatores objetivos e subjetivos e uma tendência de projeção e incentivo para a economia solidária.

Sobre os fatores objetivos, destacam-se os esforços empreendidos pelo governo federal, concentrados na Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, criada em 2003 e

vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Essa Secretaria ficou sob responsabilidade de Paul Singer (1932-2018), um dos principais idealizadores e teóricos da economia solidária. A SENAES buscava articular programas de vários ministérios do governo federal, relacionados à economia solidária. Essa tarefa também incluía o encontro com instituições parceiras, como as universidades e outras instâncias de governos estaduais e municipais.

A ação da SENAES se caracterizava, entre outras questões, como um ensaio que vislumbrava mudanças estruturais e não apenas políticas compensatórias e emergenciais. Ensaio, porque sempre teve acesso a recursos limitados. Parte dos recursos destinados para fomentar a economia solidária no País estavam direcionados para ações como as do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, que teve importante papel na história da IESol.

Nessa época, o governo do Paraná, em sinergia com o governo federal, também assumiu a economia solidária, promovendo ações para estabelecimento de uma política em consonância com a proposta das incubadoras universitárias, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP em sua Coordenadoria de Economia Solidária.

Nesse bojo, a SETP em conjunto com a ITCP/UFPR executou, no final de 2014, o curso "Introdução à Economia Solidária" com o intuito de formar 150 multiplicadores no Estado, numa atividade que contou com uma representante da UEPG. Durante o curso, a notícia sobre a execução do PRONINC pela ITCP/UFPR, com a possibilidade de incubação de uma nova incubadora, deu força para a concepção do que seria a IESol.

Apesar do contexto de certa forma favorável, os fatores subjetivos são considerados de maior força para a constituição da IESol. Esses fatores estão no desejo e na ação de seus apoiadores iniciais. Desse grupo fazem parte pessoas que tinham algum conhecimento sobre economia solidária ou mesmo que tinham um histórico de atuação em movimentos sociais e se identificaram com a proposta.

Somados os fatores objetivos e subjetivos, foi apresentada uma proposta na UEPG. Dada a sua natureza, foi apontado que a IESol

deveria assumir as características de um programa de extensão, devido ao fato desse formato ter caráter permanente e ir além de um projeto de extensão, que pressupunha um prazo final dentro da legislação da Universidade.

Assim, no dia 27 de setembro de 2005 é aprovada a resolução institucional que criou a IESol. Durante esse processo, a proposta conquistou outros adeptos e a organização foi iniciada. A equipe investiu em sua formação interna, estudando e pesquisando sobre economia solidária e incubação. Na instituição fazia-se a divulgação do programa, agregando integrantes de todos os campos de conhecimento, tanto acadêmicos como popular. Somente no ano seguinte à sua criação a Incubadora passa a contar com alguns recursos financeiros. Embora não fossem propriamente para o trabalho de incubação, permitiam desenvolver trabalhos em prol da economia solidária e a manutenção de uma equipe.

Importante ressaltar que o trabalho da IESol é pensado para que o tripé do ensino, pesquisa e extensão seja desenvolvido de forma plena, num processo em que seus integrantes contribuam com o aprendizado em seus cursos de graduação e pós-graduação e que também levem o conhecimento adquirido para o Programa, buscando ampliar o debate sobre a economia solidária em diversos âmbitos da Universidade. Destacam-se ainda os processos de formação desenvolvidos pela Incubadora junto a seus membros e também os cursos, palestras e eventos abertos à comunidade, constituindo-se em um espaço de educação não formal (GOHN, 1999).

As ações da IESol estão presentes em projetos de pesquisa, em trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e também nas indagações sobre economia solidária, além de se materializarem em diversas publicações realizadas por membros do Programa, numa articulação essencial para uma universidade pública e gratuita, especialmente em períodos de crise.

Já nesse primeiro período, de criação e implementação da IESol, inaugurou-se uma tradição que se tornou uma característica central da Incubadora: a tomada de todas as decisões de forma coletiva. Isso abrange desde o nome, a sigla, a logo e até as primeiras abordagens aos grupos que poderiam apresentar elementos da economia solidária e que poderiam ser incubados pela IESol.

Em seus passos iniciais a IESol contou com apoio da ITCP da UFPR, que, conforme já mencionado, promoveu o curso "Formação teórico-prática em metodologia de incubação de empreendimentos de economia solidária", entre maio e setembro de 2006, com apoio do PRONINC. Foram 148 horas de curso, nas quais as discussões teóricas estavam articuladas com o processo de incubação, em especial sobre a metodologia utilizada. Fruto desse curso é a adoção da mesma metodologia da ITCP da UFPR, a qual era composta por três fases: *a pré-incubação, a incubação e a desincubação*. A *pré-incubação* trata do diagnóstico dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES e da apresentação dos elementos fundamentais da economia solidária e do processo de incubação, proporcionando um conhecimento mútuo entre equipe e EES, que ao final elaboram o planejamento inicial das ações a serem executadas durante a incubação. É também o momento em que os EES decidem se pretendem mesmo seguir no caminho da economia solidária. Na fase da *incubação* propriamente dita, aprofunda-se o conhecimento sobre economia solidária, avançando para além dos EES e pensando nas redes e na política pública, além de serem tratadas demandas específicas e técnicas, de acordo com a realidade de cada um. E, finalmente, a *desincubação,* fase que se dá com a autonomia e emancipação do grupo, que passa a desenvolver ações de forma mais autônoma e com menor apoio da IESol. Ressalta-se, no entanto, que esse processo não segue um roteiro fixo e com tempos rígidos, podendo se entrecruzar, retornar e até reiniciar, conforme cada contexto. Porém, as ações devem convergir para o resultado esperado em comum acordo com a equipe de incubação e membros dos EES.

Ao longo do tempo, essa metodologia foi problematizada e se tornou alvo de constantes refinamentos e aprimoramentos. Contudo, manteve seus fundamentos e princípios, que permanecem nos dias atuais, como a questão do construir junto com os grupos incubados, em uma perspectiva baseada em Paulo Freire, na qual o "trabalho é realizado de maneira participativa: nada é feito *para* ele, mas *com* eles, buscando autonomia e emancipação" (SANTOS et al., 2006, p. 49).

Ao dar seus primeiros passos, a IESol buscou se aproximar dos primeiros grupos que apresentavam elementos que se identificavam com a economia solidária. Em contato com eles, houve a primeira mudança metodológica, com a incorporação da história oral, durante o pré-diagnóstico. Assim, a IESol foi contemplada com seu primeiro projeto, chamado "Práticas Teóricas e Metodológicas do Trabalho de Campo para a Elaboração de um Diagnóstico Participativo: Economia Solidária, Educação Popular e História Oral", do Ministério da Educação – MEC, no Programa de Apoio a Atividades de Extensão em Políticas Públicas – PROEXT (TORRES, 2008).

Nesse mesmo período a IESol executou, com apoio da SETP, o Plano Nacional Territorial de Qualificação Profissional – PlanTeQ, entre os meses de novembro de 2006 e março de 2007. Esse Projeto focava a qualificação profissional de trabalhadores e trabalhadoras dentro da linha da economia solidária e também por ramo de atividade.

Para além dos projetos com previsão de recursos, o que permitiu sustentar muitas ações, houve paralelamente um esforço em construir parcerias com os cursos e órgãos da UEPG e também com outras instituições, o que se constituiu como prática que se repete até os dias atuais. Essas parcerias proporcionam, principalmente a docentes e pesquisadores, contribuir com conhecimento para a solução de demandas específicas dos grupos.

O compromisso firmado pela IESol, de estar atenta aos princípios e valores com os quais foi formada, mantém-se até hoje. A vigilância sobre essa questão foi sendo aumentada na medida em que o Programa crescia em número de integrantes e na entrada de recursos, dedicando especial atenção ao que a história ensina sobre como o ganho de escala não deve vir à custa da degeneração daquilo que é essencial.

## A consolidação da IESol – 2007 a 2013

Com a ampliação de recursos e novas demandas, a IESol conquista a aprovação de novos projetos. Em 2007 é aprovado o projeto da Fundação Banco do Brasil para atuação junto à Associação

de Recicladores de Porto Amazonas, com a construção de um barracão em terreno da prefeitura daquele município e acompanhamento de uma equipe da IESol junto ao grupo.

A partir de 2008 a IESol garante a ampliação de sua atuação mediante aprovação de projetos com maior valor e com maior alcance, a saber: Projeto PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras, promovido pelo MDS, e Programa USF – Universidade sem Fronteiras, do governo do estado do Paraná.

As ações de ambos operavam de forma sinérgica, e proporcionaram um aumento do número de trabalhadores e trabalhadoras atendidos pela IESol. Isso foi possível devido à expansão da infraestrutura e da equipe, sendo que esta última manteve uma configuração multi e interdisciplinar. Embora a contratação de técnicos formados e estagiários de graduação fosse por período curto e de forma temporária, foi possível contar com equipes de forma mais duradoura para o desenvolvimento de ações. Nesse contexto, foi possível avançar nas ações desenvolvidas, conferindo reconhecimento por parte da comunidade universitária e marcando sua consolidação enquanto programa permanente de extensão.

Além de enfrentar a questão da rotatividade da equipe, o que requer habilidade constante para minimamente manter um nível próximo de conhecimento sobre economia solidária e sobre o processo de incubação, houve ainda um desafio de mais difícil resolução: a continuidade do trabalho de incubação após a finalização dos projetos.

Devido ao fato de não haver uma sintonia entre os prazos dos projetos e o tempo de incubação, pois ambos operam com lógicas diferentes, a equipe precisa operacionalizar esse lapso de tempo de forma criativa e diferenciada para cada EES, pois eles chegam até a IESol também com características, demandas e vivências diferentes.

Visando a manutenção das atividades com os EES, considerando a falta de conexão entre o tempo dos projetos e o tempo das EES, recorre-se aos editais que possam financiar a manutenção e até a expansão das atividades. Nesse sentido, a IESol executou projetos do MEC/PROEXT que eram voltados à extensão universitária no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

O primeiro deles, PROEXT-2009, tinha como título "Formação de Agentes em Economia Solidária e Construção de Referencial Teórico". Esse Projeto teve a proposta de promover a formação educacional em economia solidária para professores das escolas e do ensino superior, estudantes do ensino médio, graduandos, pós-graduandos e comunidade em geral, buscando conhecer o referencial teórico conceitual e metodológico sobre a incubação de empreendimentos econômicos solidários, bem como contribuir com a construção desse mesmo referencial.

Após a execução de um projeto focado na formação de agentes multiplicadores em economia solidária e disseminação dessa temática, as duas próximas propostas aprovadas pelo mesmo programa do governo federal (PROEXT 2010; PROEXT 2013) tinham como objetivos possibilitar a continuidade dos trabalhos de incubação com os empreendimentos nas áreas de reciclagem, agroecologia, artesanato e marcenaria. Mesmo durante a execução desses projetos, a formação em economia solidária para os mais diversos públicos estava presente nas atividades da Incubadora. No entanto, o foco dos projetos PROEXT 2010 e 2013 estava voltado para os EES, conforme consta na proposta inserida no PROEXT 2013:

> Este programa visa possibilitar à Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) a continuidade do trabalho de assessoria, suporte técnico e educacional às associações, cooperativas e grupos em organização, fornecendo assistência administrativa, jurídica, contábil, econômica, técnica e educacional. Por meio da IESol, busca promover, outrossim, a formação em economia solidária para professores, estudantes, técnicos, funcionários e os participantes dos grupos de trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários (IESOL, 2013).

Durante o período de execução desses projetos, destacaram-se algumas parcerias, como Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, Centro de Referência de Assistência Social do bairro Santa Luzia (Ponta Grossa), Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Estado

do Paraná. A parceria com a Cáritas rendeu projetos que financiaram diretamente EES incubados, através dos Fundos Diocesano e Nacional de Solidariedade.

Para além do trabalho de incubação com os EES, nessa fase a IESol ampliou o conjunto de outras atividades com a promoção de cursos de formação semestrais; promoção de eventos anuais; participação em eventos acadêmicos e de mobilização em prol da economia solidária; participação nos Fóruns e Conselho Municipal de Economia Solidária; atendimento a demandas da própria Universidade e de demais instituições em busca de conhecimento sobre economia solidária.

Um destaque é a realização semanal das Feiras de Economia Solidária na UEPG, numa ação em que converge uma série de objetivos, tais como: proporcionar espaço de exposição e comercialização dos produtos de EES incubados, interação entre as trabalhadoras e trabalhadores e com a comunidade universitária, porta de entrada para a comunidade externa que visita a Feira; espaço de trocas entre os EES participantes; espaço para outras atividades da IESol como Clube de Trocas, Rodas de Conversa e divulgação da IESol, da UEPG e da economia solidária.

O reconhecimento institucional teve como marco a escolha da IESol como ganhadora do Prêmio de Extensão Universitária, em 2012, pela Divisão de Extensão Universitária da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais.

Com tais experiências, a equipe, mesmo convivendo com mudanças habituais, avançou na discussão teórica e metodológica, inaugurando uma nova fase, na qual conquistou seus maiores projetos e enfrentou novos desafios.

## A expansão da IESol – 2014 a 2017

Todo o trabalho da IESol, até 2013, foi marcado por grandes conquistas, fato que acarretou em profundas mudanças no funcionamento da Incubadora. A partir de 2014, ano em que recursos de diversos projetos foram liberados, as ações foram ampliadas. Além do edital PROEXT 2013, já mencionado, a IESol teve aprovados

outros dois projetos: “Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais”, que recebeu patrocínio da Petrobras por meio do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania; e “Economia solidária, desenvolvimento territorial e tecnologias sociais no território da incubadora de empreendimentos solidários – IESol da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR”, edital PRONINC, da SENAES, via CNPq.

Destacam-se nessas propostas o prazo mais longo para a execução dos projetos (ambos com previsão de 02 anos), bem como os valores de recursos, que somados chegaram a aproximadamente um milhão de reais. Possibilitou-se, dessa forma, a contratação de maior número de técnicos graduados e de bolsistas de graduação, além da aquisição de equipamentos para os EES incubados.

O número de grupos com que a IESol passou a trabalhar aumentou consideravelmente, passando de três para doze. Assim, alguns EES que estavam mais afastados da Incubadora (em virtude do encerramento de projetos anteriores) voltaram a ser incubados. Da mesma forma, novos EES que não tinham relação anterior com a IESol passaram a ser incubados. Oportunizou-se a inserção de EES com características diferentes daqueles que a Incubadora trabalhava, destacando-se um território (bairro), uma rede de empreendimentos e apoio a uma incubadora recém-criada. Diante de tais novidades, percebeu-se a necessidade de uma mudança metodológica que pode ser resumida em três pontos.

O primeiro deles foi a inserção de uma modalidade de trabalho junto aos empreendimentos devido às suas finalidades ou formas de atuação (geração de trabalho e renda, território, redes e incubadora). Após análise de cada EES, percebeu-se que não bastaria separar os grupos em apenas duas categorias: geração de trabalho e renda e “outros”. Decidiu-se, portanto, classificar o trabalho da IESol em duas maneiras: incubação e assessoria. O primeiro caso foi destinado a organizações que apresentavam maiores fragilidades e demandavam de um acompanhamento mais próximo. Os EES incubados teriam visitas semanais ou quinzenais e ações contínuas. Já a assessoria caracterizou-se pela presença de grupos mais estruturados, e que, portanto, não necessitavam de acompanhamento tão próximo. Assim, as visitas ou reuniões seriam mensais ou bimestrais.

Cada grupo ou empreendimento incubado ou assessorado possuía uma equipe de referência, denominada equipe de incubação. Cada uma delas contava com a presença de um professor e/ou técnico supervisor e pelo menos um acadêmico bolsista, sendo que as equipes variavam de três a sete pessoas. Não obstante, tais equipes nem sempre davam conta de atender todas as solicitações dos grupos. Além disso, a IESol contava com outras atividades que extrapolavam os empreendimentos.

A partir dessa compreensão, planejou-se o segundo dos três novos movimentos metodológicos: a criação de núcleos temáticos. Sendo assim, desde 2014 a Incubadora passou a contar com os seguintes núcleos: administrativo/contábil/econômico; economia solidária nas escolas; feiras; formação; história oral; jurídico; meio ambiente; participação política; pesquisa e planejamento; publicidade; e, segurança alimentar e nutricional.

Esses núcleos tinham como função dar suporte às equipes de incubação sempre que fossem acionados e planejar as demais atividades da Incubadora, como cursos e palestras, participação em eventos e espaços públicos, elaboração de projetos, formações internas[2], planejamento, avaliação etc. Cabe apontar que a real efetivação de alguns núcleos dependia da existência de acadêmicos, técnicos ou professores na equipe da IESol com conhecimento nas diferentes áreas.

O terceiro ponto foi consequência dos dois primeiros. Com o aumento do número de empreendimentos incubados e a nova modalidade de incubação, o Núcleo de Pesquisa e Planejamento percebeu a necessidade de problematizar e aperfeiçoar determinados aspectos relacionados à metodologia de incubação, principalmente algo que pudesse mostrar em que "nível" os empreendimentos estavam, para perceber os avanços e problemas relacionados aos grupos, bem como avaliar o trabalho e os resultados do próprio processo de incubação (BRASIL; SILVA; BRASIL, 2015, p. 6).

Assim, surgiu a proposta para que o Núcleo elaborasse indicadores, através dos quais fosse possível compreender, quantitativamente, a situação em que cada empreendimento se

[2] O capítulo "Espaços formativos na IESol: avaliação sobre as formações internas" aborda com maior profundidade as formações internas.

encontrasse, nos aspectos socioambientais e econômicos[3]. Apesar das limitações que esse instrumento contém, a aplicação anual do indicador subsidia as equipes de incubação no planejamento e acompanhamento das atividades.

A expansão da IESol trouxe diversos impactos e proporcionou ricas experiências e aprendizados. Um deles sobre a possibilidade de manter um trabalho autogestionário mesmo com uma equipe ampliada, num exercício imprescindível para quem aposta na economia solidária como caminho para a transformação.

A respeito do processo de incubação, a divisão nas modalidades apresentadas anteriormente mostrou-se acertada, pois através dela as estratégias de ação foram melhores planejadas e executadas. Nesse mesmo sentido, é possível destacar a introdução de mais uma fase na metodologia da IESol, a da pós-incubação. O final do processo formal de incubação não pode representar o término de um vínculo, mas sim uma mudança de relação entre incubadora e EES. Esse avanço metodológico foi um dos aprendizados nesses mais de 10 anos de experiência, e por isso a IESol vem trabalhando na perspectiva de manter laços de parceria através do que vem sendo chamado de pós-incubação. Nela, os encontros entre equipe e EES têm uma periodicidade maior, priorizando-se assuntos relacionados à luta por políticas públicas, participação, assessorias pontuais e captação de recursos. Enfatiza-se que as ações são muito mais pontuais e que os grupos já possuem uma autonomia maior no desenvolvimento de suas atividades.

Nesse momento, prioriza-se o apoio a encontros entre os EES, estimulando a construção de redes de colaboração, o que nem sempre é fácil nas fases anteriores, em que cada EES apresenta demandas muito particulares. Portanto, a constituição de redes é um grande objetivo dessa etapa, além da manutenção da sustentabilidade de cada EES. Todos os EES dessa fase estão aptos a participarem das atividades promovidas pela IESol, bem como da feira de comercialização e exposição que ocorre semanalmente no interior da Universidade. A participação nos fóruns de economia solidária é incentivada

[3] Sobre indicadores elaborados pela IESol, consultar "Indicadores no processo de incubação: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG)" de Manuela Salau Brasil, Marcia Alves Soares da Silva e Francisco Salau Brasil.

como forma de consolidar a articulação. Busca-se também apoiar a articulação do movimento local de economia solidária, pois a IESol considera que, como movimento social a economia solidária na região ainda dá seus primeiros passos, ao contrário de outras cidades e regiões onde o Movimento da Ecosol é mais ativo.

Destaca-se ainda a experiência de incubação de território, o que vem exigindo um maior esforço no trabalho de campo e de pesquisa e no repensar o trabalho. Esse trabalho ainda é muito recente, e entre idas e vindas abre uma importante reflexão sobre o papel da economia solidária no desenvolvimento local, um pensar além dos grupos e suas redes e analisar como esta iniciativa possui a potencialidade de abrir oportunidades para desencadear processos de desenvolvimento local. Os ensaios em avançar para a incubação de território estão ligados às reflexões sobre a necessidade de ampliar e acompanhar a realidade em que a economia solidária adota diferentes configurações para garantir sua viabilidade e sua expansão.

## IESol: o momento atual – 2018

No processo de incubação desenvolvido entre os anos de 2006 e 2017 a IESol acompanhou 28 grupos, em diferentes formas de atuação, desde uma assessoria pontual até o processo de incubação em suas diferentes modalidades. Os grupos estão sistematizados em nove categorias (Quadro 1): artesanato (quatro grupos); rurais (onze grupos rurais, dos quais seis são assentamentos ou acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e cinco de comunidades de agricultores tradicionais ou quilombolas); catadores de materiais recicláveis (cinco grupos); prestadores de serviço (dois grupos); formação ou cultura (dois grupos); rede e território (dois grupos); terapêutico/ inclusão social (um grupo) e uma nova incubadora.

**Quadro 1: Grupos incubados pela IESol – 2006 a 2017**

| Segmento | Nº | Nome do Grupos | Período |
|---|---|---|---|
| Artesanato | 1 | Feira São José | 2006 |
| | 2 | Grupo Palha de Ponta | 2007 a 2009 |
| | 3 | Grupo de areeiros, catadores e artesanato de Tibagi | 2009 |
| | 4 | Afesol* | 2011 a 2017 |
| Assentamento / Acampamento de Trabalhadores Rurais Sem Terra | 5 | Assentamento Estrela | 2007 a 2009 |
| | 6 | Assentamento Iraci Salete Strozake | 2007 a 2009 |
| | 7 | Acampamento Libertação Camponesa | 2007 a 2008 |
| | 8 | Acampamento Emiliano Zapata (Associação Aterra / Grupo Chão e Vida/ Cooperativa Cooperas / Rede Solidária de Produtores e Consumidores Agroecológico/ Rede de Mulheres Produtoras em Agroecologia)[4]* | 2007 a 2017 |
| | 9 | Assentamento Três Lagoas* | 2014 a 2017 |
| | 10 | Acampamento Maria Rosa do Contestado – Cooperativa* | 2017 |
| Grupos de Catadores de Recicláveis | 11 | Associação de Catadores de Tibagi – PR | 2007 |
| | 12 | Associação de Recicladores de Porto Amazonas – ARPA / Cocarpa* | 2009 a 2010 e 2013 a 2017 |
| | 13 | ACAMARI – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Ipiranga | 2010 |
| | 14 | ASCAMP | 2010 a 2011 |
| | 15 | Associação de Reciclagem Rei do Pet – ARREP* | 2010 a 2017 |

[4] Apesar de acompanhar a Comunidade Emiliano Zapata, a IESol efetivamente trabalhou ao longo do período com diferentes subgrupos de famílias da Comunidade.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Comunidade Rural Tradicional/ Quilombolas | 16 | Comunidade Negra Rural do Sutil | 2007 a 2009 |
| | 17 | ACAFS – Flor da Serra | 2009 |
| | 18 | Comunidade Negra Santa Cruz | 2009 |
| | 19 | Cozinha Comunidade Pombal | 2010 |
| | 20 | Associação de Produtores Familiares das Colônias de Castro | 2013 a 2017 |
| Grupo de Prestadores de Serviços | 21 | Associação Campos Gerais De Jardinagem* | 2006 e 2013 a 2017 |
| | 22 | Associação de Trabalhos Manuais São José – ASTRAMA* | 2007 a 2008 e 2013 a 2017 |
| Rede/ Território | 23 | Rede de Educação Popular do Paraná (17 empreendimentos) – Casa da Economia Solidária de Irati* | 2013 a 2017 |
| | 24 | Bairro Santa Mônica – Centro Social Marista Santa Mônica* | 2013 a 2017 |
| Grupos de Formação ou Cultura | 25 | Como Vovó já me Dizia | 2013 a 2015 |
| | 26 | Associação Cultural Projeto Yume | 2013 a 2014 |
| Nova Incubadora de EES | 27 | Trilhas – PUC/PR | 2013 a 2014 |
| Grupo de Inclusão/ Terapêutico | 28 | CAPS Castro (Saúde mental)* | 2017 |

Fonte: elaboração dos autores com base nos relatórios anuais da IESol.

*Grupos que permanecem no processo de incubação para o ano de 2018.

Esses grupos têm sedes em nove municípios, situadas nas áreas urbanas e rurais de Ponta Grossa, Ortigueira, Tibagi, Ipiranga, Porto Amazonas, Piraí do Sul, Curitiba, Castro e Irati. Cada um deles foi acompanhado por uma equipe fixa formada por integrantes da IESol, responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações. Essas equipes têm um caráter inter e multidisciplinar, com destaque para as seguintes áreas: Serviço Social, Geografia, Economia, Administração, Engenharias, Direito, História, Jornalismo, Psicologia, Publicidade, Letras, Biologia, Agronomia,

Contabilidade, oriundos da própria UEPG e de outras instituições de ensino superior da cidade de Ponta Grossa.

Para o ano 2018, onze dos grupos acima relacionados permanecem com algum vínculo direto com a IESol. Neste ano a Incubadora começou a executar mais dois projetos, o primeiro através do PRONINC/CNPQ, com o título "Economia Solidária, Redes de Cooperação e Tecnologias Sociais: fomentando e consolidando Empreendimentos Econômicos Solidários – EES vinculados à Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR"; o outro: "Fomento à pesquisa e inovação em empreendimentos econômicos solidários através de tecnologias sociais" é financiado pelo CNPq e conquistado através de uma emenda parlamentar.

Com a execução de ambos os projetos, a tecnologia social ganha espaço, num esforço de integrar outra forma de economia (a economia solidária) com outra forma de tecnologia (a tecnologia social), que figura como alternativa tanto para os EES quanto para a própria IESol. Para os EES, como incorporação de uma tecnologia em harmonia com a forma de organização e dos princípios da economia solidária, capaz de produzir inovações e de resolver diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras. Em relação à IESol, a tecnologia social insere-se nas discussões e mudanças metodológicas, num rico processo de avaliação crítica e propositiva que tem ocorrido durante o ano, que capta as percepções dos sujeitos envolvidos e que já tem fornecido suportes para a implementação de novos avanços metodológicos.

Ainda se observa que, desde 2017, há um forte aumento da demanda de grupos à procura de assessoria da IESol, grupos que tiveram algum contato com a proposta da economia solidária, que estão buscando conhecer mais e até entrar em um processo de incubação. Infere-se que é um sintoma da atual conjuntura, na qual os níveis de desemprego atingiram índices alarmantes, e não se vislumbra grandes perspectivas para a mudança dessa realidade. Esses grupos buscam uma alternativa de geração de renda e sobrevivência e percebem na economia solidária uma possível resposta para seus problemas. Por outro lado, devido às limitações da IESol em recursos e tamanho da equipe, há também limitações

para ampliar a demanda. Sendo assim, foi definido que os próximos projetos devem contemplar com mais força a questão da divulgação e formação em economia solidária.

Diante dessa conjuntura, um projeto foi elaborado com base em outras perspectivas. Aprovado pelo edital do USF, de 2018, "Economia Solidária como alternativa de superação da vulnerabilidade social em municípios dos Campos Gerais-PR" é formulado com uma proposta voltada fortemente à formação para públicos variados, incluindo equipes de equipamentos públicos. Com esse propósito, busca-se ampliar as ações em outros formatos possíveis (além da incubação) para públicos que possam servir como multiplicadores da economia solidária na região dos Campos Gerais.

Dessa forma, a IESol continua atenta às novas demandas, alargando seu rol de experiências e comprometida com a transformação social. Em seus treze anos de história vem consolidando a relação entre extensão, pesquisa e ensino no âmbito de uma incubadora de universidade pública que possibilita que a reflexão acadêmica tenha impacto real na melhoria da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

## Considerações finais – para onde vamos?

Retomando o cenário que originou as incubadoras, vive-se novamente um ciclo de crise. O debate sobre um caráter provisório ou funcional da economia solidária já foi superado, e as crises podem funcionar como impulsionadores de uma onda crescente de empreendimentos econômicos solidários.

Ao assumir esse debate, a IESol conecta-se com a sociedade, aproximando a comunidade universitária da sua comunidade maior, permitindo trocas de conhecimentos e avanços teóricos e práticos. De fato, o lastro de experiências da IESol permitiu mudanças em sua forma de trabalho, sobretudo na metodologia de incubação, acompanhando tanto os achados empíricos quanto o estado da arte na academia.

Embora a IESol reconheça a importância da Metodologia de Incubação original, há uma série de questões que exigem novas estratégias. Entre as questões em discussão estão os diferentes tipos de

grupos, seus graus de vulnerabilidade, maturidade, inserção crítica e autonomia. O trabalho para além dos grupos, embora a IESol sempre tenha atuado em avançar a articulação entre eles, passou a discutir o fortalecimento do trabalho em rede e a incubação de território.

Além da questão metodológica, a ampliação do perfil dos trabalhadores/as, a incorporação da perspectiva do território, a relação com inovação e tecnologia social são aspectos que traçam uma trajetória com novos e complexos desafios.

Também o ambiente de crise tem imposto aos EES, portanto para a própria IESol, questões a serem enfrentadas e que sugerem mais fortemente o desafio de conjugar a necessidade econômica com os princípios da economia solidária, sob pena de reviver casos em que experiências de cooperativismo sucumbiram diante de cenários anteriores de crise.

A IESol e a economia solidária continuam dependentes de condições externas e internas, sendo que esta última sobressai com uma predominância capaz de sustentar períodos de conjunturas mais desfavoráveis na busca de ampliação da economia solidária como direito a uma forma superior de existência.

## REFERÊNCIAS


BRASIL, Manuela Salau; SILVA, Marcia Alves Soares da; BRASIL, Francisco Salau. Indicadores solidários: uma proposta de tecnologia social da IESol/UEPG. In: IV CONGRESSO DA REDE DE ITCPS, 4., 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: Rede Itcp, 2015. p. 1-17.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – IESOL. **Programa de consolidação da Incubadora de Empreendimentos Solidários** - IESol/UEPG para suporte a empreendimentos econômicos solidários. Projeto Apresentado Edital MEC/Sesu 2013. Não publicado.

SANTOS, A. P. et al. Incubadora de empreendimentos solidários: uma nova perspectiva interdisciplinar. **Revista Conexão**. v. 2, n. 1, p. 48-51, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TORRES, L. C. C. **Acervo IESol**: fontes para a história das trabalhadoras e trabalhadores de economia solidária na região dos Campos Gerais. Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharel em História, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

# Sustentabilidade, desenvolvimento local e economia solidária: a atuação da incubadora de empreendimentos solidários (IESol) na região de Ponta Grossa – Paraná

*Luiz Alexandre Gonçalves Cunha*
*Drielli Peyerl*

A reestruturação capitalista relacionada à crise iniciada na década de 1970 gerou a retomada do desemprego nos países desenvolvimentos e o agravamento da pobreza e da exclusão social nos países subdesenvolvidos. Nesse contexto, a economia solidária é resgatada, de uma forma atualizada, como alternativa de geração de trabalho e renda. A Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol surge e tem atuado durante anos com o intuito de fomentar esta opção numa região marcada por uma concentração importante de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Apoiando-se ao cenário acima apresentado, um dos principais pontos de debates levantados em relação aos temas abordados – sustentabilidade e desenvolvimento – caracteriza-se por meio dos vários conceitos que definem as suas relações, inclusive com outros conceitos, como o de economia solidária. Esses conceitos são discutidos dentro da academia e incorporados socialmente. Apoiados em determinadas matrizes ideológicas, proporcionam estrutura para a implementação e avaliação de estratégias voltadas ao desenvolvimento local, regional e nacional e de atuação, como no caso da IESol.

Há décadas têm se discutido o papel social das organizações humanas e das diversas maneiras de se ampliar o relacionamento entre a diversidade social atual, principalmente com a abertura dessa lacuna entre as denominadas classes sociais e o desempenho do Estado diante dessa situação. A partir disso, outro ponto de relação que se torna fundamental entre o social e o Estado é o mercado, configurando um dos pontos do conceito de desenvolvimento (OLIVEIRA; VERARDO, 2007). Dessa forma, atrelado ao conceito de desenvolvimento, enfatiza-se a sustentabilidade que o empreendimento associativo deve possuir junto às estratégias de formação dos grupos interessados e envolvidos dos setores populares. Assim, a economia solidária desenvolve um papel fundamental como uma efetiva oportunidade de trabalho e renda, refletindo-se na forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, feiras solidárias, entre outros, que preservam os princípios e valores relacionados à solidariedade e autogestão.

Assim, o objetivo deste capítulo é esboçar a dinâmica e emprego dos conceitos de sustentabilidade, economia solidária e desenvolvimento local, no sentido de colaboração com a contínua atuação da IESol na região de Ponta Grossa (Paraná, Brasil). Destaca-se que a IESol tem como princípios: a autogestão, a geração de trabalho e renda, a organização baseada no associativismo e cooperativismo e a sustentabilidade. Enfatizando que, dos inúmeros trabalhos publicados pelos autores deste capítulo em diversos eventos, este trabalho representa uma compilação dos mesmos.

## Economia solidária e seus caminhos

Diferentes e importantes autores como Pochmann (2002), França Filho e Silva Jr. (2006), Laville (2002), Putnam (1993), Abromovay (2000), Singer (2000), Verano (2001), Dagnino (2005), Novaes (2005), entre outros, têm discutido inúmeros conceitos e temas a respeito de assuntos que entrelaçam a economia solidária ou, de alguma forma, pertencem ao seu teórico-conceitual, como definições de capital social, tecnologia social, adequação sociotécnica, desenvolvimento territorial, empreendimentos

autogestionários, economia da inovação, sustentabilidade. Vários trabalhos têm evidenciado esse debate, porém, não cabe neste momento a discussão de cada conceito, mas a reflexão de alguns inseridos na economia solidária, principalmente os relacionados à atuação da IESol e o desenvolvimento local e regional.

Desde o século XIX registram-se "tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores" (GAIGER, 2003, p. 182). Quando se trata da emergência da economia solidária nas últimas décadas, seguindo os estudos de Polany (1980), surgem questionamentos a respeito da relação estabelecida entre a economia e a sociedade, ou precisamente, a subordinação a que a economia submeteu a sociedade (COSTA, 2011).

Já nas últimas três décadas, a proposta contida nos empreendimentos solidários tornou-se uma alternativa para grupos de trabalhadores que buscam melhorar suas condições de vida econômica, social e política. Nesses termos, a alternativa solidária não é estranha às novas concepções de desenvolvimento, que visam superar os elementos contidos nas propostas tradicionais predominantes nas décadas de 1950 a 1970. A renovação pretende incorporar um viés espacial/territorial que permite preservar elementos que compõem a complexidade do mundo atual. Assim, busca-se considerar a diversidade, a territorialidade e os contextos sociais nos quais se desenrolam os processos de desenvolvimento (CUNHA, 2006, CUNHA 2012).

Para complemento da discussão relacionada ao desenvolvimento local, o geógrafo Milton Santos apresenta um panorama decisivo do reconhecimento das características particulares de cada território, dos grupos sociais, bem como da diversidade e conflitos dos interesses presentes, que tendem a novas construções que envolvem o interesse comum. O autor salienta que "é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica, tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local" (SANTOS, 2000, p. 10).

As propostas relacionadas à concepção de desenvolvimento local surgem na conjuntura gestada na década de 1980, mas toma forma realmente decisiva na década de 1990. O que se busca é a

construção de uma "nova economia das iniciativas locais" (ZAOUAL, 2006). Salienta-se, desse modo, que o conceito de desenvolvimento local se relaciona diretamente com as questões ligadas ao conceito de sustentabilidade.

O termo sustentabilidade geralmente é discutido em duas linhas: na ecologia, mais especificamente, e na economia. As questões relacionadas ao consumo exacerbado e às relações entre o homem e o ambiente geram conflitos e estão presentes nas decisões tomadas a respeito da sustentabilidade do meio. Cada vez mais, a necessidade de energia, o crescimento populacional e os questionamentos a respeito da utilização dos recursos naturais têm gerado "uma reflexão sobre a essência do sistema capitalista, com suas múltiplas relações, acaba gerando um entendimento parcial da própria crise e uma análise superficial das dívidas, sobretudo a ecológica" (MELO, 2006, p. 117).

Em relação ao conceito de sustentabilidade, no que tange à economia, temos:

> (...) na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

Já em relação à conjunção dos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, surge o termo desenvolvimento sustentável, objeto de grande debate mundial e que pode ser descrito como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades" (LENZI, 2006 apud NASCIMENTO 2012, p. 54).

Destaca-se que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1980, sendo criado em 1983, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, também conhecida como Comissão de Brundtland, que o define como um desenvolvimento que responde

às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras. O relatório dessa Comissão, denominado de relatório Brundtland, considera que:

> (...) pobreza generalizada não é mais inevitável e que o desenvolvimento de uma cidade deve privilegiar o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades de melhora de qualidade de vida para a população. Um dos principais conceitos debatidos pelo relatório foi o de "equidade" como condição para que haja a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões, através de processos democráticos, para o desenvolvimento urbano.
>
> O relatório ainda ressaltou, em relação às questões urbanas, a necessidade de descentralização das aplicações de recursos financeiros e humanos, e a necessidade do poder político favorecer as cidades em sua escala local. No tocante aos recursos naturais, avaliou a capacidade da biosfera de absorver os efeitos causados pela atividade humana, e afirmou que a pobreza já pode ser considerada como um problema ambiental e como um tópico fundamental para a busca da sustentabilidade (BARBOSA, 2008, p. 2).

Porém, outro entendimento que deve ser aqui mencionado, e que será parte do entroncamento de todas essas informações, é a "sustentabilidade" dos empreendimentos que abordam aspectos culturais, ambientais, políticos e também valores individuais e coletivos. Nessa linha de raciocínio, é importante enfatizar que o papel da IESol não tem sido apenas oferecer oportunidades de renda e estratégias para a inserção dos envolvidos na economia, mas da valorização social desse grupo de um ponto de vista ideológico e cultural (KRAYCHETE; AGUIAR, 2007).

De acordo com Coraggio:

> (...) a sustentabilidade não pode ser pensada de forma estática, mas dinamicamente. Ou seja, não se trata apenas de os empreendimentos associativos resolverem problemas particulares que estejam enfrentando, mas de ampliarem continuamente o

> alcance de suas práticas (2006 apud KRAYCHETE; AGUIAR, 2007, p. 33).

Ainda no discurso de Coraggio, o termo sustentabilidade requer:

> (...) uma sociedade que apoie estas atividades e que as reconheça; requer um setor público que produza bens públicos e que tenha políticas públicas orientadas nesse sentido; requer a auto percepção e a subjetividade de que estamos fazendo história e, não, que estejamos apenas sobrevivendo. Indica que o desenvolvimento de uma economia social requer a captação de recursos do modo de produção capitalista e isso não é coisa que se possa fazer sem política, e sim, com poder (2006 apud KRAYCHETE; AGUIAR, 2007, p. 11 e 12).

Com isso, propõem-se relacionar os três conceitos: economia solidária, desenvolvimento local e sustentabilidade, explicando que para se planejar o desenvolvimento é preciso levar em conta as cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993). Aprofundando os conceitos mencionados, é possível destacar que:

> A cultura ecológica enriquece as perspectivas da transição democrática, propondo não só novos direitos humanos vinculados com a preservação da diversidade cultural e ecológica, mas um projeto de democracia social, que articula as exigências tanto de participação da sociedade no processo político plural como de descentralização econômica, com um processo de reapropriação social da Natureza por parte das comunidades, capaz de integrar a população marginalizada em projetos de autossuficiência produtiva (LEFF, 2000, p. 373).

A perspectiva contida nessa proposta aproxima-se de uma visão mais ampla de questionar os rumos civilizatórios tomados pela espécie humana sobre a Terra, contida nas reflexões de Cunha ao propor a busca por um aperfeiçoamento da civilização humana que denomina de processo de endoculturação civilizatória

(CUNHA,1998). Na proposta de Leff, a questão da descentralização econômica visa construir uma nova economia "fundada na integração de espaços de autogestão para o manejo integrado dos recursos nos níveis local e regional" (LEFF, 2000, p. 371).

De acordo com a discussão pontuada, tem-se a IESol como sujeito de um processo de autogestão de recursos locais e regionais, levando segmentos da população que sempre foram mantidos à margem a participarem ativamente desse sistema. Assim, a IESol é fruto de um debate coletivo a respeito da importância da universidade assumir seu papel na sociedade, especificamente de contribuir para o enfrentamento do problema do desemprego e do trabalho precário na cidade de Ponta Grossa e região (ROCHA FILHO; PEYERL; CUNHA, 2008; CUNHA, 2012).

A economia solidária surgiu sem uma estratégia única, fosse de criação de emprego, de direito à renda ou de repartição do trabalho. Também não se inclui como elemento numa estratégia de repartição do emprego articulada a uma outra de não diferenciação das formas de emprego ou ainda de multiplicação das formas de trabalho (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

No Brasil, a crise social das décadas de 1980 e de 1990, chamadas de décadas perdidas, milhões de postos de trabalho foram suprimidos, acarretando desemprego em massa. A economia solidária assumiu, em geral, a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionária.

Ao pesquisar a política pública de economia solidária em processo de constituição no âmbito do governo federal brasileiro, Barbosa (2005) questiona o que chama de incapacidade histórica do segmento da economia solidária tornar-se independente das necessidades capitalistas. A cooperação democrática e a solidariedade entre trabalhadores são requeridas nas narrativas, demonstrando distinção com outras propostas de geração de renda. Porém, segundo a pesquisadora, não apresentam condições históricas para contraporem a vida mercantil e também pouca força para ampliarem o acesso aos fundos públicos (ROCHA FILHO; PEYERL; CUNHA, 2008).

Nas últimas décadas, um dos principais problemas enfrentados pela economia solidária tem sido as políticas governamentais, tais como: barreiras na legalização das associações e cooperativas;

ausência de regulamentação da comercialização de produtos; baixa remuneração dos trabalhadores; falta de proteção da seguridade social. Somam-se a esse quadro as limitações nos processos de formação educacional para novas práticas econômicas e sociais (ROCHA FILHO; PEYERL; CUNHA, 2008).

Além disso, mesclando todos os conceitos aqui discutidos, é interessante ressaltar que muitos dos conceitos afirmados em décadas anteriores têm sido rediscutidos e reestruturados por novos desafios que efeitos de globalização acabam por gerar. Assim, é possível salientar que:

> (...) tanto a ideia de desenvolvimento sustentável quanto a de economia solidária suscitam novos princípios e valores, um contra-discurso, uma contra-hegemonia na perspectiva gramsciana, a construção de outros paradigmas que venham a nortear ações e práticas coletivas para uma nova sociabilidade. Neste sentido, são muitos os significados do desenvolvimento sustentável e da economia solidária que se deseja em face da manifesta crise social e ambiental de dimensão planetária. Verifica-se a formulação de diferentes propostas e concepções de modelos de desenvolvimento sustentável fundamentadas em diversas matrizes teóricas com distintos projetos políticos, segundo os interesses em confronto e que se refletem nas ações e práticas coletivas (LIMA, 2007, p. 4).

Consequentemente, a economia solidária "emerge como proposta de um outro modelo de regulação para os princípios econômicos, que tem como cerne o homem humanizado, por meio do resgate dos valores da solidariedade, cooperação, democracia, respeito e transparência. Estes são fatores apontados como essenciais para a construção de uma nova realidade" (MEDEIROS; CUNHA, 2012, p. 66). As perspectivas da economia solidária, como política pública de geração de trabalho e renda de natureza emancipatória, estão no resgate do seu próprio conceito de reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuem como valores comuns:

> A posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito, a gestão da economia e das empresas, subordinada às necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores e a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, com a criação de fóruns locais de desenvolvimento econômico e social (NICOLADELI et al., 2004, p. 12).

Nesse contexto, surge a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, estrutura vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que tem como missão fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, fortalecendo as potencialidades emancipatórias da economia solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação social (NICOLADELI et al., 2004).

Assim, nos últimos anos a IESol tem desenvolvido novas estratégias, principalmente frente ao número crescente de desemprego ou empregos precários, que necessitam um mínimo de condições e visibilidade, como por exemplo o trabalho de artesãos. É de interesse público salientar que, pelo fato da IESol estar institucionalmente organizada dentro de um ambiente universitário, elabora atos e abordagens pensadas academicamente no sentido da inserção social. O diálogo e a multidisciplinaridade dos cursos presentes dentro da universidade acabam por oferecer um leque de dinamismo, informação e comunicação que oferecem suporte para o contínuo desenvolvimento das atividades, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

A intervenção da IESol é digna de destaque. Desde a sua criação tem atuado firmemente em torno dos ideais de grupos sociais de baixa renda, principalmente por meio de assessorias técnicas, educacionais e jurídicas, minimizando os problemas, fortalecendo os empreendimentos. No meio rural, por exemplo, onde sempre predominaram formas precárias de contrato de trabalho e de desenvolvimento tecnológico acelerado, fato que gera o desemprego em massa, o associativismo e o cooperativismo significam novas possibilidades de trabalho e também a construção de novos espaços de autonomia ao trabalhador do campo.

Assim, de acordo com contexto mencionado, é possível afirmar que a participação do Estado é essencial para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, apesar de todos os obstáculos. E que, em grande medida, as parcerias entre prefeituras, governos estaduais, federal e universidades têm representado grandes avanços, pois o investimento de dinheiro e estruturas públicas, bem como do trabalho profissional de professores, alunos e técnicos, conseguem atingir os objetivos primários, estando inclusas, como parte fundamental, as formações técnicas e educacionais, no sentido de construção de novos conhecimentos e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos diversos projetos.

## Considerações finais

Os temas de sustentabilidade, ambiente e desenvolvimento local, conectados aos princípios da economia solidária, proporcionam a cooperação ao invés da competição, o desenvolvimento da coletividade e não o individualismo, por meio de uma gestão coletiva. Assim, contemplam projetos como os desenvolvidos pela Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL, na região de Ponta Grossa – PR, os quais oferecem condicionantes para o exercício da democracia direta, respeito à diversidade, complementariedade das diferenças e o mínimo de condições de bem-estar social e econômico.

A economia solidária não só é possível como é extremamente necessária, não apenas na inclusão social das pessoas, mas como uma possível alternativa de sistema econômico e de bem viver. Embora as dificuldades sejam imensas e a falta de legislação específica para a economia solidária ainda seja crucial para o estabelecimento pleno dos empreendimentos econômicos solidários, a IESol tem conseguido fazer um trabalho extensionista que adquire consistência a cada dia, e isso é aferido tanto pela posição do Programa de Extensão dentro da estrutura institucional da Universidade Estadual de Ponta Grossa como pelos resultados obtidos pelos grupos de trabalhadores e trabalhadoras incubados.

Pode-se concluir que o Programa de Extensão IESol trabalha dentro dos princípios da economia solidária, visando articular e aproximar a universidade das comunidades, colocando à disposição dos empreendimentos incubados os conhecimentos produzidos absorvendo e compreendendo os conhecimentos trazidos pelos trabalhadores, numa relação de troca de saberes e experiências entre professores, servidores, alunos e trabalhadores, valorizando também a sustentabilidade dos empreendimentos e as contribuições ao desenvolvimento local e regional.

## Agradecimentos

Drielli Peyerl agradece especialmente ao suporte do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, da SHELL Brasil (subsidiária da companhia Royal Duth Shell) e Fapesp, por meio do *Research Centre for Gas Innovation* (RCGI) vinculado à Universidade de São Paulo (Fapesp Processo 2014/50279-4).

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. 4. ed., v. 1, jan./jun. 2008.

BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 2005. Dissertação (Doutorado) – Programa de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

CUNHA, L. A. G. Por um projeto socio-espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa: Departamento de História/UEPG, v. 3, n. 2, Inverno 1998, p. 91-114.

CUNHA, L. A. G. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 261-282, maio/ago. 2006.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves; Alnary Rocha Filho; PEYERL, Drielli. Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade: A atuação da

Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL na região de Ponta Grossa - PR. In: II ENPES – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012.

COSTA, Pedro de Almeida. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 7, n. 1, p. 153-173, jan./abr. 2011, Taubaté, SP, Brasil.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária**: Uma Abordagem Internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, n. 39, p. 181-211, Salvador, 2003.

KRAYCHETE, Gabirel; AGUIAR, Katia (Org.). **Economia dos setores populares** – Sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EDIFURB, 2000. (Coleção Sociedade e Ambiente).

LIMA, Terezinha Moreira. Economia Solidária e o Desenvolvimento Sustentável: possibilidades e desafios. Tecnologia e Sustentabilidade. In: V ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA "O DISCURSO E A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA", 2007.

MEDEIROS, Amanda Cristina; CUNHA, Eduardo Vivian da. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí: Ano 10, n. 21, set./dez. 2012.

MELO, Mauro M. de. **Capitalismo versus sustentabilidade**: o desafio de uma nova ética ambiental. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados.** v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NICOLADELI, L. Sandro et al. In: **Programa Paranaense de Economia Solidária – P. P. Economia Solidária**. Curitiba: SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 2004, p. 7-49.

OLIVEIRA, B. A.; VERARDO, L. Economia Solidária e Desenvolvimento. In: FBES (Org.). **Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária**: Caderno de Aprofundamento aos Debates, 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&itemid=18>. Acesso em: 10 ago. 2018.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Concepções de "economia social" e "Os diferentes significados histórico-políticos da economia solidária". In: GEDIEL , J. A. P. (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005, p. 65-95.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

ROCHA FILHO, Alnary; PEYERL, Drielli; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Economia solidária no Pré-Assentamento Emiliano Zapata e Assentamento Estrela: alternativas de desenvolvimento, inclusão social e geração de trabalho e renda. In: I CONGRESSO DA REDE DE ITCPs. São Paulo: USP, 2008.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Studio Nobel-FUNDAP, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ZAOUAL, H. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado da França: COPPE/UFRJ, 2006.

# Sobre a cultura solidária: reflexões a partir das experiências na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG

*Marcia Alves Soares da Silva*
*Jessica Gislaine das Neves*
*Everton Miranda*

A Economia Solidária – EcoSol, ao longo da construção de seu debate teórico, mostrou-se para além de uma alternativa econômica, isto é, de geração de trabalho e renda. Pensar a economia solidária é pensar em outra forma de vida, pautada em diferentes valores humanos, como a solidariedade, igualdade, cooperação, sustentabilidade e a sensibilidade. Isso se chama cultura solidária. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo apresentar a discussão sobre a cultura solidária, visto que esse debate é incipiente dentro da economia solidária.

É notável que mudanças político-econômicas têm influência sobre as mudanças socioculturais. Nesse sentido, refletindo sobre o contexto capitalista (sistema mais adotado no mundo atualmente), fica claro que a lógica desse sistema influi nas formas como é construída a cultura. Na lógica capitalista, as relações padronizaram-se, embasadas na competição, exclusão, individualismo, dominação e exploração, valores centrais do modelo de crescimento econômico adotado, o qual privilegia os aspectos financeiros (materiais) em detrimento das relações interpessoais e subjetivas (imateriais). Essa cultura moderna ocidental constituiu-se direcionando as pessoas para os padrões culturais supracitados, na crença de um mundo único, "a noção de cultura como uma estrutura simbólica continua abrigando

a crença de um mundo único que fundamenta toda a realidade – um mundo formado por um mundo único" (ESCOBAR, 2014, p. 17, tradução nossa[1]).

No modelo de trabalho hegemônico, capitalista, o fundamento são as questões econômicas em detrimento das questões sociais e culturais, o que Polanyi (2012) chamou de desenraizamento. Há um afastamento de atenção para as questões ambientais, relações sociais/culturais e da subjetividade humana, por meio de uma racionalidade que tem por início e fim o lucro pelo lucro, um *homo economicus,* "calculista, individualista" (ZAOAUL, 2006, p. 50).

Se o resultado da racionalidade do *homo economicus* resulta no desvinculamento social/cultural e territorial, qual seriam os desencadeamentos de uma outra racionalidade, situada? Zaoual (2006, p. 46) aborda que "a racionalidade [situada] não se limita a uma adequação puramente técnica entre meios e fins, mas leva em conta também a natureza moral e social desses mesmos fins". O teórico ainda reforça que a racionalidade situada é uma racionalidade das crenças e das ações que se desenrolam.

Nessa concepção de mundo único – a qual ignora o pluriverso[2] –, as relações de sociabilidade estão cada vez mais empobrecidas e efêmeras, ao passo que se pode pensar que tal contexto é campo fértil para pensar alternativas, voltando-se para outros modos e/ou estratégias de sobrevivência e vivência que valorizem o ser ao invés do ter, estimulando as pessoas a tomarem consciência dessa condição.

Nesse sentido, compreender a economia solidária vai além de concebê-la enquanto proposta econômica: é uma proposta de vida. Para tanto, necessita ser vislumbrada por lentes próprias, a partir de

[1] Da obra original "la noción de cultura como estructura simbólica continúa albergando la creencia de un mundo único que subyace a toda realidad – un mundo constituido de un solo mundo" (ESCOBAR, 2014, p. 17).

[2] Escobar (2014, p. 21) aborda que os estudos sobre o pluriverso "parten de la premisa de que hay muchas configuraciones del conocimiento y el saber, más allá del conocimiento consagrado como tal por la academia [...] Los Estudios del pluriverso, debe aclararse, no son aplicables solo a grupos étnicos o a contexto rurales. En la medida en que todas y todos habitamos el pluriverso, a todas y todos nos competen, especialmente a aquellos/as que vivimos en los mundos urbanos más densamente individualizados, tales como las clases medias".

racionalidade, epistemologia e valores específicos, sendo necessário refletir sobre uma outra cultura na, e a partir da, economia solidária: uma "cultura solidária".

Nesse caso, sendo uma proposta de enfrentamento, a economia solidária emerge nessa noção de outra racionalidade, sugerindo outra economia. Pautada, sobretudo, nas pessoas, baseada em solidariedade, sensibilidade solidária, interdependência e cooperação. Assim, sugere um outro modo de vida.

No Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária, construído no outono de 2013, o movimento da economia solidária parte de iniciativas que incorporem em suas práticas a solidariedade, entendida como a valorização da pessoa no centro da organização e a realização de atividades econômicas que considerem outras esferas, como a social, política, ecológica e cultural, construídas numa visão emancipatória e autônoma. Portanto, a economia solidária pauta-se numa outra forma de consumo, produção e distribuição de riquezas.

O Relatório acredita que para construir a economia solidária na prática é necessário pensá-la enquanto espaço de construção de um modo de vida diferente do capitalismo. É necessária ainda uma nova cultura política, na qual o pleno exercício dos princípios da economia solidária, em especial a autogestão e a solidariedade entre trabalhadores/as, seja a base.

Nesse viés, a cultura solidária pode ser considerada como expressão concreta da solidariedade entre as pessoas, isto é, uma consciência comum, no sentido individual e coletivo, estimulando o respeito do "eu" com o "outro". Assim, é elemento importante nas relações sociais e na construção sensível das pessoas, definindo-se simultaneamente como um projeto e um processo, que aponta para uma prática política de transformação. Além disso, a cultura solidária nasce de uma negação do egocentrismo e do primado da competição desenfreada e supõe a prática de interações sociais igualmente solidárias (OLIVEIRA, 2006).

Assim, neste trabalho, além da discussão teórica, apresenta-se o resultado de uma pesquisa realizada na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, Programa de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir da aplicação de questionários com os integrantes da Incubadora. Por meio das

experiências vivenciadas, tanto no contexto da IESol quanto dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, os "iesolenses" puderam expressar o que entendem por cultura solidária, proposta que se mostra relevante na Incubadora e que pode contribuir com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre a economia solidária e a relação com os EES.

Entre os anos de 2014 e 2015 foi elaborado um questionário online que consistia em algumas perguntas sobre o que os membros e membras da IESol entendiam por cultura solidária, como percebiam essa questão no cotidiano interno da Incubadora e nos empreendimentos econômicos solidários. A ideia era levantar o debate sobre o tema, instigando os envolvidos em projetos da IESol a refletirem sobre a temática.

## O despertar para uma outra cultura: sensibilidade para a solidariedade

Dentro do movimento da economia solidária muito se fala sobre a solidariedade. Singer (2001, p. 107) argumenta que "a prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações". Tal tema é um desafio a ser trabalhado, não só nos EES ou na gestão pública, mas também nas incubadoras, parte importante no avanço e consolidação do movimento da economia solidária no Brasil.

Percebe-se que a *sensibilidade solidária* é elemento fundamental na construção do que é chamado de *cultura solidária.* A solidariedade parte do pressuposto de despertar a sensibilidade e o desejo das pessoas de incorporar tal questão em suas vidas cotidianas, tendo em vista a interdependência da vida social. A partir do respeito às diferenças e interesse pelos problemas da coletividade é que a construção de uma cultura solidária pode ser possível.

> A inclusão da sensibilidade solidária na dinâmica do desejo das pessoas é um desafio fundamental para o futuro da humanidade. A solidariedade não pode

> ficar somente no nível de discursos sociopolíticos renovados, mas precisa se tornar um 'objeto de desejo' ou uma 'necessidade vital' das pessoas e da sociedade. A sensibilidade solidária precisa tornar-se parte do próprio ato de aprender, conhecer e viver (ASSMANN; SUNG, 2000, s/p).

O sentido etimológico da palavra cultura é o de cultivar, cuidar de plantas (especialmente por sua relação com a agricultura). Nesse sentido, é possível pensar que a cultura vem da ideia do cuidado e, no caso da proposta aqui apresentada, o cuidado com as outras pessoas, no sentido solidário.

A solidariedade floresce perante as práticas de representações sociais. São nas maneiras de agir cotidianamente das pessoas em suas espacialidades que tem-se a interação entre o eu e o outro. É necessário que haja alguém para que a solidariedade dê o seu "ar da graça" na sociedade.

Nesse sentido, a solidariedade pode ser compreendida do ponto de vista descritivo (interdependência) ou normativo (ética), sendo que a partir do conhecimento da interdependência e coesão social é possível conduzir a atitudes solidárias, embora seja necessário reconhecer os desejos e interesses dos envolvidos (ASSMANN; SUNG, 2000).

Os dois sentidos da solidariedade (descritivo e normativo)

> estão interligados na medida em que a solidariedade como atitude, ou a solidariedade como uma questão ética, nasce do reconhecimento de que a solidariedade/interdependência é um fato, uma necessidade para a vida da e na sociedade (ASSMANN; SUNG, 2000, p. 75).

Para os autores, é a falta de (re)conhecimento e reflexão da interdependência, à qual a sociedade está submetida todos os dias, que dificulta o despertar para a sensibilidade solidária. Nessa perspectiva, o fato é que não se compreende a dimensão da interdependência. Pessoas não são seres independentes, sendo necessário incorporar a necessidade do outro do cotidiano de cada um, isto é, a sensibilidade solidária é também sensibilidade social, um olhar sobre a alteridade. Essa postura social de apatia coletiva muito se vincula à racionalidade

econômica (ZAOAUL, 2006) que vem entremeando as relações da sociedade moderna. Assim, é necessário, portanto,

> começar a pensar seriamente sobre como reconstituímos a relacionalidade e a comunalidade nos ambientes urbanos e nos espaços mais marcados pela modernidade, inclusive entre aqueles grupos em que o regime cultural do indivíduo e do mercado penetrou mais profundamente ao nível dos imaginários e das práticas. Em outras palavras, todos/as vivemos e tudo vive no pluriverso (ESCOBAR, 2014, p. 60, tradução nossa[3]).

O processo de reflexão e (re)conhecimento sobre essa discussão enfrenta ainda outro desafio: a cultura fragmentada a que se está submetido, que, por vezes, não valoriza a dimensão das partes para compreender o todo, porque enxerga-se apenas parte da realidade, isto é, aquilo que se quer enxergar.

> Se essa ideia tem um fundo de verdade, podemos deduzir que a nossa cultura – com sua visão fragmentada da realidade, com um individualismo exacerbado, incentivo unilateral à concorrência, diminuição da importância da identidade nacional e do compromisso com a construção de um mundo melhor, entre outras características –, dificulta o conhecimento e o reconhecimento da importância da interdependência e da coesão social (ASSMANN; SUNG, 2000, p. 79).

Na perspectiva dos autores, a visão fragmentada e mecanicista do mundo e que afeta a construção da cultura é, em parte, resultado dos processos educativos e de aprendizagem a que está submetida. Além disso, a cultura capitalista que valoriza o individualismo não desperta o sentimento de responsabilidade pelos problemas dos outros, muito menos pela resolução desses problemas.

---

[3] Da obra original "empezar a pensar seriamente em cómo reconstituimos la relacionalidad y la comunalidad em ambientes urbanos y en los espacios más marcados por la modernidad, inclusive entre aquellos grupos donde el régimen cultural del individuo y el mercado han calado más profundamente a nivel de los imaginarios y las prácticas. En otras palabras, todos/as vivimos y todo vive en el pluriverso" (ESCOBAR, 2014, p. 60).

> Uma característica importante da cultura dominante é que ela se apresenta como *a* cultura. O mundo organizado e interpretado por essa cultura é visto como *a* realidade. Esta característica de se apresentar como *a* realidade dá certezas inabaláveis para pessoas que vivem dentro e segundo essa cultura. Esse modo de viver baseado nas certezas é concomitante ao modo de conhecer que se crê capaz de conhecer com certezas. Quem tem essas certezas não é capaz de se abrir ao novo que foge, que está além, das rotulações e das funções e explicações do sistema vigente. Torna-se intolerante com o diferente, com pensamentos e pessoas que ameaçam essas certezas (ASSMANN; SUNG, 2000, p. 96).

O despertar da sensibilidade solidária parte da abertura que se dá para ouvir e conhecer outras histórias de vida e que podem romper com esquematismos preconcebidos. É a partir dessa abertura que as pessoas são capazes de tentar entender as experiências e vidas de outras pessoas, a partir do mundo e histórias delas, isto é, compreendendo o outro não a partir de fora, mas a partir da vida deles mesmos. A solidariedade, portanto, é um sentimento de identificação com o outro, que pode chegar a ponto de fundir subjetivamente "num só" pessoas e agrupamentos interligados por ela. É um sentimento que motiva comportamentos solidários, ou seja, ações de ajuda e apoio recíprocas, nas quais a solidariedade-sentimento origina a solidariedade-ação, sendo esta última a que tem significado político, social e econômico (ASSMANN; SUNG, 2000; SINGER, 2003).

A proximidade permite o desenvolvimento de laços de confiança que possibilitam e induzem ações de ajuda mútua e estas, por sua vez, reforçam os laços de confiança. A confiança frequentemente é pré-requisito para que laços de solidariedade se desenvolvam e a prática da solidariedade tende a reforçar a confiança recíproca entre os que a prestam e os que a recebem (SINGER, 2003).

Compreende-se que a solidariedade parte do pressuposto de despertar a sensibilidade e o desejo das pessoas de incorporar tal questão em suas vidas cotidianas. A construção de uma cultura solidária deve partir da ideia de que a solidariedade significa interdependência na vida social. Acredita-se que é partir do respeito às diferenças e interesse pelos problemas da coletividade que a

construção de uma cultura solidária pode ser possível. Pensa-se, ainda, que o debate sobre a alteridade e o sentimento de empatia são caminhos necessários para o despertar da sensibilidade e do caminho de construção de uma cultura solidária.

## Sobre a cultura solidária

O debate sobre a cultura solidária é pouco problematizado no âmbito da economia solidária. Há muitos caminhos dentro dessa proposta que buscam o alcance da justiça social, estimulando uma outra lógica de produção, consumo, de relações interpessoais. No entanto, falta "dar um passo atrás" e entender como o cotidiano dos envolvidos nesse projeto é estruturado dentro da proposta hegemônica capitalista, que constrói uma cultura particular, cuja sensibilidade, solidariedade e demais elementos da alteridade são desconsiderados. Portanto, torna-se um desafio problematizar a questão na prática.

Segundo Oliveira (2006, p. 31), a cultura solidária como um projeto e um processo é "construída a partir de práticas desenvolvidas em comum, que apontam para uma prática política de transformação". Para concretizar sua ideia de cultura solidária, o autor frisa a noção de cultura como uma experiência vivida que contém referenciais culturais de um grupo. Tais referenciais são considerados como a soma de objetos (artefatos) e a soma das experiências vividas.

O teórico enfatiza que a cultura solidária no ato de difundir valores e práticas solidárias provoca na pessoa uma "reeducação", uma "mudança de cultura". Isso porque se faz necessário romper com diversas práticas e ideias culturais reproduzidas, aceitas e naturalizadas na sociedade ocidental moderna, a exemplo: a competição, o acúmulo econômico, a individualidade, a temporalidade efêmera, entre outros aspectos. Gallas (2013, p. 1) vem afirmando que "a modernidade tornou-se o signo da superioridade de uma cultura – a ocidental – sobre todas as demais". Nesse sentido, o reeducar-se para uma outra cultura significa também romper como uma colonialidade cultural.

Assim, "a promoção da cultura solidária nunca se dá por completo, mas nem por isso deixa de ser significativa. Mostra os

sujeitos mutantes em peregrinação, na busca conjunta de melhor lugar para se situarem coletivamente e assim desenvolverem suas vidas" (OLIVEIRA, 2006, p. 111).

A construção de uma cultura solidária envolve a mudança no próprio modo de vida (econômico-social-cultural) e nas relações interpessoais que adotam a sensibilidade solidária, os laços de confiança, a reciprocidade e as solidariedades (MACHADO, 2010), respeitando e conectando experiências, saberes e vivências individuais e coletivas.

Oliveira (2006) acredita que passividade não constrói cultura solidária, o que reforça a ideia de que cultura é uma construção social, que exige participação, envolvimento e cooperação das pessoas, bem como identificação com aquilo que está sendo construído, o que sustenta a noção de identidade. Além disso, é relevante que as ações e acordos sejam coletivos, sendo que as "cooperativas só conseguem atuar enquanto tal quando seus componentes logram traduzir na prática uma vida desenhada em comum" (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Nesse sentido, para que a solidariedade seja cultivada, é necessário que um caminho comum seja traçado, caminho em que as pessoas se coloquem como iguais nos direitos e, ao mesmo tempo, como diferentes nos traços individuais.

> Por mais elevadas que sejam as metas de justiça, democracia, igualdade e autogestão, sabe-se que sua realização plena, na vida cotidiana, esbarra em contradições inerentes à condição humana e à vida social. Não é fácil assimilar e rapidamente incorporar novas formas de pensar e de agir, colocando-as em prática, de modo a sempre levar em consideração o outro, a cada instante da vida (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

É importante no trabalho com a economia solidária que os trabalhadores e trabalhadoras envolvidas sejam estimulados à construção de uma consciência comum, já que partilham de um estilo comum de vida, ou seja, a construção de uma cultura solidária deve partir da vida cotidiana das pessoas, dos desafios enfrentados, das soluções pensadas de forma coletiva e da educação cooperativa, que pense no bem-estar coletivo para além das questões econômicas,

mas que considere as questões sociais e culturais. Sobre isso, Escobar (2014, p. 51, tradução nossa[4]) expõe que,

> a proposta do sistema comunal tende ao deslocamento progressivo da economia capitalista e da democracia liberal representativa, para dar lugar a formas de economia e autogoverno, bem como, ao estabelecimento de mecanismos de pluralismo cultural como base para uma genuína interculturalidade entre os diferentes sistemas culturais.

Contudo, é importante ressaltar que, embora a cultura solidária pressuponha interações sociais igualmente solidárias, há conflitos, divergências e discordâncias. A exemplo do cotidiano de vida dos envolvidos com a Ecosol, cada um deles possui uma história de vida, uma cultura, uma identidade que foge do contexto da economia solidária, visto que estão dentro de uma proposta capitalista.

Assim, "uma cultura solidária para constituir-se necessita de muito empenho, sempre renovável, forte o bastante para ultrapassar seja as determinações prevalecentes seja as deserções advindas de nossa frágil capacidade de perseverar" (OLIVEIRA, 2006, p. 57).

Na visão de Seron (2008), o desenvolvimento de uma cultura pressupõe a existência de um coletivo, que constitui suas regras, normas, crenças e valores próprios. Para o autor, as pessoas "tendem a se guiarem pelo coletivo", em que o desenvolvimento de uma postura individual específica depende da participação da pessoa num contexto cujo pensamento predominante reflete uma cultura na qual ela acredita. Assim, o coletivo funciona como uma âncora, no qual as pessoas se identificam e constroem suas relações de identidade, pertencimento, sendo que a força do grupo está na sua coesão. Portanto, o desenvolvimento de uma cultura solidária implica numa mudança de cultura, isto é, é preciso abandonar uma série de valores, crenças e atitudes, para inserir outros.

[4] Da obra original "La propuesta del sistema comunal propende por el desplazamiento progresivo de la economía capitalista y de la democracia liberal representativa para dar paso a formas comunales de economía y autogobierno, así como el establecimiento de mecanismos de pluralismo cultural como base para una genuina interculturalidad entre los diversos sistemas culturales" (ESCOBAR, 2014, p. 51).

Sobre isso, Oliveira (2006) acredita que as pessoas que estão envolvidas na criação e formação de cooperativas estão construindo cultura, mas não uma cultura individualmente gestada, e sim coletiva e solidária. Tal análise não foge da proposta das Incubadoras de Economia Solidária, tal como a IESol, já que em seu cotidiano também busca praticar ações que envolvam os princípios da economia solidária, como a autogestão, solidariedade e equidade entre as pessoas.

> Quando há interações sociais solidárias, espera-se, isto sim, que as pessoas se respeitem entre si e vejam como iguais nos seus direitos. Mas também que saibam ou que se proponham aprender a trabalhar as diferenças. Que se disponham a aprimorar-se na autogestão do trabalho em comum. Não parece ser tarefa fácil nem de rápida resolução e muito menos sujeita a fórmulas esquemáticas, aplicáveis a toda situação conflituosa. É enriquecedora a manifestação das diferenças porque garante que as individualidades possam aflorar. Permitem também – quanto trabalhadas em contexto de mútuo respeito das pessoas entre si – que cada um divise na contribuição do outro o seu inacabamento (OLIVEIRA, 2006, p. 33).

Vale destacar que a construção de uma cultura solidária vai além do cotidiano do trabalho, pressupondo também uma solidariedade que extrapole essa esfera e leve em consideração a tolerância com determinadas necessidades, a compreensão das dificuldades dos companheiros e companheiras, respeito ao outro, autoconfiança.

Oliveira (2006) pensa que uma mudança cultural requer uma atmosfera de liberdade e espontaneidade, ou seja, deve ser uma escolha. As pessoas devem se identificar com a proposta para que tal mudança ocorra, sendo que tal escolha pode ser, a qualquer momento, revertida, fato que revela a força da economia e da cultura solidárias, que têm na democracia sua essência.

> Um dos recursos mais úteis, segundo Lewin, para que este processo leve à reeducação é a constituição de grupos solidários, ou seja, agrupamentos em que os membros tenham consciência de a ele pertencem e de vivenciar, em conjunto, perspectivas de vida

> que acolham em comum e que dizem respeito, indistintamente, a todos. Um bom sinal de que um determinado indivíduo aceitou um novo sistema de valores se dá quando ele aceita pertencer a um grupo e é aceito por este. O ingresso significa que o indivíduo aderiu às normas e crenças inerentes a este grupo. Diferenças individuais sempre existem, mas não mediatizadas pelo sentimento de estarem num mesmo barco. Isto fortalece as pessoas a enfrentarem as injunções da sorte, agora não mais isolada e fragilmente, mas com a presença do coletivo a fortalecer os indivíduos e aumentar as chances de superação (OLIVEIRA, 2006, p. 113).

Essa proposta também é um desafio para as incubadoras, tanto em seu trabalho cotidiano, com as equipes de trabalho (técnicos, supervisores, coordenadores, professores, estagiários), como junto aos empreendimentos e suas múltiplas realidades. A partir dessas indagações, no cotidiano da IESol, começou-se a pensar como trabalhar a economia solidária do ponto de vista cultural e subjetivo, que supere a ideia de Ecosol como uma alternativa de geração de trabalho e renda frente à proposta capitalista. Como pensar a economia solidária a partir de uma construção/renovação cultural?

Oliveira (2006) traz semelhante indagação ao discutir cultura solidária em cooperativas. O autor levanta as seguintes questões, que foram motivadoras para este trabalho: Como colaborar (*laborar junto)* com outras pessoas?; Como formar pessoas que, conscientemente, venham consolidar, principalmente depois de vencida a crise inicial de maior premência, a opção de recusa sistemática às saídas individualistas em nome de projetos coletivos?; Como, também, lidar com as contradições, que invariavelmente não deixam de alcançar os que vivem cooperativamente?

Essa inquietação estimulou reflexão sobre a construção de uma cultura solidária na IESol, através da qual acredita-se ser pertinente, a partir das falas, as vivências e experiências dos membros da Incubadora. Com base em um questionário aplicado na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG, apresenta-se a percepção dos participantes da Incubadora acerca da temática "cultura" e "cultura solidária".

## Discussão sobre cultura solidária a partir do contexto da incubadora de empreendimentos solidários – IESol/UEPG

Baseados nas premissas discutidas anteriormente, a partir do contexto da IESol, elaborou-se um questionário que foi aplicado na forma online, com questões sobre cultura, solidariedade e cultura solidária. As perguntas foram focadas na maneira como a cultura solidária vem sendo construída e vivenciada na Incubadora. O trabalho realizou-se no ano de 2015, com a participação de professores, técnicos, estagiários e voluntários, de diferentes formações, idades e tempo de atuação na IESol.

Na época, havia aproximadamente 40 pessoas atuando na Incubadora. A partir da experiência do trabalho na IESol, contribuíram de maneiras distintas para o entendimento sobre a temática. No total, 20 integrantes da Incubadora participaram do questionário online, constituído de nove perguntas, entre objetivas e subjetivas. É relevante destacar que, além da influência da formação dos participantes da pesquisa, o tempo de atuação na IESol e o entendimento que possuíam sobre economia solidária influenciaram nas respostas.

Sobre a formação dos participantes do questionário, houve a participação de pessoas que estavam com o curso em andamento e outras já formadas nas áreas de: Geografia, Serviço Social, História, Jornalismo, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Materiais, Psicologia, Direito, Economia, Sociologia, Cinema e Design de Moda.

Realizado durante o mês de maio de 2015, o questionário foi organizado na plataforma Google Formulários e divulgada via e-mail aos atuantes na IESol. A participação era voluntária, anônima e contava com algumas perguntas abertas, nas quais os participantes poderiam expor suas opiniões livremente acerca do tema proposto.

A primeira pergunta do questionário foi: "**O que você entende por cultura?"**. Mesmo sendo 20 participantes, com formações distintas, muitas das respostas foram semelhantes e revelaram entendimentos em comum sobre o conceito de cultura.

As ideias mais comuns, sobre o conceito de cultura, foram identidade, etnia, nação, crença, tradição, hábitos, valores,

comportamentos, costumes, manifestações simbólicas e materiais, experiências, formas de pensar e agir, interações e práticas sociais de grupos, vivências. Ficou claro que a cultura é uma construção social, porque, de acordo com os participantes, "é absorvida, questionada, modificada e reproduzida pelos indivíduos", sendo um "conjunto de ações sociais, políticas e econômicas que são (re)passadas socialmente". Além disso, possui uma dimensão simbólica concreta, representada a partir das "produções linguísticas, mitológicas, artísticas, culinárias, conhecimentos, costumes e hábitos de um povo". As respostas foram complementares, o que mostra a amplitude do conceito de cultura, que é também discutido por diversas áreas de conhecimento, como Antropologia, Sociologia, História e Geografia.

A segunda pergunta do questionário indagou: **"O que você entende por cultura solidária?"**. Comumente as respostas foram "solidariedade", "solidariedade mútua", "bem-estar de todos", "agir com solidariedade". Foram muitas respostas diferenciadas, o que revela novamente a amplitude do termo "cultura" e como o termo "cultura solidária" ainda não tem uma definição tão clara. Os respondentes consideram, ainda, a cultura solidária como "forma de viver onde os produtos e relações geradas pelo indivíduo são voltadas para promover um meio social e econômico baseado na solidariedade mútua, aplicando-se inclusive nas estratégias de sobrevivência coletiva", sendo "baseada em princípios de solidariedade, onde os indivíduos partilham da mesma questão, interagindo entre si em um espaço para o bem-estar de todos é essencial".

Sobre esta pergunta, ainda foram citadas questões como "rompimento com o paradigma capitalista", "uma nova proposta de cultura", "consciência de pertencimento de um todo". A noção de pertencimento vai ao encontro do que Zaoaul (2006, p. 50) diz sobre o *homo situs* enquanto aquele que supera a racionalidade econômica, aquele sujeito orientado a partir da situação (meio, relações estabelecidas, valores etc), "o *homo situs* é o contrário do reducionismo, é um homem concreto, que sabe o que faz, não é um 'idiota cultural'. Opera com base na racionalidade situada e compósita".

Nas respostas do questionário, ainda quanto a esta questão, percebe-se que muitos compreendem cultura solidária com os

mesmos conceitos de cultura citados anteriormente, contudo, com alguns princípios da economia solidária, nos quais foram citados o respeito às diferenças, a valorização do ser humano como parte central das ações, considerando a sustentabilidade em seus múltiplos aspectos.

Dessa maneira, o conceito de cultura solidária construída pelos envolvidos no questionário leva em conta as formas de se relacionar e agir solidários, sendo altruísta, compartilhar com o próximo, priorizando aspectos sociais, pautados em valores solidários e democráticos. Sintetizando a ideia e mostrando tanto a cultura como a cultura solidária como construções, nesse aspecto, destaca-se a seguinte resposta:

> É o modo de agir e interagir da sociedade, considerando sempre o outro como parte desse processo. Agir com solidariedade, saber que uma atitude minha pode afetar outra pessoa, ou várias pessoas. A construção de uma cultura solidária passa pelo ambiente familiar, na forma como os pais irão preparar seus filhos para conviver em sociedade. Passa pelo ambiente escolar, com a inclusão de valores como respeito ao próximo, diálogo, cooperação, inclusão das diferenças, na educação formação formal. É preciso reverter os efeitos perversos do capital, com a construção de um novo modelo de sociedade, que substitua valores como individualismo, competitividade, egoísmo, por valores como cooperação, respeito, solidariedade (Integrante da IESol, 2015).

Prosseguindo com o questionário, a terceira pergunta indagou ao participante se o mesmo acredita que o **ambiente (espaço social) da Incubadora proporciona a construção de uma "cultura solidária"**, baseada no que os participantes entendiam sobre o conceito respondido anteriormente. Tal pergunta se mostrou relevante porque se acredita que a construção de uma "cultura solidária" pressupõe a existência de um espaço que privilegie o debate e as múltiplas formas de agir solidários. Sobre isto, dos 20 entrevistados, 60% acreditam que "sim", o espaço social da Incubadora proporciona a construção de uma "cultura solidária" e 40% acreditam que "às vezes". Na sequência desta pergunta, solicitou-se aos participantes

que justificassem a resposta anterior. As respostas para essa pergunta foram variadas, sendo que algumas questionam criticamente quanto ao que se refere a prática e a teoria da cultura solidária.

A maioria das justificativas, para as respostas que "às vezes" a Incubadora proporciona a construção de uma cultura solidária, foram: "influência limitante dos valores e da visão do mundo capitalista" – relacionada à questão do sistema capitalista influenciar na construção de uma cultura solidária, visto que fora da Incubadora o cotidiano é permeado por uma cultura individualista; "a não divisão espontânea de tarefas em uma reunião de planejamento de um grupo". Destaca-se, entretanto, a resposta que manifesta a crítica em relação à prática da cultura solidária no espaço social da IESol:

> A solidariedade está mais presente nas relações pessoais, entre colegas e especialmente entre amigos. No trabalho ainda são raras as expressões de uma outra cultura. Exemplo: cada um executa suas ações, e são muito raras as atitudes de solidariedade voluntária para auxiliar outros que estão com sobrecarga de trabalho. Não presencio falas como "quer ajuda?" ou mesmo ações de interrupção de certos trabalhos para auxiliar algo mais urgente. Salvo em chamadas para mutirões, no cotidiano do trabalho impera o individualismo e a divisão de tarefas, lamentavelmente. A autogestão aparece mais nas discussões do que no trabalho (Entrevistado/a, 2015).

Percebe-se que as justificativas para as respostas "sim", na grande maioria, aclamam a construção da cultura solidária como um grande "desafio", mesmo com "atitudes e práticas coletivas", "compreensão", "diálogo" e "participação". Ainda sobre a importância da participação dentro da Incubadora, um/ entrevistado/a afirma que:

> Essa é minha resposta por compreender que a IESol é um espaço ímpar na construção de uma "cultura solidária". Haja vista o número de discussões que temos no sentido de refletir sobre a subjetividade do ser humano e sua importância, bem como a necessidade da construção da solidariedade nos diversos espaços que estamos inseridos. No entanto, essa construção tem sérias limitações impostas pela

> forma de organização hegemônica da sociedade. Não há como negar a influência limitante dos valores e da visão de mundo capitalista, tanto quanto as limitações de ordem material. Por isso, a construção da cultura solidária se apresenta como um desafio cotidiano para a IESol, a ser lapidado todos os dias por meio das autoavaliações e os conselhos de autogestão (Entrevistado, 2015).

Os participantes ainda citaram o Conselho de Autogestão – CA, que acontece quinzenalmente, às quintas-feiras, como um importante espaço de construção de uma cultura solidária, tendo em vista que nesse espaço todos os integrantes da IESol podem participar, expondo suas ideias, opiniões e críticas que envolvem todo o cotidiano da IESol e dos empreendimentos desenvolvidos. Foram citados, ainda, o clube de trocas, a feira solidária, os momentos de conversa e os mutirões como meios de construção de uma cultura solidária.

A quarta pergunta questionou: **"Ao iniciar o trabalho na IESol, qual impacto mais significativo nas suas práticas cotidianas, tanto no contexto da Incubadora, quanto fora dela?".** Foram citadas: "menos individualista", "participação nas decisões", "ouvir mais", "autogestão", "peso da responsabilidade", "práticas cotidianas como ato político", "minha solidariedade melhorou", "conviver com as diferenças", "respeitar a valorizar ainda mais as pessoas", "coragem propositiva", "maior atenção a hábitos de consumo". Muitas respostas revelam que os princípios da Ecosol adentram (aculturação) tanto no cotidiano da Incubadora quanto fora dela. Dessa maneira, os impactos citados nas respostas demonstram importantes passos iniciais para construção de uma forma de vida mais solidária, o que é um desafio no contexto de sociedade em que se vive atualmente.

Contudo, algumas respostas afirmaram que não houve mudanças nos hábitos, nem impactos significativamente positivos para relatar. Isso leva a uma reflexão sobre que "nível" de espaço social solidário a IESol está promovendo, bem como, se as práticas internas realmente se diferenciam por serem mais solidárias.

De maneira geral, foi possível perceber que o trabalho na Incubadora proporcionou aos integrantes um novo olhar sobre o mundo e sobre as outras pessoas, buscando respeitar as diferenças e

expor suas opiniões, ao mesmo tempo em que se busca a construção de novas formas de relações baseadas na solidariedade.

Sobre a questão das diferenças na Incubadora, citadas de forma recorrentes nas perguntas anteriores, na quinta pergunta do questionário, levantou-se a seguinte indagação: "**Como convive com as diferenças dentro da Incubadora?".** Este questionamento é importante justamente porque a perspectiva que se tem sobre o conceito de cultura e cultura solidária pressupõe compreender e conviver com as diferenças, especialmente baseadas na solidariedade entre as pessoas.

Nesta pergunta foram levantadas questões como "as diferenças como fatores de enriquecimento das experiências", respeito, compreensão, tolerância, empatia, "desafio permanente", "se colocar no lugar do outro".

Na sequência, os participantes foram questionados sobre a comunicação, isto porque se acredita que a comunicação, seja verbal, escrita, midiatizada, é importante para a construção, consolidação e transferência de manifestações culturais, dentre elas as solidárias. A pergunta: "**Você acredita que as formas de comunicação na Incubadora são eficazes? Cite exemplos.".**

Na IESol há diversos canais de comunicação. E-mails, nuvem/clouds (via Google Drive) e Whatsapp são os mais comuns e também foram os mais citados pelos participantes do questionário. Alguns interpretaram a questão da comunicação com base nos meios de comunicação, como os citados anteriormente, e outros compreenderam a comunicação como relacionada às questões interpessoais. De qualquer maneira, a proposta de se levantar a questão da comunicação justifica-se pela citação apresentada anteriormente, na qual se entende que a cultura é transmitida a partir da comunicação.

Sobre este assunto, grande parte acredita que as formas de comunicação na IESol são eficazes, mas com ressalvas. Foram citados problemas como "apropriação destas formas de comunicação", "fluxo de e-mails é alto", "comunicação por e-mails não tem sido eficaz". Assim, alguns consideram que há necessidade de melhoria da comunicação na IESol. Outros citaram as reuniões do CA e dos grupos como importantes formas de comunicação da Incubadora.

A primeira rodada de perguntas ficou restrita à cultura solidária dentro do contexto da Incubadora. Dando sequência, os questionamentos posteriores foram sobre a percepção que os integrantes da IESol possuem sobre a construção de uma cultura solidária nos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES em que a Incubadora atua.

Neste sentido, apresentou-se a pergunta número 7: **"Nos trabalhos com os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, em sua opinião, qual o desafio em discutir a solidariedade?".** Um dos participantes da Incubadora afirmou que:

> Acredito que a maior dificuldade em trabalhar essa temática, assim como a autogestão, é que é um tema bem amplo e, portanto, com diferentes interpretações. Quando falamos em 'ser solidários' num modelo social que nos molda uma individualidade selvagem, a dificuldade está no rompimento estrutural da prática cotidiana e isso demanda, além de tempo, autoavaliação (Entrevistado, 2015).

Outro participante afirma que o desafio em discutir a solidariedade nos EES é no sentido de:

> Desconstruir toda a carga de paradigmas e preconceitos que os indivíduos trazem das suas experiências anteriores em meios sociais que na maioria das vezes não promovem a cultura solidária. Embora, em alguns casos, alguns indivíduos nos empreendimentos venham de meios que são essencialmente solidários, existe uma dificuldade em se transpor a solidariedade nas relações econômicas do empreendimento frente ao mercado capitalista, o que algumas vezes reflete também na dinâmica interna do empreendimento" (Entrevistado, 2015).

Outros responderam que os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos compreendem o que é solidariedade, mas, por vezes, a partir de um conceito banalizado, há dificuldade em transpor para outras esferas da vida, além da economia solidária.

A seguinte indagação questionou como os **integrantes da IESol percebem a construção da cultura nos espaços coletivos**

**dos EES**. Nas respostas foram citados os laços de amizade, uma construção lenta e gradual, a partir de comportamentos, atividades e debates cotidianos e coletivos, nos quais há diversidades, riquezas e especificidades. Um entrevistado afirmou que "Nos empreendimentos que acompanho, a construção de um modo de agir que favoreça a coletividade é permeada de conflitos, ruídos de comunicação, mas também de muita luta e persistência diante das adversidades da própria realidade do grupo e, principalmente, diante dos efeitos perversos do capital".

A última pergunta do questionário consistiu em apresentar quais as experiências do **fazer e agir solidários são mais visíveis nos EES**. Este questionamento é importante, visto que o trabalho com os empreendimentos acontece semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, sendo as poucas oportunidades em que é possível presenciar os grupos, bem como atos solidários no EES (embora se compreenda que a cultura solidária deve ultrapassar o espaço do empreendimento e ser vivenciada em todas as esferas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras dos EES).

Neste último ponto, os participantes afirmam que percebem o fazer e agir solidários nos EES a partir da comunicação dos membros e da participação coletiva em reuniões. Percebem também quando alguém manifesta preocupação com os outros, seja em questões relacionadas à comunidade, nas dificuldades pessoais ou no trabalho.

Assim, pensando o conceito de cultura e de cultura solidária, no que se refere às associações e aproximações, foram feitas vinculações dos conteúdos das respostas obtidas com as perguntas realizadas. Construiu-se o quadro (1), a seguir, pensando os componentes do eixo cultura; componentes convergentes entre o eixo cultura e o eixo cultura solidária; e os componentes do eixo cultura solidária:

**Quadro 1: elementos componentes de cultura e cultura solidária e as convergências**

| **Cultura: elementos/ adjetivos componentes** | **Elementos Convergentes: compõem ambas** | **Cultura Solidária: elementos/adjetivos componentes** |
|---|---|---|
| Representação<br>Interações sociais<br>Afetos<br>Experiência<br>Vivência<br>Manifestações<br>Religião<br>Crenças<br>Território<br>Visão de mundo<br>Saberes<br>Falas<br>Línguas<br>Campo de produção humana<br>Modos de ser<br>Identidade<br>Trabalho<br>Ressignificação dos mundos<br>Artefatos | Relações sociais<br>Costumes<br>Hábitos<br>Comportamentos<br>Manifestações simbólicas<br>Manifestações materiais<br>Valores<br>Princípios<br>Tradições<br>Modo de viver<br>Ações | Cultura<br>Essência<br>Ajuda ao próximo<br>Sustentabilidade<br>Respeito<br>Valorização do ser<br>Economia solidária<br>Meio social/econômico<br>Práticas<br>Solidariedade<br>Bem-estar<br>Perspectiva de mundo<br>Modo de agir |

Org.: Os autores, 2015.

A partir desses elementos, é possível perceber que a cultura e a cultura solidária têm muito em comum. A cultura solidária baseia-se e sustenta-se na cultura, na qual a sensibilidade solidária e a solidariedade são os elos entre ambas, respaldando nos modos de viver, ser e agir. Entende-se, portanto, que a cultura solidária é precedida por uma sensibilidade solidária, ou seja, é necessário que as pessoas se sensibilizem na relação eu e outro. É evidente que muito dessa relação é permeada por outras questões culturais, como a própria cultura capitalista, que exacerba o individualismo, egoísmo e competição nas relações sociais.

## Considerações finais

Percebe-se que, embora no contexto da IESol existam integrantes de várias áreas de formação, já que isso é uma questão central nos projetos de extensão, há um entendimento comum sobre cultura solidária. Essa compreensão é pouco explicitada e debatida, não só na Incubadora, mas também nas discussões mais amplas da economia solidária. Por conseguinte, o cenário mostra a pertinência do debate e sua incorporação aos princípios da economia solidária, problematizando-a nos múltiplos espaços de atuação, especialmente em empreendimentos e entidades de apoio. É importante criar essa base – a sensibilidade solidária – para que as ações da economia solidária sejam realmente condizentes com seus princípios e passíveis de efetiva transformação social.

Na cultura solidária há a ambivalência entre o "eu" e o "outro". É preciso encará-los como objetos ajudantes e não opositores, pois o respeito e a sensibilidade solidária existente entre eles irá consolidar a solidariedade. Destarte, a sensibilidade solidária transpassa e é fundamental para a cultura solidária, afinal, ambas se constroem pela e a partir da cultura.

Pensar uma cultura solidária é incorporar a cultura cotidiana, construindo a partir das vivências e experiências uma outra forma de conceber o mundo e as relações com as pessoas. Assim, compreender a noção de interdependência, empatia e respeito faz parte desse acontecer solidário.

Compreende-se que a temática solidariedade deve ser tratada de maneira transversal, por diferentes áreas de conhecimento, já que tem a ver com o modo de ver o mundo e a vida, sendo uma relação inter-humana fundamentada na alteridade, que pressupõe o reconhecimento do(a) outro(a) nas diferenças e singularidades, atributos da alteridade.

Ressalta-se a valorização do ser humano, agente construtor de ideias e ideais que orientam um caminho em prol de uma melhor qualidade de vida, a qual tange a representação de cultura de uma sociedade pautada nos princípios da economia solidária. Assim, é primazia ter sensibilidade solidária para compreender uma

realidade de cultura que passa despercebida quando não analisada horizontalmente.

A rotatividade de indivíduos que trabalham na IESol é considerada como um fator importante na representação de uma realidade total do que é compreendido enquanto cultura solidária. Isso porque a adaptação ao meio ocorre de maneira lenta e gradual, tendo em vista que, em grande parte, os novos participantes chegam com pouca ou nenhuma experiência sobre economia solidária e, quando adquirem um melhor aperfeiçoamento no assunto, se deparam com o término de contrato, quebrando vínculos existentes na esfera da Incubadora.

A contribuição os participantes da IESol ao responderem o questionário aplicado foi de suma importância para uma percepção crítica das atividades da Incubadora e também de grande valia para a pesquisa aqui apresentada. A partir das respostas obtidas, percebe-se que a cultura solidária está sustentada pela concepção de cultura e respaldada nos princípios da economia solidária, através dos quais a solidariedade se torna um ninho de relações, de valorização das vivências e experiências.

## REFERÊNCIAS


ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2000.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, p. 13-65, 2014.

GALLAS, Luciana. A diversidade Cultural negada pela modernidade. **Revista Humanitas**, edição 437, nov. 2013 Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5255&secao=431>. Acesso em: 20 out. 2013.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: notas sobre o conceito de "(dis)embeddedness". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, 2010.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas**. Projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo: EdUSP, 2006.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SERON, Paulo Cesar. Cultura solidária. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 7 n.1, 2008. p. 70-85.

SINGER, Paul. **Desenvolvendo confiança e solidariedade**: as instituições necessárias. Brasil em Desenvolvimento, Ciclo de Seminários, 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento/pdfs/desenvolvendo_confianca_e_solidariedade_as_instituicoes_necessarias.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

_____. **Economia solidária versus economia capitalista.** Sociedade e Estado, Brasília, v.16, n.1-2, p. 105, 2001.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

# Espaços formativos na IESol: avaliação sobre as formações internas

*Adriano da Costa Valadão*
*Francisco Salau Brasil*
*Gabriele Petroski Machado*
*Manuela Salau Brasil*
*Tifanny Soares Fragoso*

O objetivo principal da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol é o de apoiar, acompanhar e assessorar os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES através do processo de incubação, portanto, trata-se essencialmente de um trabalho de formação. Na incubação utiliza-se a metodologia básica comum a diversas incubadoras, sendo composta das fases de pré-incubação, incubação e desincubação, à qual foi acrescida a pós-incubação. A experiência da IESol confirma que não há um modelo padronizado a ser seguido, tampouco um cronograma fixo e pré-determinado para a conclusão do processo. Há, no entanto, um plano de incubação singular para cada EES, co-construído e permanentemente avaliado com base na realidade e características de cada grupo. É um trabalho desenvolvido com base na práxis, ou seja, na ação e reflexão sobre a realidade, onde ação e reflexão não são separadas, mas acontecem ao mesmo tempo. Essa práxis se desenvolve com a finalidade de buscar superar a contradição opressor-oprimido (FREIRE, 1987).

Para tanto, a equipe da IESol precisa se apropriar de conhecimentos capazes de orientar e desenvolver o trabalho de incubação. Considerando que o espaço de transmissão e produção de conhecimento em economia solidária é restrito nas universidades, é necessário que a própria incubadora invista em um processo de

formação dos seus membros, o que é chamado de formação interna. A formação interna ocorre principalmente em dois momentos, a saber: um curso introdutório com aspectos fundamentais sobre economia solidária; e as formações continuadas que ocorrem ao longo de todo o trabalho das equipes.

No presente texto ambas as modalidades serão apresentadas, mas o foco está na estratégia das formações continuadas, cuja metodologia e resultados serão avaliados por meio de um questionário respondido por participantes da IESol no período de 2014 a 2017.

Assim, após uma breve apresentação sobre o papel das formações para a economia solidária e o trabalho de incubação, segue o detalhamento das formações internas continuadas. Na sequência, a avaliação dos resultados obtidos através do instrumento de pesquisa utilizado e as considerações finais.

## A centralidade das formações no processo de incubação

Herdeira do movimento cooperativista do século XIX, a economia solidária segue seus princípios básicos no que se pode identificar como um novo ciclo após o apogeu e declínio de experiências anteriores. Mantém-se como definidora da economia solidária não uma determinada forma de registro jurídico ou contábil, mas sim a adesão aos princípios e valores propostos a partir da sistematização feita por Robert Owen e seus seguidores, na emblemática Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale.

Esses princípios e valores pautam o trabalho de incubação e são relembrados a cada impasse ou dificuldade trazidos pelos trabalhadores e trabalhadoras, além de serem reforçados a cada êxito do trabalho no coletivo. A IESol assume também o desafio de orientar-se pela mesma lógica. Nesse sentido, a formação continuada foi eleita como mobilizadora para a elaboração da reflexão trazida neste texto.

Dos princípios do cooperativismo, sistematizado por Robert Owen e seus seguidores na emblemática experiência de Rochdale, tem-se que:

> As cooperativas devem buscar mecanismos para proporcionar educação e treinamento aos seus sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Estes, por sua vez, deverão informar ao público em geral, particularmente aos jovens e aos formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação. (PRINCÍPIOS... 2012)

Reforçando a importância do processo educativo, Singer (2012, p. 39-42) observa que:

> Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja entendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperadores, mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo. [...], a publicação de periódicos e livros e a organização de cursos sempre merecem toda prioridade.

Ao abordar o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, da então Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, Freitas (2012) recorda que das treze ações desse Programa, duas delas tratam diretamente da formação em economia solidária, quais sejam: "Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária" e "Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária".

Não obstante, o segundo mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários, finalizado em 2013, aponta que dos 19.708 empreendimentos no Brasil apenas 7.541 (38%) teve acesso a alguma assistência técnica e/ou gerencial. Este número cai para 21% quando se trata de formação sócio-política-autogestão, cooperativismo e economia solidária (PROJETO SIES, 2013).

Ao analisar diversos documentos de plenárias e conferências nacionais sobre economia solidária, Alaniz (2012, p. 229) aponta que estes:

> quando tratam do fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária, têm como horizonte a promoção do desenvolvimento sustentado como um novo modelo de desenvolvimento (...). Nessa medida, as estratégias formativas têm o propósito de auxiliar na promoção da sustentabilidade dos empreendimentos com base na ação do próprio coletivo, incluindo a busca por políticas públicas, o que denominam de empoderamento.

Dessa forma, reforça-se o argumento de que a formação se constitui como um elemento importante para os membros das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, principalmente ao se constatar que outros espaços educativos são restritos nas universidades. No exemplo da própria Universidade Estadual de Ponta Grossa, à qual a IESol está ligada, não há nenhuma disciplina sobre economia solidária, seja na graduação ou na pós-graduação. Quase todos os professores, que de alguma forma desenvolvem projetos ligados à IESol, inserem a temática em algumas disciplinas sob sua responsabilidade.

Ao mesmo tempo, em uma busca no banco de teses e dissertações da UEPG sobre economia solidária, foram localizados apenas dois trabalhos: um defendido no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas e outro no Programa de Pós-graduação em Geografia. Ambos os trabalhos foram orientados por um professor supervisor da IESol.

Em um plano mais amplo, destaca-se que, em relação aos grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, no qual em 2016 havia 37640 grupos, uma busca com o termo exato "economia solidária", revela um total de 195 grupos, 0,51% do total (CNPQ, 2018). Esses dois indícios apontam para a confirmação de que os espaços de formação em economia solidária ainda são bastante restritos.

Dessa forma, as incubadoras como espaços ligados a universidades, basicamente articuladas através de projetos de extensão, necessitam estar constantemente realizando processos de formação, sobretudo para suas equipes. Isso ocorre principalmente porque as incubadoras contam, em grande parte, com equipes contratadas via projetos de financiamento com prazos limitados.

Assim, o processo de formação é contínuo, seja para membros novos ou mesmo para aprofundar os conhecimentos dos seus membros mais antigos ou que, porventura, sejam permanentes.

A despeito dessa necessidade, Calbino e Paula (2010, p. 65) ao estudarem os processos de autogestão e formação em três incubadoras no Brasil, escolhidas por serem consideradas de referência no processo de incubação, observaram que até 2009 essas experiências não tinham conseguido alocar tempo e recursos necessários para a realização de cursos e formação de seus membros. O estudo apontou que a formação poderia melhorar questões como a necessidade de nivelamento do conhecimento e a circulação de informações e dos conhecimentos produzidos. Notou-se, nos casos pesquisados, que há falta de formação interna e que isso tem refletido na compreensão de visões epistemológicas da economia solidária.

Em estudo posterior, a destinação de espaços e recursos para a formação, ao que parece, ganhou importância entre as incubadoras. Essa constatação pode ser verificada no Relatório do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC.

> Com relação à composição da equipe, os dados da pesquisa revelaram que, no período entre 2014 e 2016 nas 64 incubadoras avaliadas, 1.853 integrantes participaram das equipes, incluindo pessoal remunerado e voluntários (1.022 nas incubadoras [...]). Desses, 993 eram estudantes de graduação, 311 professores e 103 estudantes de pós-graduação, evidenciando a formação de quadros para a economia solidária como um dos principais legados do trabalho das incubadoras (PERISSÉ et al, 2017, p.136).

A IESol participou do referido PRONINC e, em outros anos foi contemplada com editais desse mesmo Programa, que pode ser assim entendido:

> O Proninc pode ser considerado uma das mais relevantes políticas do campo da economia solidária, uma vez que atua de forma estratégica, ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares. Nesse

> sentido, o programa une o governo federal – por meio das secretarias, dos ministérios e das instituições de fomento –, a academia e os setores populares, contribuindo para a formação e o fortalecimento de quadros em diferentes meios (PERISSÉ et al., 2017, p. 131).

Reafirmando o valor fundamental das formações nas incubadoras e considerando a multiplicidade de formas de como isso se dá em cada uma delas, aborda-se neste texto as especificidades do trabalho de formação interna realizada na IESol. Deve-se ressaltar que, apesar do foco deste trabalho recair nas formações internas, a IESol concebe e executa ainda outras modalidades, as quais ficam a cargo do núcleo de formação e das equipes de incubação de cada EES.

As formações com os EES são realizadas pelas equipes de incubação e são voltadas ao desenvolvimento, tanto do próprio empreendimento quanto ao desenvolvimento pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras que o constituem. Ao apresentar o conceito de economia solidária, muitas vezes a equipe registra comentários de participantes dos grupos incubados como: "Nós éramos da economia solidária e nem sabíamos". Isso justifica a necessidade de explicar a parte teórica da Ecosol em conjunto com a parte prática. Desse modo, os EES poderão identificar-se, ter uma ampla visão e uma base concreta sobre como funciona um empreendimento que se firma nos princípios da economia solidária, bem como ter noção de um quadro ampliado sobre a economia solidária.

Já no que diz respeito ao desenvolvimento pessoal dos participantes dos EES, por meio da educação continuada e sustentado no diagnóstico do grupo, são feitas formações específicas conforme suas necessidades e perfil, sempre utilizando palavras simples, claras e objetivas, considerando que a economia solidária extrapola o objetivo de obtenção de renda e trabalho.

O curso de extensão "Noções básicas em Economia Solidária"[1], realizado pela IESol, configura-se como outro tipo de formação,

[1] O nome do curso pode variar conforme o contexto e alteração de alguns módulos, definidos conforme a conjuntura e alguma especialização de membro da IESol.

focada para a comunidade externa. Nesse espaço apresenta-se a economia solidária, sua origem e exemplos locais, nacionais e internacionais de empreendimentos que são apontados como referência. Esse curso acontece uma vez a cada semestre, totalizando dois ao ano (BRASIL; FRAGOSO; MACHADO, 2018).

Ainda, constantemente, a IESol é convidada a realizar palestras e oficinas sobre Economia Solidária e a Incubadora de Empreendimentos Solidários, além de firmar parcerias com outras instituições a fim de otimizar e expandir o trabalho oferecido pela Incubadora, configurando outro espaço formativo.

Considerando esses aspectos, confirma-se a centralidade da formação para a IESol, na medida em que ela é a base do próprio processo de incubação, o que requer da equipe conhecimentos que extrapolam aqueles trazidos dos cursos e das vivências em outras atividades e experiências. O processo de incubação demanda conhecimentos próprios, além de ser um campo aberto para a construção de novos conhecimentos. Conforme Souza (2011, p. 61):

> A formação de formadores em economia solidária assume uma dimensão estratégica na medida em que estas pessoas passam a assumir o papel de multiplicadores de conteúdos e metodologias de formação junto ao conjunto de empreendimentos distribuídos pelas diferentes regiões do país [...].

Como já apontado, a temática da economia solidária é pouco trabalhada nos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições de ensino da cidade de Ponta Grossa, particularmente na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Com isso, a cada ingresso de novos integrantes é preciso refazer o circuito de formações.

Importante ressaltar como marcante essa característica da equipe, que convive com mudanças constantes de seus integrantes. Apesar de fazer parte da rotina de trabalho, esse aspecto não deixa de impor desafios de diversas ordens. Para a formação, um dos desafios é a dificuldade em manter uma equipe com conhecimento uniforme, pois a entrada e saída de integrantes acontece em diferentes períodos do ano, impedindo que haja ao menos uma certa homogeneidade e um avanço nas discussões. Isso ocorre por diversos fatores, como tempos de projetos diferentes e que seguem calendários impostos

pelos financiadores e novas oportunidades que surgem para os membros da IESol. Com isso, convivem participantes com distintos graus de conhecimento, apostando na transmissão entre eles como forma de amenizar desníveis maiores.

Assim, há a manutenção de uma formação inicial obrigatória para os novos integrantes. Dependendo do período de entrada, esta pode ser no curso de formação, mas também há sempre a disponibilização de um conteúdo fundamental e inicial, que abrange o conceito e práticas de Ecosol e o funcionamento da IESol como um todo.

Como forma de avançar na homogeneização e no aprofundamento do conhecimento sobre economia solidária em seus diversos aspectos, a IESol estabeleceu uma prática de formação continuada durante todo o ano aos seus membros, a qual será tratada no próximo tópico.

## A metodologia das formações internas em economia solidária na IESol

Os integrantes da IESol, independentemente do tempo de atuação em cada programa, participam das formações. O intuito é buscar atender tanto os objetivos internos quanto externos dos trabalhos com os EES. Com relação ao primeiro, espera-se que a formação seja utilizada como subsídio para o trabalho com os EES, ressaltando que não há um material pedagógico elaborado, específico a ser seguido. A dinâmica e as especificidades de cada EES traz uma série de temas e questões diferentes para cada equipe trabalhar nas formações, exigindo um conhecimento que não se esgota com a leitura de determinados materiais. Há uma necessidade permanente, e por vezes mutante, de assuntos a serem tratados, sempre com o cuidado de atrelá-los ao tema geral da economia solidária. Esse esforço é amainado pelo perfil multidisciplinar nas equipes, e pelo trabalho interdisciplinar que é proposto.

Quanto ao segundo aspecto, aquele que se refere ao trabalho para além dos EES, a formação é condição para a sistematização

do trabalho em forma de artigos e novos conhecimentos e para a participação em espaços de luta a favor da economia solidária, a exemplo dos Fóruns e Conselhos de Economia Solidária. O embasamento teórico e as categorias analíticas discutidas durante as formações cimentam as bases para a elaboração de textos que incorporam o trabalho teórico e o trabalho empírico, numa teia de conhecimentos que faz avançar as discussões inicialmente trazidas. Destaca-se não apenas o número de artigos apresentados e publicados, mas também a crescente elaboração de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses de integrantes da IESol sobre economia solidária.

Considerando a dinâmica da IESol, principalmente quanto ao número de grupos e tamanho da equipe: a partir de 2014, foi escolhida uma forma de trabalho em que a formação é realizada através de encontros quinzenais, envolvendo toda a equipe. Destaca-se aqui que, nos anos anteriores, com uma equipe menor e menos grupos incubados, a formação era realizada semanalmente.

Contrastando com as demais tardes, nas quais as equipes dedicam-se ao trabalho com os EES, as tardes das quintas-feiras são tradicionalmente reservadas para o trabalho interno, intercalando as reuniões gerais (conselho de autogestão) e as formações continuadas.

Durante as reuniões gerais, a autogestão transparece. Nelas são discutidos e apresentados diversos assuntos, que vão desde a ausência de algum integrante em determinada data, demandas de trabalho, andamento de projetos, relatos sobre diversas atividades desenvolvidas, como o trabalho de incubação ou outras atividades externas. Trata-se de momentos em que a IESol concretiza-se como única, pois nesses encontros são repassadas informações atualizadas das atividades de todos os empreendimentos, para todos os iesolenses presentes. Consequentemente, toda a equipe da IESol fica a par do que está acontecendo com a totalidade do trabalho, incluindo o trabalho das equipes de incubação ou núcleos.

Além disso, a democracia interna também atua fortemente durante esses encontros, quando são trazidas à tona discussões sobre eventos a serem promovidos, decisões a respeito de grupos, adesão de novos integrantes, patrimônios da IESol, vinda de pessoas de outras incubadoras, cronogramas, novas demandas, novos projetos

etc. Apesar de se considerar que cada pessoa equivale a um voto, esse é um recurso usado somente em momentos de impasse, pois, sempre que possível, busca-se um consenso, através dos argumentos de quem defende um ou outro posicionamento. Inclusive, um assunto pode ser retirado de pauta, voltando a ser discutido em outra ocasião. Geralmente acontece quando há necessidade de mais informações ou mesmo proporcionar um tempo para maior reflexão sobre a questão. Apesar de estar em uma universidade pública, que é um ambiente com um forte grau de hierarquia, a IESol busca internamente seguir os princípios da economia solidária, visando avançar no processo de autogestão (VALADÃO et al., 2015).

Com relação à autogestão e à democracia, Singer (2012, p. 19, 21, 40) afirma:

> Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. [...] A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo o qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. [...] Hoje o princípio de um voto por cabeça é visto como essencial para que haja democracia na cooperativa e, portanto, autogestão.

Em sua organização interna, a equipe da IESol divide-se em equipes de incubação e núcleos temáticos, buscando otimizar suas atividades e organizar o tempo em conjunto das múltiplas tarefas. Apesar das agendas com os EES, o que por si só garantiria o uso pleno do tempo, a equipe mantém a realização quinzenal dos encontros de formação. A dinâmica desse trabalho é organizada pelo núcleo de formação, constituído por membros da IESol, que voluntariamente escolhem fazer parte dele, incluindo técnicos(as) e alunos(as).

O núcleo tem a responsabilidade de planejar as formações internas, escolhendo os temas e as metodologias a serem utilizadas. E, no decorrer destas, são os membros do núcleo os responsáveis

em guiar o debate, trazendo à tona os assuntos pertinentes. Tanto a eleição dos assuntos como das metodologias seguem a orientação do coletivo, seja através das reuniões gerais ou através de comunicação por e-mail ou pesquisas internas. Também podem ser fruto das avaliações e experiências acumuladas em anos anteriores. Além disso, o núcleo tem como atividade: coordenar as formações externas e organizar as demandas de palestras e demais atividades que envolvam a formação de membros externos.

As decisões do núcleo são referendadas nas reuniões gerais, e os planejamentos são feitos para o período semestral, contando com flexibilidade para mudanças de acordo com avaliações do próprio núcleo ou da equipe da Incubadora.

Em 2014 houve um aumento expressivo na equipe por conta da execução de dois projetos aprovados: PRONINC: "Economia Solidária, desenvolvimento territorial e tecnologias sociais no território da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR (UEPG)" e Petrobras: "Projeto Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais".

Em 2013 o núcleo de formação já havia se debruçado sobre essa questão, pensando em formatos para agregar e minimamente uniformizar conhecimentos dos novos membros, uma vez que o ingresso se dá por seleção pública tanto para técnicos(as) como para estagiários(as).

Para atender a demanda de formação dos novos integrantes e inseri-los na ideia da economia solidária, foram discutidos, em 2014: abordagens com os grupos, textos básicos sobre economia solidária, autogestão, metodologia de história oral, tecnologia social, desenvolvimento territorial, educação popular.

Para tanto, utilizou-se basicamente duas estratégias metodológicas: oficinas e debates com leitura prévia de textos. A primeira ocorreu com os seguintes temas: abordagens com grupos, metodologia de história oral e educação popular. Sobre a abordagem com grupos, foram encontros planejados por integrantes da própria IESol, alunos e técnicos que assumiram a atividade. As oficinas sobre história oral ficaram a cargo dos professores do curso de História, da UEPG, que se engajaram no trabalho da Incubadora. A educação popular foi abordada durante quase todo o segundo semestre,

contando com a participação de uma professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR, campus Ponta Grossa, especialista nessa área.

Quanto à estratégia de discussão dos textos, os mesmos eram escolhidos e enviados previamente pelo núcleo de formação, cujos integrantes fomentavam o debate com a equipe dividida em três grupos. A cada encontro eram expostos três textos sobre o mesmo tema, fato que enriquecia a discussão. Nos anos seguintes, devido à diminuição de membros nas equipes, aboliu-se essa divisão.

Para o primeiro semestre de 2015, optou-se pela manutenção dos temas tratados no ano anterior, buscando conciliar o interesse dos novos integrantes do grupo e também daqueles que participaram da equipe no ano anterior. Apesar de reforçar os mesmos temas, foram discutidos textos diferentes, propiciando uma troca de conhecimento entre os participantes. O segundo semestre foi dedicado à metodologia de incubação, com ênfase nos instrumentos de avaliação do processo de incubação. Com esse objetivo, aplicou-se com a própria equipe os instrumentos mencionados, para que posteriormente pudessem ser reaplicados nos grupos incubados, a exemplo da metodologia FOFA.

No mesmo sentido, foi aplicado e avaliado um conjunto de indicadores para uso nos grupos, o que trouxe um rico debate tanto sobre o método em si quanto seus resultados, contribuindo para reflexões sobre o processo de incubação.

Ainda nesse período, houve uma tentativa de separar a equipe em subequipes temáticas, uma voltada para questões ligadas à área rural e outra para questões relativas à reciclagem. Esta configuração se deu pela necessidade de aprofundar assuntos comuns e específicos das áreas de atuação direta das atividades com os empreendimentos. Após uma primeira experiência, verificou-se que seria mais produtivo retornar ao formato original, deixando as discussões para outros espaços e de acordo com as necessidades e disponibilidades das equipes com proximidade de intenções.

Em 2016, as discussões foram direcionadas para a leitura de textos atuais e de referência sobre economia solidária: Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019; Mapeamento Nacional de Economia Solidária. Foram realizadas, ainda, formações para ampliar o entendimento sobre incubação de território, além de

atualização sobre autogestão e tecnologias sociais, estes últimos com textos diferentes e sempre com o propósito de integrar e avançar, mesmo com uma turma com níveis diferentes de conhecimento sobre os assuntos tratados.

Com relação a 2017, os assuntos abordados nas formações do primeiro semestre do ano foram: Conceitos Básicos do Pensamento Crítico; Conceitos Básicos de Economia Solidária; Tecnologia Social e Metodologias de Incubação. Para tais debates foram utilizadas metodologias de abordagem diversificadas, lançando mão de filmes, discussões a partir de perguntas orientadoras e de textos selecionados pelos integrantes da IESol.

No segundo semestre os temas discutidos foram a retomada da aplicação do FOFA como método de avaliação das atividades da IESol e também a Metodologia de Incubação. Ao final de cada formação, eram reservados 30 minutos para realizar uma breve síntese do que foi discutido e a avaliação sobre a metodologia utilizada.

## Avaliação das formações internas na IESol

Anualmente são realizadas avaliações de todas as atividades da IESol, incluindo equipes de incubação e núcleos. Aqui é possível destacar os pontos positivos e negativos elencados.

Como aspectos negativos destaca-se a pouca participação nas discussões ou centralização da fala de alguns participantes, bem como a falta de leitura dos textos base para as formações por parte da maioria dos membros da IESol. Como ponto positivo pode-se evidenciar a contribuição das formações no trabalho da Incubadora como um todo, seja nos grupos incubados ou em outros espaços.

Para fins deste trabalho, acrescentou-se um instrumento na avaliação respondida pelos membros da IESol, fossem técnicos (graduados/as) ou bolsistas de graduação que trabalharam na IESol entre os anos de 2014 a 2017. Esse período foi definido por ser um momento de expansão da IESol, conforme já apresentado anteriormente.

Através de um levantamento na relação das equipes no período escolhido, localizou-se 54 pessoas. Considerando os prazos

e dificuldades em localizar e contatar pessoalmente a maioria dessas pessoas, se elegeu como instrumento um questionário a ser preenchido de forma on-line. Dentro dos prazos delimitados, se obteve o retorno de 27 questionários.

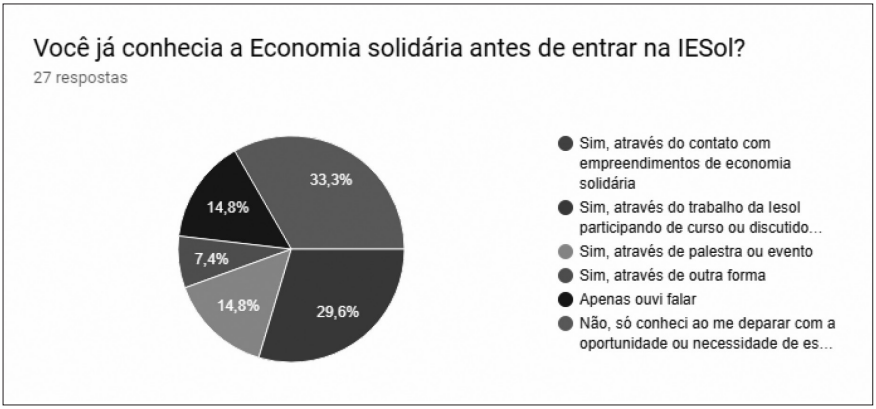
Para melhor compreensão dos resultados, deve-se considerar que a composição da equipe é diversa, contemplando múltiplas áreas e diferentes níveis de conhecimento sobre economia solidária. De fato, a interdisciplinaridade é uma das características da IESol, fato que enriquece a troca de saberes com conhecimentos diversos e, ao mesmo tempo, torna mais desafiadora a atividade de formação. Podem-se destacar as áreas de Geografia, Serviço Social, Comunicação, História, Publicidade, Economia, Psicologia como as de maior expressão no período pesquisado, mas também há membros de Direito, Engenharias, Agronomia, Biologia entre outras.

Com relação às respostas dos questionários, a primeira questão perguntava sobre o conhecimento prévio de economia solidária antes de entrar na Incubadora. Dos 27 questionários, 14 pessoas apontaram que sim, que tinham prévio conhecimento. Segundo 8 respondentes (29,6% do total), o conhecimento foi adquirido através do curso de noções básicas realizado pela IESol ou na discussão em sala de aula, tópico de uma disciplina; para 4 pessoas (14,8%) foi através de algum evento ou palestra que participaram; e 2 pessoas (7,4%) de outra forma.

Das 13 pessoas (49%) sem conhecimento anterior sobre economia solidária, 4 delas (14,8%) tinham apenas ouvido falar; e 9 pessoas ( 33,3%) somente conheceram o termo quando se depararam com o anúncio da oportunidade de bolsa (Gráfico 01).

Praticamente metade daqueles que responderam ao questionário não conheciam a Ecosol. Portanto, este resultado corrobora a importância das atividades formativas internas à medida que propaga os conhecimentos de quem já conhece para quem ainda não conhece.

**Gráfico 01: Conhecimento prévio sobre economia solidária**

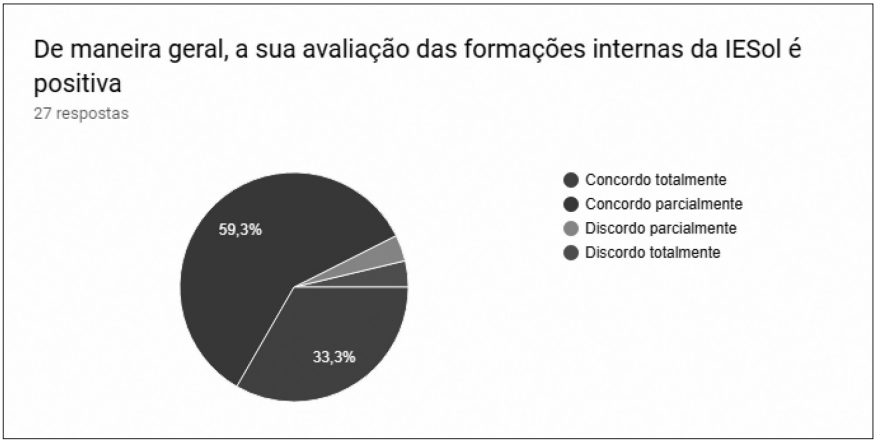



Fonte: Organização dos autores.

No questionamento em relação à finalidade da formação, foram apontados com maior frequência: ampliar o conhecimento sobre economia solidária (52%), subsidiar o trabalho com os grupos (41%), e conhecimento de assuntos não trabalhados na graduação (26%), sendo as duas primeiras também apontadas como segunda finalidade mais importante ( ambas com 30%). Na terceira finalidade mais importante se destacam o nivelamento do conhecimento (30%) e subsidiar a elaboração de trabalhos acadêmicos (26%). Ou seja, há uma falta geral de conhecimento sobre a economia solidária, reveladas pela necessidade de aprender mais sobre o tema e buscar assuntos que não se discutem nos cursos de graduação.

Quando perguntados se consideram positiva a formação, 93% (25 respostas) responderam afirmativamente, sendo que 59,3% apontam que é totalmente positiva e 33,3% parcialmente positiva. Somente 7,4 % (2 respostas) apontaram que a formação não é positiva (uma parcialmente e uma totalmente).

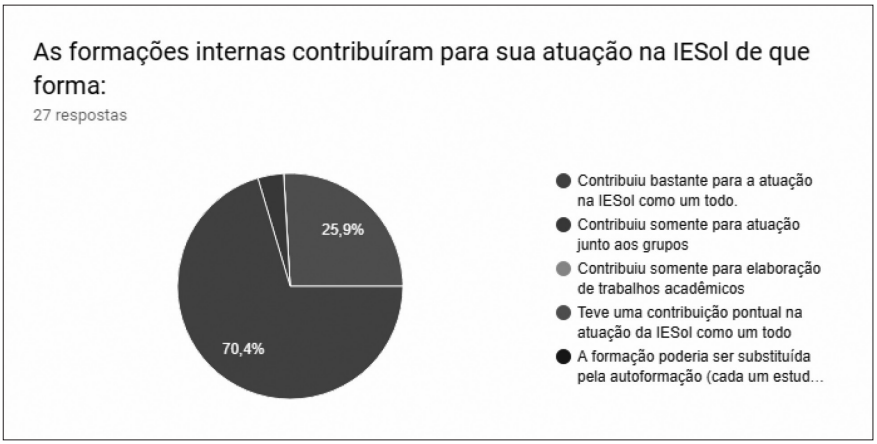
**Gráfico 02: Avaliação das formações internas da IESol**




Fonte: Organização dos autores.

Com relação à contribuição da formação interna, destaca-se a resposta sobre a atuação na IESol como um todo, com 70,4 % das respostas; e 25,9% em uma atuação pontual na IESol. Nenhuma resposta apontou que a formação poderia ser substituída por uma outra formação (estudo individual conforme seus interesses).

**Gráfico 03: Contribuição das formações internas**

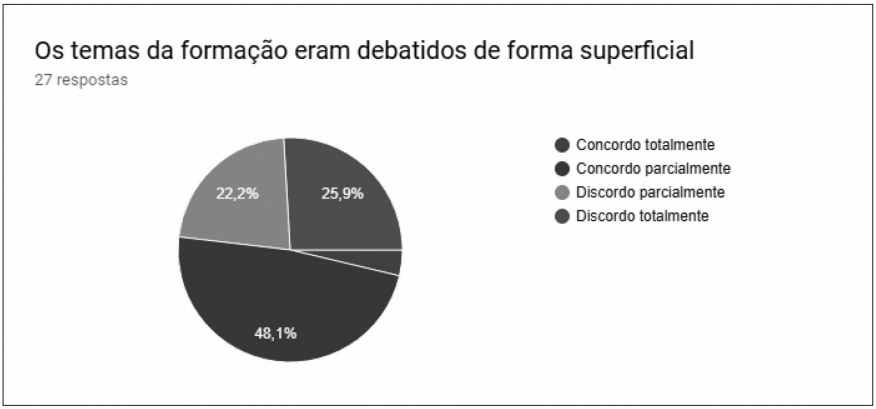



Fonte: Organização dos autores.

Sobre a repetição dos temas, relembra-se que há uma forte rotatividade da equipe, fato que leva e retomar assuntos básicos já abordados e que pode explicar as respostas: 7,4% (2 respostas) apontam que concordam totalmente que há repetição de temas; 48,1% concordam que há uma repetição parcial dos temas; e 33,3% indicam que a repetição é mais pontual, ao discordar parcialmente. Sendo assim, constitui-se um desafio constante trabalhar novos assuntos e aspectos da economia solidária, considerando a rotatividade da equipe.

Da mesma forma, com relação ao aprofundamento do debate, apenas 3,7% (1 resposta) apontou que são tratados de forma superficial. Mas 48,1% concordam parcialmente com esta afirmação. Por outro lado, 22,1 % apontam que discordam parcialmente com esta afirmação; e 25,9% discordam totalmente.

**Gráfico 04: Aprofundamento dos temas debatidos na formação interna**




Fonte: Organização dos autores.

Finalmente, destaca-se a questão das metodologias utilizadas nos momentos de formação. Foi apontado que palestras com convidados externos e rodas de conversa são os formatos considerados mais adequados, 70,6% e 66,7% das respostas, respectivamente. Na sequência aparece a apresentação expositiva seguida de debate, com 63% das respostas. Também foi considerado importante o debate a partir de filmes e documentários, com 55% das respostas.

Ainda sobre a metodologia, rodas de conversa e palestras com convidados externos foram as mais votadas como estratégia

metodológica mais adequada para as formações internas. E, para 82% dos respondentes, as formações conseguem aliar teoria e prática satisfatoriamente.

## Considerações finais

A IESol sempre manteve o compromisso de investir na formação de sua equipe, mantendo um dos princípios da própria economia solidária. Isso faz mais sentido ainda quando se trata de uma equipe que não é fixa e que constantemente é renovada. Um dos desafios é, e continuará sendo, o equilíbrio entre as demandas e interesses de áreas tão diversas e com conhecimentos diferentes em graus e conteúdos. Não se faz restrição a nenhuma área do conhecimento ou ano de graduação, ao contrário, se aposta na diversidade como uma das riquezas da equipe, mesmo que isso exija maior esforço no sentido de uniformizar e avançar nas discussões.

Acerca das formações internas, os pontos negativos observados nas avaliações anuais da IESol motivou o núcleo de formação a investigar de que forma esses aspectos poderiam ser compreendidos e/ou amenizados. O questionário respondido por 27 integrantes da IESol, no período de 2014 a 2017, trouxe mais subsídios para compreender essa lógica e superar dificuldades.

O primeiro aspecto importante trata do papel das formações na ampliação do conhecimento sobre economia solidária e seu subsídio aos trabalhos efetuados juntos aos empreendimentos. O fato da grande maioria avaliar as formações de maneira positiva revela-se como uma situação paradoxal, uma vez que as formações são consideradas importantes para o trabalho, apesar de nem sempre atrair a adesão pretendida.

Com relação a este paradoxo observado, a repetição dos temas e a superficialidade do debate, apontado por significativa parcela dos respondentes, pode ser assinalado como uma das causas, e também como um desafio para o núcleo, haja vista a necessidade constante de se abordar assuntos mais "básicos" e de forma introdutória, por conta da alta rotatividade de membros.

Das quatro metodologias mais apontadas como sugestões, todas são utilizadas pelo núcleo (algumas em maior frequência), o que reforça o tamanho do desafio em aumentar quanti e qualitativamente a participação nas formações internas da IESol.

# REFERÊNCIAS


ALANIZ, Erika Porceli. **A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011):** análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional. 2012. 370 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL, M. S.; FRAGOSO, T. S.; MACHADO, G. P. O Papel das Formações em Economia Solidária promovidas pelo Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG). In: CONEX, 36º, 2018, Ponta Grossa. **Resumos...** Ponta Grossa: UEPG, 2018.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula Paes de. "Quem Educa os Educadores?" A Autogestão e os Processos de Formação nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, 3 (1), 2010, 52-66. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n1/v3n1a07.pdf.>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CNPQ. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em:<http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>. Acesso em: 23 maio 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro, 1987.

FREITAS, Mariana Machitte de. **As políticas públicas de economia solidária no governo federal:** 2003 a 2010. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PRINCÍPIOS básicos do cooperativismo. Disponível em: <http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/princ_basico>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PERISSÉ, C. et al. A avaliação do PRONINC 2017: metodologia e resultados. **Mercado de Trabalho conjuntura e análise.** IPEA**.** Ano 23, out. 2017. p. 129-139. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8133/1/bmt_63_avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

PROJETO SIES. **Atlas digital da economia solidária.** 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 2 abril 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 127 p.

SOUZA, J. C. M. Economia Solidária e Desenvolvimento. In: BAHIA. **Economia Solidária**. Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, 2011. Cap. 4. p. 61-74.

VALADÃO, Adriano da Costa et al. A autogestão numa incubadora de empreendimentos solidários. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA, 1., 2015, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Ailpcsh, 2015. p. 806-820.

# O trabalho como construção de SI[1]

*Fernanda Pimentel Santos*
*Lorena Fiuza Ferreira*

A relação entre o trabalho e a saúde mental vem sendo discutida ao longo da história por diversos autores, dentre eles, Dejours, que em 1980 publicou a clássica obra "A Loucura do Trabalho". Nesse livro, o autor se aproxima da discussão do homem, seu trabalho e o adoecimento psíquico acerca de sua função. Ao longo dessa produção, Dejours se propõe a estudar como os trabalhadores e a sua estrutura psíquica enfrentam as crises provocadas pelo trabalho.

Frente a essa questão, o presente estudo tem como objetivo discutir o trabalho na dinâmica capitalista e sua relação com o adoecimento psíquico, aproximando-se da experiência do trabalho na economia capitalista. A pesquisa se desenvolveu em um empreendimento de trabalhadores que possuem como forma de organização de trabalho a economia solidária, que ultrapassa o sentido de ser uma fonte de renda para compor valores e princípios na vida de cada trabalhador.

Pensando na economia solidária, Singer (2002) evidencia que esta compreende diferentes tipos de associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos, que surgem como reações a carências, dentre elas a pobreza que o sistema econômico dominante se nega a resolver. Para Singer (2002), a economia solidária permite que todos os trabalhadores possam tomar as decisões do empreendimento, possuindo os mesmos direitos, afirmando que cada um "tem a mesma parte do capital. E,

[1] Pesquisa originária do Trabalho de Conclusão do Curso Bacharel em Psicologia (2014).

portanto os mesmos direitos de decisão. Pratica-se a autogestão, que é administração da empresa por todos que trabalham nela democraticamente" (SINGER, 2002, p. 11). Assim, o autor define a economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, no qual os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles, favorecendo e incentivando a autonomia e autogestão.

Nesta pesquisa foi utilizada como metodologia a História Oral, que buscou evidenciar, por meio das entrevistas, a subjetividade de cada entrevistado, resgatando a singularidade dos discursos. Desse modo, o trabalho foi norteado pela pesquisa qualitativa, descrita por Rey (2012) como essencial para produção de teoria, ou seja, de estudos que não são diretamente acessíveis. O autor define a pesquisa qualitativa como a construção de representações capazes de articular diferentes assuntos e gerar inteligibilidade sobre o que pretende conhecer na pesquisa.

Diante dessas considerações, o presente estudo discute a economia solidária como um sistema econômico que possibilita uma forma de organização baseada em princípios solidários, que interferem na relação do trabalho e na saúde mental, evidenciados por meio de narrativas de trabalhadores que exercem a economia solidária.

## Trabalho como categoria fundante do ser humano e produtor de consciência

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (***Karl Marx***).

Marx (2011) ilustra com este exemplo o trabalho como categoria fundante do ser humano, pois a partir dele o homem transforma e organiza a natureza pelas suas necessidades. Para Marx, o conteúdo da essência humana é o trabalho, o qual diferencia o homem dos demais seres vivos, que garantem a sua sobrevivência adaptando-se à natureza, enquanto o homem age transformando-a, adaptando a natureza a si (DUARTE, 2004). Desse modo, é pelo trabalho que o homem produz a si mesmo, isto é, "o que o homem é, o é pelo trabalho" (DUARTE, 2004, p. 28).

Barbosa (2002) aponta que no decorrer da existência humana existem registros da ação do homem transformando a natureza, o que possibilitou obter os bens necessários para sua sobrevivência. Dessa forma, é possível falar da história do trabalho que expressa as capacidades de criar o mundo natural e social, sendo passada culturalmente por uma trajetória progressiva e histórica. Leontiev (1978), ainda, distingue o homem dos animais por construir sua natureza e reproduzir culturalmente, enquanto o animal se contenta com o desenvolvimento da sua natureza. Nesse sentido, Engels (2004) evidencia que o que mais difere o trabalho do homem com o do animal é que "o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a" (ENGELS, 2004, p. 28).

Para Marx (2011), pelo processo do trabalho os homens passam a produzir a própria vida material, superando seus limites naturais e produzindo a si humanamente. Assim, o autor afirma que o processo de trabalho, como é conhecido, trata de uma "atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza" (MARX, 2011, p. 153). Desse modo, essa condição natural estabelecida entre o homem e seu trabalho é comum em todas as formas sociais. Segundo Leontiev (1978), o ser humano se apropria de instrumentos e transmite seu conhecimento e experiências de geração em geração, por meio das suas relações sociais e operações de trabalho historicamente elaboradas. Nesse sentido, o autor enfatiza que o desenvolvimento da humanidade decorre da capacidade do homem passar para as

gerações seguintes suas criações e instrumentos, multiplicando e aperfeiçoando o trabalho.

Oliveira (2010) também comenta que, sob a ótica de Marx, o trabalho humano se diferencia da atividade produtiva dos demais seres vivos por envolver consciência, volição e capacidade de produção universalmente. O autor acrescenta que o trabalho possui caráter antropológico, pois ao trabalhar o homem não utiliza apenas uma atividade instintiva para satisfazer suas necessidades, mas desenvolve constantemente um processo de criação e autocriação humana.

Carvalho et al. (2010) destacam que Vygotsky, ao discorrer sobre consciência a considerava um fenômeno histórico e social, pois o homem apropria-se da sua história a partir do discurso social, repassando-a para as próximas gerações. Isto é, ao se constituir através do social, o homem torna-se resultado desse convívio social. Dessa forma, a consciência é explicitada como algo originado pelo relevo social e regido através da fala, esta que é preenchida por significados que envolvem o homem. Assim, para Vygotsky, o papel do trabalho atua como um formador da consciência humana (TOASSA, 2006).

Para Barbosa (2002), o trabalho existe para satisfazer integralmente as necessidades humanas, construindo a identidade e o reconhecimento do sujeito. O autor afirma que, à medida que a sociedade se torna complexa, a integração plena entre trabalho teórico e sua prática também acabam se tornando mais complexos. Barbosa (2002) comenta que a hierarquia das classes sociais que organiza as sociedades fez com que alguns trabalhadores não tivessem acesso à educação formal. Porém, o modo de produção capitalista é regido pela necessidade de ampliar a formação do trabalhador por meio da educação formal, favorecendo os sujeitos que correspondem às necessidades do mercado de trabalho, mas o acesso a essa educação é destinado para poucos, de tal modo que a oportunidade seja para poucos trabalhadores.

Vygotsky (2004) nomeia a relação de transformação do meio pelo homem através de instrumentos, e este sendo transformado ao realizar esta manobra, como atividade humana. Aguiar (2000) enfatiza que o homem constrói a sua existência por meio da sua

ação na sociedade, objetivando satisfazer suas necessidades, ou seja, o homem modifica o meio em que vive através de sua ação para satisfazer suas demandas, confirmando que esta ação é preenchida por "um movimento de apropriação que envolve a atividade do sujeito, isso significa que o sujeito modifica o social, de forma que o social modificado representa a possibilidade do novo, da criação" (AGUIAR, 2000, p. 129).

Aguiar (2000) ressalta que a atividade ocorre por meio do processo social, existindo pelo significado, conceituando a consciência por um processo dialético, isto é:

> [...] semioticamente estruturada, resultado dos próprios signos, ou seja, de instrumentos construídos pela cultura e pelos outros que, quando internalizados, se tornam instrumentos internos e subjetivos da relação do indivíduo consigo mesmo (AGUIAR, 2000, p. 130).

Assim, Aguiar (2000) trata a consciência como integrada ao coletivo e ao singular de cada sujeito, possibilitando uma condição de mudança e transformação de sua vida através da ação, permitindo uma relação dialética que constitui o sujeito, descrita pela autora como:

> O homem transforma a natureza com sua atividade por meio dos instrumentos e, assim, transforma-se a si próprio. Dessa maneira, se o ser humano forma-se por meio de uma relação dialética com a realidade social, não cabe a ideia de que a constituição do sujeito resulte de uma mera transposição do plano social para o individual. A constituição do sujeito é vista, pois, como resultado de um processo de conversão do social no individual, sem que indivíduo e sociedade mantenham entre si uma relação isomórfica (AGUIAR, 2000, p.131).

Dessa forma, a categoria atividade é entendida como sinônimo de transformação social a partir da construção de uma consciência crítica, tratando do trabalho como algo relevante à constituição dessa dialética (FURTADO, 2007). De acordo com Duarte (2004), o trabalho é visto como uma atividade vital "que garante a existência

não só da vida individual, mas de toda sociedade que a sustenta" (DUARTE, 2004, p. 57).

O trabalho é visto pelos autores com embasamento no materialismo histórico e dialético como central na construção da identidade do sujeito. De acordo com Codo (2010), o trabalho representa uma transformação da natureza, gerando significados ao homem. Veronese (2009) comenta que as experiências de trabalho produzem significados que interferem na maneira como o sujeito aprende, expressa e vivencia suas relações subjetivas de forma singular, partindo de uma experiência coletiva. Assim, a subjetividade é um fenômeno que ao mesmo tempo trata-se do sujeito individual e do seu mundo social, sendo o trabalho uma fonte de subjetivação.

Veronese (2006) afirma que a subjetividade antes de ser individual responde a uma instância coletiva, social e histórica, na qual cada pessoa entende o mundo de uma forma única, de acordo com a sua história de vida e das suas relações sociais. Para os autores Codo e Jacques (2002), parte do processo de subjetivação do homem se forma a partir do trabalho, que trás um significado para cada sujeito, englobando suas motivações e sofrimentos.

## Quando o trabalho resulta em alienação

> A sociedade mecânica é a sociedade do ter. Estamos dizendo todo dia que nós precisamos ter para ser. E para ter é preciso comprar. Para comprar é preciso ter renda. Para ter renda é preciso trabalhar. Logo, a minha vida se transforma basicamente em trabalho ***(Márcio Pochmann)***.

A alienação pode ser resultado de um trabalho que não integra o ser humano. Duarte (2004) salienta que a alienação diz de sujeitos que não têm consciência da sua própria situação, perdendo a condição de sujeitos de seus próprios atos e obras, não se reconhecendo como responsáveis pela autoria de sua própria vida e história. Duarte (2004) acrescenta que a alienação está na capacidade do não reconhecimento do homem enquanto sujeito e criador do seu trabalho. Pois, a sua produção e atividade passa a

ser considerada como algo externo à sua subjetividade, "no qual o homem não encontra a sua realização, mas a sua perdição, um fator de sofrimento e não de satisfação" (DUARTE, 2004, p. 34). Dessa forma, o capitalismo produz a separação do trabalho com o capital, interessando-se apenas pelo produto final: o capital.

Marx (2004) destaca que esse modelo econômico torna o trabalhador uma mercadoria, valorizando o que se produz e desvalorizando o homem que a produz. Essa relação reduz o homem a um objeto, pois esquece que o trabalho não gera apenas produtos, também gera a si mesmo, de tal modo que o trabalho diminui o homem ao se igualar à mercadoria (MARX, 2004).

Portanto, o trabalhador e o seu trabalho são considerados objetos, que têm como finalidade produzir o capital. Oliveira (2010) ressalta que Marx, em seus estudos, apresenta o trabalho como algo de "estranhamento ao homem" (OLIVEIRA, 2010, p. 80), pois o mesmo é subordinado ao capital, reduzindo esse homem à produção. Dessa forma, o trabalho perde sua finalidade criadora para se tornar uma atividade de estranhamento, que apenas satisfaz suas necessidades básicas como comer e beber, através do salário recebido (OLIVEIRA, 2010).

Leontiev (1978) enfatiza que o homem se apropria dos objetos quando estabelece uma relação histórica com os mesmos, ou seja, se reorganiza com os instrumentos e métodos instintivos para produzir. Entretanto, o autor realça que, ao separar o homem do trabalho (meios de produção) realizado, separação nomeada pelo autor como "alienação econômica" (LEONTIEV, 1978, p. 8), opera-se uma divisão social do trabalho, que consequentemente modifica o produto do trabalho em objeto, tornando esse trabalho impessoal para o trabalhador, conforme confirma o autor:

> Assim, enquanto globalmente a atividade do homem se enriquece e se diversifica, a de cada indivíduo tomado à parte estreita-se e empobrece. Esta limitação, este empobrecimento podem tornar-se extremos, sabemo-lo bem, quando um operário, por exemplo, gasta todas as suas forças para realizar uma operação que tem de repetir milhares de vezes (LEONTIEV, 1978, p. 9).

Com isso, o trabalho perde seu significado e o homem iguala-se à mercadoria, que pode se vendida e/ou comprada. Oliveira (2010) apresenta que Marx vai além da análise antropológica do trabalho, expondo a condição negativa do trabalho, como as contradições determinadas pela propriedade privada, na qual o homem perde a sua essência ao objetivar-se nos produtos do trabalho.

De acordo com Oliveira (2010), no capitalismo ocorre a perda subjetiva e histórica do homem no trabalho, sendo valorizado o trabalho assalariado e produtor de mercadorias. Dentro da perspectiva do pensamento de Marx, Oliveira (2010) comenta que o trabalho apresenta um elemento de subordinação ao capital, ocorrendo a mortificação do homem, o qual se sente fora de si e subtraído ao sistema capitalista.

Marx (2004) conclui que no modo de produção capitalista o trabalhador torna-se mera mercadoria, ressaltando que: "o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria" (MARX, 2004, p. 80). Oliveira (2010) apresenta como consequência dessa situação a supervalorização do mundo material (dos objetos produzidos) e uma desvalorização do homem. Dessa forma, Marx (2004) afirma:

> A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. [...] A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2004, p. 80-81).

Com os dilemas e contradições do sistema capitalista, segundo Oliveira (2010), uma realidade de sofrimento, desigualdade e miséria submetem uma parcela social, a classe trabalhadora. Oliveira (2010) afirma que o "homem é produto do seu trabalho", e assim a humanidade se torna mais objetiva e material quanto o próprio ato de produção, restando ao trabalhador uma pobreza exterior e interior.

Segundo Duarte (2004), dentro da concepção de Marx o homem se constitui pelo conjunto das suas relações históricas e sociais. Duarte (2004) reflete que, dessa forma, o homem só se torna um "ser humanizado" a partir do momento que assimilar e incorporar a sua própria vida, suas atividades, produções, comportamentos e as suas relações cotidianas com os outros homens. Oliveira (2010) comenta que por meio do trabalho alienado o homem inverte essa relação de construção de sua subjetividade, já que transforma sua atividade, seu trabalho em simples meio para prover sua existência.

Veronese (2006) realiza uma crítica a esse sistema capitalista por produzir sujeitos no seu modo de trabalhar que correspondam à demanda de uma produção que resulte na lucratividade dos mercados, reduzindo o ser humano a um objeto para gerar lucro.

Furtado (2010) explana que as condições de trabalho produzem alienação do homem, em que as empresas capitalistas passam a "coisificar o próprio corpo do trabalhador" (FURTADO, 2010, p. 116). O autor ainda acrescenta que o operário não opera apenas as máquinas, mas seu corpo passa a ser uma extensão da máquina, transformando o seu próprio ser em uma máquina de produção. Sendo assim, Furtado (2010) conclui que esse sistema capitalista competitivo propicia a alienação do homem frente à sua própria identidade profissional de trabalhador. Desse modo, o "mais forte elimina o mais fraco e a regulação é realizada pelas exigências do mercado, [...] exigindo desse trabalhador mais que a sua força de trabalho, exigindo o seu corpo, a sua saúde" (FURTADO, 2010, p. 117).

## Trabalho e saúde mental

Jacques Christophe Dejours, psicanalista que contribuiu para o entendimento da saúde mental no trabalho, destaca que as vivências dos operários são marcadas por sentimentos como a *ansiedade* e *insatisfação.* Os trabalhadores se sentem como máquinas robotizadas, sem espaço para reconhecimento da imaginação e inteligência de cada um, carregando um significado frustrante, preenchido pelo ciclo de inutilidade (DEJOURS, 1992). Assim, o autor realça que

o trabalho passa a ser um significante, logo, ao executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige uma máxima produção de esforço, o que gera nos trabalhadores um sentimento de inutilidade, acompanhados de ansiedade e insatisfação.

Assim, Dejours (1992) apresenta uma crítica ao modelo econômico dominante, o capitalismo que produz exclusão e desigualdade social, envolvendo uma vivência conflituosa associada à perda do emprego, ou seja, à possibilidade de viver a miséria e a pobreza, esquecendo que muitas vezes já se vive ela. Dejours (1992) problematiza esse sofrimento: "o afrontamento do homem com a sua tarefa põe em perigo sua vida mental" (DEJOURS, 1992, p. 11), pois coloca em risco sua identidade, sua subjetividade.

Heloani e Capitão (2003) apontam que o capital através do trabalho organiza a estrutura do mundo, visto que o trabalho exerce um papel fundante na vida do sujeito, abrindo possibilidades de constituição da sua subjetividade. Entretanto, os autores trazem que as pessoas não mais estão "preocupadas com o significado do seu trabalho ou com a oportunidade de vivência e troca coletiva. A preocupação volta-se para a acumulação de um valor de troca" (HELOANI; CAPITÃO, 2003, p. 103). De tal modo, o sujeito e o trabalho são mediados pelo significado que traz o capital. Codo (2010) ainda apresenta uma discussão sobre a forma como a divisão no trabalho organiza também as relações sociais, familiares e seu cotidiano, pois o trabalho "determina as possibilidades de vínculo" (CODO, 2010, p. 178), tornando-se um fato social capaz de intervir na dinâmica da vida do trabalhador.

Codo (1988) também ressalta que o trabalho tem função determinante na produção ou ausência da saúde mental, enfatizando que o capitalismo monopolizado e financeiro contribui para um trabalho "vazio" (CODO, 1988, p. 21), o que diminui o trabalhador ao produto, ao lucro, de tal modo que o trabalho é visto como uma mercadoria. Pochmann (2010) ainda complementa: "Estamos todos consumidos com o trabalho. Estamos gerando uma sociedade do individualismo profundo, uma sociedade da depressão. Quer dizer, uma sociedade do medo, com doenças como o Burn out" (CODO, 1988, p. 3).

Assim, Codo (2010) acrescenta que o trabalho tanto pode alavancar o sofrimento quanto ser capaz de promover prazer e saúde

mental. Codo (2002) apresenta algumas variáveis que podem ser determinantes para o nível de saúde mental do trabalhador:

> O significado do trabalho, ou seja, o controle do trabalhador sobre o trabalho, a importância social do trabalho, a rotina, o sentido do trabalho, as relações sociais de produção, ou seja, o relacionamento com os colegas e com a hierarquia, as atitudes do trabalhador frente ao trabalho, sua satisfação e seu comprometimento, a carga mental no trabalho, as dificuldades no relacionamento social do trabalhador devido ao trabalho, suporte social, suporte afetivo, conflito-trabalhador-família, são todas variáveis já conhecidas como importantes para determinar o nível de saúde mental do trabalhador (CODO, 2002, p. 187).

Codo, nesta afirmação, aponta para a importância do controle do trabalho pelo trabalhador, este que apenas acontece. De acordo com o mesmo autor, quando o trabalhador tem conhecimento de todas as etapas pela qual passam os produtos que confecciona. Marx (2004) ao explanar sobre a divisão do trabalho como fragmentação da consciência ressalta que este leva ao adoecimento, logo, o oposto, leva à saúde mental. Neste sentido, a economia solidária traz a construção de um modelo econômico baseado nas práticas autogestionárias, convocando o trabalhador para integrar-se ao produto construído, caminho contrário à prática capitalista.

Codo e Sampaio (1994) propõem uma reflexão sobre os antagonismos que acompanham o trabalho que pode produzir prazer acompanhado de adoecimento psíquico, apontando que o trabalho coloca o homem diante de algumas contradições, como a possibilidade de exercer a inter-relação entre objetividade e subjetividade, pois ao mesmo tempo em que o trabalho constitui a identidade é antagonicamente responsável por revelar uma face alienada do trabalhador.

Uma das características marcantes de empresas capitalistas é justamente seu alto grau de hierarquização e divisão do trabalho. Ou seja, o sistema capitalista faz uso dessa fragmentação do trabalho, uma vez que os trabalhadores que formam a base dessa hierarquia não possuem conhecimento, e muito menos direito à opinião do

que está sendo decidido nas escalas superiores. Assim, considera-se que o exercício do trabalho na sua plenitude é incompatível com o capitalismo.

Por outro lado, a economia solidária, através de seus princípios norteadores, permite que todos os trabalhadores exerçam sua criatividade, além de poder decidir ou tomar conhecimento de todas as decisões tomadas no empreendimento.

## Economia solidária: o uso da história oral como metodologia

Este trabalho contempla uma pesquisa qualitativa, descrita por Rey (2012) como uma pesquisa que visa entender através das experiências práticas o problema pesquisado, proporcionando um maior entendimento e conhecimento acerca do assunto no "cenário social" (REY, 2012, p. 81). A pesquisa qualitativa visa, sobretudo, o conhecimento dos sentidos subjetivos que os sujeitos atribuem à realidade que vivenciam, num aprofundamento dos valores, ideologias, experiências e sentidos que carregam a subjetividade humana (REY, 2012). Assim, Rey (2012) destaca que o pesquisador estará imerso no campo pesquisado, podendo visualizar o problema de pesquisa de forma completa.

Nesta pesquisa foi utilizado como método a história oral, que buscou evidenciar, por meio das entrevistas, a subjetividade de cada entrevistada, resgatando a singularidade no discurso**.** Rey (2012) considera a pesquisa qualitativa essencial para produção de teoria, ou seja, de estudos que não são diretamente acessíveis. Portanto, o autor define a pesquisa qualitativa como a construção de representações capazes de articular diferentes assuntos e gerar inteligibilidade sobre o que pretende conhecer na pesquisa.

A História Oral configura-se como um método de compreensão do passado, procurando buscar em documentos orais elementos significativos da história contada pelo sujeito, garantindo a subjetividade de cada história indagando novas percepções do objeto estudado (SILVEIRA, 2007). Isso justifica a escolha desse método, pois, de acordo com Delgado (2003), produz uma narrativa de um saber real ou imaginário, por meio da recordação de memórias

aleatoriamente. O autor ainda cita que a história oral visa compartilhar o registro de lembranças, confirmando que o sujeito

> [...] fala, escuta e troca olhares para compor essa dinâmica, sendo um processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado (DELGADO, 2003, p. 23).

Dessa forma, a história oral foi utilizada como um método para levantamento das narrativas e experiências de vida das participantes. Utilizou-se uma entrevista semiestruturada para orientar a condução da história oral, na qual buscou-se elucidar a problemática do trabalho, respeitando as memórias, lembranças do sujeito, sem procurar organizar seu discurso ou interromper suas lembranças. Sobre isso, Andrade (2010) aponta que cada indivíduo "carrega consigo uma trajetória histórica referente aos anos vividos, influenciada pelo local de onde o sujeito fala, ou seja, sua cultura, visão, comunidade e família" (ANDRADE, 2010, p. 43). Desse modo, a autora entende que toda história é subjetiva, formada pelos seus próprios autores e cenário social. Levando isso em consideração, a pesquisa foi desenvolvida em um empreendimento incubado pela Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária – IESol da cidade de Ponta Grossa, PR. O empreendimento em questão é composto por seis (6) trabalhadores, dos quais três (3) mulheres participaram da pesquisa.

Os dados coletados foram gravados e transcritos com a autorização das entrevistadas. Após as transcrições das entrevistas foram realizadas leituras para selecionar as falas que chamassem atenção para o objetivo da pesquisa. Em seguida, cada discurso foi categorizado em suas semelhanças e diferenças, destacando o objeto de estudo do projeto e os pontos relevantes de cada relato. A fim de não expor os sujeitos participantes da pesquisa, a eles foram atribuídos pseudônimos, para que assim tivessem a sua identidade preservada.

Os participantes da pesquisa foram três (3) mulheres, com idades entre cinquenta (50) a sessenta (60) anos, e que trabalhavam em um mesmo empreendimento de economia solidária. Os locais para

as entrevistas foram escolhidos pelas próprias trabalhadoras: as suas casas. As entrevistadas partilham de uma história de vida vinculada à economia solidária, modo de produção que já vivenciavam desde a infância.

## O significado do trabalho na economia solidária

O trabalho, conforme Marx (2011), é uma condição eterna e categoria fundante do ser humano, que é capaz de transformar e organizar a natureza para satisfazer suas necessidades. De acordo com o legado de Marx, o processo do trabalho permite que o homem passe a produzir a si mesmo, sendo capaz de engendrar, criar e arquitetar o seu próprio produto:

> *"O meu trabalho... Eu amo o que eu faço, eu amo o meu trabalho! Eu adoro assim fazer as minhas costuras, criar os modelinhos, eu não sou dessas que 'Eu vou fazer igualzinho o de lá', eu posso até ver lá na vitrine, eu adoro ver vitrine e olhar 'olha aquele vestidinho', mas eu não vou fazer igual aquele, eu vou modificar um pouquinho porque eu acho assim que na minha cabeça tem um modo que vai ficar ainda melhor do que aquilo lá, eu gosto do que eu faço, eu amo o que eu faço" (LILIAN, 59 anos).*

O exemplo acima mostra uma clara diferenciação entre o trabalho executado pelo homem dos demais animais, como o exemplo que Marx (2011) utilizou quando fez a distinção entre a produção do tecelão e o da aranha, mencionado no início deste trabalho. A fala de Lilian demonstra que ao trabalhar não transforma apenas o material, reproduzindo os vestidos da vitrine, mas projeta conscientemente o que deseja produzir de acordo com a sua vontade, sendo idealizado previamente na sua consciência. Assim, como descreve Iamamoto (2006), o homem ao realizar o seu trabalho atribui significados para transformar a si mesmo. De acordo com Duarte (2004), o trabalho é uma atividade vital que garante a existência não só individual, mas da sociedade que depende dele. Desse modo, o autor coloca o

trabalho como fundamental para a construção da própria identidade do sujeito.

> *"Eu vim pra cá e me sentia inútil, porque não era acostumada a ficar esperando que só ele [marido] trabalhasse e eu ficasse sem fazer nada. Sou dessas que não aceita depender, agora até acho que aceito, não acho que não... Bom nem sei se aceito. Daí eu não trabalhava e sentia... A mesma coisa se estivesse morrido, pra mim eu morri, só vivia para o meu marido e filhos. Vivi morta nesse lugar" (LÍVIA MARIA, 57 anos).*

> *"Significa a minha vida, o trabalho significa a minha vida! Eu sem trabalhar eu não consigo viver, eu fico triste, se eu ficar aqui em casa quinze dias sem ir na feira, pra mim parece um ano" (LÍVIA MARIA, 57 anos).*

> *"[...] é um lazer pra mim a feira sabe, não é só trabalhar, é claro que eu preciso trabalhar e é o meu trabalho, mas junto com o trabalho é um lazer, não é um tédio que nem trabalhar de empregado, que você não aguenta mais" (LÍVIA MARIA, 57 anos).*

No relato de Lívia Maria, o trabalho é percebido com um profundo significado, capaz de atribuir um sentido à sua existência. Codo (2010) apresenta o trabalho não apenas como transformação da natureza, mas um ato que gera significados ao homem, podendo interferir nas suas relações sociais, motivações e sofrimentos. A fala acima demostra que a ausência do trabalho pode carregar significados negativos, como frustração ou inutilidade, tendo um efeito direto na subjetividade do sujeito e determinante para promover saúde mental. Por outro lado, pode ser gerador de qualidade e promoção de vida e saúde.

Dentro do legado de Marx, o trabalho mantém o seu caráter socio-histórico, promovendo a interação social dos sujeitos envolvidos, sendo repassado para as próximas gerações. Vygotsky (2004) afirma que o homem, ao se constituir através do social, torna-se resultado desse convívio social. O que Zanella (2004) pontua como "condição de humanização", acontece através do convívio e das relações sociais.

Zanella (2004) aponta para as contribuições de Marx e Vygotsky, concluindo que toda a produção humana é realizada através da atividade humana, que produz cultura, e que durante o seu processo pode objetivar e subjetivar o resultado da construção do homem, podendo resgatar e ressignificar suas ações. Dessa forma, é possível notar que as entrevistadas formulam suas concepções de trabalho a partir das suas histórias, vivências e relações sociais. Foi o caso de Lívia Maria que, ao ser indagada sobre o motivo que a levou a se interessar por trabalhar com a economia solidária, respondeu relembrando as relações que viveu no passado, quando morava no sítio:

> *"Sabe o que, que foi, eu me interessei porque era o que eu vivia no sitio. No sítio que você, que aí você partilhava as coisas, que aquilo era teu, você não estava trabalhando de empregado dos outros, você estava se esforçando para vender o teu produto, pra mostrar o que você fazia" (LÍVIA MARIA, 57anos).*

A subjetividade, segundo Veronese (2009), é um fenômeno que ao mesmo tempo trata-se do sujeito individual e do seu mundo social. A feirante Lilian recorda que aprendeu o artesanato apenas observando sua mãe costurando, mostrando o conhecimento sendo repassado por gerações e gerações:

> *"Mas eu via a minha mãe costurar e achava a coisa mais linda do mundo, ela lá pedalando, não era de pedal era com a mão. E a minha mãe fazia todas as coisas da casa, roupa para a gente, lençol, fronha, tudo ela fazia assim de saco, era tudo muito simples. Mas eu amava sentar e chegar do lado dela, era bem pequena, mas, me lembro muito bem de ficar olhando ela costurar" (LILIAN, 59 anos).*

Aguiar (2000) enfatiza que o homem constrói a sua existência por meio da sua ação na sociedade, objetivando satisfazer suas necessidades. Ou seja, o homem modifica o meio em que vive através de sua ação para satisfazer suas demandas, confirmando que essa ação é preenchida pela apropriação da atividade realizada no meio, bem como é modificado pela sua ação no cenário social

(AGUIAR, 2000). As entrevistadas apresentaram exemplos em que os conhecimentos foram reproduzidos socialmente, como o caso da Ariele, que se sentia realizada ao ensinar adolescentes a fazerem os artesanatos, enfatizando:

> *"Então de janeiro a julho a gente ensinava as pessoas carentes a fazer seu crochê, a grávida a fazer seu enxovalzinho, ensinava as meninas a pintar, fazer crochê, tricô, fazer flor, um monte de coisa e pra mim não tinha custo nenhum, não recebia nada, era voluntária, mas pra mim sair, me misturar com meninas, mulheres, mocinhas... Dava 4 quadras pra cá da igreja de Uvaranas né?! Ali, então nossa... Eu não acreditava o dia de ir pra mim me misturar com aquelas pessoas e fui ficando muitos anos ali dos 14 até os 21anos" (ARIELE, 59 anos).*

Ariele conta que a experiência que teve ao ensinar as pessoas carentes não apenas modificou a vida daquelas adolescentes, mas também permitiu um aprendizado significativo e importante para poder conduzir a sua vida após a separação:

> *"Aí eu usei aquilo que eu aprendi para ensinar as pessoas a ganhar um dinheirinho com aquilo. Aquilo que eu ensinava lá... Eu vivi pra mim depois, porque mulher com três filhos e uma casa pra pagar... Eu tinha que me levantar e aí usei tudo o que eu sabia" (ARIELE, 59 anos).*

As entrevistadas relataram o desejo de ter o seu trabalho reconhecido. Comentaram que, por meio da economia solidária, conseguiram expressar suas criatividades, passaram a ter um espaço social que as reconhece e valoriza, não apenas os seus produtos, mas sua identidade.

> *"O meu sonho é assim, vender o que eu faço. E surgiu uma oportunidade [na feira de economia solidária]" (LILIAN, 59 anos).*

> *"Nossa, mas foi tudo de bom! Porque estava realizado o meu sonho, eu podia mostrar o que eu faço. Eu sou muito tímida não sou dessas que pega a sacola e sai*

> *na casa dos outros oferecer. Não sei oferecer nada pros outros. Eu sei muitas vezes mostrar, não eu fazia e mostrava para os vizinhos. E eu estando na feira as minhas coisas estão na mesa tá expostas para as pessoas ver e era o meu sonho isso. Daí quando surgiu a oportunidade da feira, nossa foi muito bom. Até eu parece que me sentia assim... Era muito tímida não conversava. Até o meu filho[...] comenta que depois que comecei a fazer feira fiquei diferente, diz que não falava e agora falo, converso" (LILIAN, 59 anos).*

Codo (2002) destaca que o trabalho pode representar algumas variáveis determinantes para a saúde mental, como no relato acima, no qual Lilian atribui ao trabalho a possibilidade de ter se tornado uma pessoa mais comunicativa e espontânea.

Ariele, ao se referir ao artesanato confeccionado com materiais recicláveis, ressalta também a transformação do seu ser, comentando o quanto este trabalho interferiu diretamente na sua própria constituição, pois, segundo ela, por meio dos princípios da economia solidária, se "reciclou":

> *"Mas eu amei lidar com a reciclagem, porque às vezes eu tô fazendo ali sozinha e olho ali...Tá tudo lá aquilo lá... Quem olha ali vê lixo, né?! E eu olho no meu arame e vejo assim que tem 200 reais de avental pendurado naquele arame, pois são as pernas boas que estão penduradas lá que vão virar avental"(ARIELE, 59 anos).*

> *"[...] conforme as formações [de economia solidária], as conversas, pude usar aquilo pra mim, me reciclei" (ARIELE, 59 anos).*

As feirantes destacaram que a economia solidária permitiu que elas entrassem no mercado de trabalho e apresentassem suas produções, associando os compromissos de artesãs, mães, mulheres, dentro de uma sociedade na qual prevalece a desigualdade de classe e gênero. Assim, é possível perceber a expectativa e esperança que atribuem a essa economia:

> *"Economia solidária é muito boa, é ótima, foi onde eu me criei na economia solidária quando eu morava no sitio, mas a economia solidária tem muito o que crescer... A economia solidária tem que formar cooperativa, cooperativa de vamos dizer de fazendeiro que crie bovino, que crie tudo sabe, tudo o tipo, tem que formar cooperativa de gente que faz, de gente que tem fábrica de açúcar, sal, de todas essas coisas, daí sim. A economia solidária é só uma semente, é uma areia no oceano"(LÍVIA MARIA, 57 anos).*

> *"[...] porque a economia solidária não é só a economia, vender, comprar, ser solidário, a economia solidária faz parte da família, faz parte do amor, da convivência com os outros" (LÍVIA MARIA, 57 anos).*

Assim sendo, a economia solidária ultrapassa o sentido de ser uma fonte de renda, pois atribui significados e valores na vida das pessoas que vivenciam essa prática e acreditam em uma sociedade mais justa e igualitária, situação ilustrada nas frases supracitadas.

## Conclusão

O modelo de desenvolvimento capitalista traz consigo diversos impactos negativos, tais como o desemprego. A existência desses impactos fez com que diversos estudiosos se dedicassem a propor alternativas e críticas a esse sistema. Apesar da importância de se estudar os autores expostos no decorrer do texto, faz-se necessário escutar as pessoas que sofrem no seu dia a dia as consequências do capitalismo. Nesse sentido, o presente trabalho evidenciou as memórias narradas de três trabalhadoras de um empreendimento econômico solidário, possibilitando aliar o conhecimento teórico com a experiência de cada uma dessas mulheres.

As histórias narradas mostraram-se permeadas por dificuldades, mas fortalecidas por um ideal de solidariedade, o qual adquire um significado maior a partir do momento que se depara com a possibilidade de trabalhar na economia solidária. Desse modo, pode-se perceber que as entrevistadas conseguiram um espaço na

sociedade enquanto mulheres da terceira idade que estavam afastadas do mercado de trabalho, sofrendo com as marcas da desigualdade social e o machismo predominante na época. Elas encontraram um caminho para se tornar sujeitos de sua própria história. Por fim, as entrevistadas apresentaram as percepções de si, da sociedade e do trabalho, além de ressaltarem a importância de ter suas produções expostas e reconhecidas socialmente.

Materializando os princípios de solidariedade vivenciados pelas trabalhadoras do empreendimento estudado, percebe-se entre as entrevistadas uma relação não só comercial ou de ganho de uma renda, mas uma relação de trocas afetivas, tanto com as outras feirantes, consumidores e familiares, quanto com as atividades que elas desenvolvem. À vista disto, é possível depreender que elas desenvolveram um princípio ético muito caro à humanidade, expresso nos dizeres de Sawaia (2011, p. 115), ao se apropriar do pensamento de Espinosa: **"A ética só aparece no homem quando ele percebe que o que maior bem faz para o seu ser é um outro ser humano".**

## REFERÊNCIAS


AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Reflexões a partir da psicologia Socio-Histórica sobre a Categoria Consciência. **Caderno de Pesquisa,** n. 110, p. 125-142, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a05>. Acesso em: 5 out. 2014.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Tecendo os fios da infância**. São Paulo. Scielo Books, p. 43-77, 2010. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDEQFjAE&url=http%3A%2F%2Fbooks.scielo.org%2Fid%2Fh8pyf%2Fpdf%2Fandrade-97885798308536.pdf&ei=8lpbVLjIFuGIsQTdoILABQ&usg=AFQjCNHLOdw59ddPndODDtpt5OSgtoxAPA&sig2=5Ws1WqHSKlVd-OEHyg0yEQ&bvm=bv.78677474,d.cWc>. Acesso em: 5 set. 2014.

BARBOSA, Walmir. **Sociologia e trabalho**: uma leitura sociológica introdutória. Goiânia: S/ed, 2002.

CARVALHO, Maria A. Alves Sobreira, et al. A formação do conceito de consciência em Vygotsky e suas contribuições à Psicologia. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Instituto de Psicologia, v. 62, n. 3, 2010.

CODO, Wanderley. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em Saúde Mental. In: CODO, Wanderley; JACQUES, Maria da Graça (Org.). **Saúde mental & trabalho:** Leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 33-55.

_____.Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. **Rev. Psicologia Ciência e Profissão**. n. 2, p. 20-24, 1988.

_____.; SAMPAIO, José Jackson Coelho. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____.; JACQUES, Maria da Graça. **Psicodinâmica do Trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Por uma Psicologia do Trabalho:** Ensaios Recolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

_____. **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

DEJOURS, Cristophe. **A Loucura do Trabalho.** São Paulo: Cortez, 1992.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades, n. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=62>. Acesso em: 8 jul. 2014.

DUARTE, Newton. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da Individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 219-242.

ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: RICARDO, Antunes (Org.). **A Dialética do Trabalho**. São Paulo. Expressa Popular, 2004.

FURTADO, Odair. O Trabalho na perspectiva das Políticas Públicas. In: VILELA, Ana Maria Jacó; SATO, Leny (Org.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Evangraf Ltda, 2010. p. 469-497.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Saúde Mental e Psicologia do trabalho. São Paulo: **Revista Perspectiva**, p. 102-108, 2003. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fa11v17n2&ei=DQthVKClE4OWNrGCgfgF&usg=AFQjCNEjHJM37asoLV7w&bvm=bv.79189006,d.eXY>. Acesso em: 10 set. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A Concepção de Trabalho na Filosofia do Jovem Marx e suas Implicações Antropológicas. **Kínesis**, Ceará, v. 2, n. 3, p. 72-88, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/revistas-eletronicas/kinesis/edicoes/2010---volume-23/>. Acesso em: 5 de out. 2014.

POCHMANN, Márcio. **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

REY, Fernando González. **Pesquisa Qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 99-119.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: Pensando um perfil de historiador. **Revista História e Cultura**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 12, p. 35-44, 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/835>. Acesso em: 5 out. 2014.

TOASSA, Gisele. Conceito de consciência em Vigotski**. Revista Psicologia USP,** n. 17, p. 59-83, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000200004&lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Teoria e método em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VERONESE, Marília Veríssimo. **A psicologia na transição paradigmática:** um estudo sobre o trabalho na economia solidária. 2004, 226f. Tese Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 153-167, 2009. Disponível em: <http://rccs.revues.org/416>. Acesso em: 5 out. 2014.

ZANELLA, Andréa Vieira. Atividade, Significação e Constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórica-cultural. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 127-135, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722004000100016&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 out. 2014.

# A vivência na economia solidária e o despertar para novos olhares de atuação profissional: Serviço Social e a educação popular como um diálogo possível

*Jéssica Cavalheiro de Souza Scherer*
*Reidy Rolim de Moura*

Este trabalho tem como premissa a discussão da compreensão e o potencial da educação popular a partir da prática extensionista na economia solidária e como essa prática despertou a necessidade de discutir sobre a inter-relação entre o Serviço Social e a viabilidade de incorporar o debate da educação popular no cotidiano profissional. Inicialmente destaca-se o que é a educação popular a partir de breve histórico e teorias que orientam a discussão, enfatizando também a cultura política e a organização da cultura aliada à educação[1].

A partir dessa elucidação, parte-se então para a discussão de que o Serviço Social tem em sua atuação um potencial de pautar-se na perspectiva da educação popular e, ao se pensar na prática contemporânea, novos desafios surgem para que os profissionais deem conta das demandas postas pela realidade social.

Esta temática surgiu da vivência e reflexões realizadas a partir da experiência de atuação concomitante entre o Centro de Referência

[1] Uma primeira versão dessa discussão encontra-se no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "O Serviço Social e as Interações com a Educação Popular: Um diálogo possível", de autoria de Jessica Cavalheiro, e orientado por Reidy Rolim de Moura, no ano de 2013. Esse TCC encontra-se nos arquivos do Departamento de Serviço Social da UEPG.

de Assistência Social – CRAS e a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, apontando para a possibilidade de uma atuação mais efetiva com base nos conhecimentos da educação popular mostrando-se efetivos, a partir do êxito vivenciado durante as intervenções.

## Economia solidária e o Serviço Social

A Incubadora de Empreendimentos Solidários tem entre seus objetivos a formação, constituição e consolidação de empreendimentos solidários, capacitando-os para a geração de trabalho e renda baseados nos princípios da economia solidária. Essa proposta geral permite a articulação efetiva entre extensão e os dois outros aspectos fundamentais, que são o ensino e a pesquisa.

Comprometido com a geração de trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária, o Programa visa articular e aproximar a universidade da comunidade, colocando à disposição dos empreendimentos incubados os conhecimentos produzidos nas diversas áreas. Por meio de trabalho inter e multidisciplinar, o intuito é absorver e compreender os conhecimentos trazidos pelos trabalhadores, numa relação de troca de saberes e experiências.

Nesse sentido, a Incubadora de Empreendimentos Solidários vem contribuir para assessorar, fortalecer e solidificar experiências embrionárias surgidas pela necessidade e urgência do enfrentamento de problemas concretos, bem como fortalecer as políticas públicas de geração de trabalho e renda.

O Serviço Social na economia solidária da IESol pauta sua prática e reflexão nas expressões da questão social, considerando os impactos do sistema econômico vigente, que apresenta dinâmica excludente e a redução das funções do Estado. Os impactos dessa conjuntura são sentidos com importante relevância pelos trabalhadores, por meio do desemprego, cada vez mais comum. Em resposta a isso, surge como alternativa e possibilidade de geração de renda e de novas formas de relacionamento as experiências associativistas e cooperativistas.

A economia popular solidária é uma alternativa em novos moldes econômicos para a geração de trabalho e renda. Através desta, trabalhadores que são "excluídos" do capitalismo passam a criar novas oportunidades, formatando-se em grupos associativistas que possuem relações iguais em suas tarefas, normalmente em empreendimentos de produção e/ou consumo, em experiências democráticas e autogestionárias. A economia solidária procura evidenciar os processos de trabalho e não acumulação de riquezas pelo capital. Além de impactar na dinâmica da vida das pessoas envolvidas, tem em vista princípios como solidariedade, autogestão, respeito à diversidade, relações mais democráticas e promoção de autonomia.

O Serviço Social vem ao encontro da Ecosol aplicando seus conhecimentos e construindo sua prática em prol do desenvolvimento de potencialidades junto aos grupos. Também atua no processo de defesa de direitos e figura na construção de incidência política e controle social, fazendo isso por meio do seu caráter socioeducativo, que dialoga diretamente com a educação popular.

Na economia solidária, os sujeitos desenvolvem coletivamente um processo de trabalho no qual partem de cooperação, solidariedade mútua, autogestão e sustentabilidade. E são nessas experiências coletivas, sob os princípios da economia solidária, que a atuação do Serviço Social, amparado pelo código de ética da profissão se coloca, viabilizando a garantia de direitos à ampliação e consolidação da cidadania. Busca, ainda, colaborar com a construção de processos autônomos em seus espaços de ocupação, bem como no fortalecimento de vínculos dos empreendimentos.

Outro ponto de relevância de colaboração da prática do Serviço Social na economia solidária é o desenvolvimento de processos relacionados à incidência política e estratégias de participação enquanto parte da sociedade civil, em espaços de diálogo e controle social.

Tendo claras as considerações acima, inicia-se um aprofundamento sobre a temática e percebe-se o quanto as discussões existentes sobre a educação popular são relevantes ao Serviço Social, principalmente no que diz respeito à dimensão socioeducativa da profissão.

Segundo Santana (2000, p. 176), a educação popular apresenta-se como uma tendência alternativa de intervenção profissional do Serviço Social no nível da produção do conhecimento e das práticas voltadas aos saberes populares, afirmando que os intelectuais devem participar das práticas de educação popular "contribuindo com o seu saber específico, informações e interpretações que, a partir das questões colocadas pelas situações objetivas da vida das classes subalternas, explicitam e fortalecem o saber popular" (SANTANA, p. 201).

Para Silva (2011, p. 228), a prática da educação popular tem por objetivo viabilizar uma reflexão do cotidiano dos setores populares, de modo a contribuir com a consolidação de um saber popular que ofereça resistência ao processo hegemônico das classes dominantes. Considera-se, assim, que o assistente social não assume o papel de gestor, mas de coparticipante do projeto, no qual os envolvidos assumem postura de educadores e educandos na ação educativa.

Ainda de acordo com Silva (2011, p. 227), a ação educativa se baseia, portanto, numa ação reflexiva desenvolvida junto à população, de modo a contribuir para a sua organização/participação. A ideia do autor é complementada por Abreu (2002, p. 134), que defende a construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas "visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante" (AREU, 2004, p. 134).

Com isso, é necessário que se elucide o conceito de participação, a partir de sua dimensão política e de luta pela hegemonia[2] das

[2] Hegemonia, para Gramsci, é a dirigência de uma classe pautada na primazia do consenso e na coerção pela difusão de valores que a maioria aceita como consensual, é a tradução dessa aliança orgânica, por isso é formada a priori à chegada do poder (Silva, 2011, p. 37). Hegemonia é uma forma de guia intelectual, política, cultural e moral de uma sociedade em um determinado momento histórico. A distinção que Gramsci estabelece entre direção de classe e domínio de classe é substantiva e permite explicar como a hegemonia não é um fenômeno homogêneo. Vai se construindo antes da conquista do poder; e sobretudo, o aspecto que mais nos interessa, é que se pode ser hegemônico nuns espaços e não noutros (Lucio-Villegas, 2007, p. 47).

classes populares enquanto trabalho de construção de consciência e organização, objetivando o ocupar de espaços políticos. Participar proporciona o envolvimento em novos espaços e discussões, fortalecendo o processo organizativo como estratégias na prática junto aos setores populares.

Para Menegasso et al. (1985, p. 11), as ações desenvolvidas junto aos grupos populares pelo Serviço Social devem ser de enfoque educativo e de natureza participativa, cooperando com os sujeitos na experiência do desenvolvimento pessoal, adequando-se às necessidades humanas, fato que contribui significativamente com as transformações sociais e com a busca pela emancipação.

Iamamoto (2010, p. 200) diz que os assistentes sociais precisam ter o conhecimento criterioso dos processos sociais e de vivência dos indivíduos sociais, visto que isso pode alimentar ações inovadoras. Quando se fala em emancipação, Luiz (2011, p. 247) considera que a complexidade e a amplitude de efetivar processos emancipatórios podem ser efetivadas a partir de práticas que contribuem com esses processos, por parte dos assistentes sociais.

## Considerações sobre a Educação Popular

Compreende-se a educação popular como uma concepção de educação que se operacionaliza por meio de processos permanentes continuados de formação, tem ações presentes em lideranças de movimentos sociais, organizações populares, e atualmente vem atuando frente à mobilização da participação popular em espaços de controle social e políticas públicas (PAIVA, 2003, p. 63).

Até a Primeira Guerra Mundial, grande parte dos debates sobre a educação popular se davam no parlamento, por políticos interessados em temas que envolviam pautas populares e lutas políticas. Eles deixavam claro que a ausência da discussão e não debate no que diz respeito ao progresso da educação da população no período seria prejudicial ao cenário nacional (PAIVA, 2003, p. 68).

Na elaboração da Carta Constitucional de 1891 o parlamento ficou responsável por fazer o País se animar com o desenvolvimento

da educação, criando espaços de ensino superior e secundário. Mas, no processo de discussão houve discordâncias quanto à responsabilização do Estado. Após longas discussões, foi incorporada à Constituição de 1891 a lei que responsabiliza o Estado a estabelecer novos parâmetros para a educação. Com isso, houve constante e progressiva valorização da educação/instrução como fator determinante da ascensão social, fato que acabou por desencadear o preconceito pelo analfabeto, apontando-o como incapaz.

De acordo com Paiva (2003. p. 93), "o não saber ler afetava o bom senso, a dignidade, o conhecimento, a perspicácia, a inteligência do indivíduo; não o impedia de ganhar dinheiro, ser chefe de família, exercer o pátrio poder, ser tutor". Somente quando a instrução se converte em instrumento de identificação das classes dominantes (que a ela têm acesso) e quando se torna preciso justificar a medida de seleção é que o analfabetismo passa a ser associado à incompetência. Tal ideia se difunde amplamente pelo País e se faz presente em toda história na educação, o que também perpassa o campo da educação popular.

Em meio à conjuntura da Primeira Guerra Mundial, implode no Brasil um surto de nacionalismo. De acordo com Paiva (2003, p. 105):

> Com o nacionalismo dos anos 10 voltam à baila os ideais republicanos e democráticos, aos quais se ligam os anseios de universalização do ensino elementar e de ampliação das oportunidades educacionais para o povo. Organizam-se as "Ligas", em cujos programas sempre estão presentes reivindicações relativas à instrução popular.

O movimento, que visava a democratização do ensino, liga-se em grande medida a interesses políticos, já que até esse momento analfabetos não tinham direito a voto. Entendeu-se a necessidade de estruturar a educação direcionando seu foco para a instrução popular, para que o bloco do poder pudesse ser alterado.

Combativa essa lógica de educação, sob bases de interesses dos que estavam no poder ou dos que queriam nele estar, estava a

Liga Nacionalista de São Paulo[3], a qual, segundo Paiva (2003, p. 107), tinha como principal preocupação a impossibilidade de fazer funcionar uma democracia sem instrução popular, e a consequente necessidade de ampliar bases eleitorais.

No período da Revolução de 30, o Estado adota medidas concretas em favor da educação popular com a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário. O objetivo era enfrentar o analfabetismo e propor bases políticas para ensino primário.

O atraso no aumento de verbas para a educação evidenciou que, mesmo com o pressuposto de difusão ideológica, a preocupação de educação pedagógica como instrumento de ação política não era interessante ao governo. Apesar de uma orientação dita populista, o governo mantinha grupos da classe dominante com poder de decisão e não incorporando a população a esses processos (PAIVA, 2003, p. 111).

Entende-se, a partir da leitura de Paiva (2003), que ocorreram lutas significativas no que diz respeito à educação no Brasil. Alguns avanços eram baseados em interesses políticos, sendo que a regulação da moral e a importância da alfabetização refletiam diretamente nas urnas, o que levava a financiamentos nos processos educacionais para que seus interesses políticos fossem respondidos.

Pensando em um cenário de crescentes mudanças no capitalismo, Wanderley (2010, p. 12) aponta que as mutações ocorridas na dinâmica do capitalismo são pautadas pela passagem do fordismo para o pós-fordismo ou na acumulação flexível, pelas imposições do capital financeiro, avanço do setor de serviços, novas tecnologias de produção, desemprego estrutural, desregulação do Estado e privatização das políticas sociais, aumento das desigualdades sociais e pobreza entre as nações, que acaba ampliada pela globalização.

---

[3] A Liga Nacionalista será uma sociedade civil, acessível a todos. Será um centro de estudo dos problemas nacionais, onde serão discutidas todas as questões que interessam à nacionalidade brasileira; será um instrumento de propaganda, de agitação intelectual, onde se elaborará o pensamento, a orientação da campanha; será ainda um aparelho de ação, pois manterá escolas primárias profissionais e cursos públicos destinados a difundir a cultura, o civismo, a compreensão dos deveres, a consciência da nacionalidade e a promover a educação política do povo. (Projeto da Liga Nacionalista, P-l-2 apud BOTO, 1996).

As relações impostas no capitalismo, a partir da globalização refletem diretamente sobre a área da educação que, segundo Wanderley (2010, p. 15), acelera a privatização das instituições e da política, incorporando os elementos da qualidade total da gestão empresarial nos governos e nas instituições públicas, fortalecendo assim diretrizes curriculares que formem técnicos profissionais voltados a inserção no mercado e ignorando a cultura produzida nos meios populares. Por outro lado, de modo alternativo, recuperando a pedagogia libertadora dos pioneiros, refundando e resignando os processos e métodos, estava a educação popular, tanto na esfera oficial como na informal, implementando valores, ideias, pensamentos, teorias e práticas que se orientam numa efetiva democracia participativa.

Foi em meados de 1945 que o Brasil passou por profundas mudanças no contexto econômico social e na sociedade do capital, mudando seu modelo econômico, no qual o modelo agrário-exportador é substituído pelo urbano-industrial. Nesse momento os trabalhadores passam a conquistar alguns direitos, surge uma maior demanda em busca de escolaridade e iniciam-se iniciativas de educação popular, que se dão em função da necessidade de instrumentalizar os sujeitos sob o objetivo de desenvolver o País (MACIEL, 2011, p. 322).

Dada a contextualização do cenário em que estavam inseridos e considerando o cenário político que envolve a educação popular, foi na década de 60 que, partindo da obra e estudos de Paulo Freire, a discussão alcança o cenário internacional e repercute de forma cada vez mais significativa (MACIEL, 2011, p. 330).

A educação popular está diretamente ligada à história da educação no Brasil. Porém, sua peculiaridade é evidenciada quando sua atuação está essencialmente associada às classes populares, formada em sua maioria por sujeitos que estão excluídos do processo educativo e postos à realidade do capitalismo e expressões da questão social.

A preocupação com a educação de jovens e adultos no espaço escolar voltava-se essencialmente à alfabetização como fonte de promoção de "cidadania". Porém, tinha participação restrita e, mesmo sendo uma prática de educação popular, acontecia de forma

vertical, criando-se iniciativas para a classe trabalhadora sem que a mesma fosse parte do processo de construção, sob objetivos de reorganização social. Dessa forma, permite-se entender que era uma medida que atendia essencial e prioritariamente as necessidades governamentais de regulação da "ordem".

Já no que tange a educação popular fora do espaço escolar, foi em meados dos anos de 1960 que se destacou o crescimento popular no âmbito da política e das iniciativas de educação popular, concentrando sujeitos coletivos diversos a favor de uma maior socialização política. Os veículos tais como a Igreja Católica, o Partido Comunista, os movimentos sociais e a União Nacional dos Estudantes – Une, que têm vertente hegemônica, foram importantes para a promoção da cultura e da educação popular.

Algumas experiências em educação popular podem ser citadas a partir de movimentos diversos no cenário nacional: o Movimento de Cultura Popular – MCP, o Movimento de Educação de Base – MEB e o Centro Popular de Cultura – CPC, que se destaca por ter sido criado pela União Nacional dos Estudantes – Une, em 1961, utilizando-se da música, teatro e do cinema popular como espaço de formação política, além de campanhas de incentivo a alfabetização de crianças e adultos de classes populares. Outro destaque deve ser dado às Comunidades Eclesiais de Base – CEBS, que se faziam resistentes às injustiças cometidas no cenário nacional, assumindo um caráter de organização política, a fim de buscar consciência e contribuição na educação popular.

Nesse momento o Estado se posiciona assumindo compromissos com movimentos sociais populares que são definidos como movimentos de classe, que têm por objetivo a condução da transformação da sociedade a partir do lugar político popular (MACIEL, 2011, p. 332).

Sujeitos inseridos na lógica das desigualdades, e por vezes considerados socialmente excluídos, são parte fundamental nos movimentos populares, unidos pela busca de mudanças de seus sistemas de produção, por condições de vida e organização de sua cultura. Esses movimentos perpassam questões de poder e representação, tornando-se protagonistas no processo de transformação social. Sob esse cenário, surgem nos campos

de educação formal as universidades, com discussões acerca da importância do fortalecimento da concepção de educação e empoderamento construída no cenário popular e os sujeitos envolvidos.

De acordo com Brandão (2002, p. 269), os movimentos populares viveram e vivem momentos de transformação ainda não concluídos, por se abrirem a lutas mais amplas em prol dos direitos humanos. Para o autor, o cidadão "é sujeito de deveres sociais de teor político, em nome dos quais não apenas reclama seus direitos", mas age para construir "outro mundo possível" da realização plena dos direitos humanos [...]. Isso ressalta que a educação popular não se origina de uma única fonte social, mas faz parte de ampla gama de ideias e ações "nunca tão política ou ideologicamente centralizada".

Educação e cultura são instrumentos essenciais à transformação social. E é com a educação popular que passam a ser pensadas, propostas e praticadas, partindo da realidade das classes subalternas. Isso se faz tangível a partir da valorização do conhecimento e da cultura das massas, mecanismos através dos quais a produção da cultura possa ser usufruída pelos responsáveis por sua existência.

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas como um período de luta política, quando os movimentos sociais atuam como mobilizadores, na busca pelo fortalecimento da democracia brasileira. Como fruto dessa movimentação, surgem novas expressões e configurações das classes populares e dos trabalhadores. Com o fim do período de ditadura militar, movimentos sociais voltam a atuar na luta por projetos de reestruturação educacional e social. Os avanços são perceptíveis com os novos movimentos de educação popular, como por exemplo os que ocorreram no final dos anos de 1980, iniciativa que abrangia os níveis superiores de educação com o movimento de pré-vestibulares populares urbanos. Nesse mesmo período a educação popular passou a ser uma denominação reconhecida na conjuntura social e na realidade política, englobando a educação de base e educação de adultos.

Nos anos 1990 ocorreu o ápice do neoliberalismo. Partindo de uma lógica de regulação de mercado que interfere nas relações sociais e econômicas no Brasil, nessa época as desigualdades se expressam de forma mais evidente, já que a crença de que a prosperidade e o sucesso só dependiam do indivíduo, sem considerar fatores externos.

As ações sociais no período eram dirigidas a apenas alguns grupos, os direitos sociais não poderiam ir ao encontro dos interesses do mercado, a união passa as responsabilidades para âmbitos estaduais e municipais e desses para a sociedade, por meio de privatizações e parcerias. Dessa forma, evidencia-se a minimização das funções do Estado e cada vez mais o setor privado detém o controle sobre veículos públicos.

Ao pensar os movimentos sociais em uma realidade de avanço neoliberal, Gohn (1997) diz que a relação entre Estado e movimentos sociais vai se reconfigurando. Isso porque o Estado neoliberal, a partir da ideologia difundida, tenta consolidar e legitimar os movimentos sociais organizados, caracterizando-se como formação brasileira para os trabalhadores e enfraquecendo os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, que representam suas reais necessidades. Dessa forma, os movimentos sociais partem da lógica da educação enquanto possibilidade de atender os reais interesses populares e está para além das instituições formais de educação (ex: escola). Assim, o papel da educação é reconstruído e a escola passa a ser vista enquanto "aparelho reprodutor do projeto hegemônico de sociedade" (MACIEL, 2011, p. 336).

A educação popular encontrou, na discordância com o capitalismo que se apoia em lógica desigual e excludente, uma possibilidade de comprometer-se com e para a classe trabalhadora, buscando atender os interesses desses sujeitos, ampliando espaços educativos que se dão dentro de espaços escolares e fora deles, num incentivo à promoção da cultura, que é fruto da realidade que vivenciam, compreendendo que a educação se dá no âmbito familiar, no relacionamento entre vizinhos, no trabalho, nas instituições, nas diversas organizações da sociedade e em outros tantos espaços de convivência cotidiana. A fim de deixar clara tal questão, Maciel (2011, p. 337) considera que tanto a escola quanto os movimentos sociais são espaços legítimos de desenvolvimento de uma educação crítica e emancipatória.

Segundo Maciel (2011, p. 328), a educação popular a partir de Paulo Freire coloca que é preciso entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado, excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade. Mostra ainda a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com

o povo, provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapassa as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair da condição de opressão para buscar o fomento da consciência de classe oprimida.

De acordo com Machado (2012, p. 152), a educação popular constituiu-se em um paradigma educativo, sistematizado por Paulo Freire, que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social. Ela aposta em metodologias dialógicas que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana.

Freire (1977, p. 103-105), ao falar de educação popular, destaca que esta é:

> [...] substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido de superação das injustiças sociais. É a que respeita educandos, não importa qual seja sua posição e classe, e ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir de qual trabalha o conhecimento com o rigor a aproximação dos objetos [...] É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadoras e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do Capitalismo.

O autor acredita que a educação popular é democrática, está intrínseca na realidade, não considera questões de classe ou posição social, se aproximando do conhecimento dos sujeitos, indo além do autoritarismo e exploração fruto do capitalismo.

Segundo Silva (2011, p. 228), a prática de educação popular tem por objetivo viabilizar um processo reflexivo acerca do cotidiano dos setores populares, de modo a contribuir para a construção de um saber popular que venha a possibilitar uma forma de resistência ao processo hegemônico das classes dominantes.

Ainda de acordo com Silva (2011, p. 227), a ação educativa se baseia, portanto, numa ação reflexiva desenvolvida junto à população, de modo a contribuir para a sua organização/participação. A ideia é complementada por Abreu (2002, p. 134), defendendo que a ação educativa está na construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas, visando à recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante.

Tal ênfase no processo de participação/organização leva a identificar o fortalecimento da participação e o processo organizativo como estratégia de ação privilegiada na prática junto aos setores populares.

Entende-se a clareza em relação à importância dos processos cotidianos de luta pela cidadania e perspectiva emancipatória. Assim como as formas de ampliar esses processos se aproximam da realidade e cultura dos sujeitos, possibilitam a construção de sua práxis de forma comprometida e crítica, que vai além ao identificar novas possibilidades de intervenção na sua prática profissional.

## O caráter educativo do Serviço Social

De acordo com Iamamoto (2010, p. 19), pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer atenção para o mundo atual, decifrando e participando de sua recriação. E ainda,

> [...] tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que se possa livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. É nessa perspectiva que se inquire a realidade buscando, pelo seu deciframento, o desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuário (IAMAMOTO, 2010, p. 19-20).

Nessa passagem, a autora evidencia que é de extrema importância o Serviço Social estar alinhado com as discussões e

demandas contemporâneas, buscando entender os pressupostos da profissão, bem como analisá-la na conjuntura atual.

Ainda de acordo com a autora, para que seja garantido o diálogo entre a profissão e a contemporaneidade é necessário o "rompimento de uma visão endógena, uma visão 'de dentro' do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos". Para tal, se faz necessária a busca por novos horizontes, olhar além, "para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder as particularidades profissionais, mas, ao contrário para iluminá-las com maior nitidez.". A autora fala em extrapolar o Serviço Social para melhor compreendê-lo, ou seja,

> é importante sair da redoma de vidro que aprisiona os Assistentes Sociais numa visão de dentro para dentro do Serviço Social, como precondição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação. (IAMAMOTO, 2010, p. 20).

Fica evidente que o Serviço Social no mundo contemporâneo enfrenta desafios em sua prática profissional, e o maior deles, de acordo com Iamamoto (2010, p. 20), é "decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano" (IAMAMOTO, 2010, p. 20).

É cada vez maior a presença de assistentes sociais que trabalham com políticas sociais, especialmente em políticas públicas, atuando diretamente com os usuários e também na execução, formulação e, por vezes, gestão dessas políticas sociais. Há que se destacar atualmente o Sistema Único de Assistência Social – SUAS[4], que vem desafiando assistentes sociais a atuarem à luz da

[4] O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. (BRASIL, 2010).

> [...] ruptura com uma atividade burocrática e rotineira que reduz o trabalho do Assistente Social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, a realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades pré-estabelecidas. Já o exercício da profissão é mais que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2010, p. 21).

Sobre essa afirmação é importante ressaltar que as alternativas postas ao Serviço Social se dão na realidade, porém, não se dão de forma direta e formatada enquanto alternativa profissional. Dessa forma, entende-se que depende do profissional conhecer a realidade e explorar as possibilidades, estando a par de quem são os sujeitos inseridos nessa realidade, para então pensar e executar projetos ampliando seus processos de trabalho enquanto assistente social.

Destaca-se que "orientação" e "acompanhamento" são termos normalmente utilizados por assistentes sociais a fim de referenciar uma gama de ações profissionais que se desenvolvem em diversos espaços sócio ocupacionais. Mas, para isso, faz-se essencial a qualificação das ações profissionais para a ampliação e consolidação do projeto ético político do Serviço Social (MIOTO, 2009, p. 1).

Tratando do tema em três tempos, Mioto (2009) situa o primeiro em orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias vinculados ao caráter educativo da profissão. Na sequência, trata o tema como ações socioeducativas articuladas no âmbito dos processos socioassistenciais. Por fim, ações discutidas no âmbito das políticas sociais, sendo enfatizada a dimensão técnica operativa.

De acordo com Mioto (2009, p. 2), o pensamento crítico dialético no Serviço Social permitiu a compreensão de que as ações profissionais estão profundamente condicionadas pelas relações entre as classes na sociedade capitalista, as quais interferem na reprodução material e social da força de trabalho, seja por meio de

ações materiais ou de ações de cunho sociopolítico e ideocultural. Dessa forma, entende-se que a reprodução das relações sociais se faz por meio da reprodução de valores, de modos de vida e de práticas culturais e políticas. Nesse sentido, Iamamoto (1999) argumenta que as ações profissionais são dotadas de caráter educativo e se desenvolvem mediatizadas pelas políticas sociais que garantem o acesso aos serviços, programas e benefícios sociais.

Aliado a esse pensamento em torno da profissão, Cardoso e Maciel (2000, p. 142) afirmam que esta "se institucionaliza e se desenvolve na sociedade capitalista como ação de cunho socioeducativo , inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais públicas e privadas".

Relacionado a isso, Abreu (2002, p. 4) diz que:

> aprofundando essa perspectiva com base no pensamento de Gramsci, afirma que as atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais tem uma "função pedagógica", cujo princípio educativo está condicionado pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais. A materialização dos resultados advindos dessa função e de sua direção pode ser observada nos processos de luta de classes subalternas, nas práticas de gestão de recursos humanos e também nas políticas sociais de caráter público ou privado. Portanto no momento em que a profissão se redefine a partir do paradigma critico dialético e constrói seu projeto ético político, firma-se um novo princípio educativo. Esse coloca em movimento uma "pedagogia emancipatória que, no contexto do processo histórico visa contribuir para subverter a maneira de pensar e agir dos homens enquanto totalidade histórica e assim subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo.

Nesse contexto, entende-se como necessária a discussão do caráter educativo que se encontra nas ações do assistente social, uma vez que esse caráter pode interferir diretamente na realidade dos sujeitos que frequentam diferentes espaços socio-ocupacionais do Serviço Social. Reforça-se esse caráter pelo "paradigma teórico metodológico e ético-político dos profissionais que as realizam de

acordo com determinados projetos de profissão e de sociedade" (MIOTO, 2009, p. 4).

> O Assistente Social na sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários do Serviço Social, com outros profissionais e com qualquer pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse valor é ético central. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 121).

Nesse princípio é possível relacionar a busca pela emancipação e autonomia do usuário no que tange a discussão do caráter educativo do Serviço Social. Ainda se utilizando da discussão de Barroco e Terra (2012, p. 123), ao utilizar esse princípio como parâmetro para o enquadramento normativo é necessário pensar na dimensão "liberdade", "democracia", "autonomia" e "emancipação" a partir da perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, considerando não só a dimensão subjetiva na escolha ética, mas também as condições histórico-sociais presentes na sociedade e ao reconhecer a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais como demandas inerentes à liberdade. O primeiro princípio aponta ainda para uma forma de sociabilidade na qual se supõe a erradicação de todas as formas de opressão e de suas categorias.

A lógica das ações socioeducativas realizadas no campo de processos socioassistenciais está centrada nos usuários, entendendo os mesmos enquanto sujeitos de direitos. Dessa forma, se estabelece relação entre assistente social e usuário. E é por meio de um processo educativo que se cria a possibilidade do usuário a partir de suas particularidades e da realidade em que se insere pensar criticamente, a fim de construir um caminho de conquistas e lutas por seus direitos, sejam políticos, sociais ou civis. Assim, é possível intervir na realidade da sua comunidade e mesmo da sociedade. Porém, isso só se faz possível, conforme afirma Mioto (2009, p. 4), com o rompimento da lógica tradicional dos processos socioassistenciais, por esta ser calcada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais às demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social e por ter um caráter disciplinador.

As ações socioeducativas, se amparam sobre dois pilares, um deles relacionado à socialização de informações e o outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários. Estes que dão sustentação ao processo educativo que tem como finalidade os princípios contidos no código de ética do assistente social (MIOTO, 2009).

Ações socioeducativas realizadas por assistentes sociais, em conjunto com o projeto ético político da profissão, podem contribuir para o fortalecimento dos chamados processos emancipatórios, nos quais,

> Há formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente a apreensão e a vivencia da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e transformação social. (LIMA, 2006, p. 137).

Com relação às ações socioeducativas e à tentativa de aproximação com a emancipação, destaca-se inicialmente a socialização das informações que, de acordo com Silva (2011, p. 124), é um componente fundamental para a viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento de usuário para acessar esses direitos e para mudar a realidade. É também uma alternativa para a "tradicional orientação" vinculada a normas legais e ao enquadramento institucional dos usuários.

O direito à informação não é restrito apenas ao conhecimento dos direitos reconhecidos constitucionalmente, mas também se inclui o direito ao conhecimento socialmente produzido, incluindo os que estão no campo das tecnologias e ciências, e isso se faz necessário para que todos tenham o direito de acesso a determinados bens e serviços e melhoria de suas condições de vida. O acesso e uso da informação possibilitam ao indivíduo a construção de sua autonomia e a socialização dessas informações com o seu meio, sendo este o fim esperado ao se falar em ações educativas.

Outro objetivo a ser destacado no que diz respeito a ações socioeducativas de aproximação com processos emancipatórios é chamado de processo reflexivo, sendo o momento em que o assistente

social traça junto ao usuário um percurso para a busca de respostas para as necessidades apresentadas, sejam essas imediatas ou não.

> Pautadas sob o princípio de que as demandas chegam às instituições trazidas por indivíduos, grupos ou famílias, são reveladoras de processos de sujeição à exploração, de desigualdades nas suas mais variadas expressões ou de toda sorte de iniquidades sociais. (MIOTO, 2009, p. 10).

O processo reflexivo tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo só se realiza na medida em que são criadas condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica, sua própria concepção de mundo, ou seja, que os sujeitos sejam parte da construção da sua história, da história dos serviços e da história de sua sociedade.

Com relação ao processo reflexivo, Lima (2006) afirma que acontece por meio da interpenetração do diálogo e da problematização, categorias estas que são originais dos escritos de Paulo Freire (1977), referentes ao processo de conscientização enquanto base de uma educação para a liberdade, sob a luz do estudo dessas categorias.

Faleiros (1981, p. 100) afirma que

> a conscientização não se produz num movimento de ideias, mas se enraíza nas situações concretas, nas contradições, nas lutas cotidianas para a superação dessas contradições. Assim o diálogo não é um meio de persuasão ou de orientação, uma estratégia de convencimento e manipulação, mas uma relação, uma comunicação, um intercâmbio de mensagens a partir de situações especificas, de relações de poder e de uma visão geral do processo social.

Evidencia-se que a estrutura do processo educativo tem como foco o estabelecimento de vínculos em uma relação democrática entre profissionais e usuários para que esse processo chegue de fato aos objetivos esperados, para que, por meio do processo educativo, o usuário adquira autonomia e possa decidir sobre sua vida e conquistar espaços de efetivação da sua cidadania, participando de instâncias da esfera pública e nos campos de controle social.

Uma das possibilidades que mais se aproxima das intenções destacadas aqui diz respeito à educação popular, foco deste trabalho. Considerando a relação das ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias, Mioto (2009, p. 10) aponta como indispensável o conhecimento das demandas/necessidades dos usuários, tanto em sua singularidade como no conjunto, com informações relacionadas ao território onde vivem os usuários e a realização de planejamento, definição de objetivos. Torna-se também indispensável pensar as formas de abordagem e quais instrumentos são necessários para realizar as ações educativas, tendo em vista uma perspectiva emancipatória. É justamente aqui que se destaca a relevância de conhecer e fazer uso de instrumentos e metodologias da educação popular enquanto contribuição ao se fazer profissional do Serviço Social.

Importante pensar a discussão sobre educação popular como forma de verificar e usufruir dela como possibilidade para o Serviço Social, para construir processos educativos, buscando a plena cidadania, conquista de espaço, autonomia e na perspectiva emancipatória,

Luiz (2011, p. 92) ao discutir emancipação, fala sobre "abordagens moleculares", destacando que, a partir do contato com a classe subalterna, profissionais e intelectuais podem contribuir em um processo de construção de uma lógica que difere da dominante.

> O Serviço Social é uma dessas profissões que, pela proximidade com a classe subalterna e com as manifestações da Questão Social, através de seu trabalho profissional iluminado por referências crítico dialéticas, pode implementar ações nessa perspectiva, e contribuir com a elevação social e cultural de grupos sociais.

A partir da teoria de Gramsci e algumas de suas categorias, a autora busca o entendimento de emancipação social como vínculo das ações e presença da sociedade civil no enfrentamento da questão social, e, a partir de então avaliar a participação do Serviço Social enquanto possível aliado nesse enfrentamento (LUIZ, 2011, p. 93).

Sob a luz do referencial gramsciano, Luiz (2011, p. 94) afirma que o Serviço Social se instrumentaliza teórica e eticamente para

pensar a racionalidade crítico-dialética como parte da modernidade para a então formulação de um processo emancipatório que processe a elevação política e social da sociedade, o que só será possível a partir "de baixo", através de um processo de "rupturas de processos moleculares" mediatos: de elevação do senso comum, de reforma intelectual e moral, criando "uma nova ordem de valores" (GRAMSCI, 1991 apud LUIZ, 2011, p. 94).

## A educação popular e a contribuição para com o Serviço Social

Constituída enquanto paradigma educativo, a educação popular visa "contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social". Essa teoria aposta em metodologias que estimulam a "emancipação humana e lutas coletivas". Normalmente está presente no campo de atuação de assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais (MACHADO, 2012, p. 152).

A educação popular e o Serviço Social passaram a dialogar com mais força a partir do Movimento de Reconceituação da profissão, momento que marca a abertura para além do Serviço Social tradicional. É o momento em que o Serviço Social se dá conta de que deve sobrepor as "amarras imperialistas do sistema capitalista". É só a partir dessa abertura que a profissão passa a considerar correntes marxistas, renovando o Serviço Social com objetivos de uma "perspectiva modernizadora", "reatualização do conservadorismo" e a "intenção de ruptura" (MACHADO, 2012, p. 152).

Dessa forma, entende-se que o Serviço Social passa a dar abertura para outra forma de ver seu campo teórico e prático, entendendo a questão de classes como fator determinante à discussão e formas de intervir. Logo, torna-se necessária a incorporação de teorias que viessem a clarificar a conjuntura e subsidiasse o trabalho com aqueles que eram parte dessa realidade.

Entre as teorias que abriram espaço para a discussão estava "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire, como marco de incorporação das ideias freirianas no campo do Serviço Social. (FALEIROS, 2005, p. 25 apud MACHADO, 2012, p. 152) destaca a relevância das teorias da educação popular para o Serviço Social, "a influência na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire". Assim sendo, Machado (2013, p. 153) ressalta que "na perspectiva freiriana é fundamental levar em conta a cultura do povo em qualquer processo de mudança, estabelecendo com ele um diálogo problematizador" (MACHADO, 2013, p. 153).

De acordo com Machado (2012, p. 153), a articulação entre as áreas de Serviço Social e Educação Popular surge no início dos anos 70. Apesar disso, atualmente a educação popular não se faz muito presente em debates acadêmicos da área do Serviço Social. Porém, isso não quer dizer que não haja assistentes sociais atuando com a perspectiva da educação popular ou debatendo-a em outras áreas, como saúde e educação, por exemplo. Ainda de acordo com a autora, apesar do debate sobre o tema por vezes não estar presente na formação profissional do assistente social, "práticas de Educação Popular continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil" (MACHADO, 2012, p. 154).

Outro ponto destacado por Machado (2012, p. 155) é a ampliação do debate que envolve a educação popular aliada ao Serviço Social, no que tange principalmente instituições e veículos que atuam com processos educativos, realizando pesquisas e aprofundando a temática, entendendo como são de suma importância na formação e prática de estudantes e profissionais da área. Considerando a proposta de Freire de que a educação popular é uma forma de ir contrário às perspectivas impostas por um sistema de classes desiguais, muito se aproxima dos princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social, projeto que tem como norte a construção de uma nova ordem societária, que é contrária ao preconceito, à dominação e qualquer outra forma de exploração, indo também contra o sistema capitalista.

Vale aqui lembrar que a educação popular se dá eminentemente enquanto prática política, que está próxima à comunidade e

movimentos populares, aproximação esta que vem na lógica de troca de experiências e saberes. Porém, é comum e inerente a confusão da educação popular com a educação formal. Conforme Machado (2012, p. 156), elas se diferem a partir do momento em que o termo "popular" traz em sua significação a contribuição para um pensar crítico, um fazer político e possibilidades de ampliação da participação social. A educação popular deve ser entendida enquanto um meio de discussão no que tange possibilidades de autonomia e emancipação, sempre baseadas em princípios de justiça e equidade.

> [...] a Educação Popular tem se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e descodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz à indignação e desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador. (MACHADO, 2012, p. 158).

Para que tal compreensão seja realmente efetiva, se faz necessária a diferenciação de práticas realmente aliadas à lógica da educação popular daquelas que se apropria do termo para atuar com práticas populistas. Mesmo direcionadas às classes menos favorecidas, em nenhum momento essas práticas populistas buscam a emancipação e autonomia do sujeito, mas sim o mantém na lógica de reprodução da ideologia capitalista, apenas fazendo valer uma capacitação para o trabalho que visa produtividade e lucro.

Nessa busca por processos justos é que metodologias de emancipação humana e luta coletiva passam a ser realidade nos processos de trabalho do(a) assistente social. Assim como em outras metodologias, a educação popular não tem cartilhas ou moldes preestabelecidos, apesar de contar com elementos que a constituem. Dessa forma, se faz necessária a orientação do profissional que pretende atuar visando a perspectiva da educação popular, bem como identificar a proposta do profissional que diz condicionar sua atuação a partir da educação popular (MACHADO, 2012, p. 161).

De acordo com Machado (2012, p. 161), é comum à prática profissional do assistente social o trabalho com comunidades carentes,

realidade essa que se dá em diversas instituições e organizações. Esse profissional tem como seu principal objeto de trabalho a questão social, porém, não tem tempo hábil, iniciativa ou conhecimento específico para realização de atividades que visam "estimular a organização e mobilização popular". Em contrapartida, alguns que intervêm, por vezes acabam adotando práticas antidemocráticas. Isso quer dizer que são ações impostas pelas instituições ou mesmo planejadas em algumas situações de forma vertical, na qual a demanda atendida não é ouvida, ou ao menos consultada, o que torna ainda mais distante a perspectiva de emancipação.

Diante dessa situação, entende-se que a educação popular é fundamental e necessária à formação de assistentes sociais, como argumenta Machado (2012):

> [...] por meio dela (Educação Popular) é possível uma prática mais dialógica, democrática, que impulsiona processos de conscientização, organização, participação e mobilização, levando-se em conta o saber popular e a diversidade cultural. Portanto, dentre os vários elementos que compõe essa educação consideramos essenciais para pensar e realizar ações educacionais populares voltadas para a hegemonia das classes subalternas, quais sejam: a práxis, a conscientização, o diálogo, o conhecimento popular, a hegemonia e a participação. (MACHADO, 2012, p. 162).

Para Machado (2012), vale lembrar que, enquanto assistentes sociais com o embasamento teórico advindo da dialética, é possível acreditar na transformação social sob as teorias de Marx. Porém, é preciso levar em conta que a transformação social se dá pela ação e não meramente pela conscientização. Entendendo a educação como forma de intervir na realidade, é fundamental uma prática que estimule o processo de criticidade, contrário à lógica alienante. Eis que chega ao ponto no qual o primeiro momento é fundamental, um processo de reflexão como primeiro objetivo, buscando a análise crítica através da qual o profissional se compromete à ação sem que a lógica de adaptação do ser humano à lógica vigente seja imposta, promovendo em sua própria realidade e "linha de raciocínio", o

estimulo à "práxis social a partir da leitura de uma realidade concreta" (MACHADO, 2012, p. 166).

A partir de tal análise, entende-se que os moldes de educação tradicionais e trabalhos realizados em instituições públicas e privadas por vezes não contribuem com processos de reflexão e com a construção de uma visão crítica, já que esse processo poderia ameaçar a regulação vigente. A sociedade, em seus moldes atuais, educa para que obrigações morais sejam cumpridas e essas pessoas sejam ajustadas à sociedade, e não visam a educação como possibilidade de uma perspectiva crítica para uma participação consciente.

## Considerações finais

Por fim, é corriqueira e comumente ouvida no âmbito do Serviço Social a afirmação de que é preciso estar próximo à realidade e sujeitos, se apropriando de conhecimentos relacionados aos processos sociais. E é dessa forma que novas ações podem ser pensadas, e essa proximidade aliada ao Código de Ética e Projeto Ético-Político Profissional concerne ao assistente social a incessante busca por direitos e democratização de políticas e processos. Assim, é competência profissional a busca pela conscientização política. Nas palavras de Gramsci, "a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica é a primeira fase de uma autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se fundem" (GRAMSCI, 1995, p. 21 apud MACHADO, 2012, p. 175).

Sob vulnerabilidades e uma nova perspectiva de geração de renda e novas sociabilidades, como é a proposta das ações via economia solidária, que permitiu a reflexão sobre a temática exposta aqui, os grupos passam por processos de evolução. Através desses processos, os grupos devem ser compreendidos em sua totalidade e também singularidade. Dessa forma, se faz importante o conhecimento da conjuntura e da realidade em que se insere o grupo, oferecendo contribuições teóricas que transpõem limites, comprometendo-se em reconhecê-los e fortalecê-los enquanto potencial social, político e econômico, a partir de uma práxis crítica e dialógica.

# REFERÊNCIAS


ABREU, M. M. Perfis pedagógicos da organização da cultura e a institucionalização do Serviço Social – demarcações do princípio educativo da prática do Assistente Social. In: _____. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002, p. 83-161.

AREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 61, p. 43-71. 2004.

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado** – CFESS (Org.) – São Paulo: Cortez, 2012.

BOTO, C. **Nacionalidade, Escola e Voto:** a liga Nacionalista de São Paulo. Perspectiva: São Paulo, 1996.

BRANDÃO, C. R. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Assistência Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas>. Acesso em: 8 nov. 2018.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. **Mobilização social e práticas educativas.** Caderno de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais módulo 4. Brasília: UnB, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social: Uma questão em movimento? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84. 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora Loyola. 1997.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, T. C. S. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social**: tendências da produção bibliográfica. Orientadora: Prof. Dr. Regina Célia Tamaso Mioto. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2006.

LUCIO-VILLEGAS. E. Construir uma argamassa contra-hegemônica: Reflexões sobre educação e desenvolvimento. **Revista Lusófona de Educação**. 2007, 35-95.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social**: a potencialidade da prática profissional. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

MACHADO, A. M. B. M. Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 109. p. 151-178. jan./mar. 2012.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MENEGASSO, M. E. et al. **Encontro Estadual de Assistentes Sociais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 5., São Paulo, dez. 1985.

MIOTO, C. R. T. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos famílias**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009.

PAIVA, V. **A História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SANTANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 73-92, mar./2000.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez 2011.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação Popular**: Metamorfoses e Veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

# Perspectivas e desafios da incubação de uma associação de recicladores: a IESol e o trabalho com a ARREP – Associação de Recicladores Rei do Pet

*Reidy Rolim de Moura*
*Karoline Dutra Szul*

Objetiva-se neste texto apresentar aos leitores o trabalho de incubação que vem sendo realizado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, desde o ano de 2010, com a Associação dos Recicladores Rei do Pet – ARREP, na cidade de Ponta Grossa, PR. A partir do acompanhamento e da produção de materiais, realizados através da extensão e pesquisa junto à ARREP, é possível contribuir dando visibilidade à Associação e voz para os sujeitos que nela atuam. Por mais que existam legislações municipais, estaduais e federais que fomentem iniciativas de trabalho coletivo, bem como formas de valorização dos catadores, trata-se de uma realidade muito complexa, que merece ser polemizada, visto que são sujeitos que sofrem com os preconceitos da sociedade devido à atividade que desempenham, ficando num horizonte longínquo as aspirações de melhores condições de trabalho.

No município de Ponta Grossa existem, atualmente, quatro associações de reciclagem: ACAMARO – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Oficinas (fundada em 14/02/2006); ACAMARU – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Rússia (fundada em 22/02/2006), ARREP – Associação de Recicladores Rei do Pet (fundada em 06/11/2011); ACAMARUVA

– Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Uvaranas (fundada em 14/02/2006).

Apesar de não representarem a totalidade dos resíduos recicláveis triados no município – visto que existem outras iniciativas deste cunho, como empreendimentos privados, catadores carrinheiros etc. – as quatro associações têm uma grande representatividade no panorama geral da reciclagem da cidade e representam a parcela mais significativa de triagem desses resíduos, pois recebem materiais coletados por meio de programas governamentais e periódicos.

Essas quatro associações caracterizam-se pela gestão e produção coletiva. Com essa organização, realizam um trabalho de grande interesse e de suma importância para o município, pois, por meio da atividade que executam, os trabalhadores e trabalhadoras contribuem para um desenvolvimento socioambiental municipal, conforme orienta a Lei nº12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Contudo, é preciso ressaltar que no município de Ponta Grossa há legislações que contemplam o trabalho realizado pelo catador desde o ano de 1997. A Lei nº 5.856/1997 atribuiu ao ente municipal a responsabilidade pela destinação final dos resíduos sólidos, visto como um serviço público prestado pelo município. Por meio dessa Lei também se estabeleceu um tempo experimental de coleta seletiva, realizado pelo prazo máximo de um ano, sendo que o poder executivo ficaria incumbido de providenciar Postos de Entrega Voluntária – PEVs e destinar os resíduos a entidades cadastradas no Serviço de Limpeza Pública. Contudo, somente no ano de 2007, conforme a Lei nº1.640, foi instituído o programa municipal de coleta seletiva no município, o qual conta com a execução de dois projetos sob a responsabilidade do ente municipal, a saber: Projeto Renda do Lixo e o Projeto Alimento Ambiental (Programa Feira Verde).

O Programa Renda do Lixo contemplava, na sua constituição, a organização dos bairros em núcleos, para que aos poucos fosse dado apoio às iniciativas de trabalho coletivo. A base dos núcleos se daria por meio de um barracão, equipado com balança, prensa, mesas de separação dos materiais, carrinhos de coleta e de fardo e prensa para prensagem dos materiais destinados à comercialização. A implementação do Projeto se daria mediante a disponibilização

de caminhões para coleta seletiva, tanto como veículos utilitários e/ou veículos de passeio para os funcionários envolvidos no trabalho. Previa, ainda, a disponibilidade de barracões e maquinários necessários à dinâmica do trabalho, bem como o custeio de todos os investimentos, como aluguel, água e energia elétrica e outros que pudessem surgir ao longo do tempo. O poder executivo daria apoio e assessoramento às ações desenvolvidas por meio dos funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O Programa ainda propunha a realização de ações educativas e campanhas para sensibilização da população sobre a separação correta dos materiais e a capacitação dos catadores e dirigentes das organizações coletivas. Os treinamentos estariam relacionados a assuntos como: coleta seletiva, trabalhos operacionais com o barracão, aspectos legais e comercialização.

O Projeto Alimento Ambiental, ou atualmente denominado de Programa Feira Verde, deriva-se do Projeto Renda do Lixo e contempla o atendimento a regiões ou bairros que tenham porcentagem de famílias com renda inferior a dois salários mínimos. O Programa é operacionalizado por meio da troca de materiais recicláveis por frutas e legumes da época. A troca se dá mediante a pesagem dos materiais, os quais são trocados pelos alimentos hortifruti que tenham equivalência no peso. Portanto, com esse projeto se estabelece uma relação de troca de materiais recicláveis por alimentos, ao mesmo tempo que sensibiliza a comunidade sobre o descarte correto dos materiais.

É através dos programas elencados acima que os materiais chegam para as quatro associações de Ponta Grossa. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2016), até o primeiro semestre de 2016 totalizou-se cerca de 90 trabalhadores e trabalhadoras atuando nas associações de catadores de materiais recicláveis da cidade. Cabe ressaltar que esses trabalhadores são sujeitos que retiram recursos econômicos totais ou parciais de renda para a manutenção de suas famílias através das atividades que realizam. Porém, ressalta-se que há uma clara diferença entre a ARREP e as outras três outras associações (ACAMARO, ACAMARU, ACAMARUVA), que se coloca no momento da criação e forma das relações que se estabelecem dentro da Associação.

A ARREP surgiu no ano de 2010, por meio da iniciativa de catadores de material reciclável na região do bairro Bonsucesso, na cidade de Ponta Grossa, Paraná. A localidade fazia parte do território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Santa Luzia. O CRAS caracteriza-se por uma unidade pública e estatal que oferta serviços e executa ações e programas no âmbito da Proteção Social Básica – PSB nos municípios (NOB-RH, 2012). Os trabalhos desenvolvidos seguem a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) que na Proteção Social Básica prevê: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Nesse contexto, o CRAS Santa Luzia, ao receber a demanda dos usuários para formação de uma associação, a fim de trabalhar coletivamente, acionou a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, mais especificamente o Departamento de Serviço Social, por meio do projeto de extensão intitulado "Direitos Sociais, Educação Ambiental e Organização Comunitária", que, posteriormente, contataram a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol para realização da incubação para com o grupo.

Dessa forma, a ARREP tem sua história intrinsecamente ligada à IESol, sendo que esta desenvolve até os dias atuais atividades de formação e fortalecimento do grupo, por meio de intervenções periódicas com a equipe de incubação. Importante lembrar que a forma de trabalho da IESol atende aos princípios da economia solidária, que, segundo Bertucci (2010, p. 51), pode ser definida como: "[...] um conjunto de organizações econômicos, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário".

Nessa definição, a unidade mais simples da economia solidária é o Empreendimento Econômico Solidário – EES, que pode ser uma cooperativa, uma associação ou mesmo um grupo informal. Tal aspecto explicita o estabelecimento de relações de reciprocidade no interior das organizações solidárias, apontando que os vínculos construídos dão base para a cooperação e expressam o compromisso

com o território, no qual os agentes da economia solidária se inserem (BERTUCCI, 2010).

Destaca-se ainda a autogestão como um dos pontos centrais da temática debatida. Esta se refere "à divisão do poder dentro da organização" (SINGER, 2003, p. 116), de forma que todos os associados tenham o mesmo peso em relação à tomada de decisões, "de modo a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores dentro das organizações" (BERTUCCI, 2010, p. 42). "Se a organização solidária progredir, der certo, todos vão usufruir dos frutos; se der errado, acumular dívidas ou sofrer outros danos, todos os sócios deverão responder igualmente pelas dívidas e prejuízos".

Salienta-se que, desde sua institucionalização, a ARREP é constituída de sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade, seja por carências materiais e/ou emocionais. O grupo passa por dificuldades que se estendem desde condições precárias para triagem do material, passando por conflitos familiares e de gênero, até situações de moradia precária, à beira de três arroios. Esse fato preocupa, pois inundações e desmoronamentos são frequentes. As questões de saúde são eminentes e trazem à tona uma realidade social muito triste, pois os catadores vivem no entorno desses arroios contaminados da região da Vila Santa Luzia (IESOL, 2014, p. 6).

## Caracterização dos associados da ARREP

No ano de 2017 foi realizada uma pesquisa, como parte de um Trabalho de Conclusão de Curso[1], que teve por objetivo apreender a trajetória ocupacional dos catadores da ARREP. Naquele momento, a Associação contava com 21 catadores associados, dos quais, 14 se dispuseram a participar da pesquisa. A escolha dos sujeitos se deu

[1] Este trabalho está utilizando dados que foram coletados para o TCC de Karoline Dutra Szul, orientada por Reidy Rolim de Moura, defendido em outubro de 2017. Está publicado numa primeira versão sobre o título "A trajetória ocupacional dos participantes da Associação de Recicladores Rei do Pet (ARREP) em Ponta Grossa/Paraná". No TCC pode-se encontrar detalhes da metodologia utilizada para obtenção dos dados que aqui será apresentado. O TCC pode ser encontrado nos arquivos do Departamento de Serviço Social da UEPG.

de maneira aleatória, respeitando os que preferiram não participar. A Tabela 1 demonstra a compilação dos dados para a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

**Tabela 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

| Categoria | Variável | Freq. | (%) |
|---|---|---|---|
| **Faixa etária** | 20-40 anos | 5 | **35,7** |
| | 41-59 anos | 8 | **57,1** |
| | Mais de 60 anos | 1 | **7,1** |
| **Naturalidade** | Ponta Grossa | 6 | **42,9** |
| | Outros | 8 | **57,1** |
| **Gênero** | Masculino | 3 | **21,4** |
| | Feminino | 11 | **78,6** |
| **Estado Civil** | Casado(a) | 9 | **64,3** |
| | Solteiro(a) | 4 | **28,6** |
| | Viúvo(a) | 1 | **7,1** |
| **Dependentes** | Sim | 12 | **85,7** |
| | Não | 2 | **14,3** |
| **Número de Dependentes** | Sem filhos | 2 | **14,3** |
| | 1 a 2 filhos | 6 | **42,9** |
| | 3 a 4 filhos | 3 | **21,4** |
| | Mais de 5 filhos | 3 | **21,4** |
| **Raça** | Pardo(a) | 5 | **35,7** |
| | Branco(a) | 7 | **50,0** |
| | Afrodescendente | 2 | **14,3** |
| **Escolaridade** | Analfabeto(a) | 1 | **7,1** |
| | Fundamental I incompleto | 6 | **42,9** |
| | Fundamental II incompleto | 5 | **35,7** |
| | Ensino médio incompleto | 2 | **14,3** |
| **Benefícios sociais** | Sim | 7 | **50,0** |
| | Não | 7 | **50,0** |
| **Tipo de benefícios sociais** | Nenhum | 7 | **50,0** |
| | Bolsa família | 6 | **42,9** |
| | Benefício de prestação continuada | 1 | 7,1 |
| Total | | 14 | **100,0** |

Fonte: as autoras.

Conforme os dados, o número de mulheres é quase quatro vezes maior que o número de homens na ARREP. Isso é uma constante na Associação desde seu início, pois no quadro de associados sempre houve predominância de mulheres. Contudo, dados nacionais mostram que o sexo masculino é predominante entre as pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem de resíduos no País. O Censo de 2010 apontou uma distribuição de 68,9% de homens e 31,9% de mulheres[2] (IPEA, 2013).

Com relação à declaração de raça, o fato de apenas dois sujeitos se declararem negros não diminui a importância da informação. Dados nacionais apontam que 66,1% dos que trabalham na coleta de materiais recicláveis são negros, o que pode ser considerado um reflexo da exclusão histórica dessa população no mercado de trabalho (IPEA, 2013; CHERFEM, 2016).

Os sujeitos apresentam média de faixa etária de 45,3 anos, sendo acima da média nacional, que é de 34,4 anos. Esse número também supera a maior média regional, que é de 40,6 anos, na região sudeste do Brasil (IPEA, 2013). Os estudos de Rolim (2014) também demonstram média regional acima da média nacional, mas atentam para o fato de que o número de catadores da região norte corrobora com a média regional estipulada pelo IPEA a partir do Censo de 2010. Cabe destacar, ainda, que os sujeitos entre 41 e 59 anos eram representados em sua totalidade por mulheres. Para Cherfem (2016), isso é um reflexo da ocupação, que atrai uma gama de mulheres desempregadas e com poucas oportunidades no mercado de trabalho, principalmente as que têm mais de 40 anos.

É importante destacar que os sujeitos de idade entre 20 e 40 anos são majoritariamente do sexo masculino, mais especificamente com idades que variam entre 20 e 28 anos, fator que torna propícia a rotatividade masculina na ARREP. A rotatividade masculina também foi observada nos estudos de Cherfem (2016), que também traz como aspectos relevantes a qualificação profissional e a conquista de outras ocupações – momentâneas – que garantem renda maior para os homens.

[2] Isso é contestado pelo Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis – MNCR, principalmente pelas mulheres catadoras, fato que indica que ocorre exatamente o contrário. Autores como Santanna e Mataello (2016) e Cherfem (2016) falam sobre a feminização do setor da reciclagem.

No geral, o número de filhos varia entre um e cinco. Apenas dois associados não possuem dependentes, sendo estes os mais jovens da Associação. As pessoas que têm entre três e cinco filhos são as que apresentam idade mais avançada. Conforme relatos das associadas, algumas mulheres ainda consideram os netos como dependentes, visto que partilham o mesmo local de moradia e acompanham o processo de crescimento da criança. Rolim (2014) afirma que a presença de filhos dependentes é uma realidade nos lares de catadores de material reciclável e, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR (2013), estima-se que 700 mil crianças são sustentadas por meio da renda obtida através do trabalho dos catadores de material reciclável no Brasil.

A naturalidade é um dado que chama bastante a atenção, especialmente das mulheres que saíram do município de naturalidade em detrimento de matrimônio e busca por melhores condições de vida. Com relação a outros municípios, destaca-se: Ipiranga, Reserva, Irati, Rio Azul, Cândido Abreu e Telêmaco Borba, os quais fazem parte do estado do Paraná, concentrando-se na região sudeste e norte central do estado. A distância do município de Ponta Grossa não ultrapassa os 182 quilômetros.

O nível de escolaridade dos associados tem um caráter peculiar na medida em que alguns só tiveram contato com a alfabetização básica por meio da parceria firmada, no ano de 2013, entre IESol e o Núcleo de Educação de Ponta Grossa, através do Programa Brasil Alfabetizado – PBA[3], que propicia apoio técnico na implementação das ações com o intuito de dar continuidade aos estudos dos alfabetizandos.

Nota-se que mais da metade dos associados não conseguiram concluir o ensino fundamental, sendo que o limite de permanência não ultrapassou o 4º e 7º anos. Sobre os dois associados que têm ensino médio incompleto, ambos são jovens que tentaram acompanhar as aulas do Centro de Educação Básica para Jovens

[3] O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Programa é uma porta de acesso à cidadania e ao despertar do interesse pela elevação da escolaridade.

e Adultos – CEEBJA, mas, devido à falta de disponibilidade e condições de transporte, não conseguiram permanecer, tendo que desistir dos estudos.

A baixa escolaridade dos catadores também é um reflexo nacional. Estudos apontam que nacionalmente o analfabetismo atinge 20,5% dos catadores. Apenas 24,6% possuem ensino fundamental completo e somente 11,4% têm ensino médio completo (IPEA, 2013). Nos estudos de Rolim (2014) e Luttkë (2008) também é possível constatar que o baixo nível de escolaridade é outra constante no cenário da catação de material reciclável. Isso se deve ao fato de que maioria das pessoas começou a trabalhar precocemente, o que acarretou no abandono nos estudos. A baixa escolaridade associada à atividade de coleta e reciclagem soma-se ao fato de o setor não exigir altas categorias de formação profissional, o que os impossibilita de concorrer dentro do disputado mercado formal (ROLIM, 2014; CHERFEM, 2016).

No que diz respeito ao atendimento por programas sociais, o fato de seis associados serem atendidos pelo Programa Bolsa Família demonstra que os sujeitos encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Segundo estudos de Santanna e Mataello (2016), constavam no Cadastro Único – CADÚNICO, em 2016, 49.181 catadores, sendo que 31.078 recebiam algum tipo de benefício social. Importante destacar que não se pode mensurar o número de catadores a partir do CADÚNICO, uma vez que nem todos possuem o limite de renda auferido para serem atendidos pelos benefícios sociais e também pela sazonalidade, ou seja, momentos em de as pessoas exercem e não exercem a ocupação.

Desse modo, é possível avaliar que mais da metade dos sujeitos da pesquisa são do gênero feminino, com idade média de 45,3 anos, casados, negros e pardos, com baixo nível de escolaridade e moradias em locais periféricos da cidade. Ressalta-se, ainda, que são pessoas invisibilizadas não somente em virtude da atividade que desempenham. Além da falta de reconhecimento da reciclagem por diversos setores da sociedade, a invisibilidade também acontece devido à insuficiência de uma estatística precisa que demonstre a real situação dos catadores no Brasil, pois não há indicadores específicos para essa categoria profissional, como pode ser visto anteriormente nos estudos do IPEA (2013).

## O trabalho na ARREP a partir da incubação da IESol

Destaca-se aqui que a Associação existe há aproximadamente sete anos e que, nesse período, houve ciclos de permanência e de rotatividade. Dessa forma, cabe aqui destacar os dados referentes ao tempo de permanência dos associados na ARREP, o motivo de entrada e a aferição de renda, sendo estes analisados a partir dos gêneros. Tais dados estão ilustrados na tabela 2.

**Tabela 2: Análise cruzada de dados: considerações conforme gênero**

| Categorias | Variáveis | Masculino | Feminino | Freq. | (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Tempo de ARREP | 6 meses a 2 anos | 2 | 4 | 6 | 42,8 |
| | 3 a 5 anos | 1 | 2 | 3 | 21,4 |
| | Mais de 5 anos | 0 | 5 | 5 | 35,8 |
| Motivo de entrada na ARREP | Desemprego | 3 | 5 | 8 | 57,1 |
| | Independência financeira | 0 | 2 | 2 | 14,3 |
| | Saúde | 0 | 2 | 2 | 14,3 |
| | Mais de um motivo | 0 | 2 | 2 | 14,3 |
| Renda semanal – maior valor | De 75,00 a 150,00 reais | 2 | 7 | 9 | 64,3 |
| | De 151,00 a 200,00 reais | 1 | 4 | 5 | 35,7 |
| Renda semanal – menor valor | De 15,00 a 40,00 reais | 0 | 4 | 4 | 28,6 |
| | De 41,00 a 60,00 reais | 2 | 5 | 7 | 50,0 |
| | De 61,00 a 80,00 reais | 0 | 2 | 2 | 14,3 |
| | De 81,00 a 100,00 reais | 1 | 0 | 1 | 7,1 |
| Total | | | | 14 | 100,0 |

Fonte: as autoras.

A relação entre tempo de permanência na ARREP e gênero é importante na medida em que tem-se um índice maior de permanência

feminina. Como é possível observar, cinco mulheres estão na ARREP há mais de 5 anos e outras duas variam seu tempo entre 3 e 5 anos. Já os homens possuem menos tempo de permanência, estando dois há menos de 2 anos e um deles atua na Associação por mais de 3 anos. Na aplicação do questionário foi possível observar que os homens inseridos há menos tempo na ARREP têm idade entre 20 e 28 anos e não pensam em continuar na Associação, estando lá somente até conseguir outra oportunidade.

Essa diferenciação entre homens e mulheres contrasta com um público de catadores associados majoritariamente masculino que, quando encontram outra oportunidade de trabalho, saem das associações. Cherfem (2016), em seus estudos, identificou que o grau de permanência nas associações é marcadamente feminino, sendo que o alto de índice de rotatividade se expressa entre os homens, que não ficam na Associação quando encontram outras oportunidades de trabalho.

Os principais motivos elencados para a entrada na ARREP foram: desemprego, independência financeira e saúde. O desemprego, apontado por cerca de 57% dos sujeitos, engloba também aqueles que não conseguiram se inserir em outras atividades devido à idade que possuíam/possuem.

A independência financeira foi o motivo citado por duas mulheres. Uma delas levou em conta o estado civil, pois o fato de querer trabalhar, que gerava conflito com o marido, levou-os à separação. Outra declarou que apenas queria ter seu próprio dinheiro, dada sua condição de moradia.

Duas mulheres apontaram a saúde como motivo principal de entrada na ARREP, pois sofriam de complicações na coluna e de depressão. Ambas contaram que após entrar na Associação o quadro de saúde melhorou consideravelmente. Conforme observado, a convivência cotidiana faz com que vínculos gerados sejam estreitados, o que contribui diretamente na melhoria da condição de saúde das associadas.

É interessante notar que os motivos elencados pelos sujeitos da ARREP contracenam com os estudos de Luttkë (2008) e Rolim (2014), os quais identificaram que o principal motivo para a escolha do trabalho associado era o desemprego por um longo período de

tempo, bem como a fragilidade dos sujeitos com relação ao vínculo instável de relações de trabalho. Luttkë (2008) ainda conseguiu identificar outros motivos como: questões familiares, casamentos, filhos, responsabilidades com os irmãos, idade avançada, baixa escolaridade.

Um ponto de análise importante é a aferição de renda dos sujeitos no trabalho na ARREP[4]. Na tabela 2 é possível notar que mais da metade dos sujeitos apontaram valores entre R$15,00 e R$80,00 como as menores retiradas semanais. Para tal, é preciso levar em consideração o tempo de permanência na Associação, por exemplo, as quatro mulheres que disseram receber entre R$15,00 e R$40,00 estão na Associação há mais de cinco anos. Elas relataram que, no início, antes da implementação dos maquinários, passaram por uma série de desafios. Além disso, a inexistência da prensa acarretava em perda do valor econômico dos materiais.

Os outros sete sujeitos que apontaram valores entre R$41,00 e R$60,00 ficaram no intermédio daqueles que estão na ARREP por um período de 3 a 5 anos, espaço de tempo no qual a instalação de maquinários permitiu o aumento dos rendimentos.

O que é mais importante notar nesses dados é que, por mais que o tempo de permanência na Associação seja majoritariamente feminino, os homens ainda conseguiram ter melhores rendimentos, mesmo quando comparados com os menores valores. Na tabela 2 é possível observar que um dos homens teve seu menor rendimento em torno de R$81,00 a R$100,00, fato que demonstra a necessidade de uma discussão a respeito dos rendimentos entre os gêneros dentro de uma associação autogestionária.

No que tange os maiores valores retirados, nove sujeitos apontaram a maior renda semanal em torno de R$75,00 a R$151,00, enquanto outros cinco revelaram valores entre R$151,00 e R$200,00. Neste último, é importante considerar a presença feminina, visto que na tabela 2 visualiza-se que as mulheres foram as que tiveram os menores valores retirados, se comparado com os homens.

[4] Destaca-se que pagamento na ARREP é realizado semanalmente, principalmente nas sextas-feiras. Não há diferença salarial em questão de cargos ocupados ou atividades exercidas, sendo que se leva em consideração a soma dos períodos trabalhados pelos associados, sendo eles classificados como: matutino e vespertino.

A aferição da renda dos catadores é fator importante, considerando-se que o cenário ideal seria que os sujeitos pudessem contar com uma renda semanal e/ou mensal fixa, de modo que tivessem um rendimento assegurado após o desenvolvimento do trabalho. Contudo, isso não é uma realidade. Os estudos de Luttkë (2008) demonstram que a renda advinda da coleta de materiais é baixa, e ainda mais baixa na perspectiva dos associados, que consideram a renda como fator de sobrevivência. Rolim (2014) afirma que em 2010 a renda média nacional dos catadores era inferior a um salário mínimo, sendo equivalente, naquela época, a R$510,00.

Neste ínterim, é relevante salientar a importância de políticas públicas que atentem para a valorização do trabalho do catador de material reciclável. Considerando sua condição laboral e seus rendimentos, é possível notar que os valores retirados da Associação são baixos, ainda mais levando-se em conta que muitos deles dependem diretamente dessa renda para o sustento da família.

Cabe destacar ainda que os dados analisados a partir da perspectiva de gênero demonstram que os homens adentraram no universo da Associação por causa do desemprego, enquanto as mulheres apontam outros motivos, como independência financeira e questões de saúde. Dessa forma, é importante mostrar quais os significados de trabalhar na ARREP, quais os fatores associados a melhores condições de trabalho, a diferença de trabalhar na Associação e outros possíveis locais de inserção, conforme ilustrados na tabela a seguir:

**Tabela 3: Análise de frequência: questões subjetivas sobre o trabalho na ARREP**

| Categorias | Variáveis | Freq. | (%) |
|---|---|---|---|
| Significado do trabalho na ARREP | Meio ambiente | 1 | 7,1 |
| | Coletivo | 5 | 35,7 |
| | Responsabilidade | 3 | 21,4 |
| | Mais de uma opção | 5 | 35,7 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Fatores associados a melhores condições de trabalho | Sem resposta | 2 | 14,3 |
| | Infraestrutura | 4 | 28,6 |
| | Saúde | 1 | 7,1 |
| | Garantia de renda | 2 | 14,3 |
| | Próximo do local de moradia | 1 | 7,1 |
| | Autonomia | 1 | 7,1 |
| | Baixa renda | 3 | 21,4 |
| Diferença de trabalhar na ARREP | Não há diferença | 2 | 14,3 |
| | Meio ambiente | 2 | 14,3 |
| | Coletivo | 4 | 28,6 |
| | Liberdade | 1 | 7,1 |
| | Relações de poder | 3 | 21,4 |
| | Não soube explicar | 2 | 14,3 |
| Possíveis locais de inserção além da ARREP | Alimentício | 3 | 21,4 |
| | Comércio | 3 | 21,4 |
| | Serviços Gerais | 2 | 14,3 |
| | Ensino Superior | 3 | 21,4 |
| | Carteira assinada | 3 | 21,4 |
| Total | | 14 | 100,0 |

Fonte: as autoras.

Com relação ao significado do trabalho na ARREP, o coletivo foi o mais evidenciado, ultrapassando os 35,7%. Dois dos sujeitos que apontaram mais de uma opção também definiram o trabalho na ARREP como coletivo. Por isso, observa-se que eles têm noção do trabalho que desempenham dentro da Associação, na lógica associativa de um trabalho coletivo, sob os princípios da economia solidária. Isso demonstra resultados positivos da atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol na Associação, que constantemente incentiva as práticas coletivas de trabalho e que esteve presente na ARREP desde sua institucionalização.

Outro significado apontado pelos sujeitos foi a responsabilidade. Eles levaram em consideração experiências anteriores, principalmente em atividades formais. Dentre as explicações para esse motivo, elenca-se: responsabilidade de comparecer no local de trabalho, pontualidade e desenvolver sua atividade com responsabilidade para

que não haja imprevistos no ciclo produtivo. Esses motivos não foram identificados em outros estudos, como os de Rolim (2014) e Luttkë (2008), o que demonstra as especificidades de cada sujeito e Associação.

O trabalho com o meio ambiente foi apontado apenas por um sujeito, fato que demonstra que eles ainda não reconhecem a importância da atividade que desempenham para a preservação do meio ambiente. Sobre isso, Costa e Pato (2016) afirmam que catadores, enquanto trabalhadores individuais, não conseguem ter noção do papel ambiental que desempenham, principalmente devido à invisibilidade da atividade por setores da sociedade. Porém, por meio do trabalho associativo e organização política, eles conseguem visualizar sua relação com o meio ambiente, incorporando saberes do cotidiano aos pertencentes do seu trabalho como catador. Por isso é possível afirmar que o nível de sensibilização ambiental dos participantes da pesquisa é extremamente subjetiva. Por mais que ocorram diversas intervenções que problematizem o papel do catador, somente o sujeito poderá criar seus próprios significados.

Quando questionados se a partir da inserção na ARREP passaram a ter melhores condições de trabalho, dez sujeitos afirmaram que sim, enquanto quatro negaram. Dos quatro sujeitos que declararam não conquistar melhores condições através do trabalho na ARREP, três associaram a situação ao baixo rendimento financeiro; um dos respondentes não soube justificar. Sendo assim, nota-se que a condição econômica é fator preponderante para os sujeitos considerarem avanços nas condições de trabalho, pressupondo que em ocupações anteriores eles conseguiam rendimentos econômicos bem maiores do que os que recebem na ARREP.

A infraestrutura é o fator mais apontado no que diz respeito às condições de trabalho e contracena com dados do IPEA (2013) e Silva (2017), os quais salientam que possuir um local físico para desenvolver as atividades torna o trabalho mais seguro, seja relacionado às condições do tempo (sol, chuva, tempestades...), bem como às atividades itinerantes (como no caso das mulheres que trabalhavam de casa em casa). Isso é um reflexo da organização de trabalho coletivo da ARREP, na qual os sujeitos consideram essencial o espaço físico para desenvolver suas atividades com mais

segurança e certa estabilidade. Pode-se notar ainda que a questão da infraestrutura não se limita à estrutura física, mas relaciona-se à proximidade do local de moradia dos sujeitos, que no caso da ARREP demonstra que os trabalhadores moram em locais muito próximos.

Um dos sujeitos apontou que, a partir do trabalho na ARREP, passou a ter mais autonomia no que tange à sua representação dentro do espaço de trabalho. Ele contextualizou que anteriormente não participava das decisões, mas agora consegue questionar, opinar e decidir coletivamente sobre questões que influenciam as relações de trabalho nas quais está inserido. Isso é um reflexo da prática cotidiana da autogestão nos espaços de trabalho, que possibilita aos trabalhadores representatividade e autonomia.

Sobre as diferenças de trabalhar na ARREP, dois sujeitos apontaram não notar diferenças e dois não souberam explicar, o restante dos sujeitos conseguiram identificar diferenças, evidenciadas na Tabela 3.

O trabalho coletivo[5] foi a principal diferença apontada pelos sujeitos. Dentre as explicações dadas para isso, destacam-se: a criação e estreitamento de vínculos que propiciaram melhorias na saúde dos sujeitos, a convivência cotidiana e a forma com que o trabalho é realizado, sempre coletivamente. Nos estudos de Rolim (2014), o trabalho coletivo apareceu como esperança de melhores condições de trabalho, porém, as organizações que analisou tinham público extremamente vulnerável, com baixo nível de escolaridade e dependência do poder público. Nesse meio, reafirma-se a importância de formações constantes no ínterim das associações, por meio de parcerias estabelecidas com universidades, incubadoras e prefeituras, para que se paute constantemente o trabalho coletivo dentro das associações.

Ainda com relação às diferenças de trabalhar na ARREP, as relações de poder foram citadas por três sujeitos. Contudo, essa relação não se expressa na figura de patrão/empregado, mas, sim, no trabalho realizado pela diretoria. Conforme observado durante a aplicação do questionário, os sujeitos reclamam alegando que, muitas vezes, a diretoria é alheia aos problemas da Associação e/ou em relação aos próprios associados. Isso demonstra que tanto os

[5] Ver mais em Benvindo (2010).

sujeitos, como a diretoria, ainda não conseguem compreender suas responsabilidades dentro da ARREP. Sendo assim, é necessária uma atenção especial para formações que pontuem constantemente a diretoria como uma forma de representação política da Associação. E também para o dever dos associados no que diz respeito a questionar quaisquer decisões tomadas, senão no âmbito coletivo.

O meio ambiente foi apontado por dois sujeitos que estão na ARREP há mais de cinco anos e anteriormente desempenhavam a atividade de catação individual. Conforme relatos, o fato de iniciar o cuidado com o meio ambiente e ter vistas à sua preservação é gratificante. Isso retoma a necessidade de setores da sociedade valorizarem o papel do catador, seja social, profissional ou econômico, reconhecendo a importância desse trabalhador e não relacionando-o com más condições devido ao trato com resíduos.

A liberdade contracena com o que foi dito anteriormente sobre autonomia, que, por sinal, fora apontada pelo mesmo sujeito. Isso demonstra que a participação em organizações coletivas de trabalho propicia aos associados oportunidades de participação e decisão conjunta, algo que não era possível em ocupações anteriores.

Quando questionados se gostariam de trabalhar em outro ramo de atividade, onze sujeitos afirmaram que sim, sendo três homens e oito mulheres. Outras três mulheres afirmaram não ter desejo de trabalhar em outro ramo. Esse número expressivo apareceu de forma inversa nos estudos de Luttkë (2008), o qual apontou que, por mais que os associados enfrentem dificuldades no trabalho na Associação, não conseguem ver horizontes se partirem da mesma[6].

Outros dois respondentes revelaram o desejo de atuar como arquiteto e engenheiro agrônomo, ou seja, em profissões que exigem diploma universitário. Contudo, os referidos sujeitos possuem ensino médio incompleto, sendo necessário completar o ciclo educacional para prestar vestibular.

[6] É interessante notar que 57% das ocupações elencadas como desejo de atuação dos sujeitos são reflexos de sua trajetória ocupacional. Na pesquisa do TCC, nota-se a escolha pelo setor alimentício, de comércio e serviços gerais, nos quais ocorre uma identificação pessoal e profissional ao longo do tempo. Para mais detalhes, acessar o TCC.

Chamou atenção o número de sujeitos que evidenciaram o desejo de trabalhar com carteira assinada, situação que permite o acesso à aposentadoria, 13° salário, férias, descanso semanal etc. Isso demonstra que eles conhecem as desvantagens do trabalho na informalidade e, por mais que sejam consideradas as melhorias das condições de trabalho, a ARREP ainda não conseguiu preencher a lacuna da proteção social trabalhista dos associados. Não é possível afirmar que a Associação conseguiria preencher essa lacuna sozinha, pois seriam necessárias a atuação do poder público e de políticas públicas voltadas à valorização e formalização do trabalho do catador.

Dentre os principais motivos elencados para não conseguir inserir-se em outra ocupação, tem-se:

**Tabela 4: Análise cruzada de dados: fatores de influência para inserção em outros locais e melhor condição de vida em relação ao passado conforme nascimento**

| **Categorias** | **Variáveis** | 20-40 anos | 41-59 anos | Mais de 60 anos | Freq. | (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fatores de influência | Idade | 0 | 2 | 1 | 3 | |
| | Estudo | 3 | 4 | 0 | 7 | |
| | Oportunidade | 2 | 2 | 0 | 4 | |
| Condição de vida em relação ao passado | Sim | 1 | 6 | 1 | 8 | |
| | Não | 4 | 2 | 0 | 6 | |
| Total | | 5 | 8 | 1 | 14 | 100 |

Fonte: as autoras.

Os dados acima demonstram o estudo[7] como fator decisivo para inserção em outras atividades. Um dos sujeitos complementou que "sem estudo não somos nada" e incentivou a pesquisadora a continuar estudando sempre. Nos estudos de Bosi (2008) foi possível notar que, apesar da educação ser valorizada por muitos catadores como um meio para garantir melhores condições de vida, nenhum demonstrou expectativa de retomar os estudos. Isso já foi observado na ARREP, pois, como discutido anteriormente, eles declaram ter

[7] Estudo nesse trabalho significa: escolaridade.

o desejo de voltar à escola, porém, existem condições adversas, conforme já explicitado.

Concomitantemente à condição de escolaridade, a falta de oportunidades também foi apontada pelos sujeitos, principalmente pelos que têm entre 20 e 60 anos. Com isso, é possível perceber que mesmo os mais jovens já enfrentam dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, inserindo-se principalmente em ocupações informais e temporárias, as quais são oportunas para os mesmos. Isso torna-se um problema na medida em que o Estado não garante condições iguais de acesso ao mercado de trabalho para toda a população, sendo necessário repensar políticas que entornem essa situação e possibilitem melhores oportunidades para quem procura.

A idade também apareceu como fator preponderante na busca por outros locais de trabalho, principalmente para aqueles com mais de 41anos que não conseguiram se inserir em outras atividades. Isso também se relaciona à condição laboral dos sujeitos. Como exemplo é possível citar as mulheres que na sua trajetória ocupacional trabalharam como domésticas e que, devido à rotina exaustiva, com o passar dos anos foram afetadas por problemas da saúde, sendo necessária a saída do ramo de serviços domésticos. Porém, devido à idade, não conseguiram adentrar em outras ocupações.

Cabe aqui a afirmação de Martins et al. (2016, p. 88):

> A falta de oportunidades de inserção nesse sistema econômico os conduz à marginalização. O perfil evidenciado é o de falta de escolaridade, o desemprego e a necessidade de complementação da renda familiar. Os trabalhadores buscam na coleta de materiais recicláveis uma fonte de renda que seja capaz de manter suas famílias. No entanto, a coleta é vista com maus olhos pela sociedade urbana, que constantemente tenta excluir e afastar esses profissionais, transferindo-os para as cidades e para os bairros periféricos dos grandes centros urbanos como forma de maquiar realidade.

Por isso, não é possível desconsiderar a relação entre os três apontamentos: idade, oportunidade e escolaridade, pois um influencia o outro diretamente. Isso leva à reflexão sobre quais serão as condições, principalmente dos mais jovens, no mercado de trabalho, visto que

têm baixo nível de escolaridade e, por consequência, não possuem qualificação profissional, estando designados a condições informais e temporárias, sem horizontes de proteção social trabalhista.

Pode-se observar que quase metade dos sujeitos afirmou não possuir melhores condições de vida, principalmente aqueles entre 20 e 40 anos. Isso deve-se principalmente à condição salarial, na qual eles afirmam não possuir uma renda fixa. Essa condição salarial é preocupante se forem considerados, conforme afirmações de Pinhel (2013) e Ferreira et al. (2016), que os catadores têm fortes vínculos com a condição de pobreza e passam por fragilidades sociais na medida que são explorados por atravessadores que compram os materiais por um valor muito baixo. Dessa forma, e concordando com os estudos de Pinhel (2013), a mudança desse quadro de exploração só mudará com a adoção de políticas públicas nas três esferas federativas, a fim de valorizar o trabalho dos catadores através de seu papel social, ambiental e econômico.

De outro modo, mais da metade dos sujeitos afirmaram ter melhores condições de vida, principalmente aqueles que têm entre 41 e 59 anos. Conforme salientado pelos sujeitos, a melhoria na condição de vida se expressou pelo acesso à alimentação, lazer e garantia de renda. Um exemplo também fora a compra de bens materiais, como: utensílios domésticos, materiais de construção, eletrodomésticos e eletrônicos. Luttkë (2008) identificou, em seus estudos, a satisfação no trabalho dos associados relacionada à aquisição de bens duráveis e não duráveis, mas também com a rotina de trabalho, ou seja, a condição de trabalho, as relações interpessoais para além da condição de renda. Isso também pode ser identificado nas falas dos sujeitos. Por mais que eles digam não terem melhoria nas condições de vida, destacam que a ocupação na ARREP trouxe benefícios em relação à saúde e laços comunitários.

## Considerações finais

De certa forma, é possível destacar que os sujeitos da pesquisa, principalmente os mais jovens, não têm horizontes de permanecer na Associação. Ao mesmo tempo, alegam não terem escolaridade e/ou

qualificação profissional que permita o acesso a outras oportunidades de trabalho mais "estáveis". Contudo, é preciso levar em consideração que estão por pouco tempo na Associação e gostariam de retomar os estudos, para futuramente acessar formas que garantam uma vida mais "digna".

Mesmo assim, não se pode afirmar até que ponto isso será possível, considerando o atual cenário de desmonte de políticas que se vive no País, com aprofundamento do setor informal e oportunidades escassas no mercado de trabalho formal. Esse público fragilizado social e economicamente é submetido a uma espécie de ciclo vicioso da exclusão social, o que deixa os horizontes de uma vida melhor obscuros.

Nota-se também que a trajetória ocupacional se diferenciou na medida em que foi analisada entre os gêneros, porém, não deixaram de ser informais. As mulheres inseriram-se, principalmente, em atividades domésticas, enquanto os homens delimitaram-se ao ramo da construção civil. Quando analisa-se a trajetória ocupacional na perspectiva da faixa etária, é possível observar que o público da ARREP se concentra entre os 41 e 59 anos, os quais logo serão considerados idosos. Porém, não conseguirão acessar a aposentadoria, tendo que continuar trabalhando quando deveriam estar a "descansar".

Ainda no que tange à informalidade das relações de trabalho, é possível perceber que viver à beira do sistema de proteção social não é uma escolha dos sujeitos, mas uma condição quase que imposta a essa categoria de trabalhadores. Dentre os motivos e/ou justificativas para permanência no mercado informal, tem-se o baixo nível de escolaridade e, por conseguinte, nenhuma qualificação profissional; idade avançada, que não permite a inserção em ocupações antigas; a falta de oportunidade, que se desdobra no mercado formal de trabalho, ou seja, os catadores sob o estigma da informalidade não conseguem acessar condições de trabalho mais estáveis, estando sempre variando entre a catação e nos 'bicos' temporários. Um ponto interessante é notar como os sujeitos veem a diferença do trabalho associativo e outras experiências de trabalho que tiveram no passado, individuais ou em empresas. Alguns consideram como coletivo apenas a união de várias pessoas; outros, que foi a maioria, enxergam para além disso, como uma forma de convivência solidária.

Da mesma forma, ficou evidente a questão dos vínculos associativos que os integrantes da ARREP mantêm entre si, cuidando um do outro, não só durante os momentos em que estão na Associação, mas também na vida privada, em momentos de doenças, problemas conjugais, com os filhos, entre outros. Destaca-se, nesse sentido, a importância e a relevância do trabalho realizado pela IESol, desde 2010, tendo como base os princípios da economia solidária (autogestão, solidariedade, cooperação, democracia, sustentabilidade, dentre outros).

Nessa perspectiva, é importante destacar as várias peculiaridades em torno das dificuldades que eles enfrentam diariamente, enquanto catadores. Parte deles não se encontra nessa situação por escolha própria, mas, justamente, por não ter outra opção. Aqueles que permanecem pelo gosto de trabalhar com a reciclagem, fazem com dificuldades, devido às condições de trabalho em que estão submetidos. Por fim, reforça-se a importância de continuar com pesquisas durante as atividades de extensão. Através da pesquisa apresentada neste trabalho, foi possível desvelar o universo de trabalho dos catadores, que antes não se imaginava quão fragilizado era. Dentre algumas demandas que ficaram evidentes, deixa-se como sugestão trabalhar tanto na pesquisa, como na extensão, a questão educacional dos catadores, a potencialização para participação na luta do MNCR, bem como a inclusão deles nas políticas públicas de forma efetiva e contínua.

## REFERÊNCIAS


BENVINDO, A. Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BERTUCCI, J. O. **A Produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. Brasília, 2010.

BOSI, A. P. Trajetórias ocupacionais e identidade laboral de "jovens" e "velhos" trabalhadores: um estudo comparativo. **História Social**, n. 14/15, p. 289-306, Campinas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2012.

_____. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, Conselho Nacional de Assistência Social, 2006.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça numa cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

COSTA, C. M., PATO, C. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

FERREIRA, R. G. et al. Condições de saúde e estilo de vida dos catadores de resíduos sólidos de uma cooperativa da ceilândia, no Distrito Federal: um olhar acerca dos determinantes sociais e ambientais de saúde. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – IESol. **Dossiê de incubação**. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação das catadoras e catadores de material reciclável**. Brasília: IPEA, 2013.

LUTTKË, M. M. F. **Economia Solidária**: um caminho para satisfação das necessidades humanas? Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, 2008.

MARTINS, et al. Reciclando relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel da liderança feminina na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mulheres são a maioria entre catadores de materiais recicláveis**. 2013. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: PINHEL, Julio Ruffin (Org.). **Do lixo à cidadania**: guia para formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 1.640, de 21 de agosto de 2007**. Aprova o programa municipal de coleta seletiva do município de Ponta Grossa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontagrossa/decreto/2007/164/1640/decreto-n-1640-2007-aprova-o-programa-municipal-de-coleta-seletiva-do-municipio-de ponta-grossa?q=1640>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. **Lei n 5.856, de 29 de outubro de 1997**. Dispõe sobre a coleta seletiva e diferenciada de resíduos sólidos, e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1997/586/5856/lei-ordinaria-n-5856-1997-dispoe-sobre-a-coleta-seletiva-e-diferenciada-de-residuos-solidos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 jun. 2017.

ROLIM, R. S. **Catadores, organizações e materiais recicláveis**: um estudo na região metropolitana de Recife/PE. Dissertação (Economia Doméstica), Minas Gerais, Universidade de Viçosa, 2014.

SANTANNA, D.; MATAELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanços e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

SILVA, S. P. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Brasília: IPEA, 2017.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

# Oficinas de educação ambiental: a importância da valorização do trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis

*Gilson Campos Ferreira da Cruz*
*Camila Sopko*
*Mariana Fernandes Siqueira*

Com o presente texto[1] se pretende apresentar os diferentes aspectos de uma atividade extensionista, desenvolvida em Ponta Grossa, PR, com a participação de professores e acadêmicos de diferentes cursos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, prevista no Projeto de Extensão "Sustentabilidade Solidária: práticas de Economia Solidária na IESol/UEPG"[2], vinculado à Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, que foi desenvolvido em 2015 e 2016, e tinha por objetivo promover a sustentabilidade social e ambiental dos Empreendimentos Econômicos Solidários[3] – EES, estimulando o trabalho coletivo e incentivando relações de colaboração dentro dos princípios da economia solidária.

Dentre as ações desenvolvidas e previstas no projeto estava a realização de oficinas de educação ambiental em escolas e colégios localizados no município de Ponta Grossa, PR, visando promover

[1] Texto publicado parcialmente no ANAIS do 14º CONEX Vol. 2016 ISSN 2238-9113.

[2] Texto publicado parcialmente no ANAIS do 14º CONEX Vol. 2016 ISSN 2238-9113.

[3] Programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que atua no desenvolvimento de ações que visam contribuir com a constituição e a consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES.

o debate sobre a valorização do trabalho do catador/a de materiais recicláveis. O intuito é levar alunos e alunas a uma reflexão sobre a importância dos catadores/as de material reciclável enquanto agentes ambientais que atuam em prol da sociedade, e também como pessoas que estão realizando a atividade como uma fonte de trabalho e renda, na perspectiva de entenderem como é possível contribuir, no sentido de facilitar e melhorar, o trabalho nas associações de catadores/as.

É importante salientar que essa ação foi pensada, colocada no Projeto e desenvolvida em virtude de uma demanda dos catadores/as de material reciclável, associados(as) da Associação de Reciclagem Rei do Pet – ARREP, sobre o preconceito sofrido por eles e seus filhos em função do trabalho desenvolvido com materiais recicláveis na Associação.

A partir da demanda apresentada, passou-se a pensar como poderia ser feita uma intervenção na região, de tal forma que produzisse uma alteração no quadro apresentado ou no mínimo criasse uma perspectiva diferente para o futuro. Nesse sentido, definiu-se que a melhor estratégia seria desenvolver ações nas escolas e colégios da região de abrangência da ARREP, considerando como público-alvo os alunos do ensino fundamental.

A ARREP é um dos empreendimentos incubados pela IESol e também um dos grupos contemplados pelo projeto "Sustentabilidade Solidária: práticas de Economia Solidária na IESol/UEPG". Este coletivo começou a se organizar no ano de 2010, através da iniciativa de catadores que realizavam coleta de materiais recicláveis nas ruas, atendidos pelo Centro de Referência a Assistência Social – CRAS Santa Luzia, o qual procurou a IESol para celebrar uma parceria, entre os catadores e a incubadora. Inicialmente, a Incubadora desenvolveu atividades de formação em economia solidária e associativismo e, em junho do ano de 2011, realizou-se uma assembleia de constituição da Associação, fundada por 22 trabalhadores(as) de reciclagem do bairro Chapada – Santa Luzia. Posteriormente, conseguiu-se que a Associação passasse a fazer parte de um programa da prefeitura que envolvia outras associações de catadores, através do qual passou a desenvolver suas atividades em um barracão na mesma região, bairro Chapada.

Em função disso, foram selecionados dois colégios, situados nas proximidades da Associação, para desenvolver atividades de

educação ambiental. Os colégios escolhidos foram: o Colégio Estadual Professora Sirley Jagas e o Colégio Estadual Ana Divanir Boratto, ambos localizados no bairro Chapada, em Ponta Grossa, PR, mesmo bairro onde se encontra localizada a associação de catadores(as) e residem a maioria dos associados(as).

Definidos os colégios, a partir do mês de abril de 2016 a equipe do Projeto passou a aplicar as oficinas de educação ambiental nas turmas do 6º e 7º ano, sendo quatro no Colégio Profª. Sirley Jagas e quatro no Colégio Ana Divanir Borato, envolvendo aproximadamente 320 alunos com a faixa etária de 11 a 13 anos.

A demanda fez com que a equipe compreendesse a necessidade de trabalhar a importância do papel do(a) catador(a) de material reciclável na sociedade, para que esta os visse de forma diferente. Nesse sentido, buscou-se elaborar estratégias para diminuir o preconceito e também para que os catadores(as) se sentissem mais fortalecidos com a atividade que desenvolvem.

A demanda foi identificada após diversos relatos, os quais foram feitos pelos associados da ARREP durante as tardes de formações que eram realizadas semanalmente. Nesses encontros eram trabalhados assuntos pertinentes à organização do grupo e também havia os momentos reservados para relatos dos catadores(as).

Dentro desse contexto, os relatos mostraram-se importantes para pensar e planejar as intervenções referentes às ações ambientais que seriam desenvolvidas nas escolas e colégios da região, focando numa mudança de paradigma no que diz respeito à percepção da sociedade com relação ao trabalho com material reciclável.

O papel do catador(a) pode ser analisado sob diferentes perspectivas, pois, se por um lado ele atua como agente ambiental, reduzindo a quantidade de resíduos que vai para o aterro sanitário controlado e colaborando para um ambiente mais limpo, de forma particular nas áreas urbanas, por outro tem na sua atividade uma fonte de trabalho e renda, visto que a maioria se encontra à margem da sociedade, excluídos do mercado de trabalho e da sociedade de forma geral.

Partindo desse entendimento, o objetivo geral da atividade de extensão foi provocar uma reflexão sobre a temática da reciclagem e o papel dos catadores(as) de materiais recicláveis na sociedade. O

intuito é também contribuir para a valorização desses profissionais, esclarecer e incentivar a prática da separação de materiais recicláveis.

Para atingir o objetivo principal foi necessário definir objetivos específicos, os quais envolveram: compreender o(a) catador(a) de materiais recicláveis como um(a) trabalhador(a) com o devido reconhecimento; problematizar situações de preconceito referentes ao trabalho dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis; assimilar por meio de prática lúdica como se deve realizar a separação dos materiais recicláveis, como forma de se "pensar e agir" em relação a um dos problemas ambientais que é o da produção em alta escala de lixo em áreas urbanas e, principalmente, no dia-a-dia.

Portanto, foi através dos relatos dos(as) associados(as) que se encontrou um terreno fértil para realizar uma intervenção sobre a importância da reciclagem e da valorização do profissional com ela envolvido. O planejamento e a realização das ações de educação ambiental envolveram reuniões de trabalho e discussão das propostas, que eram feitas antes e depois de aplicar as oficinas, visando identificar o que poderia ser aprimorado nas atividades seguintes.

## Questões ambientais: resíduos sólidos e os materiais recicláveis

Nos dias de hoje as questões ambientais ainda continuam em evidência, mesmo tendo se passado mais de cinco décadas dos primeiros momentos em que os problemas causados ao ambiente despertaram a sociedade em geral para os riscos da falta de controle da degradação ambiental.

A produção de resíduos sólidos vem aumentando de forma assustadora, pois cada vez mais se utilizam embalagens descartáveis e produtos com vida útil menor, fato que resulta em trocas contínuas de artigos que antigamente duravam anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNEP (2018), no mundo são produzidos mais de 10 bilhões de toneladas de lixo urbano por ano, e em muitas cidades a produção

deve dobrar até 2030. No Brasil, segundo levantamento publicado em 2015, o País produz 79,9 milhões de toneladas de resíduos por ano, valor este que indica um crescimento em relação a anos anteriores (ABRELPE, 2015).

Outro problema que está diretamente atrelado à questão do lixo urbano diz respeito à destinação final dos resíduos, visto que no Brasil um grande número de cidades ainda utiliza lixões para fazer os descartes. Uma das soluções para o destino final do lixo urbano passa pela reciclagem. Nesse sentido, o(a) catador(a) de material reciclável torna-se um dos principais agentes, fortalecido pela lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que estabeleceu o papel das associações de catadores(as) de material reciclável no âmbito do setor.

Segundo Brasil (2010, p. 13), a Lei nº 12.305/2010, no artigo 6º, inciso VIII, dispõe que o "...resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania". Assim, o(a) catador(a) de material reciclável constitui um dos atores de grande importância na cadeia da reciclagem, na medida em que está na ponta do processo, apesar de não ter a profissão reconhecida.

A origem do(a) catador(a) de material reciclável é diversa, porém, segundo Pinhel (2013), no Brasil foram os antigos "garrafeiros", figuras importantes nos bairros e vilas, que compravam garrafas e material ferroso, que deram origem aos catadores(as).

Muito se especula sobre o número de catadores(as) no Brasil e, por consequência, nos estados e nos municípios. Nesse sentido, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010 o País contava com 398.348 catadores(as) de materiais recicláveis (IBGE, 2010).

As organizações de catadores/as, associações e cooperativas se constituíam em aproximadamente 1.100 organizações de caráter coletivo. Com base em dados produzidos entre 2004 e 2010, estimava-se que entre 40 e 60 mil catadores(as) participavam de alguma dessas organizações (IPEA, 2012).

Segundo Pinhel (2013, p. 38), os grupos de catadores(as) de material reciclável organizados no Brasil "...são formados por três principais categorias de trabalhadores: pessoas em situação

de desemprego, catadores que trabalham em lixões ou aterros e catadores independentes que percorrem as ruas das cidades...".

Observa-se que uma das vantagens dos catadores(as) trabalharem em associações é que, com o passar do tempo, a renda tende a crescer e ultrapassar o salário mínimo, com aumento na experiência do grupo e com boa qualidade do material.

A questão ambiental tem sido enfocada com mais intensidade em pesquisas e propostas políticas e educacionais no Brasil a partir do final do século XX. Esse fato é fruto dos eventos a nível mundial que passaram a debater e problematizar questões pertinentes ao uso e cuidado dos recursos ambientais disponíveis no planeta.

## Educação Ambiental

Para que se possa combater os problemas relacionados às questões ambientais é preciso lançar mão de diversos recursos, técnicas e ações possíveis, no sentido de fornecer elementos para que a sociedade se conscientize da necessidade de construir um mundo ambientalmente sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social.

A educação ambiental é uma das alternativas para fazer com que a sociedade perceba que a qualidade de vida depende muito da mudança da relação entre as pessoas e o ambiente em que vivem. Caso contrário, todos sofrerão com a poluição, a degradação ambiental e, particularmente, com o lixo nas cidades.

A partir do entendimento da importância das questões ambientais para a sociedade, criou-se políticas educacionais voltadas para a Educação Ambiental – EA. No entanto, o intuito não era apenas uma mudança de postura na relação humanidade/meio, mas construir uma concepção pensada também no âmbito filosófico, político e cultural desta relação para além da exploração dos recursos naturais em uma visão apenas econômica.

Segundo Brasil (1999, p. 1),

> Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem

> valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A EA no Brasil teve um de seus marcos na formulação e homologação do documento que resultou na Lei nº 9.795/1999 – Política Nacional de Educação Ambiental. Esse documento fomentou diversas iniciativas de programas de EA no Brasil, muitas formuladas em consonância com outras iniciativas internacionais. Além disso, favoreceu posteriormente a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Desde então,

> Dezenas de milhares de mãos e mentes espalhadas pelo Brasil trabalham para fazê-la crescer, dar frutos, se multiplicar. Hoje temos várias EAs – a crítica, a transformadora, a conservacionista, para o desenvolvimento sustentável, entre tantas outras classificações – que são o motor de práticas, estudos, publicações, ações e mobilizações. EA está por toda parte. É bem-vista em todos os setores. (CZAPSKI, 2008, p. 18).

Apesar dos esforços, a sociedade ainda está muito longe de alcançar a transversalidade da EA no ensino público brasileiro, conforme proposto no documento oficial estabelecido. Isso porque, primordialmente, a estrutura educacional ainda carece de elementos básicos para sua execução. Dessa maneira, projetos transversais que visem a educação ambiental ainda são incipientes e vistos como secundários. No entanto, mesmo nesse cenário, as ações de EA têm crescido cada vez mais no Brasil.

Tendo diversas possibilidades de enfoque, a EA pode ser definida como uma educação política, a qual realiza sua análise ambiental levando em consideração as relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os próprios seres humanos (REIGOTA, 2009).

O descarte de resíduos, a reciclagem, o consumo, os catadores e catadoras figuram como alguns dos assuntos contidos na EA.

A economia solidária também abrange princípios de preocupação ambiental. Além disso, uma parcela significativa dos

Empreendimentos Econômicos Solidários – EES são associações ou cooperativas de coleta ou triagem de materiais recicláveis, totalizando 4,22% dos EES mapeados no Brasil (BRASIL, 2013a). No sul do Brasil os catadores de material reciclável representam 5% dos EES (BRASIL, 2013b).

A produção de resíduos, o manejo e sua destinação é uma responsabilidade compartilhada que envolve sociedade, Estado e setor privado, conforme está previsto na Lei nª 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos privilegiar as associações de catadores(as) como as únicas que podem coletar, reciclar e comercializar materiais recicláveis, a profissão de catador(a) ainda não foi regulamentada. No entanto, a categoria profissional está oficializada desde 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sob o registro nº 5192-05, dispondo que tais trabalhadores "catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais re-aproveitáveis" (BRASIL, 2002).

Segundo Brasil (2010, p. 14), a Política Nacional de Resíduos aponta, em seu Art. 8, "IV – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis", demonstrando que os catadores(as) são considerados instrumentos no processo de manejo adequado de resíduos.

Apesar do reconhecimento jurídico da atividade profissional, os trabalhadores submetem-se a diversos riscos decorrentes do contato com resíduos, passando pela exposição a intempéries, esforço físico excessivo, insalubridade, contato com resíduos tóxicos e longas distâncias percorridas. Além disso, convivem com o estigma social e sua função no manejo dos resíduos tem pouca visibilidade, fatores que os mantém sob condições de trabalho precárias. Migueles (2004, p. 14) afirma que "para que a sociedade perceba o catador como 'um outro trabalhador qualquer' é preciso associar o trabalho de catação a significados positivos", pois a percepção da sociedade sobre o labor com resíduos constitui um dos principais fatores que constroem o preconceito sobre a categoria.

## Oficinas pedagógicas como instrumento para a Educação Ambiental

Para desenvolver a educação ambiental, com foco na valorização do trabalho de catador(a) de material reciclável, optou-se pela metodologia das oficinas pedagógicas, enquanto oficinas de educação ambiental.

As oficinas permitem o diálogo, a troca de experiências e utilização de diferentes técnicas durante o processo, além de facilitar o aprender.

> A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas. (FREIRE, 1998, p. 28).

Segundo Candau (1995), a oficina pedagógica constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de troca de experiências, onde é possível a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de diferentes dinâmicas, análise de acontecimentos, a leitura e a discussão de textos, o trabalho com distintas expressões da cultura popular e utilização do lúdico para atingir o processo de ensino aprendizagem.

Impossível negar o trabalho que o professor realiza no cotidiano da escola ou do colégio, pois muitas vezes, na correria da sala de aula, não sobra tempo para planejar novas abordagens. No entanto, ao levar uma proposta diferente para a sala de aula, o intuito foi tornar o trabalho mais atraente para os alunos, alcançando-os de tal forma que os objetivos fossem atingidos de maneira mais eficiente e duradoura.

## Ações de Educação Ambiental por meio de oficinas pedagógicas

Para a realização dessas oficinas, inicialmente pensou-se em organizar a sala em círculos, dividindo a turma em grupos de cinco ou seis alunos, os quais teriam que fazer uma cena curta que ilustrasse um trabalho (a proposta consistia em fazer os alunos perceberem que seriam diversas as profissões mostradas, mas dentre elas não teria o(a) catador(a), ou seja, nem eles mesmos lembrariam dessa profissão). A técnica empregada foi a de que cada grupo retirasse de um "baú surpresa", previamente preparado, um objeto aleatório, que deveria ser incorporado à cena (15 minutos para preparação e 10 minutos para apresentação). Depois dessa discussão eram expostos materiais recicláveis, sendo que os alunos deveriam relacionar os objetos com a profissão do catador(a).

O segundo momento da intervenção tinha como objetivo a reflexão sobre os diferentes tipos de trabalho, até chegar no(a) catador(a), buscando relacionar o trabalho e o meio ambiente. Depois disso era feita uma "tempestade de ideias" em torno da palavra catador/a.

Para maior esclarecimento dos alunos, relacionou-se as diferentes formas de trabalhador/catador (carrinheiro, associação) e qual sua função e importância na sociedade.

A proposta de finalização consistiu-se de duas partes: uma parte mais prática, na qual se ensinou crianças e adolescentes como separar os resíduos sólidos e como é possível contribuir com o meio ambiente aumentando a vida útil das coisas. A segunda parte foi mais dinâmica, envolvendo uma paródia e um desafio para os alunos.

## Intervenção de educação ambiental para crianças e adolescentes do 7º ano

No mês de abril de 2016 deu-se início às atividades propostas pelo projeto Universidade Sem Fronteiras – USF de educação

ambiental nos colégios. O objetivo era trabalhar a proposta de educação ambiental em duas salas de aula do sétimo ano no mesmo dia.

Com a proposta aplicada nas primeiras turmas, perceberam-se algumas dificuldades de concentração e interesse da turma com relação à atividade, dificultando o trabalho da equipe. Foram necessárias algumas alterações na ação, tais como: desfazer a ideia de círculo, explicar melhor a atividade, uma vez que os alunos não queriam participar.

Com relação à segunda turma, a aplicação do trabalho e a participação dos alunos foram satisfatórias. Foram utilizados objetos como garrafa pet, pote de vidro, sacola, cápsulas de remédio, tesoura sem ponta, pente, mapa, trena etc. A intenção era fazer com que os alunos identificassem esses objetos e os relacionassem com a profissão do catador(a). Posteriormente foram abordadas as dificuldades que envolvem a profissão do catador(a), assim como a sua contribuição para o meio ambiente.

A atividade teve participação significativa dos alunos, tanto no que se refere à classificação dos resíduos sólidos como na dinâmica final, com a paródia elaborada pela equipe.

No mesmo colégio foram realizadas outras intervenções com a mesma série, mas em turmas e dias diferentes. Nas intervenções realizadas na sequência, a equipe decidiu realizar a atividade em duas etapas: a primeira trabalhando conceitos sobre o papel do catador(a) na sociedade, os preconceitos e a falta de reconhecimento que esses profissionais sofrem, as condições precárias para a realização desse trabalho e as formas de organização. No segundo momento foram abordadas as maneiras com que toda sociedade pode contribuir com o descarte dos resíduos domésticos. A finalização se deu da mesma forma, com dinâmica e interatividade.

Na dinâmica de mímica, alguns alunos(as) selecionados pela professora encenaram algumas profissões (as profissões estavam definidas em cartas numeradas, o aluno selecionava a carta sem saber o conteúdo dela). Nessa atividade os alunos participaram ativamente. Houve interação e a grande maioria da turma demonstrou interesse. Essa etapa foi de descontração, desenvolvimento gestual e de expressões.

Na sequência foi realizada uma chuva de ideias com os alunos(as) sobre a palavra catador(a). Apareceram os seguintes termos: carrinho, calor, peso, preconceito. A partir disso, discutiu-se com a turma as condições, muitas vezes insalubres, às quais os catadores(a) estão submetidos. Problematizou-se também o preconceito, mesmo sendo esta uma profissão essencial para sociedade. Ainda foram esclarecidas algumas dúvidas a respeito das formas de organização do trabalho dos(as) catadores(as) (individual, associação, cooperativa) e também sobre o Programa Municipal Feira Verde.

A abordagem também envolveu as formas pelas quais a sociedade pode colaborar com o trabalho do(a) catador(a), como por exemplo separar os resíduos em casa, classificando-os em lixo orgânico e reciclável. Comentou-se ainda sobre o tempo de decomposição de alguns materiais e a forma incorreta como são descartados. Para finalizar a atividade, a equipe ensinou para a turma uma paródia da música "Roda-viva", do grupo Mamonas Assassinas, que foi muito bem aceita pelos alunos.

## Intervenção de educação ambiental para crianças e adolescentes do 6º ano

No mês de agosto de 2016 iniciaram-se as oficinas com as quatro últimas turmas que fariam parte da atividade de educação ambiental dos 6º anos do Colégio Estadual Ana Divanir Boratto. A dinâmica e o planejamento eram os mesmos utilizados nas turmas de 7º ano do colégio anterior. Nessa ocasião percebeu-se grande entrosamento na dinâmica de mímica, na qual um aluno interpretava a profissão selecionada e os colegas participavam da ação.

Após a apresentação da chuva de ideias em torno da palavra catador(a) e sobre o preconceito e a falta de valorização profissional, a própria turma elencou os riscos que o profissional de reciclagem enfrenta no seu cotidiano. A finalização aconteceu da mesma forma que as anteriores, abordando sobre o tempo de decomposição do material, como a sociedade pode colaborar com esse profissional

e com a paródia. Outra observação relevante foi a quantidade significativa de perguntas que os alunos fizeram para a equipe.

Na segunda turma o planejamento ocorreu conforme descrito anteriormente. Embora tenha ocorrido certa dificuldade em relação à conversa dos alunos, observou-se um diferencial de participação no diálogo. Os alunos apontaram que, mesmo sendo valorizada e reconhecida a profissão do(a) catador(a), é necessário que eles(as) continuem estudando.

No último dia de atividades, a primeira turma era muito participativa. Com relação à dinâmica das profissões, percebeu-se que muitos alunos(as) não têm clareza da concepção de atuação profissional, uma vez que citaram escravos e traficantes de drogas como profissões. Na finalização, assim como na discussão sobre a falta de valorização profissional do(a) catador(a) e o preconceito enfrentado na sociedade, houve grande participação e interação. Porém, o maior desafio encontrado foi a falta de discernimento sobre as profissões, sendo necessário maior diálogo com os alunos em relação a isso.

Na última classe, os(as) alunos(as) apresentaram maior conhecimento a respeito da profissão do(a) catador(a), tendo em vista que souberam argumentar durante a exposição dialogada. Houve grande participação e aceitação do conteúdo, principalmente no que se refere ao entendimento de materiais recicláveis, orgânicos e detritos. A equipe apresentou a definição de cada componente e os(as) alunos(as) se mostraram interessados e interativos com a atividade.

## Considerações Finais

Através do Projeto "Sustentabilidade Solidária: Práticas de Economia Solidária na IESol/UEPG" e da intensa atuação que a IESol/UEPG tem com catadores(as) foi possível problematizar questões de estigmas e preconceitos que catadores(as) e seus filhos sofrem. O Projeto possibilitou a formação de uma equipe composta por professores, técnicos e estagiários de diferentes áreas do conhecimento que realizaram intervenções dentro das salas de aulas.

Após a execução das oficinas pedagógicas, conclui-se que as mesmas foram de grande importância, uma vez que as crianças e adolescentes compreenderam o papel e a importância do(a) catador(a) na sociedade, e também aprenderam sobre o descarte correto de resíduos sólidos. Entenderam também o papel do cidadão em relação ao meio ambiente, assim como a equipe pode esclarecer parcialmente sobre as ocupações classificadas como profissão e a importância de se continuar estudando ao longo da vida. Os dados apresentados a respeito dos(as) catadores(as) também foram importantes, uma vez que os(as) alunos(as) perceberam que os mesmos possuem relevância em nível nacional.

Dessa forma, ficou evidente a importância de trabalhar temas que muitas vezes não constam na grade curricular de uma escola ou colégio, mas são de grande valia para os(as) alunos(as), não só em sua formação escolar, mas também em sua formação social. Sendo assim, acredita-se que há necessidade de proporcionar, dentro das escolas e colégios, mais oportunidades de estudos referentes ao papel do(a) catador(a) e da preservação do meio ambiente.

A escola e o colégio constituem um espaço privilegiado para a discussão de temáticas sociais e desconstrução de preconceitos, o que pode possibilitar uma mudança na percepção das pessoas com relação às atividades do(a) catador(a) de material reciclável. Isso pode levar a uma maior valorização desse profissional e, consequentemente, à redução do preconceito.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. ABRELPE: São Paulo, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Classificação Brasileira de Ocupações** – CBO. Portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Atlas Digital da Economia Solidária, 2013a. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas> Acesso em: 30 abr. 2016.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. II Segundo Mapeamento da Economia Solidaria Região Sul, 2013b. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/ii-mapeamento-da-economia-solidaria-regiao-sul-cartilha-informativa.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CZAPSKI, Sílvia. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil**: 1997-2007. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008. (Série Desafios da Educação Ambiental). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dif_matizes.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MIGUELES, C. P. **Significado do lixo e ação econômica** – a semântica do lixo e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração – ENANPAD, Curitiba – PR: 2004.

PINHEL, J. R. (Org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013. 242 p.

UNEP. **O problema do lixo**: Cidades do mundo produzem mais de 10 bilhões de toneladas de resíduos todos os anos, estima estudo da ONU. 2018. Disponível em: <http://web.unep.org/o-problema-do-lixo-cidades-do-mundo-produzem-mais-de-10-bilh%C3%B5es-de-toneladas-de-res%C3%ADduos-todos-os>. Acesso em: 13 fev. 2018.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 2009.

# Serviço Social e Economia Solidária: uma discussão acerca do trabalho do(a) assistente social na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol do município de Ponta Grossa/PR

*Peterson Alexandre Marino*
*Ana Carolyne Carneiro*
*Ana Paula Machado*

Impulsionado pelo avanço do capitalismo, o mercado de trabalho vem absorvendo uma quantidade cada vez menor de pessoas, tornando maior o número de desempregados. Visando uma resposta a essa triste realidade, e ainda a superação das desigualdades econômicas e sociais, no final do século XX surgiu uma alternativa de economia que, por meio da autogestão, oferece uma proposta para as pessoas que se encontram à margem da sociedade.

Essa alternativa, denominada Economia Solidária – EcoSol, tem como objetivo a diminuição da desigualdade econômica e social, por meio de princípios como a solidariedade, a cooperação e a igualdade (GOERCK, 2006). Almeida (s/d) salienta que, recentemente, a sociedade tem vivenciado algumas transformações no mercado de trabalho, influenciadas diretamente pelo capitalismo e pela III Revolução Industrial. Uma das consequências é uma enorme massa desempregada, visto que o capitalismo não é capaz de absorver toda a força de trabalho disponível. Além disso, os que possuem trabalho sofrem com a precarização e a exploração da mão de obra.

Tendo sua organização pautada pelo princípio da autogestão, sua concretização ocorre através de empreendimentos organizados por um grupo de trabalhadores que se encontram fora do mercado formal ou em situações precárias de trabalho. Além disso, visa o desenvolvimento e transformação social e a participação de todos os envolvidos na produção e nos lucros obtidos a partir das atividades econômicas, diferindo dos princípios do capitalismo, que visam a acumulação e centralização do capital (GOERCK, 2006).

De acordo com Singer (2003, p. 116) apud Almeida (s/d, p. 11):

> Economia Solidária se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Como ferramenta atual para o desenvolvimento da EcoSol destacam-se as incubadoras de empreendimentos solidários, que estão majoritariamente presentes ou vinculadas às universidades por meio de programas e projetos de extensão. As incubadoras visam criar condições ideais para o desenvolvimento e crescimento dos grupos incubados, por meio das cooperativas populares, associações, clubes de trocas, empreendimentos autogestionários, entre outros.

Na cidade de Ponta Grossa, há a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG desde 2005. A Incubadora contribui para a proposta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária – tripé que compõe a formação acadêmica –, esta última se constitui numa importante via de mão dupla, ao viabilizar a disseminação do conhecimento e a aproximação entre o meio acadêmico e a comunidade.

Em 2018 o trabalho da IESol foi efetivado através da formação de uma equipe multiprofissional composta temporariamente por técnicos(as), estagiários(as) e professores das seguintes áreas de formação: Economia, Administração, Jornalismo, Geografia, Direito, Letras, Psicologia, Ciências Biológicas, Agronomia e Serviço

Social. Sendo o assistente social um dos profissionais atuantes na Incubadora, assume papel importante de trabalhar na perspectiva da economia solidária, assumindo também o compromisso de aliar os princípios da economia solidária com o projeto ético-político da profissão.

## O Assistente Social como profissão socio-histórica

O Serviço Social é reconhecido por ser formador de uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e por concretizar suas ações principalmente no âmbito das políticas socioassistenciais, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Atua na garantia do acesso aos direitos sociais, reconhecendo os indivíduos como sujeitos de direitos, incentivando a autonomia e cidadania dos usuários.

Surgiu no Brasil no início da década de 1930, vinculado a um movimento social com grande participação da Igreja Católica. De acordo com Iamamoto (2008), o Serviço Social tem gênese religiosa, pois a questão social[1] era encarada a partir de questões como a religião e a moral. Dessa forma, tornava-se um meio de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, fato que deixou um marco conservador na história da profissão, porque a vinculavam à ajuda e não ao acesso aos direitos.

Destaca-se assim que o movimento de sua profissionalização não é meramente um produto da Igreja. É, na verdade, resultado das condições histórico-sociais que demandaram por este agente. Foi com o intuito de amenizar as tensões que comprometiam a expansão capitalista que o Estado surgiu em cena, como organismo mediador do conflito existente entre as esferas capital e trabalho. É nesse contexto que emerge um mercado de trabalho para o(a) assistente social (NETTO, 2011).

[1] "O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade" (IAMAMOTO, 2012, p. 27).

Na década de 1940 começou o processo de institucionalização do Serviço Social, com a criação de grandes instituições assistenciais e também com o Conselho Nacional do Serviço Social. A partir da criação das instituições, o mercado de trabalho cresce e, em 1950, começam a acontecer algumas mudanças. Buscando novas bases para a ação profissional, o Serviço Social passa a ser uma profissão regulamentada por lei. Surge uma luta para ultrapassar o estigma do assistencialismo e o reconhecimento do indivíduo como cidadão, que possui direitos perante a lei (IAMAMOTO, 2008).

> A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados pela sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 42).

A partir disso, o Serviço Social busca novas alternativas para romper com a ordem conservadora. Como processo resultante do movimento de reconceituação[2], cria-se nas décadas de 1980 e 1990 um novo Projeto Ético-Político do Serviço Social, projeto que permanece no interior da profissão até os dias de hoje. O projeto surgiu após uma organização que buscava respostas frente à questão social, superando a visão acrítica e pretensamente neutra do Serviço Social tradicional. Ele propõe aos profissionais valores e princípios que devem ser seguidos, que reconhecem a liberdade, autonomia, emancipação, a socialização da riqueza produzida e transformação social, buscando a construção de uma nova ordem societária[3].

Em sintonia com o projeto ético-político da profissão, o Serviço Social procura realizar uma prática com base em três dimensões:

[2] Sobre o "movimento de reconceituação" no interior do Serviço Social, especialmente dos anos 1965-1980, o tempo aqui não permite aprofundar essa discussão. Para tanto, indica-se leituras como "Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64", autoria José Paulo Netto.

[3] Sobre a discussão filosófica acerca dos princípios profissionais, sugere-se aqui a leitura do livro de Maria Lucia Barroco, denominado: "Ética: fundamentos socio-históricos" (Editora Cortez).

ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. A primeira refere-se à compreensão da realidade para articular-se politicamente com movimentos sociais, políticas sociais, entre outros, vinculada a uma ação pautada no Código de Ética Profissional, segundo o qual o profissional deve possuir uma postura política de defender os direitos dos usuários, entre outros princípios e valores que deve seguir. A dimensão teórico-metodológica é a base que sustenta a profissão, dispõe de teorias e métodos que estão interligados com a prática profissional, a partir dos quais o assistente social compreende a realidade e as expressões da questão social. A terceira, técnica-operativa, refere-se a um conjunto de instrumentos e técnicas relacionadas à prática profissional, elencadas de acordo com a finalidade específica do cotidiano profissional. Essas dimensões são necessárias, pois:

> A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. (ABEPSS, 1996, p. 7).

Entende-se que o Serviço Social passou por diversas mudanças, inclusive a ruptura com o conservadorismo. Atualmente, o assistente social é reconhecido por ser um profissional que luta pelos direitos sociais, com caráter sociopolítico (atrelando-se, sobretudo, aos interesses da classe trabalhadora), crítico e interventivo que se utiliza as três dimensões supramencionadas para desenvolver o seu exercício profissional. Exercício este pautado em valores e princípios enunciados pelo projeto ético-político da profissão.

## Serviço Social e economia solidária: princípios que se entrelaçam

A IESol segue os princípios da economia solidária[4], caracterizada como uma forma de organização socioeconômica que possui princípios e valores a serem seguidos, assim como o projeto ético-político do Serviço Social. A economia solidária tem como princípios: autogestão, cooperativismo, solidariedade, autonomia e sustentabilidade.

> A economia solidária destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta. (GADOTTI, 2009, p. 18).

A economia solidária possui objetivos amplos que visam o acesso aos direitos sociais, de cidadania, bem como a contribuição no processo de transformação social. Portanto, alinha-se ao Código de Ética do Serviço Social no que se refere à "ampliação e consolidação da cidadania", "com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras" e ainda à "defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida" (CFESS, 2012, p. 23).

Além disso, a economia solidária visa o desenvolvimento e transformação social e a participação de todos os envolvidos na produção e nas sobras obtidas a partir das atividades econômicas, diferindo dos princípios do capitalismo, que visam a acumulação e o lucro através da centralização do capital (GOERCK, 2006).

Dessa forma, o Serviço Social, com o seu projeto ético-político, procura também trabalhar na perspectiva de um projeto profissional que esteja vinculado ao processo de construção de uma nova ordem

[4] Para uma discussão introdutória acerca da economia solidária, recomenda-se o livro: "Introdução à economia solidária", de Paul Singer (Editora Perseu Abramo).

societária, que busca uma transformação social sem dominação e exploração de classe, desenvolvendo suas ações com vistas a uma interação transformadora e uma formação cidadã, entendendo a população com a qual interage não como um objeto, mas sim como sujeito de suas ações. De acordo com o autor:

> Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-105).

Compreende-se que os propósitos do Serviço Social e da economia solidária estão entrelaçados, uma vez que não se contentam com objetivos atingidos somente para o momento. Eles buscam favorecer sonhos, esperanças e utopias, motivando uma dimensão mais subjetiva, com o intuito de pensar e agir na construção de um futuro melhor e de uma nova construção societária.

## Serviço Social na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol

O histórico de surgimento do Serviço Social na IESol está vinculado à história da fundação da própria Incubadora, uma vez que se tem uma assistente social entre os fundadores do que, no início, parecia ser apenas uma ideia, um sonho.

Embora não tenha sido contratada como as demais profissionais participantes da pesquisa – como técnica, via projetos ou por meio de vínculo com a Universidade Estadual de Ponta Grossa – a primeira assistente social da IESol, Andressa Maravieski, relatou através de

entrevista[5] como se deu a introdução do Serviço Social na Incubadora, contribuindo para a compreensão desse processo histórico, que é o surgimento da IESol e o exercício profissional do assistente social inserido nesse espaço, do qual pouco se tem documentado.

Em 2005, a assistente social Andressa Maravieski, já conhecedora de outros espaços de economia solidária por influência do marido, que na época fazia parte do "Programa Integrar"[6], assistiu a uma reportagem sobre a IESol que foi veiculada pela TV Cultura. Depois disso, ela entrou em contato com a Incubadora, que na época funcionava em algumas salas cedidas pelo Centro de Estudos da UEPG. Posteriormente, Andressa ingressou na IESol de maneira voluntária. Como trabalhava em outra instituição, o tempo que atuava Incubadora passou a constituir banco de horas. Assim, pode participar dos primeiros conselhos de autogestão (reuniões gerais) e demais atividades, passando a integrar a equipe que incubou o primeiro grupo na IESol, sendo considerada uma cofundadora e também a primeira assistente social da Incubadora.

Ainda que a IESol tenha sido incubada pela Incubadora da Universidade Federal do Paraná – ITCP/UFPR, a profissional relata que o surgimento da Incubadora – num primeiro momento, informal – foi marcado por momentos de intensas reflexões e debates, especialmente na busca pela definição de uma identidade e para que fosse possível pensar e definir as primeiras ações de incubação na cidade de Ponta Grossa, PR.

Andressa enfatiza o pioneirismo da IESol na incubação de feiras, bem como o destaque que foi ganhando ao longo dos anos através da divulgação do importante trabalho realizado junto à comunidade.

---

[5] Considerando o pioneirismo da assistente social Andressa no trabalho junto à IESol, resolveu-se nesse estudo realizar uma entrevista com a referida profissional. Compreende-se, nesse caso, que a ***história oral*** é a metodologia que melhor se adequa à finalidade de descrever a riqueza desse processo histórico.

[6] Um projeto de educação popular que aconteceu em 2004, no qual a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa designava alguns educadores para trabalhar com a educação de jovens e adultos nas escolas municipais. Tratava-se de uma perspectiva diferente de educação, que se aproximava da realidade dos sujeitos das comunidades, sendo a economia solidária um dos conteúdos a serem perpassados. Inserido nessa perspectiva, o Clube de Trocas era uma das atividades desenvolvidas no projeto.

Aos poucos, a Incubadora recebeu a adesão de professores de outros cursos de graduação da UEPG e, mais tarde, também de outras instituições. Tais ações contribuíram para consolidar a IESol como um programa de extensão. A Incubadora ganhou sede própria e, com o passar do tempo, notável reconhecimento da comunidade acadêmica.

A entrevistada também relatou sua atuação enquanto supervisora de campo, através da validação da documentação e acompanhamento das primeiras acadêmicas de Serviço Social que ingressaram como estagiárias na Incubadora. As supervisões eram coletivas e buscavam refletir acerca do mercado de trabalho, do mundo capitalista, da nova perspectiva de trabalho preconizada pela IESol, além dos limites e possibilidades do Serviço Social naquele campo.

Destaca-se aqui um trecho da fala da entrevistada:

> Eu entendi que quando eu entrei na IESol era o vínculo que eu precisava da teoria com a prática, porque sabemos que a universidade é muito distante destes movimentos então, eu conseguia entender na prática e conversar com os empreendimentos, com as feirantes que era o grupo que eu acompanhava, de trazer esta perspectiva da economia, do capitalismo, do senso crítico, do olhar que temos das relações sociais, de como elas são e porque são assim, de trazer uma outra perspectiva. Acho que a questão da atuação profissional tem a ver com essa superação, de dizer que podemos nos organizar diferente, que não precisamos ser tradicionais, capitalistas, mas sim que podemos dentro do mundo capitalista, criar escapatórias, outros movimentos que vão em direção a uma outra sociedade, uma sociedade mais justa. E discutir isto com os feirantes me possibilitava ser assistente social naquele momento, não só através da fala, mas por estar junto com eles durante o processo, especialmente na venda, que era um momento coletivo em que era discutido preço, qualidade do produto etc. (Andressa Maravieski).

A profissional destaca ainda a condição de empoderamento proporcionada pela EcoSol, que muito se alinha ao fazer profissional

do assistente social. Segundo ela, o exercício profissional do assistente social junto aos empreendimentos econômicos solidários

> [...] passa por esta condição de empoderamento das pessoas, que é muito mais pedagógica do que a ideia de montar uma outra sociedade. Assim, é preciso empoderar para se pensar o que é possível fazer aqui, nesta sociedade. (Andressa Maravieski).

Andressa Maravieski permaneceu como voluntária na IESol entre os anos de 2005 e 2007. Retornou em 2011 e, desde o ano passado, como colaboradora da Rede Marista de Solidariedade, acompanha as ações resultantes da parceria entre a IESol e o Centro Educacional Marista Santa Mônica, num processo de incubação territorial que atualmente acontece através de atividades quinzenais, realizadas pela equipe da IESol com a turma de Iniciação Científica da referida instituição.

Posteriormente, o Serviço Social na instituição passou a contar com a professora Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz, que foi a primeira professora do Departamento de Serviço Social da UEPG a ingressar na IESol. Coordenadora do Projeto Universidade Sem Fronteiras – USF, a professora contribuiu para ampliar, através dos editais, o número de acadêmicos de Serviço Social, e também de outras áreas, com interesse em realizar estágio na IESol, que até então, já contava com pelo menos três acadêmicas do curso.

Em 2010, a também professora do Departamento de Serviço Social da UEPG, Dra. Reidy Rolim de Moura ingressa na IESol como supervisora do Programa e, posteriormente, em 2012, assume a coordenação colegiada da IESol, juntamente com o professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, do Departamento de Geociências da UEPG.

A adesão voluntária desses professores aos programas de extensão universitária, a exemplo da IESol, é de suma importância, entre outros fatores, para angariar recursos através da elaboração de projetos para editais que dispõem de financiamentos para as atividades previstas, viabilizando a contratação de técnicos e estagiários para o acompanhamento dos grupos incubados, e também a compra de materiais e produtos para os grupos incubados e para a própria Incubadora.

Cabe ressaltar que todas as contratações de assistentes sociais que passaram e que permanecem na IESol, com exceção dos professores e coordenadores – cedidos pela UEPG – ocorrem via projetos, sendo que a IESol não dispõe do cargo de assistente social. No entanto, desde 2010 esse profissional tem sido requisitado pelos editais de contratação de técnicos de economia solidária, principalmente devido ao crescente número de estagiários de Serviço Social que ingressam na Incubadora e que requerem a supervisão das atividades no campo de estágio.

Em vista da dificuldade de reunir parte dos dados e informações sobre os profissionais que passaram pela Incubadora, a construção deste trabalho conta com informações transmitidas oralmente por alguns fundadores e professores da IESol, bem como informações levantadas nos registros de documentos da Incubadora. Estima-se que, entre assistentes sociais e estagiários, fizeram ou ainda fazem parte da IESol, aproximadamente 17 profissionais/estudantes do Serviço Social, o que evidencia a importância dessa categoria profissional nos processos de construção, consolidação e desenvolvimento da Incubadora enquanto um programa de extensão.

A IESol conta com uma equipe interdisciplinar para a realização do trabalho em que todos os saberes são considerados importantes. Entre os profissionais colaboradores, o assistente social tem papel fundamental. Segundo Iamamoto (2012, p. 20), o assistente social atualmente possui como um de seus desafios "desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano".

As finalidades e objetivos do Serviço Social na Incubadora consistem na atuação frente aos grupos incubados, amparada pela Lei Federal nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão do assistente social. Assim, esse profissional tem total competência para, baseado em sua formação e a partir da realidade encontrada na instituição, criar instrumentais que atendam às demandas, bem como, pautar sua atuação a partir daquelas já existentes, sendo as mais utilizadas: atuação em grupos, reunião de equipe, observação, relatório e diário de campo.

Portanto, o trabalho do assistente social pode contribuir de várias formas, promovendo momentos de reflexões sobre temas,

auxiliando no processo de sensibilização dos trabalhadores, bem como corroborando para a autonomia e fortalecimento das atividades realizadas. Além disso, o profissional do Serviço Social atua na articulação do acesso às políticas públicas pelos grupos incubados e contribui significativamente nas atividades que demandam uma análise de conjuntura.

## O Serviço Social na IESol em Ponta Grossa: possibilidades e desafios para o trabalho do Assistente Social

Como forma de adentrar ao objeto de estudo apresentado neste trabalho, realizou-se entre os anos de 2017 e 2018 uma pesquisa de campo tendo por sujeito os profissionais do Serviço Social que trabalham ou já trabalharam na IESol de Ponta Grossa, PR.

Os resultados que serão apresentados e discutidos aqui decorrem de questionário qualitativo aplicado a seis assistentes sociais atuantes ou que já atuaram na IESol[7]. As questões aqui elencadas tinham por objetivo identificar a atuação profissional do Serviço Social dentro da Incubadora de Empreendimentos Solidários. Como forma de preservar a identidade dos(as) entrevistados(as), serão omitidos nomes ou qualquer outra característica pessoal, sendo estes (para fins deste estudo) chamados apenas de "entrevistado"[8].

A pesquisa de campo ocorreu através de entrevistas qualitativas realizadas por meio eletrônico. Essas entrevistas, assim como todo o estudo aqui proposto, tiveram por finalidade responder ao problema central da pesquisa, que se manifesta na pergunta: "Como se dá a atuação dos profissionais de Serviço Social na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol no município de Ponta Grossa, PR?"

[7] Do total, foram mapeadas nove profissionais do Serviço Social que já passaram pela IESol de Ponta Grossa. No entanto, nem todas se manifestaram ao pedido de participação na pesquisa.

[8] Por entender que a questão gênero não influi na análise das falas e buscando manter o sigilo sobre a identidade de cada um que contribuiu, a identificação se dará por 'entrevistado', considerando de 1 a 6 a diferenciação entre eles.

Para tanto, os dados qualitativos que serão apresentados e analisados na sequência seguem uma divisão a partir dos seguintes eixos de análise: a) exercício profissional; b) princípios éticos e políticos; c) desafios e perspectivas profissionais.

## A) EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Com relação ao exercício profissional, como foi destacado no início deste trabalho, o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e que tem na questão social o seu objeto de intervenção.

Diante dessa demanda, o profissional do Serviço Social é chamado a atuar nas mais diversas expressões da questão social, materializando a sua intervenção por meio das políticas sociais públicas: assistência social, saúde, previdência social, habitação, educação etc. Nesse sentido, dada a existência de grupos, entre os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, identificados em situação de vulnerabilidade social e econômica, via-se a necessidade de realizar encaminhamentos para as redes socioassistenciais do município. Nesse contexto, destaca-se a importância do trabalho em rede intersetorial, realizado pelo assistente social na Incubadora, que, muitas vezes, era chamado a buscar alternativas para suprir necessidades básicas dos integrantes dos grupos incubados.

No que diz respeito à importância do trabalho em rede, também desempenhado pelo profissional na Incubadora, destaca-se aqui a fala do entrevistado 2:

> Além disso, cabe a nós escrever e desenvolver projetos que atendam os grupos que trabalhamos (Empreendimento Econômico Solidário). Por meio de nossa autonomia profissional, identificarmos as manifestações da questão social nos grupos que atendemos e que possamos dar os encaminhamentos necessários. Digo encaminhamentos, pois não somos estrutura conveniada com o SUAS e por isso não podemos desenvolver nenhum trabalho que diga respeito à Política de Assistência Social, mas podemos atuar em parceria, mantendo contato com o

> Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, por exemplo. (Entrevistado 2).

Embora o processo de contratação via projetos não previsse a contratação específica de um técnico graduado em Serviço Social (todos os técnicos, independentemente da sua área de formação, tinham as mesmas atribuições), os profissionais dessa área demonstravam ter uma visão crítica acerca de sua atuação na Incubadora, tomando para si demandas supracitadas, reconhecidas por eles como sendo específicas do Serviço Social. Vale destacar que, como forma de regulamentar o trabalho do assistente social, a Lei Federal nº 8.662/1993 apresenta, nos artigos 4° e 5°, as competências e atribuições privativas desse profissional.

A IESol desenvolve ações e atividades dentro dos princípios da economia solidária, trabalhando com empreendimentos de diversos segmentos: artesanato, alimentação, separação e triagem de material reciclável, jardinagem, assentamentos rurais, agricultores familiares, entre outros.

O portal oficial da Incubadora destaca:

> Nosso compromisso é contribuir com a constituição e consolidação da Economia Solidária – ECOSOL, ao promover princípios como autogestão, cooperação, participação direta, valorização dos saberes locais, sustentabilidade, justiça social, além da geração de trabalho e renda a partir da organização coletiva dos trabalhadores. Além disso, buscamos integrar estes princípios e objetivos às políticas públicas de desenvolvimento local, regional e de segurança alimentar, sempre com o foco na valorização do ser humano acima do lucro[9].

Quando questionados acerca das atividades desenvolvidas na Incubadora, verificou-se que os entrevistados responderam de modo muito similar sobre as atividades de coordenação de equipe, no que diz respeito à realização de reuniões, planejamento de recursos físicos, materiais e humanos. Os profissionais também executam

[9] Disponível em: <http://sites.uepg.br/iesol/quemSomos.php>. Acesso em: 23 maio 2018.

função de assessoria aos grupos vinculados à Incubadora, através de reuniões e orientações conforme as demandas apresentadas, além de ações de avaliação e monitoramento das atividades desenvolvidas junto aos grupos incubados, e ainda, ações de mobilização junto à comunidade e aos grupos assessorados. Nesse sentido, destaca-se a fala do entrevistado 2:

> No período em que atuei como assistente social/ professora coordenadora do então projeto de extensão, o trabalho constituía em trabalho interno da IESol; seleção de integrantes/equipe de trabalho (estagiários e profissionais que desenvolviam os projetos); planejamento sistemático das atividades dos projetos: desde a questão de recursos físicos, materiais e humanos; coordenação da equipe de estagiários e profissionais; busca de parcerias; divulgação do trabalho, entre outros. (Entrevistado 2).

Portanto, considerando a natureza do trabalho da IESol, que prevê assessoria, acompanhamento e formação de empreendimentos solidários no município, percebeu-se que a atuação do assistente social está inserida sob uma ótica multidisciplinar, na qual o Serviço Social articula suas ações junto às outras áreas do conhecimento que também compõem a Incubadora. Nesse sentido, destaca-se a fala do entrevistado 4:

> Das atividades desenvolvidas destaco a supervisão de campo de estágio do Serviço Social, participação no Conselho de Economia Solidária e articulação com outros setores tais como: Secretaria de Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Conselhos de Direito. Participação nas reuniões da IESol; visita aos campos de empreendimentos assessorados pela IESol; Participação ativa nos eventos promovidos pela IESol ou em parceria com entidades; Orientação e produção de artigos para seminários e congressos. (Entrevistado 4).

Na fala acima é possível destacar, talvez a única "atribuição privativa" do assistente social. O entrevistado 4 refere-se à supervisão

de campo de estágio em Serviço Social[10] como parte do exercício profissional na IESol. O entrevistado 3 corrobora com a seguinte análise:

> A IESol se caracteriza pelo trabalho multidisciplinar onde contempla várias áreas de conhecimento para atuar junto aos grupos de empreendimentos de economia solidária. Em apenas um teste seletivo realizado no ano de 2014, através do PROEXT, houve a exigência de um técnico social que deveria ser formado em Serviço Social, vaga a qual preenchi. Nos demais testes o Serviço Social era uma das áreas que poderiam preencher a vaga de técnico em Economia Solidária, concorrendo com áreas da Geografia, História etc. Diante do exposto, as atividades do Serviço Social giravam em torno das mesmas atribuições dos demais técnicos. No entanto, não se pode negar a visão crítica e específica que o Serviço Social destacava na Incubadora. (Entrevistado 3).

Assim, o "técnico em Economia Solidária" é a nomenclatura utilizada para referenciar os profissionais com nível superior contratados, quase sempre em Contrato de Regime Especial – CRES.

Analisando o Edital PRORH n°80 de 2016 (PSS – IESol), que abriu vaga para a contratação de um profissional técnico em Economia Solidária para a Incubadora de Empreendimentos Solidários, verifica-se que o requisito mínimo para a vaga era ensino superior completo – sem especificação do curso/área. Nas atribuições da função, o Edital destaca (item 4.1):

> Planejamento, elaboração, implementação, controle, monitoramento e avaliação das ações e atividades relacionadas à incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES atendidos pelo projeto, participando de reuniões, visitas, formação, cursos, oficinas e eventos de trabalho e acadêmicos relacionados às necessidades e demandas do projeto.

[10] Lei 8662/93, Art. 5° – Constituem atribuições privativas do Assistente Social: Inciso VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

Conforme o supracitado Edital, a prova do processo seletivo contava com questões sobre conhecimentos específicos que versavam os seguintes temas: História da economia solidária no Brasil; Princípios gerais de economia solidária; Autogestão e economia solidária; Economia solidária e políticas públicas; Aspectos de incubação de empreendimentos econômicos solidários; Cooperativismo e associativismo na perspectiva da economia solidária; Economia solidária, Redes e território; A tecnologia social na economia solidária.

Ou seja, não há uma requisição direta por um profissional assistente social nos editais de contratação. Percebe-se que, com exceção do caso dos docentes, é dessa forma que se procede a vinculação do assistente social à IESol de Ponta Grossa. Porém, mesmo sendo parte de uma equipe multidisciplinar, o profissional do Serviço Social permanece com as suas particularidades de regulação profissional, de formação e de suas defesas políticas. Conforme próximo eixo de análise:

## B) PRINCÍPIOS ÉTICOS E POLÍTICOS

Conforme enunciado anteriormente, os pressupostos do Código de Ética Profissional do Assistente Social e os princípios da Economia Solidária – EcoSol mostram-se alinhados na medida em que se aproximam e se complementam no fazer profissional dos assistentes sociais inseridos numa Incubadora de Empreendimentos Solidários.

Assim, os entrevistados também foram convidados a fazer esta reflexão através da seguinte pergunta: "No desempenho de suas atividades, consegue aliar o Código de Ética Profissional aos pressupostos da Ecosol? Explique". Essa aproximação foi confirmada pelos profissionais entrevistados, que relataram conseguir aliar os pressupostos do Código de Ética Profissional aos princípios da EcoSol no desempenho de suas atividades na Incubadora.

Conforme trazido pelo entrevistado 5, o Código de Ética é o instrumento que baliza a prática do assistente social e, no caso da EcoSol, viabiliza uma ação multidimensional (dimensão social, econômica, política, ecológica, cultural), visando a

> [...] construção de uma sociedade menos desigual, assinalada pelos princípios de democracia, solidariedade, cooperação, comércio justo e consumo solidário, onde os sujeitos ocupam posição de protagonistas de direitos. (Entrevistado 5).

As respostas também evidenciam a semelhança entre os princípios fundamentais da profissão e os pressupostos da EcoSol, visto que, de acordo com o Código de Ética do Serviço Social, um dos compromissos ético-políticos do assistente social deve ser com a "ampliação e consolidação da cidadania", "com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras" (CFESS, 2012, p. 23).

Estes princípios, quando relacionados ao *modus operandi* da IESol, tem significativas semelhanças com o trabalho lá realizado, uma vez que os princípios da economia solidária são: "autogestão, cooperação, participação direta, valorização dos saberes locais, sustentabilidade, justiça social, além da geração de trabalho e renda a partir da organização coletiva dos trabalhadores"[11].

Apoiando-se no Código de Ética Profissional, o entrevistado 4 elenca quatro princípios norteadores da profissão, os quais também fundamentam a atuação do assistente social na economia solidária. Conforme segue:

> III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
> IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
> V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
> VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. (Entrevistado 4).

[11] Disponível em: <http://sites.uepg.br/iesol/quemSomos.php>. Acesso em: 23 maio 2018.

Ainda segundo o entrevistado 4:

> [...] de forma muito coerente estes princípios sustentam uma prática libertadora, cidadã e emancipatória, apontando para um projeto ético-político de algo que não é, mas está sendo num constante vir a ser, portanto, em construção pelo, para e a partir do ser. (Entrevistado 4).

Mais que uma profissão meramente inserida na dinâmica social e técnica do trabalho, o Serviço Social constrói ao longo da sua rica trajetória histórica no Brasil uma série de defesas e lutas políticas que, a partir de 1993, vão se transformar em princípios éticos.

Como destaca Barroco (2010, p. 229):

> Do ponto de vista dos valores éticos e dos princípios políticos, o Código está baseado em um projeto profissional democrático, tendo por pressupostos fundamentais: a liberdade como valor ético central e as demandas a ela inerentes: emancipação, autonomia; a democracia (socialização da riqueza e participação política); a equidade e a justiça social; o pluralismo (correntes democráticas); a não-discriminação.

O entrevistado 3 conceitua a ética como:

> [...] um modo de ser prático-social que, para se objetivar, supõe a participação consciente e racional do indivíduo que tem um grau relativo de liberdade e autonomia para avaliar, escolher, projetar as suas ações. (Entrevistado 3).

Nessa linha, o entrevistado 5 sintetiza a questão:

> [...] o Código de Ética vai ao encontro dos princípios e ideais da economia solidária visando o processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero. (Entrevistado 5).

## C) DESAFIOS E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

No que diz respeito a este item, os entrevistados foram questionados sobre a "existência de lacunas na atuação do Serviço Social na Incubadora".

Parte dos profissionais participantes da pesquisa conceituaram essas lacunas como desafios à prática profissional, uma vez que a economia solidária é uma prática contra-hegemônica no contexto econômico e social em que está inserida, o que caracteriza desafios estruturais bastante marcantes para o desenvolvimento do trabalho do assistente social nessa área.

O entrevistado 1 colabora com a discussão acima a partir da seguinte reflexão:

> Não considero como lacunas, mas como desafios à pratica profissional nesta área, pois a economia solidária é uma prática contra hegemônica no contexto econômico e social no qual estamos situados. Por ter essa natureza (contra hegemônica) certamente os desafios estruturais serão bastante marcantes para o desenvolvimento do trabalho profissional.
> A formação profissional que o assistente social possui, a partir de um compromisso firmado com a seriedade dessa formação, instrumentaliza o profissional a enfrentar os desafios cotidianos que se colocam nessa especificidade de campo de atuação profissional. (Entrevistado 1).

E ainda, segundo o entrevistado 2, quanto à possível existência de lacunas para a atuação na Incubadora:

> Acredito que não, conforme debates entre os estagiários pode-se perceber que todos têm noção do trabalho que devem desempenhar enquanto futuros profissionais de Serviço Social. O que acontece é que outras áreas do saber, muitas vezes, não compreendem o papel do assistente social, o que acaba por dificultar nossa atuação em situações específicas. Por isso, é necessário ampliar o debate para que então outras áreas entendam que existem demandas que "fogem" da atuação da IESol, ou seja, é necessário que outros serviços sejam acionados, o que acontece na maioria

> das vezes com o CRAS, que é uma opção para o atendimento dessas demandas. Frente a isso cabe ao assistente social encaminhar e notificar a equipe sob as especificidades de cada situação. (Entrevistado 2).

O entrevistado 3 também disse não conceituar como lacunas, visto que a IESol tem caráter de programa de extensão universitária e, como tal, precisa se adaptar à realidade institucional na qual está inserida, daí os desafios do profissional para a superação da realidade (na maioria das vezes, desfavorável) e adaptação para a concretização de suas ações. Como exemplo dessa fala, o entrevistado 3 cita a necessidade da IESol dispor de um(a) assistente social, com carga horária de 40hs/sem, com contrato permanente na IESol. Entretanto, o atendimento a essa demanda é considerado inviável, pois o Programa da Incubadora não tem caráter de órgão institucional, fato que reduz as possibilidades de requerer um profissional para este fim[12].

Ainda segundo o exposto acima, o entrevistado 3 enuncia:

> Não consigo perceber lacunas, pois a IESol é um programa e precisa se adaptar com a realidade institucional e fazemos sempre o que é possível e às vezes até mais do que o possível para que as coisas aconteçam. O que percebemos é que seria importante ter uma assistente social 40hs contratada permanentemente na IESol. Contudo, a IESol não é órgão institucional, é programa, então, a possibilidade de pleitear uma assistente social para lá é muito pequena. No momento, conseguimos contratar assistentes sociais de formação para cargos de técnicos em economia solidária, que trabalham nos projetos que conseguimos com financiamento e por tempo determinado, o que acaba limitando um pouco as atividades que mereciam ser vistas continuamente. (Entrevistado 3).

O desafio pontuado pelo entrevistado 3 é exemplificado pelo relato do entrevistado 4, que afirma ter desenvolvido suas atividades

[12] Salienta-se que desde 2010 vigora a Lei Federal nº12.317, que estipula a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais.

na IESol estando parcialmente cedido para a Incubadora através da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o que dificultava uma atuação em tempo integral.

Assim, o que ocorre atualmente é a contratação de técnicos em Ecosol, podendo ser assistentes sociais de formação ou não. Eles são contratados via projetos que possuem tempo determinado para a execução, o que acaba por limitar as atividades que deveriam ter caráter permanente na Incubadora, especialmente as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social.

Os entrevistados destacam que a formação profissional séria e compromissada será capaz de instrumentalizar o profissional no enfrentamento dos desafios cotidianos que se colocam nessa especificidade de campo de atuação profissional. Ainda segundo os entrevistados, nota-se que tanto os estagiários quanto os profissionais já graduados têm noção do trabalho e das práticas do Serviço Social junto aos processos da economia solidária, o que facilita a superação dos desafios elencados.

Embora alguns elementos e princípios da Ecosol sejam superficialmente abordados durante a graduação, eles acabam sendo aprofundados e trabalhados de modo mais específico para os alunos e profissionais que ingressam na IESol, sendo que esta formação específica é fundamental para a conciliação de teoria e prática no cotidiano da atuação profissional. Assim como em qualquer área que o assistente social almeje trabalhar, na Incubadora ele também precisará de formação complementar, formal ou informal – cursos, imersões, leituras, especializações – para além das vivências de sala de aula da graduação.

Ainda no que diz respeito às dificuldades elencadas para a atuação profissional, os entrevistados relataram a dificuldade de compreensão, por outras áreas do saber, do papel do assistente social na Incubadora, o que acaba por dificultar a atuação do Serviço Social em situações mais específicas e privativas.

Na opinião do entrevistado 5, os editais de contratação de técnicos da IESol deveriam priorizar, parcialmente, técnicos com formação em Serviço Social, a fim de dar continuidade aos acompanhamentos dos grupos, o que também acaba sendo dificultado pela limitação dos prazos de execução dos projetos, essenciais para a contratação de recursos humanos.

Além disso, ao ingressar na IESol como técnico em Economia Solidária, o assistente social deve se atentar para não desenvolver uma prática profissional focada tão somente na sua área específica de formação, ou seja, deve se questionar constantemente se seu exercício profissional contempla os princípios da economia solidária; como exemplo tem-se o diagnóstico social do empreendimento, que é um instrumento comum à prática interventiva do assistente social e também da Ecosol.

Segundo o entrevistado 6, a atuação do assistente social na IESol é um campo fértil e que precisa ser explorado com mais atenção. O mesmo entrevistado relata que quando atuava na Incubadora notava:

> [...] certo acúmulo de atividades, que poderiam ser executadas por demais integrantes das equipes dos empreendimentos e assim fomentar a possibilidade do assistente social se dedicar a questões mais específicas da sua área de conhecimento e formação. (Entrevistado 6).

Daí a necessidade de se ampliar o debate (conforme trazido pelo entrevistado 1) acerca da atuação profissional, para que as outras áreas que atuam com o Serviço Social na Incubadora consigam reconhecer e discernir a existência de demandas que estão fora do alcance dos demais profissionais que compõem a equipe multidisciplinar, ou seja, que algumas situações necessitam de encaminhamentos para outras instituições executoras de políticas públicas, como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS ou os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, cabendo a análise da situação ao assistente social, que poderá realizar os encaminhamentos mais adequados, segundo as necessidades dos sujeitos que compõem os grupos incubados.

## Considerações finais

A economia solidária surge como uma forma de organização econômica e social em um contexto de instabilidade do mercado de

trabalho, não como um método paliativo ou um atenuante das crises oriundas do modo de produção capitalista, mas como uma proposta alternativa a esta conjuntura, marcada pelo aumento do desemprego e da pobreza. Assim, a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol no município de Ponta Grossa, PR nasce com o intuito de prestar assessoria aos empreendimentos solidários por ela incubados, colaborando significativamente para o processo de transformação social, através da proposição de circuitos eficientes de economia não capitalista.

Devido ao enfrentamento cotidiano das expressões da questão social, a Incubadora dispõe do profissional do Serviço Social, que analisa a realidade social e atua com base nos fundamentos teórico-metodológicos adquiridos pela profissão, desenvolvendo atividades de coordenação da equipe e assessoramento dos grupos da Incubadora. Para a realização dessas intervenções é necessário que o assistente social esteja em constante formação e aprimoramento profissional.

Constata-se, ainda, que se faz necessária a ampliação dos estudos sobre a atuação do assistente social numa Incubadora de Empreendimentos Solidários, aprimorando os conhecimentos acerca do tema, a fim de construir e disseminar novos saberes que auxiliem na prática destes e dos profissionais das outras áreas de conhecimento, com o objetivo de tornar mais claras as competências e atribuições específicas do assistente social na referida instituição.

Por fim, com base nas respostas dos questionários, compreende-se a importância do assistente social para a superação das demandas presentes em uma Incubadora de Empreendimentos Solidários. Conjuga-se uma relação muito próxima entre os princípios profissionais, manifestos no Código de Ética do Serviço Social e os princípios da economia solidária – o que particulariza muito a presença do assistente social nesse espaço.

Além disso, nota-se a existência de diversos desafios a serem superados por esses profissionais, que, além da delimitação de um aporte teórico, precisam estabelecer o seu lugar dentro da Incubadora.

Para tanto, os assistentes sociais devem estar preparados para trabalhar nesses novos campos de intervenção, visando uma atuação de qualidade e auxiliando na transformação da realidade social dos sujeitos nela presentes.

A discussão sobre esse tema está longe de se esgotar. Espera-se que a discussão aqui proposta incentive outros a refletir sobre o papel do Serviço Social junto às incubadoras e demais empreendimentos solidários espalhados pelo Brasil.

## REFERÊNCIAS


ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996.

ALMEIDA, Sheyla Gomes de. **O papel do Serviço Social na economia solidária.** (s/d). Acervo IESol. Acesso em: 30 ago. 2017.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei 8662/93. 9ª Edição revista e atualizada, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

GOERCK, Caroline. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, ano V, n. 5, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução** à **economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

# O Centro de Atenção Psicossocial como espaço para a economia solidária: limites e potencialidades do trabalho da IESol junto à saúde mental de Castro, PR

*Allan Motta de Lima*
*Ana Carolyne Carneiro*
*Francisco Salau Brasil*
*Peterson Alexandre Marino*

A discussão aqui proposta tem por objetivo apresentar o trabalho realizado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do município de Castro, PR.

Aliar o universo da economia solidária com a saúde mental se transformou num desafio que a IESol de Ponta Grossa tem buscado enfrentar. Para tanto, a Incubadora tem se valido de inúmeros instrumentos, dentre os quais é possível destacar: acesso à literatura/discussão em torno dos processos de atendimento à saúde mental no Brasil ao longo dos anos; recorrência a outras experiências similares pelo sul do País que encararam o desafio de levar os princípios da economia solidária aos Centros de Atendimento Psicossocial (destaca-se aqui que são ainda escassas as experiências dessa monta); criação de uma metodologia de trabalho que atenda ao perfil das demandas dos usuários dos CAPS.

Considerando os pontos elencados, ressalta-se a importância de escrever acerca da experiência realizada. Experiência que é recente e ainda passível de resultados mais sofisticados.

Contudo, o que se busca salientar é o terreno extremamente fértil que são as unidades dos CAPS, como lócus privilegiado da vivência de inúmeros sujeitos afetados pela atual lógica de reprodução social. Sujeitos que, além de sua condição clínica, experienciam cotidianamente as principais formas de exclusão social, sendo a condição de estar à margem do mundo do trabalho a sua principal.

Dos usuários com transtorno mental, componentes do trabalho realizado pela IESol no CAPS de Castro, percebe-se que grande parte não desempenha atividades remuneradas há anos. Assim, a maioria absoluta desses usuários é composta por pessoas excluídas do mercado formal (e até informal) de trabalho.

Além das consequências econômicas dessa realidade (materializada, sobretudo, no acesso precário à renda), compreende-se que essa situação produz consequências no plano imaterial. São pessoas com perspectivas alteradas e sentimentos complexos aliados, sobretudo, a uma sensação de inutilidade, numa sociedade que privilegia a produção de riquezas por meio do trabalho assalariado.

Tudo isso, como dito anteriormente, dá a clara ideia de que o trabalho a ser realizado nesse espaço é essencial. Sobretudo como forma de resgatar a perspectiva de vida desses sujeitos que, outrora, lhes foi solapada pela sociedade que prima pelo trabalho alienado.

Dessa forma, as discussões aqui tratadas darão conta de levar o leitor a entender os principais temas deste trabalho e, ainda, detalhar melhor a experiência construída. Visa também apresentar os desafios deste trabalho, uma vez que a metodologia ainda é passiva de aprimoração.

Acredita-se que os pontos abordados contribuam para o melhor desenvolvimento dessa atividade, seja na experiência de Castro, seja em outras experiências como estas espalhadas pelo Brasil.

## Breve história – da loucura à criação dos CAPS

Ao discutir sobre o tema saúde, tem-se em mente somente a saúde física. Porém, para o bem-estar dos indivíduos são necessárias saúde mental, física e social, pois estão interligadas. A partir disso, a Organização Mundial da Saúde – OMS define saúde como o conjunto

do bem-estar físico e mental, e não somente a ausência de doenças ou enfermidades. Quando a saúde mental é afetada, é possível que haja desenvolvimento de transtornos mentais, influenciados por vários fatores biológicos, psicológicos e sociais.

> Entendem-se como transtornos mentais e comportamentais condições clinicamente significativas caracterizadas por alterações do modo de pensar e do humor (emoções) ou por comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento [...]. Para serem categorizadas como transtornos, é preciso que essas anormalidades sejam sustentadas ou recorrentes e que resultem em certa deterioração ou perturbação do funcionamento pessoal em uma ou mais esferas da vida (OMS, 2001, p. 18).

Ainda de acordo com a OMS (2001), houve aumento do número de doentes devido ao envelhecimento da população, à agitação da vida moderna e às diversas expressões da questão social. "Os transtornos mentais já representam quatro das dez principais causas de incapacitação em todo o mundo" (OMS, 2001, p. 2).

A loucura sempre existiu na sociedade, refere-se a uma história antiga, que passou por diversas mudanças. Juntamente com os pobres, os loucos do século XII eram excluídos da sociedade, por serem incapazes de trabalhar. Nessa época, a loucura possuía um caráter místico, sendo caracterizada como algo diabólico ou de feitiçaria. As pessoas consideradas loucas recebiam cuidados apenas de religiosos. Somente a partir do século XIV a loucura passou a ser considerada uma doença e, assim, começou a receber tratamento médico com fins terapêuticos. "A partir do século XIX, é o discurso médico que detém a verdade sobre a loucura, inaugurando o trabalho especializado no cuidado com o que passou a ser denominado de 'doença mental'" (RAMMIGER, 2002, p. 38).

> A loucura torna-se verdade médica. Cria-se uma clínica das enfermidades mentais e uma concepção terapêutica: o louco, como qualquer doente, necessita de cuidados, de apoio e de remédios. Cria-se um corpo de conceitos, a teoria psiquiátrica, que instrumentalizariam esta prática clínica. O asilo é

> criado, aparecendo como figura histórica, tornando-se o lugar adequado para a realização desta cura. (BIRMAN, p. 2, 1978 apud HEIDRICH, p. 36, 2007)

Nesse contexto, surge em diversos países a instituição conhecida como manicômio, que tinha como objetivo acolher os doentes mentais para receber tratamento. Mas, após alguns anos, começam a aparecer críticas sobre a forma como os doentes mentais eram tratados, bem como as péssimas condições de moradia e alimentação, além das situações de violência e negligência (RAMMIGER, 2002).

Nos manicômios, não eram internados somente os doentes mentais, eram "[...] epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder" (ARBEX, 2013, p. 14). Essas pessoas se encontravam em péssimas condições de moradia e alimentação, comiam ratos, bebiam esgoto ou urina, eram espancados e eletrocutados, morriam de frio, de fome, de doenças, lutavam para garantir a sua sobrevivência (ARBEX, 2013). Mais tarde, com o objetivo de realizar tratamento médico, surgem os hospitais psiquiátricos. Porém, essas instituições mantinham péssimas condições de tratamento e cuidado com as pessoas com transtornos mentais, fato que gerou uma grande repercussão e inquietação da sociedade perante essas situações.

Com as discussões iniciadas pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental – MTSM, no final da década de 70 inicia-se a Reforma Psiquiátrica no Brasil, processo que deu início aos novos tipos de tratamento e denúncias às situações de violações de direitos que aconteciam. Ocorre, assim, a substituição gradativa dos manicômios e hospitais psiquiátricos por práticas terapêuticas, as quais têm por finalidade promover o direito à cidadania e a autonomia dos indivíduos. A partir disso, cria-se a Lei n°10.216, de 6 de abril de 2001, na qual constam os principais direitos de proteção às pessoas em sofrimento mental, como o acesso à saúde; atendimento com dignidade e respeito; disponibilidade às informações referentes ao tratamento e doença; tratamento em ambientes preferencialmente terapêuticos (BRASIL, 2004).

> Inicialmente, os grupos formadores de opiniões e as discussões dos encontros denunciam e criticam a assistência tradicionalmente deficiente dispensada à

> população, propondo o cumprimento das alternativas baseadas em reformulações preventivas, extra-hospitalares e multidisciplinares. Ao lado das críticas à administração/gestão dos serviços, surgem o lema da luta antimanicomial e as denúncias de favorecimento ao setor privado [...]. (AMARANTE, 1998, p. 58).

Com o avanço da Reforma Psiquiátrica, o atendimento às pessoas em sofrimento mental passa a ser realizado em locais de serviços que têm como objetivo ir contra à lógica do modelo hospitalocêntrico, como por exemplo os Centros de Atenção Psicossocial. O primeiro CAPS brasileiro foi inaugurado em 1986, na cidade de São Paulo, ficando conhecido como CAPS da Rua Itapeva. Esse Centro de Atenção Psicossocial serviu como modelo para a criação de outros serviços no País (BRASIL, 2004).

Os CAPS são uma alternativa à internação psiquiátrica e fomentam uma rede de atenção psicossocial junto com outros serviços como hospitais, prontos socorros, residências terapêuticas etc. O serviço tem como objetivo dar assistência e atender as demandas visando a reinserção social. Tem como estrutura um ambiente terapêutico acolhedor que permite aos usuários exercerem seus direitos civis. Ainda possibilita o acesso ao lazer, à convivência comunitária, bem como o fortalecimento de laços familiares (BRASIL, 2004).

O CAPS de Castro, incubado pela IESol, é caracterizado como um CAPS I, ou seja, atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes. Além disso, atende pessoas que se encontram em dependência do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2015).

## Saúde mental e economia solidária: a experiência da IESol com um grupo de usuários do CAPS de Castro

A história da IESol atuando com a temática saúde mental tem início em meados de 2016, quando a então coordenadora de

saúde mental da cidade de Castro, PR fez o primeiro contato com a Incubadora. Na ocasião, ela expressou o interesse de formar uma parceria para a realização de um trabalho conjunto entre as instituições.

Como fruto da primeira reunião geral, surgiu o interesse de promover um trabalho de incubação[1] com usuários do CAPS. No entanto, em virtude da alta demanda de trabalho existente, aliada à diminuição no número de graduados e graduandos na IESol, ficou decidido que uma incubação não poderia começar ainda naquele ano.

Apesar disso, fez-se o convite para que, tanto a equipe de trabalhadores do CAPS quanto seus usuários, participassem do III SENESTS (Seminário Nacional de Economia Solidária e Tecnologia Social), promovido pela IESol, em 2016. A participação poderia ser através da Oficina sobre Saúde Mental e Economia Solidária, bem como da Feira de Trocas[2], realizadas durante o evento.

Os resultados dessa participação podem ser resumidos em alguns dos depoimentos de usuários encaminhados pela coordenadora de saúde mental de Castro: "Foi bom aprender com eles sobre economia solidária e trabalho em equipe" (usuária comentando sobre a oficina de saúde mental e economia solidária); "Eles aprenderam com nós e nós com eles"; "Gostei da maneira com que trataram a gente. Com respeito e dignidade"; "Agora posso chegar em casa e falar que eu estudei na universidade"; "Gostei mais do Clube de Trocas. É o que eu faço na vida. Na minha Vila, quando enjoamos de uma roupa nós trocamos com as amigas, assim sempre estamos com roupa nova"; "Espero que um dia minhas filhas estudem aqui"; "Eu gostei muito de participar. Achei que aquela estagiária de psicologia vai dar uma boa psicóloga. Me deu vontade de estudar. Pensei em fazer um curso de informática e depois fazer um curso a distância"; "Aprendi mais e comecei a dar mais valor ao que fazemos de artesanato aqui no CAPS".

[1] Por incubação compreende-se acompanhamento de um grupo com atividades de diversas esferas, como formação em princípios da economia solidária, assessoria em aspectos técnicos/gerenciais legais, marketing, comercialização etc, visando o empoderamento do empreendimento incubado.

[2] A Feira de Trocas consiste basicamente em um espaço em que as pessoas fazem trocas de produtos, serviços e saberes, de maneira solidária, sem utilização de dinheiro.

No final do ano de 2016, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI abriu novo edital do Programa Universidade Sem fronteiras. Através deste, a IESol teve contemplado o Projeto "Vivenciando a Economia Solidária: apoio aos empreendimentos econômicos solidários em Ponta Grossa e região", no qual estava inclusa a incubação de um grupo de usuários do CAPS de Castro. O Projeto teve início em abril de 2017, com duração de 12 meses.

Com relação à metodologia de trabalho, destaca-se que no primeiro mês foi realizada uma reunião entre a equipe da IESol, que iria incubar o grupo formado por usuários de saúde mental do CAPS de Castro, e também funcionárias desta instituição. Nessa primeira conversa foram repassadas as informações constantes no Projeto contemplado com recursos e realizada a apresentação das equipes. Também foi dado início ao planejamento das atividades, definido o público-alvo e a periodicidade dos encontros, quinzenal.

Embora a instituição atenda mais de 200 pessoas, o grupo a ser incubado seria composto por 35 membros, entre eles a equipe de trabalho, familiares e usuários[3] dos serviços do Centro de Atenção Psicossocial do município de Castro, todos participantes das Oficinas Terapêuticas, nas quais são confeccionados produtos artesanais através da reutilização de materiais como papeis, jornais, vidros, garrafas pet e filtros de café.

Por sugestão dos servidores do CAPS, decidiu-se que a equipe de incubação faria duas visitas à Castro para a observação do local das atividades do grupo, assim como para aproximação e estabelecimento de vínculos com os usuários e familiares[4]. Na segunda visita foram coletadas imagens com relatos dos usuários e da psicóloga do serviço para a produção de um minidocumentário em apoio à Luta Antimanicomial.

O período entre o início da execução do Projeto e a primeira atividade de incubação no grupo (realizada na metade de junho) teve, além das visitas mencionadas, uma formação interna que abordou o histórico da saúde mental no Brasil, as premissas da Reforma

[3] Quando cita-se usuários, o texto se refere às pessoas com transtornos mentais.

[4] Salienta-se aqui a boa receptividade dos usuários e servidores do CAPS com a equipe da IESol.

Psiquiátrica e os serviços públicos voltados para a saúde mental, em especial os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS.

A ação se fez necessária porque dentro da metodologia de trabalho da IESol, de formar equipes multidisciplinares, a temática de saúde mental era desconhecida por três membros do grupo: estudantes de Jornalismo, Administração e Economia da UEPG[5]. Além disso, a psicóloga e a pedagoga do CAPS foram convidadas a participar de uma conversa a respeito da parceria entre o movimento da Luta Antimanicomial e a Economia Solidária, que resultou na gravação de um Podcast[6].

Além disso, a equipe IESol elaborou – em parceria com equipe do CAPS – um Plano de Incubação contendo os principais objetivos e ações a serem realizadas com o grupo ao longo de 2017. Foram traçados seis objetivos principais: 1) Realizar diagnóstico do grupo; 2) Trabalhar princípios da economia solidária observando as características dos usuários; 3) Propiciar espaços de comercialização; 4) Fomentar espaços de inserção social dos usuários; 5) Divulgar as atividades; 6) Avaliar as atividades.

A construção de um diagnóstico completo foi prejudicada pela dificuldade de obter alguns dados referentes aos usuários, como por exemplo: há quanto tempo frequenta o CAPS; se recebe algum tipo de benefício; se recebe acompanhamento de outro serviço do município; se possui cadastro único; entre outros. Dessa forma, as informações foram obtidas através de falas das funcionárias do CAPS (que foram sempre parceiras e solícitas ao longo de todo o trabalho), sobretudo nas conversas que eram realizadas entre as duas equipes, logo após os usuários irem para suas casas.

Acerca dos princípios da economia solidária, buscou-se sempre trabalhá-los por meio de atividades lúdicas, sobretudo com desenhos e colagens de figuras – o que se confirmou como estratégia acertada, pois foram as dinâmicas mais lembradas pelos usuários ao final do ano, bem como no início de 2018.

---

[5] A equipe de incubação sofreu algumas alterações ao longo do ano. Incluindo professores, técnicos graduados e estudantes da graduação participaram das atividades quatro pessoas de Serviço Social, duas de Jornalismo, uma de Psicologia, uma de Economia e uma de Administração,

[6] O podcast é como um programa de rádio disponibilizado na internet.

Outra prática utilizada como exemplo para se conversar sobre princípios da economia solidária, e que visivelmente agradou a todos, foi a Feira de Trocas. Os usuários se mostraram empolgados e houve grande adesão ao clube de trocas, fato que surpreendeu até mesmo a equipe do CAPS. Além disso, alguns usuários comentaram, ao longo do ano, que fizeram algumas trocas entre eles em outros dias, assimilando a prática. Autogestão, trabalho coletivo e solidariedade foram os principais temas ligados à economia solidária discutidos ao longo do ano.

O grupo de usuários que participou das atividades de incubação naquele período possuía grande diversidade com relação ao tipo de transtornos, além de diferentes graus de limitação, situação que se revelou como um grande desafio para a equipe da IESol. O comentário de uma funcionária a respeito das formações em economia solidária ilustra bem a situação: "Alguns deles vão pegando (os conceitos e temas trabalhados) devagar, outros vão demorar mais. E, para outros, é como se não houvesse nada".

O terceiro aspecto do Plano de Incubação teve um caráter de grande importância no trabalho, uma vez que a interrupção da comercialização de produtos (em 2016) foi um grande catalisador na parceria IESol/CAPS. Conforme relato da equipe do CAPS, com o fim da comercialização dos produtos oriundos das oficinas de artesanato houve uma diminuição do estímulo dos usuários na confecção dos materiais. Isso porque o valor arrecadado com a venda dos produtos era utilizado em uma perspectiva emancipatória social do grupo, trabalhando as potencialidades individuais e coletivas como a participação em eventos, saídas para ir ao cinema, visitas a restaurantes e pizzarias, entre outros lugares que possibilitam a interação social com a população.

Nesse sentido, após alguns encontros de formação em economia solidária, o grupo passou a participar das feiras de economia solidária organizadas pela IESol que ocorrem na UEPG, nos campus Central e de Uvaranas. Embora as feiras sejam realizadas semanalmente, em virtude de questões logísticas, o grupo decidiu participar de uma ou duas feiras por mês. Dessa forma, ao todo foram oito participações nas feiras (de agosto a dezembro), sendo que cada uma delas contava com a participação de duas integrantes do CAPS e dois usuários, escolhidos por sorteio.

A participação nas feiras trouxe resultados positivos, principalmente porque estimulou os usuários a participarem das oficinas de artesanato. As feiras possibilitam meios de visibilidade e inserção social pelo trabalho, além de criar vínculo com os participantes de outros grupos incubados participantes da feira e também com o público consumidor e a comunidade universitária.

Um momento que contribui sobremaneira na motivação de todos foi quando houve uma grande encomenda de arranjos de flores para um casamento. O fato de saberem que seus trabalhos iriam fazer parte da decoração de um evento desse porte gerou grande sentimento de satisfação e orgulho para os usuários.

Além da comercialização nas feiras regulares, o grupo incubado também participou da II EXPOSOL (Feira de Exposição e Comercialização da Economia Solidária), que contou com número expressivo de empreendimentos incubados, bem como alguns empreendimentos de economia solidária não incubados pela IESol.

Ainda no quesito de comercialização, o Plano de Incubação previa um trabalho rumo à formalização do grupo. Nesse sentido, foram realizadas oficinas de identidade do grupo. Contudo, a formalização não se concretizou nesse primeiro ano de trabalho.

Com relação aos espaços de inserção social (objetivo 4), os principais avanços se deram através da participação nas feiras da UEPG, e no minidocumentário "Trancar não é cuidar", realizado ainda no primeiro semestre. O vídeo foi exibido aos usuários em uma das tardes de formação e, na sequência, formou-se uma roda de conversa. Foi perceptível a satisfação que todos demonstraram ao assistir seus próprios depoimentos no vídeo. Após a exibição do vídeo, eles evidenciaram que sofrem preconceitos no dia a dia.

Nesse sentido, dar voz aos usuários e à questão de saúde mental, tanto nas feiras, como no documentário, no *podcast* e através da participação no Dia da Luta Antimanicomial foram conquistas importantes, potencializadas pela divulgação destas nas redes sociais e páginas da IESol, bem como da própria UEPG. Entretanto, algumas ações previstas no Plano de Incubação não puderam ser realizadas, como realizar uma visita com todos os usuários à UEPG, fazer visita técnica a outra associação de usuários de saúde mental, e parcerias com outras instituições ou departamentos da UEPG,

visando oferta de mais oficinas, como artes, educação física, horta. Todas as atividades não realizadas permanecem como objetivo para o ano de 2018.

O Plano de Incubação também traçou como objetivo a divulgação das atividades desenvolvidas e a participação na feira de comercialização da UEPG por meio de redes sociais, *podcast* e vídeos. A intenção é potencializar o alcance das ações, promover o debate acerca da saúde mental e contribuir com a diminuição do preconceito relacionado a pessoas que sofrem de algum tipo de transtorno mental.

Por fim, o último objetivo incluso no Plano de Incubação trata da avaliação dos trabalhos. Assim, foi elaborado um dossiê – material disponível apenas para integrantes da Incubadora – no qual constam todas as informações pertinentes ao trabalho desenvolvido ao longo do ano com o grupo. Além disso, o Plano prevê constante revisão das metas propostas.

As constantes reuniões entre as equipes da IESol e do CAPS também se tornaram dispositivos de avaliação, pois esses encontros eram abertos para relatos sobre as atividades de incubação, situações discutidas nas reuniões gerais da Incubadora e nos seminários de avaliação anual.

## Considerações finais

A experiência da IESol de Ponta Grossa em formar empreendimentos de economia solidária na região dos Campos Gerais alcança um novo desafio ao iniciar, no ano de 2016, uma parceria com o Centro de Atenção Psicossocial de Castro (município localizado a 70 km de Ponta Grossa).

Como relatado acima, a discussão em torno da saúde mental possui uma longa trajetória histórica no Brasil. Destacam-se nela os movimentos da Reforma Psiquiátrica, que culminaram com os processos de desinstitucionalização e desenvolvimento massivo de uma rede de serviços de atenção psicossocial.

O avanço da luta antimanicomial se manifestou, sobretudo, nos anos 1990, quando houve abertura de espaços para a entrada,

no cenário nacional, de inúmeros movimentos compostos por organizações de usuários e familiares de pessoas com necessidades de assistência em saúde mental. Como salienta Vasconcelos:

> Assim, a voz dos usuários e familiares deixa de ser apenas objeto de "escuta" ou interpretação terapêutica, como no setting psicoterapêutico convencional, mas voz efetiva de cidadãos a contribuir no processo de planejamento, execução e avaliação de serviços e políticas de saúde mental, e com perspectivas potenciais de atuarem até mesmo na formação de profissionais do campo. (VASCONCELOS, 2010, p. 28).

No plano estatal foram introduzidas legislações que atestam esse novo momento da atenção à saúde mental. Destaca-se, dentre elas, a Lei Federal 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A economia solidária, com seus princípios de autogestão, cooperação, participação direta, valorização dos saberes locais, sustentabilidade, justiça social, além da geração de trabalho e renda a partir da organização coletiva dos trabalhadores, encontra na unidade de CAPS um terreno fértil para o desenvolvimento de um trabalho contínuo e repleto de possibilidades.

Como relatado anteriormente, foram inúmeros os avanços dessa parceria, entretanto, a metodologia de trabalho e os resultados ainda são passíveis de aprimoramento. Os desafios desse percurso dão conta de que a caminhada ainda é longa.

À guisa de conclusão, no caso do CAPS de Castro, a trajetória até aqui percorrida deu conta de que se apresentam como desafios as seguintes questões:

- Lidar com a estrutura burocratizada e ideo-politizada da gestão municipal, a qual hierarquicamente responde pelo CAPS de Castro;
- A necessidade do estudo sistemático para a criação de uma associação de usuários/familiares do CAPS (como forma de possibilitar a livre comercialização dos produtos);
- Nesse mesmo aspecto, surge o desafio de envolver os familiares dos usuários nesse trabalho;

- Outro desafio que se apresentou durante a caminhada se materializa na necessidade da criação de indicadores de avaliação (tangíveis e intangíveis) para a real mensuração do trabalho – na busca pelo alcance dos objetivos propostos;
- Por fim, se apresenta o desafio de proporcionar a participação regular do grupo do CAPS em feiras de comercialização – isso tem sido um entrave, devido às questões burocráticas e logísticas. A feira é considerada um espaço importante no trabalho, pois é vital para que os produtos sejam vendidos (gerando renda e ampliando o sentimento de que o grupo tem a capacidade de produzir materiais úteis à sociedade).

Enfim, os desafios são inúmeros e merecem devida atenção. A IESol de Ponta Grossa tem se colocado à disposição de enfrentá-los, buscando, assim, consolidar o seu trabalho perante os usuários e os servidores do CAPS de Castro. Nesse sentido, a incubação do grupo terá continuidade no projeto aprovado junto ao PRONINC, executado ao longo de 2018.

Para tanto, conta com uma equipe de profissionais (técnicos, docentes, alunos) extremamente engajados e que vislumbram uma sociedade diferente. Uma sociedade que possibilite uma condição de vida diferente, com relações sociais baseadas mais no cooperativismo e na solidariedade ao invés da competição e exclusão.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013. Disponível em: <http://www.observasmjc.uff.br/psm/uploads/Holocausto_brasileiro_vida,_genoc%C3%ADdio_e_60_mil_mortes_no_maior_hosp%C3%ADcio_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares de atenção psicossocial nos territórios**: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Acesso em: 21 maio 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS**: Os centros de Atenção Psicossocial. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

HEIDRICH, Andréa Valente. **Reforma Psiquiátrica à brasileira**: análise sob a perspectiva da desinstitucionalização. Porto Alegre: PUC-RS, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **A saúde mental pelo prisma da saúde pública.** Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Genebra: OPAS/OMS, 2001. Disponível em: <http://www.abebe.org.br/wp-content/uploads/oms2001.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

RAMMINGER, Tatiana. A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico**. Bol. da Saúde**, v. 16, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/conteudo/1178/a-saude-mental-do-trabalhador-em-saude-mental:-um-estudo-com-trabalhadores-de-um-hospital-psiquiatrico>. Acesso em: 6 jun. 2018.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Breve Periodização Histórica do Processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil Recente. In: **Saúde Mental e Serviço Social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

# A história oral na prática da economia solidária: as experiências dos trabalhadores da ARPA

*Alessandra Izabel de Carvalho*
*Lillian Cristina Cruvinel Torres*
*Mariana Fernandes Siqueira*
*Robson Laverdi*

Este texto resulta de uma prática de história oral ampla. Trata-se de um projeto desenvolvido como pesquisa em tecnologia social e extensão universitária vinculada à Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG – IESol/UEPG[1]. O escopo da proposta desenvolvida visou discutir a produção e a interpretação de narrativas orais com trabalhadores e trabalhadoras da Associação de Recicladores de Porto Amazonas – ARPA, localizada no município de Porto Amazonas, região dos Campos Gerais, no Paraná. Esse coletivo chama a atenção de estudiosos e agentes políticos ligados à inclusão social em função da capacidade de se constituir em grupo, a despeito de contradições inerentes ao processo de organização de sujeitos provenientes de trajetórias com baixa experiência de participação política ou organizativa. Outro fato a ser observado é que a Associação está localizada em um município de apenas 4.514 habitantes e com um índice de ocupação laboral ativa de 24,1%, a 244ª posição no estado do Paraná (IBGE, 2015).

[1] Projeto Economia Solidária, desenvolvimento territorial e tecnologias sociais no território da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, coordenado por Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, com fomento do CNPq.

Esta organização de trabalhadores existe desde o ano de 2006 e resulta inicialmente de esforços do Projeto "Rede Solidária: A reciclagem na cidade de Porto Amazonas", elaborado e desenvolvido pela IESol, utilizando-se de recursos da Fundação Banco do Brasil, com construção de um barracão de triagem e a realização de um curso de formação em economia solidária. No início eram apenas seis catadores de recicláveis. Atualmente, a ARPA conta com um número intermitente de 20 trabalhadores, entre homens e mulheres, incluindo uma parcela de jovens. A atividade consiste na separação e classificação de resíduos de acordo com a sua qualidade de aproveitamento para reciclagem, que é comercializado em lotes, visando a sua melhor valorização. Ainda que inicialmente o grupo tenha sido formado por catadores de rua, não em sua maioria, a sua atividade atual é a de triagem, prensagem e pesagem de resíduos para o setor industrial de transformação de recicláveis.

O trabalho de triagem é realizado em baias, que se constituem em espaços de aproximadamente 4m x 4m, verdadeiros territórios, onde os trabalhadores atuam individualmente ou em família. Chama a atenção a apresentação estética desses espaços, que vão ganhando caracterizações peculiares dos recicladores e expressam, através de objetos encontrados em suas lidas diárias, toda uma pertença cultural. Em cada baia se vê peças e utensílios que manifestam valores e gostos, a exemplo os religiosos e esportivos. Esse conjunto de elementos espaciais e plásticos já seria suficiente para uma análise dos elementos ordinários da cultura desses trabalhadores, que não caberia ao espaço reservado a este texto, mas que precisa ser observado como um elemento substantivo para a compreensão das narrativas que serão apresentadas ao longo do texto. De outra via, aponta para a natureza iminentemente associativa e de sociabilidades do grupo, mas que por certo intermediam também os resultados organizativos e produtivos.

As atividades laborais dos recicladores acontecem na própria sede da ARPA, sob a coordenação geral de Adalto Luiz de Freitas, um importante ator de aglutinação do grupo, haja vista sua trajetória política no setor público e privado na área ambiental. Em termos objetivos, não se pode falar do funcionamento da Associação sem a menção ao papel de Adalto na história do coletivo, ainda mais por

seu conhecimento e capacidade de organização dos procedimentos administrativos, de comercialização e representação institucional. Cumpre sublinhar que a sua presença não substitui a organização administrativa interna desses trabalhadores, uma vez que existe uma associação, nos termos de uma cooperativa de direito privado, em que há uma diretoria eleita pelos pares. Quando da realização das entrevistas, o mandato da presidência era de Maria Elizabete Nicolau, conhecida como Betinha, que é uma das trabalhadoras que está no grupo desde o início.

Nos marcos da dinâmica de funcionamento da ARPA, cumpre lembrar que a renda média desse trabalhador é de até 1 (um) salário mínimo mensal. Em termos absolutos, numa avaliação mais ampla em termos comparativos, o valor pode ser considerado baixo. Todavia, esse dado tomado isoladamente precisa ser compreendido em outras direções, no mínimo duas, especialmente: a) a falta ou a baixa qualidade dos postos de trabalho no município, sobretudo pela sazonalidade, uma vez que a sua atividade econômica é centrada na produção de feijão, maçã e batata, que não emprega os trabalhadores durante o ano todo, mas apenas durante as safras; b) o sentido de liberdade destacado pelos próprios trabalhadores, que diferenciaram reiteradamente as atividades de campo da possibilidade deles próprios fazerem seus horários e atuarem por produtividade no galpão. Isso lhes confere justificativas para o trabalho na atividade com resíduos, a despeito dos preconceitos que sofrem no dia-a-dia. Levar e buscar o filho na escola, se dar ao "luxo" de poder ficar em casa num dia de indisposição de saúde ou mesmo decidir-se pelo encontro com os amigos no trabalho, marcam muito um dado lugar de positivação.

De toda forma, as condições precárias pregressas e atuais nas histórias de vida desses trabalhadores, vividas na suscetibilidade econômica e social, assim como aquelas experimentadas nas vias da marginalização e exclusão compõem o contexto da sua realidade. A prática extensionista buscou atuar então para melhorar, através de narrativas compartilhadas, a estruturação associativa e identitária dos participantes, pautada em um processo subliminar de reconhecimento de experiências biográficas e de formação coletiva. Nessa direção articula-se o direito à memória como um sentido de cidadania, inclusão, autoestima e empoderamento dos envolvidos.

Ao valorizar a cultura ordinária, no sentido atribuído por Raymond Williams (2015), moveu-se esforços com a prática da história oral para traduzir as muitas expressões de pertencimento sociocultural desse empreendimento solidário, sobretudo para eles próprios.

Como em qualquer projeto de história oral, não se pode deixar marcada a construção metodológica da produção das entrevistas. Uma análise histórica usando narrativas orais precisa de uma consciência dos elementos que compõem a construção do diálogo com os entrevistados. No trabalho de produção das entrevistas com trabalhadores da ARPA estavam dois propósitos básicos: a) constituir a economia solidária na prática, com objetivos de um projeto ativo de organização desses trabalhadores; b) a formação de lideranças e empoderamento dos participantes, de modo a compreender e superar os sentidos marginalizadores e excludentes da atividade recicladora na imaginação social. Portanto, ao interpretar as entrevistas é preciso compreender que elas correspondem, de algum modo, a um conjunto de proposições mais amplas que envolvem a pesquisa/extensão em desenvolvimento. Ao olhar dos pesquisadores, isso não limitou sua potencialidade, mas não pode ser ignorado na análise. A proposição foi a de registrar os conhecimentos lembrados pelos trabalhadores, numa relação de troca de saberes e experiências com a equipe.

A prática da história oral, desse modo, se mostrou um campo de possibilidades, permitindo não apenas a oportunidade de promover diálogos com os envolvidos na incubação, mas também a inscrição e o registro documental de seus sentidos e significados sociais constituídos nessa experiência dialógica. Uma observação de Alessandro Portelli (1997, p. 37) sobre a questão é pertinente, principalmente ao abordar a produção e trabalho com narrativas orais. Nas palavras do autor:

> Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para história das classes não hegemônicas, elas não são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante.

No trabalho com fontes deve-se levar em conta um elemento fundamental para compreender as histórias de vida: a subjetividade

dos sujeitos. As entrevistas contam menos sobre eventos ou fatos e mais sobre os significados que o indivíduo atribui a eles.

É plausível por sua vez encontrar falas heterogêneas ou controversas em narrativas que se referem a um mesmo evento ou fato. Nesse ponto, recorre-se mais uma vez a Williams (2015), que percebe a cultura ou os modos de viver em três aspectos: através de estruturas dominantes (hegemônicas ou que são compartilhadas pela maioria), estruturas residuais (com elementos de tradições que permaneceram) e, por final, estruturas emergentes (contestatórias, alicerçadas em valores culturais opostos às estruturas anteriores). É necessário analisar a experiência dos sujeitos ou do coletivo e suas relações com as instituições culturais envolvidas nesse contexto para compreender valores ou posicionamentos assumidos individualmente ou em grupo.

Um pouco diferente das pesquisas quantitativas focadas em dados da produtividade e avaliação de resultados, abriu-se a possibilidade de produzir memórias desse empreendimento solidário através da audição das vozes de seus protagonistas. Pretendeu-se a audição e o registro de sentidos produzidos em trajetórias de vida na cultura ordinária comum, articulados entre a memória e a experiência. A subjetividade apreendida nas narrativas não é concebida como dimensão inferior ou menor da vida daqueles que vivem situações econômicas de precariedade ou exclusão. Tomar como propósito a elaboração de subjetividades junto a esses trabalhadores mostrou possibilidades de compreensão de bases culturais e temporais das histórias de vida individuais na construção dessa coletividade. Permitiu também conhecer a vivacidade das memórias desses sujeitos situadas no presente, em suas formas de pertencimento sociocultural em face da vida desigual e contraditória que reconhecem no plano de suas consciências individuais. Perceber a passagem dessas consciências individuais à coletiva é o foco da interpretação das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas sob uma forma adaptada de roda de memória, composta pela equipe da IESol e o entrevistado, criando espaços de interação entre os participantes. A escuta coletiva visou criar um espaço em que todos pudessem ter reconhecidas e valorizadas as suas experiências, contribuindo para a sedimentação

da associabilidade proposta pela Incubadora. Daí o cuidado de compreender a natureza dessa prática metodológica. Na roda de memória, a produção da narrativa é o centro da prática. Isso porque é voltada para a comunicação de experiências e audição de histórias primeiramente para o próprio narrador. O registro das memórias como história oral acontece no processo, nem antes e nem depois. Autorizadas em áudio e por escrito pelos participantes, as entrevistas foram gravadas e fotografadas. As entrevistas aconteceram em dois momentos. O primeiro entre os meses de setembro e novembro de 2014, tendo sido entrevistados seis mulheres e dois homens. O segundo em março de 2016, quando foram entrevistados uma mulher e cinco homens. Neste texto optou-se pela análise de três entrevistas com mulheres, que foram escolhidas pela história de maior tempo na Associação. Ademais, suas narrativas são portadoras de grande material para análise das consciências em sua passagem do individual ao coletivo.

Para além do número significativo de histórias de vida gravadas, vale constar a riqueza das sessões de entrevistas que foram realizadas na sede da Associação. Para cada entrevista realizada eram expostas as intenções e a metodologia, buscando deixar as pessoas à vontade, ao mesmo tempo em que se buscava esclarecer os elementos da concessão gratuita dos direitos autorais à IESol. Vale lembrar que o contato e a concessão das primeiras entrevistas não foi algo fácil. Havia resistências que poderiam ser compreendidas por várias razões que não se pode precisar, da parada do trabalho e do rendimento, uma vez que as entrevistas implicavam na paralisação temporária de uma manhã ou uma tarde do trabalho, ou mesmo pela consideração de pouca importância que viam de sua trajetória. O trabalho continuado e de mais longa data com o grupo facilitou a comunicação. Embora esse aspecto tenha sido observado, não se pode deixar de registrar o fato de que a resistência preliminar não se relacione com o corpo das contradições sociais experimentadas. Ao se recusarem ou dificultarem as entrevistas, correspondiam de algum modo ao jogo das relações de poder que envolvem suas existências naquele lugar, por sua vez permeado pela ausência de trabalho e itinerâncias (LAVERDI, 2005), conforme se poderá compreender na interpretação das entrevistas.

Perceber a construção dos enredos que os trabalhadores produzem acerca de suas vivências significa trilhar diferentes trajetórias de vida que configuram novos sentidos às experiências passadas. Nessa direção, as rememorações das experiências através das lembranças individuais são entendidas como a expressão de práticas sociais pelas quais eles se constituem historicamente.

As lembranças das vivências podem apresentar semelhanças e singularidades. A reflexão de Portelli (1997) sobre a dinâmica das lembranças, reportada anteriormente, se faz essencial na compreensão dos significados subjetivos das experiências e das memórias individuais e coletivas construídas pelos trabalhadores. As lembranças constituídas no presente da narração evocam a própria experiência social. O historiador E. P. Thompson (2001) argumenta que as experiências do passado exercem força significativa sobre as disposições presentes na vida dos trabalhadores, uma vez que a experiência histórica é única e interativa entre eles e o meio social.

Uma das grandes dificuldades de se trabalhar com sujeitos alijados da cidadania é o risco da vitimização ou da heroicização. As narrativas de mulheres recicladoras chamam a atenção pela memória viva de suas trajetórias e o concatenamento dos fatos experimentados. Vencido o temor inicial e a inibição, as entrevistas se enchem de conteúdo, de produção de sentidos que precisam ser lidos para além da esfera individual. Afinal, é no coletivo que essas experiências são recordadas. E não só, também são significadas. Não se pode tomar as entrevistas destituídas de uma visão sistêmica, a partir da qual os entrevistados cumpliciam e modulam suas narrativas a partir das expectativas mais amplas que cercam sua existência no coletivo. No caso dos trabalhadores da ARPA, é preciso considerar que eles falam a partir também da leitura coletiva que construíram com outros sujeitos, no caso a própria IESol e outros agentes públicos mobilizados, ligados à assistência social da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas. Menos em relação ao institucional que elas representam, mas em função de pessoas ou agentes, a exemplo da liderança de Adalto Luiz de Freitas, que continua atuando com eles de modo efetivo.

A narrativa a Betinha, de 49 anos, presidente da ARPA, é um bom exemplo. Em sua entrevista evidenciou a existência de um

cotidiano de sociabilidades no interior da Associação, sobretudo valorizando a metodologia de triagem e separação de recicláveis que ali dentro aprendeu. Essa construção argumentativa não se separa, em termos de consciência, de evidenciar a importância que a atividade ocupou e ocupa em sua vida, sobretudo em relação aos desalentos que vivera até seu pertencimento à ARPA. Depois de contar uma longa e difícil trajetória biográfica, envolvendo a migração, o abandono, o trabalho infantil e a violência marital, versou sobre um dado sentido terapêutico da atividade de recicladora. Em suas palavras:

> Eu sou assim sabe? Se eu ficar sem vir reciclar, eu acho que fico doente (risos). Eu não fico em casa mais, eu não consigo ficar em casa. Tem que tá reciclando. Porque é uma terapia reciclar; (risos) é uma terapia! Tem uma moça que tava trabalhando com nós, uma loira, hoje ela foi embora pra Campo Largo, diz que ela tá pra voltar de volta. Ela tinha problema de pressão, ela curou a pressão dela aqui dentro; ela curou! Porque é uma terapia, na hora que você tá começando a reciclar. Lógico que você vê muita coisa suja, nojenta; mas é uma terapia! Você adora ficar separando os reciclado, porque ali você coloca caixinha, papel branco, misto... sabe, é tudo ali: sacolinha, cristal... Então ali é uma terapia; você vai movimentando tua mente, eu acho que é uma terapia. Aqui, reciclando é uma terapia. (BETINHA, 2014).

Esse trecho de sua narrativa apresenta muitas dimensões que precisam primeiramente serem lidas separadamente, para que depois possam ser relacionadas ao processo da experiência coletiva que interessa neste texto. A primeira delas parte da constatação, no plano da consciência, da mudança que a prática da reciclagem imprimiu à sua vida. Enquanto narra, ela se descobre uma outra, aquela que "(...) não consegue ficar mais em casa". Ora, esse elemento é crucial, pois é avaliado na relação social, uma vez que ela destacou esse aspecto a partir do reconhecimento de uma trajetória comum, no caso de outra trabalhadora, "a loira", que foi embora, saído do coletivo, que teria se curado da hipertensão com o trabalho da terapia. Em sua construção narrativa, ela não apenas fala dela mesma, ela vai se reconhecendo

nas outras pessoas que pertenceram ou pertencem ao mundo daquela sociabilidade.

Mas isso não é tudo. Ao mencionar como teria agido sua companheira de trabalho que deixou ARPA, recobra o sentido de sua possível volta de Campo Largo, município localizado na região metropolitana de Curitiba. Ela reconhece na trajetória da companheira "loira", que já teria anunciado a volta, um ponto de conexão com a própria experiência migratória. Ao falar dessa colega que se foi e que voltará, buscou mostrar a sua opção pessoal de não abandonar a ARPA, uma vez que a situação de itinerância é muito comum entre esses trabalhadores, sobretudo os mais jovens.

Betinha relembrou a história da companheira de lida que abandonara a ARPA. Utilizou-se dessa menção para fortalecer o argumento acerca do caráter terapêutico da reciclagem. Cumpre enfatizar que a ênfase no aspecto terapêutico da reciclagem não emergiu apenas em seu relato, mas também com outras entrevistadas, no caso mulheres. Na verdade, esse aspecto não pode ser lido com simplismo, como uma dada realidade que existe em si mesma. Sua percepção passa pelo reconhecimento de histórias entrecruzadas com outros sujeitos, na forma da experiência coletiva, quando a partir desse lugar buscou mostrar sua própria decisão de permanecer. Ao mesmo tempo, também permite uma leitura relacional, de reconhecimento da atitude do outro como uma baliza de compreensão de sua permanência.

O fato de Betinha querer permanecer nesse trabalho deve ser lido não como uma acomodação, um sintoma de cansaço, de desistência, mas uma resposta que se tornou possível diante de uma exclusão que lhe impunha a própria impossibilidade de escolha. Se há um sentido terapêutico para a reciclagem, a que Betinha reconhece, passa pela construção simbólica de elaborar marcações distintivas da transformação, a partir de um outro, para e com ela ser incluída no processo. Não cabe aqui valorar ou atestar o caráter terapêutico da reciclagem, porém, é preciso dizer que, na estrutura de sentimentos (WILLIAMS, 1979) na qual Betinha participa como sujeito ativo e relacional, a compreensão do papel da Associação também recorre à superação de sentidos comuns nas trajetórias que se encontram na ARPA, entre elas: a tristeza, o desalento, o isolamento, a violência,

o preconceito, a discriminação, a falta de perspectivas, as dores que carregam no corpo, entre marcas da exclusão, da transitoriedade, da itinerância e, sobretudo, da invisibilidade.

Separar recicláveis, conhecer e classificá-los em sua materialidade e importância, foi algo a que a recicladora deu bastante ênfase. Afinal, a separação de recicláveis e a atenção necessária para sua execução pressupõe o sentido pensante, o conhecimento sobre a natureza e o valor de mercado de cada um dos resíduos separados. Ora, ao se mostrar detentora de um saber, de uma metodologia para seu trabalho, Betinha também redesenha sua trajetória a partir do trabalho associativo. O incremento desse saber, sua marca consciente, se mostra no relato como um divisor de águas. Afinal, antes o trabalho era de faxineira, de doméstica, de trabalhadora volante na colheita de feijão e maçãs na economia local. Pois bem, o trabalho doméstico, intermitente e desvalorizado, não permite a expressão e o domínio de si numa realidade. O trabalho sazonal, brutalizado pela rotina árdua no pleno sol e o emprego de agrotóxicos, centrados na lógica do empresário do campo, lhe tira essa capacidade de praticar seu conhecimento.

Em outro momento da entrevista, Betinha acrescenta outros elementos substanciais:

> E eu agradeço a Deus por eu tá bem, em paz; por eu tá trabalhando num lugar que eu me sinto bem. Às vezes eu venho trabalhá… às vezes eu digo que eu tô meio cansada de alguma coisa. Eu falo: não!, tem que levantá a cabeça, tem que seguir em frente. Se eu não tiver trabalhando, eu fico doente de eu ficar dentro de casa. Porque eu faço, faço o serviço dentro de casa e não é a mesma coisa. Se eu tivé lá no trabalho, se eu tiver ali, minha cabeça tá trabalhando, tá esquecendo dos problemas, esquecendo disso, esquecendo daquilo. (BETINHA, 2014).

É preciso mencionar o fato de que, ainda que buscasse mostrar seu empoderamento, proveniente de um saber apreendido naquela coletividade, Betinha mostrou sua tomada de consciência sobre as fronteiras entre o privado e público, sobretudo uma dada ruptura, como mulher, com os enfadonhos afazeres domésticos. Da vida de

casa para um lugar onde pode trabalhar "esquecendo dos problemas, esquecendo disso, esquecendo daquilo". O relato oral faz um brinde com a possibilidade de perceber não apenas o fenômeno social de empoderamento, mas conhecer também os sentimentos que ela vivencia nessa passagem. É como se convidasse para conhecer a força deles na elaboração de sua consciência política de "levantá a cabeça" e seguir em frente, já que o que há é "o serviço dentro de casa e não é a mesma coisa".

Jociane do Rocio Lima, de 45 anos, inscreve significados comuns de experiências diferentes de Betinha:

> Esse reconhecimento que eu tive por causa da reciclagem; eu nunca imaginava. Porque a primeira vez que eu entrei aqui, eu olhei assim [gesto de sobressalto], me assustei. Porque o serviço que eu trabalhava lá era casa de família. Então, não era tanta as coisas que eu vejo agora. Mas depois eu falei: não é nada que eu não tenha passado. Mas na reciclagem que eu tô hoje, eu aprendi a dar mais valor às coisas que eu tô conquistando. Porque tem muita coisa que eu falei: eu entrar no mercado ou numa loja e gastar tudo! Tudo! Que nem hoje, eu sei que eu recebo bem… da minha profissão. Eu recebo e eu não gasto. Eu não gasto o que eu gastava antes. Eu me admiro, porque eu trabalho aqui, trabalho de segunda a sexta, no sábado também eu faço isso. E eu fico boba de ver. De eu tá com dinheiro e eu posso comprar. Eu posso entrar numa loja, comprar, mas eu não compro! Porque eu quero sempre tá comprando uma coisa que seja útil pra mim. É isso que eu dô valor. É o que eu tô fazendo ali! (JOCIANE, 2014).

Reconhecer, trabalhar, imaginar, ver, surpreender, assustar, aprender, conquistar, receber, gastar, comprar, valorizar, eis os verbos que informam atos de poder na narrativa de Jociane. Na análise sobressai de todos, sem menor ou maior significado, o ato de se surpreender. Essa mulher alegre e falante versa seu reconhecimento das próprias novas atitudes em relação ao coletivo. Há que se destacar, dentre as muitas possibilidades de leitura, a compreensão de alguns componentes da biografia contada. Nasceu no campo, filha de uma família numerosa de trabalhadores rurais em regime

assalariado, longe do urbano, que mais tarde migrou para a cidade de São Paulo. Sem perder o fio deste trecho da declaração, é possível recorrer a outro instante da narrativa para compreender a força de seu sobressalto consciente. Tal argumento merece ser reconhecido no ritmo acelerado de suas próprias palavras:

> Quando o meu pai… Como sempre bastante filho; nós somos… agora nós somos em dez, mas na época, quando moramos ali era em sete. Mas aquela vida meio sofrida no Haras. Haras você sabe como que é? A gente só tem que morá… a gente só sai pra fazê compra, quase não conhecia a cidade. Mal ia numa loja. Mal a gente ia no mercado, porque o meu pai não tinha muita condição. Então a gente tinha que ir no mercado só quando a gente achava assim... Ah, hoje, o pai falou: hoje posso ir porque dá pra comprá uma coisa diferente. Então a gente ia. Mas, não conhecia muito a cidade. Mas era só a vida da fazenda, fazenda era tranquilo! A gente conhecia só a família, alguns amigos, nem todos eram próximos. Mas… eu morava na fazenda! Eu não saía da fazenda. Até os meus 12 anos eu vivi só ali. Patrão a gente via quando eles vinham final de semana e mais nada. Os amigos eram aqueles de criação, que moravam perto da gente. Também isso era, mais nada. Daí, depois dos meus 12 anos que eu fui conhecer a cidade. (JOCIANE, 2014).

Para compreender a produção de sentidos trazidos pela experiência coletiva da ARPA no relato de Jociane é preciso relacionar os dois trechos. No primeiro excerto, ela acentua o reconhecimento que obtivera em sua atuação, isso "porque o serviço que eu trabalhava lá era casa de família. Então, não era tanta as coisas que eu vejo agora". Tal como Betinha, Jociane saíra do trabalho privado em casa de família, que foi apresentado por ela com depreciação. Nesse caso, não há novidades, haja vista o conhecimento corrente acerca das mazelas da discriminação e descumprimento dos direitos do trabalho doméstico no Brasil, ainda que esse passasse por mudanças, sobretudo com a maior cobrança da sociedade pelo registro em carteira e, mais importante, a vigência da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que exige dos

empregadores o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, o pagamento de seguro e a antecipação de multa nos casos de demissão sem justa causa. Mas o que mais é ressaltado por Jociane é a própria depreciação social. O trabalho fora dessa dinâmica excludente resultou para ela numa espécie de amplitude compreensiva, alguma forma de emancipação, pois "não era tanta as coisas que eu vejo agora".

Uma outra percepção emancipadora teria sido gerada pela possível superação do vício do consumo, algo que lhe perseguia há muito tempo. É possível inferir, cruzando os argumentos, que o consumo excessivo, ou seja, além da sua necessidade, tinha uma origem na solidão do tempo rural, que teria sido amplificado pela vida na cidade grande, no caso São Paulo. Essa migração, contada com detalhes na inteireza do relato, não teria sido bem-sucedida, inclusive por essa dependência psicológica de comprar. Não cabe aqui o diagnóstico de ordem psíquica das causas de sua compulsão, todavia os atributos socio-históricos de sua leitura da migração. Nesse caso, a entrevistada confere grande valor ao trabalho na ARPA, pois "eu aprendi a dar mais valor às coisas que eu tô conquistando". Há uma nítida mudança de tom, da dependência para um autocontrole, uma autovalorização, de doméstica para um sujeito cioso de sua história, a despeito das contradições vividas, ao ponto até de afirmar: "eu me admiro".

Retomando as narrativas de Betinha e Jociane, por um lado não se pode deixar de incluir os dissabores da atividade laboral, não permitindo que se sobressaíssem aos significados que passaram a conferir à vida. Sobretudo aqueles que lhes foram negados antes da atuação nesse trabalho. Por outro lado, deixam claro os termos de análise da realidade, que passam pela discriminação e monotonia limitante da vida doméstica, com outras tensões, como a dupla jornada de trabalho. A tomada de lugar na própria história não está dada, pois requer um processo de luta permanente que implica sempre, como diz Betinha, "levantá a cabeça, tem que seguir em frente." Interessa destacar que a narrativa oral, lida no processo de consciência, assevera o cuidado que se precisa tomar com a dinâmica social em movimento, algo que a entrevistada reforça com o movimento da memória de estar "esquecendo disso, esquecendo daquilo".

Outra entrevistada, Terezinha de Vaz Carvalhães, com 57

anos, acrescenta outros sentidos políticos possibilitados pela prática associativa na ARPA, que lhe conferiu uma tomada de consciência em contraposição às dimensões de sazonalidade e precariedade das condições de trabalho experimentadas na região, sobretudo a itinerância. Ainda que o foco seja a partir de sua narrativa, vale mencionar que parcela significativa dos entrevistados mencionou a falta de oportunidades e precariedade nas condições de trabalho existentes, que os obrigava a migrar ou a se submeterem a atividades laborais de vínculos frágeis. No caso o trabalho em plantações de feijão, batata e maçã da região. Quando não, a alternativa não tão atraente de emprego numa empresa privada de reciclagem localizada no próprio bairro, há poucas quadras da sede da ARPA. Assim narrou a entrevistada:

> Eu trabalhava assim... fora. Trabalhava na lavoura, quando tem. Agora tem a época de maçã, depois vem a colheita. E a gente ia, agora tá aqui. Mas antes quando não trabalhava aqui ia lá, feijão. Agora batatinha não tem mais. Na colheita da maçã, daí eu falei pra turma: aqui você tá debaixo da casinha. Você não tá tomando sol, não tá tomando veneno na cara. Porque lá você tem bastante veneno, fruta tem veneno. Quanta gente tá morrendo por causa de veneno que tão ponhando na fruta. Falei: lá fora vocês tão tomando veneno, tão no sol, tão na garoa. Porque tem tempo que a colheita apura, você tem que trabalhá com chuva. E aqui não, você tá embaixo da tua casinha, você não tá tomando veneno na cara, não tá no sol, não tá na chuva. Falei pra turma: a gente tem que reconhecê aonde que a gente tá trabalhando agora. Que não tá sugando aquele veneno que está lá, trabalhando no sol. Às vezes, tem que trabalhá na chuva. Já trabalhei na chuva, lá fora. Amanhã depois fica doente, o dinheiro que você ganhou lá, o quarentão que você ganhou lá você gasta num vidro de remédio. Se é que compra um vidro de remédio hoje. Porque tá caro, né? Quando tem no posto a gente pega, quando não tem, tem que pegá na farmácia. (TEREZINHA, 2014).

É possível perceber que no relato não há uma idealização da atividade de reciclagem, mas uma compreensão relacional com outras dimensões lidas nessa realidade. Isso porque "agora tá aqui",

dimensionado a situação do presente de estar ARPA, algo que pode até não perdurar, já que a experiência social lhe confere a leitura do real limitada ao tempo atual. Afinal, a transitoriedade é marca de sua lembrança. Portanto, é preciso o cuidado de não positivar demais tais melhorias nas condições de vida e trabalho que foram asseveradas. A questão passa a ser: compreender a tomada de consciência da falta de possibilidades que se apresenta na realidade de sua existência social e material. A vida associativa incorporou uma aprendizagem politizada acerca dessas condições a que estavam antes submetidos.

Mas há algo mais em seu relato. Terezinha mostrou-se atenta às deterioradas condições de consecução de sua atividade laboral anterior à atuação na ARPA. No primeiro instante, asseverou que o trabalho na lavoura, "quando tem", acontece no período das colheitas, por um curto período de tempo, entre os meses de fevereiro a maio de cada ano, ou seja, por quatro dos 12 meses do ano. A suscetibilidade ganha palavras, "antes quando não trabalhava aqui ia lá, feijão" e "agora batatinha não tem mais". A batata inglesa e o feijão são cultivares que ganharam maquinários de colheita, a prescindir da mão de obra desses trabalhadores.

Importa observar que Terezinha, como fizera Betinha, minimiza os inconvenientes da lida com materiais originários do descarte. Em suas falas, e essa recicladora não é exceção, os trabalhadores relatam o fato de serem alvo de discriminações em razão de trabalharem com a separação de materiais de reciclagem. Desse modo, se reposicionam em relação ao tema, considerando que pior era quando trabalhavam na lavoura. Além de escassa, a atividade na lavoura extensiva impunha piores condições de trabalho. Nesse sentido, mais do que valorizar a troca na atividade, buscaram considerar o fato de que a mudança de atividade, ainda que melhor remunerada, lhe rendeu mais saúde e menos despesas.

Além de constatar a indeterminação como condição da vida que segue, Terezinha parece não ficar submetida à constatação, pondo-se numa prática de conscientizar o outro, afinal "eu falei pra turma". A narrativa se mostra preocupada não apenas em compreender os termos da transformação que está vivenciando, mas também em alertar aos outros trabalhadores sobre suas descobertas. Nesse sentido, é interessante notar sua leitura das péssimas condições

ambientais às quais se submetiam nas lavouras da região, do uso abusivo de agrotóxicos nessas plantações, o que é domínio público, não é restrito a esse contexto. Os números são de fato alarmantes. Para se ter uma ideia, conforme divulgado pelo Instituto Nacional do Câncer – INCA, o brasileiro consome aproximadamente um galão de 5 litros de agrotóxico por ano.

"Lá fora vocês tão tomando veneno, tão no sol, tão na garoa", assim adverte Terezinha aos companheiros sobre as condições precárias de trabalho nas lavouras da região, que são comparadas para se contrapor ao que experimentam na ARPA. Mais uma vez, o tom da entrevistada não apenas era de constatar, mas de atuar a partir disso, para fazer chegar aos demais essa compreensão. Noutro momento, esse aspecto ficou muito destacado:

> Ah, cada um na sua casinha, às vezes a gente foge e vai lá. Aí o Adalto vem e fala: olha aí, as reuniões! (risos). Daí eu vou lá falar com a Dona Iva, depois com a Ana, que não veio hoje. Aí você foge da casinha e vai na outra conversá um pouco. (risos) Eu entro trabalhá até o meio dia. Aí falei: como eu trabalho lá na roça, eu trabalho até a tarde, deixo as crianças sozinhas. Porque eu não trabalho o dia inteiro aqui? Porque lá eu trabalhava o dia inteiro. Tem que levá a marmita. Quando tem almoço, tem, quando não tem você tem que levar a marmita. Então porque você não faz o dia inteiro aqui? Eu pensei: mas porque eu não fico fazendo o dia inteiro? Se eu trabalho na roça, eu trabalho dia inteiro; tem que deixá as crianças sozinhas? Então vô fazê isso, vô trabalha o dia inteiro aqui, dá na mesma coisa. Que na roça você vai, mas não tem carro pra te trazê. Na hora do almoço não tem, tem que fica o dia inteiro. Não sabe como as criança tão, como foram na escola. (TEREZINHA, 2014).

Nesse trecho da entrevista, o pensamento de Terezinha chega a seu ápice comparativo. Pensando nos sentidos da organização coletiva desses trabalhadores, não se pode deixar de perceber como a comparação é o cimento da percepção consciente. Muitos elementos dessa construção coletiva são mostrados. O primeiro dele é o fato de que essa organização não é assumida de igual maneira, de modo

fácil, por todos. Há um processo de tensão interna. Ora o responsável Adalto precisa advertir: "olha, as reuniões!". Nesse momento os risos da entrevistada denotam como a advertência é reveladora das dificuldades de se assumir as reuniões semanais de organização como lugar comum a todos. Fica nítido como as trajetórias individuais, sem uma experiência anterior de organização, custam a inscrevê-la na dinâmica da ARPA. Trata-se de um processo. Terezinha atende ao chamado de Adalto para a importância das reuniões do grupo, ao ponto de ir lá "falar com a Dona Iva, depois com a Ana, que não veio hoje". Nesse trecho, pode-se destacar algo mais. Não se trata apenas de uma dificuldade interna para a organização, mas de uma leitura da entrevistada sobre as razões dela existir.

Na ARPA os trabalhadores fazem sua rotina, decidem, ainda que seja difícil dizer isso em termos de autonomia, os seus horários e em que condições trabalham, já que trabalham por produção. Por produção, esses trabalhadores podem, em alguns momentos, acreditar estarem "perdendo" tempo com as reuniões. Não há aí uma organização azeitada, destituída de conflitos, uma vez que esses trabalhadores se mostram aprendizes da nova dinâmica laboral coletiva. Na ARPA passaram também a experimentar as possibilidades que a atividade lhes conferiu, como por exemplo se sentir livre para sair de seu território e se socializar com outros trabalhadores, que "aí você foge da casinha e vai na outra conversá um pouco". Terezinha conta isso sob a forma de risos, o que mostra que há uma espécie de tensão no ar, quanto a possíveis desencontros de perspectivas entre esses trabalhadores. Alguns deles obstinados a uma produtividade, outros interessados em ver na coletividade uma forma de se socializar, diferentemente daquilo que fora experimentado nas condições laborais anteriores, sobretudo do trabalho volante e intermitente nas plantações.

Na ARPA, além da socialização nas baias, os trabalhadores possuem o espaço de uma cozinha coletiva, onde compartilham refeições e dividem as tarefas. A entrevistada, mais uma vez, acentua a diferença em relação ao que vivia no trabalho na agricultura, que a limitava a ficar o dia inteiro fora de casa, a ter uma alimentação condicionada à preparação de uma marmita, "porque lá eu trabalhava o dia inteiro". Há o registro positivo dessa mudança, uma vez que

além de ter que levar a marmita, "lá na roça, eu trabalho até a tarde, deixo as crianças sozinhas". Acompanhar a rotina dos filhos é um incremento à sua vida, algo que o trabalho na ARPA passou a lhe proporcionar. Mas constata-se, também, que há uma tensão gerada pela mudança, ao ponto de pô-la a refletir. Ou seja, ampliou o tempo para a família, mas reduziu sua produção, no caso a sua renda. A narrativa dá conta da tentativa de encontrar um lugar de existência nesse coletivo, afinal, "mas porque eu não fico fazendo o dia inteiro?", ainda que "não sabe como as criança tão, como foram na escola".

## Considerações finais

Analisando as experiências organizativas dentro da ARPA, sobretudo a partir das mulheres entrevistadas, encontra-se um universo em construção, um lugar coletivo de reelaboração da existência social, não destituído de incertezas, dúvidas e elaborações comparativas. Duas considerações gerais podem ser demarcadas nesse processo. A primeira delas é a do rico processo de aprendizado da reciclagem, não como a solução final, ideal e perfeita na história desses trabalhadores. Afinal, foi preciso mudar de rumo, se especializarem, se afirmarem diante de uma prática laboral e produtiva muito discriminada socialmente, enfim, se empoderarem. A segunda, do aprendizado da vida associativa, vivendo dramas e percalços, haja vista as vidas individuais pregressas, itinerantes e inconstantes. Em ambos os casos, o contato com outros trabalhadores da reciclagem, por meio dos encontros promovidos pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania no Paraná, foi de grande valia, conforme frisaram alguns entrevistados. Boa parte dos trabalhadores entrevistados lembrou-se desses encontros como momentos efusivos e enriquecedores. Sair de seu lugar, encontrar e compartilhar experiências com "iguais" de outros lugares deixaram marcas conscientes de problemáticas comuns ao grupo, mas também a possibilidade de viajar, de se divertirem e conhecerem outras paragens e pessoas.

Se vistas num plano abstrato, presas a percepções ideais, a prática laboral de reciclar e sua lida com os maus odores, as contaminações e outras condições insalubres, não podem ser

aceitas sem críticas. Ao desvendar novos significados atribuídos aos processos que os tornaram sujeitos, é preciso atentar-se para novos pontos de vista que merecem a valorização do modo como eles próprios se sentiram intérpretes e atuantes dessa realidade.

É preciso compreender, por final, a dinâmica desalentadora da produção massiva de resíduos que corresponde aos propósitos da exploração capitalista contemporânea, conforme estudado por Antônio de Pádua Bosi (2008) e outros autores, que destacaram a participação dos trabalhadores dessa cadeia como engrenagem da obtenção de lucros no processo produtivo pela indústria da reciclagem e relacionadas. Não se pode deixar de reconhecer, entretanto, o modo como esses trabalhadores constroem sua inscrição nessa dinâmica, mas não só nela. Ainda que não hegemônicos, os sentidos atentados pelos trabalhadores da reciclagem mostraram que é necessário complexificar o olhar sobre os processos vividos para além dessa dinâmica produtiva em si mesma. Eles insistem também que são oriundos de outros tempos, de práticas e exclusões constituídas na experiência cotidiana. Ademais, são pessoas portadoras de perspectivas e aprendizados, também suscetíveis às descontinuidades do mundo do trabalho e suas inerentes contradições.

## FONTES ORAIS

CARVALHÃES, Terezinha de Vaz, Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Robson Laverdi et al. Porto Amazonas, 14 out. 2014.

LIMA, Jociane do Rocio, Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Robson Laverdi et al. Porto Amazonas, 14 out. 2014.

NICOLAU, Maria Elizabete, Entrevista concedida a Alessandra Izabel de Carvalho, Robson Laverdi et al. Porto Amazonas, 9 set. 2014.

# REFERÊNCIAS

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/PM3xc7>. Acesso em: 23 fev. 2018.
IBGE. **CENSO 2015**. Disponível em: <https://goo.gl/kw5fMF>. Acesso em: 18 fev. 2018.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias de trabalhadores itinerantes. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do programa de estudos pós-graduados em História**, PUC-SP, n. 15, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: _____. **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. Trad. Nair Fonseca e João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

_____. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

# Sobre os autores

*Adriano da Costa Valadão:* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2012) com estadia de pesquisa na Universitè de Liège – Campus d'Arlon – Bélgica, mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (2005) e graduado em Administração também pela UEPG (2000). Atualmente trabalha na Universidade Estadual de Ponta Grossa na Incubadora de Empreendimento Solidários – IESol e como editor da Revista Emancipação. Contato: adrianocv01@yahoo.com.br

*Alessandra Izabel de Carvalho:* Doutora em História pela Unicamp. Professora do Departamento de História e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. Tutora do PET-História (Ambiências e Sensibilidades) e coordenadora do Laboratório/Núcleo de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza da mesma instituição. Editora da Revista de História Regional. Autora da obra "Nestor Vítor: um intelectual e as ideias de seu tempo (1890-1910)", além de artigos científicos. E-mail: alessandra@uepg.br.

*Allan Motta de Lima:* Graduando em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Estagiário PRONINC – IESoL 2018. Realizou trabalhos de extensão no PIBID e USF. Email: mottallan@outlook.com.

*Ana Carolyne Carneiro*: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Estagiou no Centro de Atenção Psicossocial II entre os anos de 2016 e 2017. Em 2018 ingressou na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol como estagiária de Serviço Social e bolsista do PRONINC. Email: anacarolyne.c@hotmail.com.

*Ana Paula Machado:* Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, onde também participa do Núcleo de Estudos sobre Gênero, Questão Ambiental e Condição de Pobreza do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Em 2017 ingressou na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol como estagiária de Serviço Social e bolsista do PRONINC. Email: paula.anamachado@outlook.com.

*Angelo Eduardo Rocha:* Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. De 2015 a 2018 participou do Projeto de Extensão Lente

Quente, através do qual produziu coletivamente o primeiro livro fotográfico e documentário sobre o massacre dos professores do Paraná, ocorrido no dia 29 de abril de 2015. Realizou pesquisas com análises de fotografias e vídeos no Projeto de Pesquisa em Folkcomunicacão. Durante a graduação também desenvolveu experiências com audiovisual, e atualmente estuda fotografias e vídeos com realidade virtual em 360 graus.

*Camila Sopko:* Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Graduada em Serviço Social pela UEPG (2011). Atuou como técnica no Programa Universidade Sem Fronteiras – USF na UEPG. Participa do Programa de Extensão da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG desde julho de 2012. Linhas de pesquisa: Serviço Social; Economia Solidária; Tecnologia Social; Associativismo; Reciclagem. Atualmente sua pesquisa está associada à Divisão Sexual do Trabalho, Patriarcado e Gênero.

*Drielli Peyerl:* Graduada (Bacharelado) em História (2007) e Geografia (Licenciatura) (2012) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Mestre em Gestão do Território pela UEPG (2010). Doutora em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas. Possui pós-doutorado pela Unicamp. Atuou como professora visitante/pesquisadora na instituição norte-americana Oklahoma State University, convidada da University of Missouri/Kansas City, e residential fellow na Linda Hall Library. Atualmente é pós-doutoranda da Universidade de São Paulo.

*Everton Miranda:* Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Cursando Especialização em Cultura Material e Arqueologia na UPF. Extensionista egresso da IESol/UEPG. E-mail: miranda13em@gmail.com.

*Fernanda Pimentel Santos:* Graduada (Bacharelado) em Psicologia pela Instituição de Ensino Superior Sant'Ana. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Possui interesse em pesquisas relacionadas ao agravamento do adoecimento psíquico da população em situação de rua, em Psicologia Social e na Psicologia Clínica. Trabalhou como docente no ensino superior, vinculado à UEPG. Atualmente trabalha na Unicesumar e no Instituto Solar Kids e Adulto, como psicóloga clínica

*Francisco Salau Brasil:* Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Graduando em Administração e cursando Especialização em Gestão Pública, ambos pela UEPG. Possui experiência em projetos de extensão e pesquisa nas áreas de economia solidária e ecodesenvolvimento. Integrante da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol desde 2012.

*Gabriele Petroski Machado:* Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Estagiária da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa – IESol/UEPG.

*Gilson Campos Ferreira da Cruz:* Graduado (Bacharelado e Licenciatura) em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (1987). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Presidente Prudente (1999).Doutor em Ciências, área de concentração Geografia Física pela Universidade de São Paulo (2009). Atualmente é professor adjunto, lotado no Departamento de Geociências da UEPG. Atuação na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física, Climatologia Geográfica e Geoecologia. Desenvolve trabalhos com temas relacionados à climatologia, clima urbano, mudanças climáticas, resíduos sólidos, aterro sanitário, coleta seletiva, reciclagem, economia solidária, associativismo e Projeto Rondon.

*Jessica Cavalheiro:* Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (2014). Especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase no Sistema Único de Assistência Social – SUAS pela UEPG (2015). Pós-Graduada em Gestão de Programas, Projetos e Políticas Sociais pela PUCPR (2017). Residência Técnica na área de Políticas Públicas, atuando no Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná junto às Secretarias de Desenvolvimento Social – SEDS (2014) e Justiça e Direitos Humanos – SEJU (2015). Extensão técnica com ênfase em Indicadores de Gestão Pública Municipal (2012). Experiência em Gestão de Políticas Públicas, Indicadores de Gestão, Conselhos Gestores, Captação de Recursos e Incidência Política. Atualmente atua como Analista de Projetos na Escoteiros do Brasil. Email: cavalheiroje@gmail.com.

*Jessica Gislaine das Neves:* Graduada (Bacharelado) em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Atuou durante a graduação, por três anos, como extensionista na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, trabalhando em diversos grupos e núcleos de apoio à Economia Solidária. Voltada às questões ambientais e socioeconômicas, atualmente é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Setor Litoral, linha de Socioeconomia e Saberes Locais, na qual investiga o cooperativismo de plataforma. Tem interesse nas seguintes áreas de pesquisa: desenvolvimento, cultura, tecnologia, socioeconomia, geografia, meio ambiente.

*Karoline Dutra Szul:* Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Extensionista na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Desenvolveu dois projetos de iniciação científica na linha de pesquisa Cidadania e Proteção Social. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: extensão

universitária, economia solidária e reciclagem. Produção acadêmica na área de: trabalho, economia solidária, reciclagem e pobreza.

*Lillian Cristina Cruvinel Torres:* Graduada (Bacharelado e Licenciatura) em História pela Universidade Estadual de Ponta – UEPG. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela UEPG na linha de pesquisa "Instituições e sujeitos: saberes e práticas". Atuou como extensionista e técnica na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG. Atualmente é docente na rede pública de ensino no estado do Paraná. Desenvolve pesquisas relacionadas a movimentos sociais, economia solidária, trabalhadores e história oral. E-mail: lillicruvineltorres@hotmail.com.

*Lorena Fiuza Ferreira:* Graduada (Bacharelado) em Psicologia pela Instituição de Ensino Superior Sant'Ana. Atualmente realiza residência multiprofissional no Programa de Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre. Atuou no Centro de Promoção da Criança e do Adolescente de Porto Alegre e na Equipe "Busca Ativa" da Fundação Solidariedade realizando o atendimento e acompanhamento de recicladores e pessoas em situação de rua da região central de Porto Alegre.

*Luiz Alexandre Gonçalves Cunha:* Professor Associado C da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Coordenador do Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG desde 2007. Coordenador do Grupo de Estudos em Geodesenvolvimento – GEODES, credenciado pela UEPG no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

*Manuela Salau Brasil:* Graduada em Ciências Econômicas e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Trabalha na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG. Desenvolve pesquisas relacionadas à economia solidária, mundo do trabalho, utopias sociais.

*Marcia Alves Soares da Silva:* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora colaboradora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Graduada(Licenciatura) em Geografia pela UEPG (2011). Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2014). Experiência em pesquisa, extensão e ensino na área de Geografia e na Economia Solidária, a partir da atuação como técnica em Economia Solidária no Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG (2014-2015).

*Mariana Fernandes Siqueira:* Graduada (Licenciatura) em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (2017). Mestranda em História, Cultura e Identidades pelo Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. Atuou como extensionista na Incubadora de Empreendimentos Solidários –

IESol/UEPG (2014-2016). Linha de pesquisa: instituições e sujeitos: saberes e práticas. Desenvolve trabalhos com temas relacionados à memória, oralidade, história social do trabalho, reciclagem e economia solidária.

*Peterson Alexandre Marino:* Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Atualmente é professor assistente, em regime de dedicação exclusiva, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Atua na IESol como docente supervisor desde maio de 2017. Além das atividades de docência e extensão universitária, coordena projeto de pesquisa voltado à realidade das organizações sindicais pós reforma trabalhista.

*Reidy Rolim de Moura:* Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Mestre e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Atua como docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Coordenou a Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG no período de 2013 – 2015 e 2017-2018. Atualmente atua como coordenadora e supervisora de projetos extensionistas e de pesquisa vinculados à linha de pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais.

*Renato Miranda Valenga:* Graduando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Participa, desde o início da graduação, de projetos de extensão e pesquisa com ênfase em Jornalismo Cultural e Folkcomunicação. Desenvolveu iniciação científica com a temática Políticas Públicas para o Setor Cultural de Ponta Grossa, através da qual analisou o Portal Cultura Plural, que tem destaque na cobertura jornalística de cultura nos Campos Gerais. Atualmente atua como estagiário na IESol, contribuindo com demandas na área da comunicação.

*Robson Laverdi:* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. Coordenador do Laboratório/Núcleo de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza, da UEPG. Membro da Red Latinoamericana de Historia Oral. Publicou o livro "Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias de trabalhadores itinerantes no Extremo-Oeste do Paraná" (2005) e com outros autores "História oral, desigualdades e diferenças" (2012), e artigos científicos. E-mail: robson_laverdi@uepg.br.

*Tifanny Soares Fragoso:* Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Atualmente é estagiária bolsista na Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol/UEPG.

# A IESol em imagens

*Adriano da Costa Valadão*
*Angelo Eduardo Rocha*
*Manuela Salau Brasil*
*Reidy Rolim de Moura*
*Renato Miranda Valenga*
*(Organizadores)*

A trajetória da IESol atesta sua importância, sobretudo, para aqueles e aquelas que optam pela economia solidária. Há muitas histórias, de erros e acertos, desafios e lutas, contadas e captadas nos encontros de formação, nas rodas de conversas, nas visitas das equipes aos EES, nas reuniões gerais, nos eventos, nas feiras, nas entrevistas, na hora do café... As fotos retratam um pouco dessas experiências, de trabalho, de produção, dos cursos e formações que a IESol fez e ou/vivenciou junto a esses trabalhadores e trabalhadoras.

Muitos desses momentos estão registrados em milhares de fotos tiradas ao longo da trajetória da IESol e hoje compõem um grande acervo. Não foi tarefa fácil selecionar as imagens que mais representam esses 13 anos de existência. Afinal, todos os retratos têm grande significado e reproduzem ocasiões importantes, tanto para a Incubadora de Empreendimentos Solidários como para as pessoas que fizeram e fazem parte desse Programa.

Entre os flashes, alguns registros do querido e saudoso Alnary Nunes Rocha Filho, o Lilo (in memorian), o melhor contador de histórias da IESol e um incansável lutador da economia solidária.

# 03 Lagoas





# AFESOL





# ARPA


FUTURAS INSTALAÇÕES
UNIDADE DE RECICLAGEM
A ARPA É PARCEIRA NO PROJETO
FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS CAMPOS GERAIS
UEPG
PETROBRAS



# ARREP






# CAPS Castro






# Colinas






ECONOMIA SOLIDARIA: EU PRATICO
BRASIL


SENESTS
Seminário Nacional de Economia Solidária e Tecnologia Social
PROJETO FORTALECIMENTO da ECONOMIA SOLIDARIA nos CAMPOS GERAIS
ies
CNPq
PETROBRAS





# Irati




Casa da Economia Solidária de Irati
A CES – Casa da Economia Solidária de Irati foi inaugurada em julho de 2014 e é um espaço de produção, comercialização, formação, divulgação e consumo dos produtos e serviços dos empreendimentos e grupos de Economia Solidária de Irati e região.
A CES é coordenada pelo FMESI - Fórum Municipal de Economia Solidária com o apoio do Departamento Municipal de Economia Solidária de Irati.
Endereço:
Rua: da Liberdade, 838 (ao lado do Ginásio de Esportes Agostinho Zergelon)
Contatos
(042) 3422-45-06
Site: www.fmesi.org
E-mail: fmesi.irati@gmail.com

# Jardinagem






# Luau Terra





# Maria Rosa





# Marista Santa Mônica






# Zapata






Fotos: Acervo IESol

Impresso no Brasil, em novembro de 2018
com miolo em offset 90g/m2 e capa em Cartão Supremo 250g/m2
na Gráfica Capital/PR.
Composto em Times New Roman, corpo 12 pt.
e Cafeta, corpo 22 pt.
Formato fechado: 16x23cm

**Editora e Livraria Estúdio Texto**
Rua XV de Setembro, 931 - Uvaranas
Ponta Grossa – Paraná – 84020-050
Tel. +55 (42) 3027-3021
comunicacao@editoraestudiotexto.com.br
www.editoraestudiotexto.com.br

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol nasceu como um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, em 2005. Sua motivação foi acreditar no potencial da economia solidária como forma de promover uma sociedade melhor. Tal intento agregou um conjunto de pessoas que, num esforço coletivo e contínuo, tem mantido esforços e produzido resultados animadores. Neste livro contamos um pouco sobre esse percurso, expondo algumas das experiências que contribuíram e contribuem para que essa motivação seja renovada.

A publicação desta obra foi possível com recursos obtidos pelo Projeto "Fomento à pesquisa e inovação em empreendimentos econômicos solidários através de tecnologias sociais", Convênio n° 838029/2016 MCTI/CNPq, acessado por emenda parlamentar.

Financiamento

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UEPG
Universidade Estadual de Ponta Grossa

ISBN: 978-85-5472-020-9

série referência